



PORTO
Câmara Municipal

PORTO SOLIDÁRIO

Diagnóstico Social do Porto



Universidade Católica Portuguesa



**PORTO
SOCIAL**
FUNDAÇÃO



CATÓLICA
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA | PORTO
Faculdade de Educação e Psicologia

**SOLIDÁRIO
PORTO**
www.porto.ucp.pt/portocidadesolidaria

Ficha Técnica

Título Porto Solidário – Diagnóstico Social do Porto

Coordenação Global Joaquim Azevedo, Isabel Baptista

Equipa Técnica Ilídia Vieira, Ana Sofia Azevedo, Paulo Magalhães, Sara Dias, Francisco Martins

Nota Junto desta equipa colaboraram, de forma permanente, os membros da equipa de Pedagogia Social da Faculdade de Educação e Psicologia da UCP; os membros da Rede de Mediadores DSP, bem como membros do Conselho de Acompanhamento (UCP/FEP; FPS/CLASP).

Universidade Católica Portuguesa | Centro Regional do Porto – Pólo da Foz

Faculdade de Educação e Psicologia

Tel: (351) 22 619 62 00 | Fax: (351) 22 619 62 91

Índice

Nota de Abertura	5
Abreviaturas e Siglário	7
Sumário Executivo	9
Introdução Geral	31
I – Enquadramento conceptual e metodológico	
1. Justificação da opção metodológica	35
2. Objectivos gerais e estratégia de desenvolvimento	41
3. Dinâmica do projecto «Porto Solidário»	43
II – Diagnóstico Social Territorial	
1. Áreas de diagnóstico privilegiadas	49
1.1 Dinâmicas sociodemográficas	49
1.2. Dinâmicas socioeconómicas	70
1.3. Habitação	94
1.4. Saúde	109
1.5. Educação e Formação	136
1.6. Segurança	153
1.7. Igualdade de oportunidades para o género	165
2. Grupos humanos especialmente vulneráveis	180
2.1. Crianças e Jovens	181
2.2. Pessoas idosas	196
2.3. Pessoas com deficiência e/ou incapacidade	210
2.4. Pessoas sem-abrigo	218
2.5. Imigrantes e minorias étnicas	226
2.6. <i>Novos pobres</i>	232

III – Retrato prospectivo da Cidade

- | | |
|--|-----|
| 1. Porto, uma cidade solidária | 239 |
| 2. Principais sinais de alerta e linhas de força | 245 |
| 3. Recomendações gerais e síntese prospectiva | 248 |

Bibliografia 257

Índice de Quadros 267

Índice de Gráficos 268

Índice de Tabelas e Figuras 273

Anexos

- | | |
|----------------------------------|-----|
| Anexo A – Rede de Mediadores DSP | 277 |
| Anexo B – Cartografia Social | 279 |

Nota de Abertura

Respondendo à solicitação do Conselho Local de Acção Social do Porto, formulada pela Fundação Porto Social e visando satisfazer os requisitos legalmente previstos para as redes sociais concelhias, a Universidade Católica Portuguesa - Porto, através da sua Faculdade de Educação e Psicologia, levou a cabo um processo de estudo, de auscultação e de participação cívica, desenvolvido ao longo de um período de dez meses (Setembro 2008 – Junho 2009) sob o enquadramento do projecto «Porto Solidário».

O presente documento corresponde justamente ao Diagnóstico Social do Porto resultante de uma dinâmica sociocomunitária, gerada no âmbito desse projecto. A compreensão da realidade social requer visões amplas e partilhadas, construídas segundo dinâmicas de hospitalidade interpessoal, interdisciplinar, interprofissional e interinstitucional. Em diálogo, seja em torno de concepções, seja à volta de experiências, seja em redor de projectos, confrontando perspectivas, podemos chegar mais longe, mais depressa e melhor nos esforços que é necessário realizar para respondermos solidariamente aos problemas humanos e sociais da nossa Cidade.

Desenvolvido a partir destes princípios, o diagnóstico permitiu evidenciar o capital de solidariedade existente numa cidade especialmente rica em recursos humanos e materiais. O Porto contém imensas iniciativas de renovação e de colaboração criativa, é detentor de muitas competências e de

muitas instituições e actores disponíveis para a inovação social. É preciso dar-lhes voz, amplitude e sustentabilidade.

E porque foram muitas as instituições e as pessoas que colaboraram com a Universidade neste Diagnóstico Social do Porto, cabe-nos aqui uma palavra especial de agradecimento a todos, designadamente aos membros que integraram a rede de Mediadores de Diagnóstico Social, o Conselho de Acompanhamento e a outros que, de forma permanente, voluntária e muito empenhada, ajudaram a desencadear as dinâmicas de participação social conducentes à elaboração deste documento síntese, designado por «Porto Solidário»

Joaquim Azevedo

Universidade Católica - Porto

Abreviaturas e Siglário

ACAPO – Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal
ACES – Agrupamentos de Centros de Saúde
ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural
AMP – Área Metropolitana do Porto
ANQ – Agência Nacional para a Qualificação
APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
ARSN – Administração Regional de Saúde do Norte
CA (DSP) – Conselho de Acompanhamento (Diagnóstico Social do Porto)
CAT – Centro de Apoio a Toxicodependentes
CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
CIDM – Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres
CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego
CLASP – Conselho Local de Acção Social do Porto
CMP / FPS – Câmara Municipal do Porto / Fundação Porto Social
CMP/GEP – Câmara Municipal do Porto / Gabinete de Estratégia e Planeamento
CNAI – Centro Nacional de Apoio ao Imigrante
CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens
CRI – Centro de Respostas Integradas
CRP/UCP – Campus Regional do Porto / Universidade Católica Portuguesa
CSI – Complemento Solidário para Idosos
CT – Comunidade Terapêutica
DDO – Doenças de Declaração Obrigatória
DECO – Associação Portuguesa para a Defesa dos Consumidores
DSP – Diagnóstico Social do Porto
EFA – Educação e Formação de Adultos
EPAV – Equipas de Proximidade e Apoio à Vítima
EPE – Entidades Públicas Empresariais
GAJI – Gabinete de Apoio Jurídico ao Imigrante
GAMP – Grande Área Metropolitana do Porto
GARF – Gabinete de Apoio ao Reagrupamento Familiar
GAS – Gabinete de Apoio ao Sobreendividado
GAV – Gabinetes de Apoio à Vítima
GEP – Gabinete de Estratégia e Planeamento
GEPE – Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação

GEP/DME – Gabinete de Estudos e Planeamento / Departamento Municipal de Estudos
GIM – Gabinete do Inquilino Municipal
IDT – Instituto da Droga e da Toxicodependência
IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional
INE – Instituto Nacional de Estatística
INHRU - Instituto Nacional de Habitação e Reabilitação Urbana
ISS – Instituto de Segurança Social
LNES – Linha Nacional de Emergência Social
NAG – Núcleo de Apoio Geral
NAT – Núcleo de Apoio Técnico
OMS – Organização Mundial de Saúde
PAIPDI – Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências e/ou Incapacidades
PNAI – Plano Nacional de Acção para a Inclusão
PNS – Plano Nacional de Saúde
PORI – Plano Operacional de Respostas Integradas
PRI – Programa de Respostas Integradas
PSP – Polícia de Segurança Pública
REAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza
RP – Relatório de Processo (Diagnóstico Social do Porto)
RSI – Rendimento Social de Inserção
SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SIGO – Sistema de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa
SIM-PD – Serviço de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência
UA – Unidade de Alcoologia
UAVIDRE – Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial ou Étnica
UCC – Unidade de Cuidados na Comunidade
UCCI – Unidade de Cuidados Continuados Integrados
UCP – Unidade de Cuidados Paliativos
UCP/FEP – Universidade Católica Portuguesa - Faculdade de Educação e Psicologia
UD – Unidade de Desabilitação
UE – União Europeia
ULS – Unidade Local de Saúde
UPIP – Urgência Pediátrica Integrada do Porto
USF – Unidade de Saúde Familiar
USP – Unidade de Saúde Pública

SUMÁRIO EXECUTIVO

Este sumário executivo refere-se ao Diagnóstico Social do Porto (DSP), previsto no âmbito da rede social concelhia e elaborado pela Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Educação e Psicologia (FEP/UCP) na sequência do protocolo celebrado com a Câmara Municipal do Porto/Fundação Porto Social (CMP/FPS) e o Núcleo Executivo do Conselho Local da Acção Social do Porto (CLASP).

Tomando como base o conhecimento produzido no âmbito do Pré-diagnóstico (CMP/GEP, 2008), a UCP/FEP propôs-se conceber, coordenar e dinamizar um «diagnóstico territorial» que, a par do esforço de actualização da informação de teor estatístico anteriormente coligida, permitisse valorizar o contributo dos diversos actores sociais, segundo lógicas de participação e de compromisso potenciadoras de uma compreensão global, prospectiva e co-responsabilizante.

O Diagnóstico Social da cidade do Porto resulta assim de um processo de estudo, de auscultação e de participação cívica, desenvolvido ao longo de um período de dez meses (Setembro 2008 – Junho 2009) sob o enquadramento do projecto «Porto Solidário».

1. Opção metodológica, objectivos e estratégia de desenvolvimento

Reconhecendo que os conceitos de «pobreza» e de «exclusão social» dizem respeito a realidades complexas e multidimensionais, susceptíveis de

múltiplas percepções e aceções, este diagnóstico privilegiou uma abordagem conceptual e metodológica atenta às situações de pobreza, enquanto «privação por falta de recursos» e, simultaneamente, aos comportamentos de solidariedade e aos hábitos de urbanidade que configuram a vida social de uma cidade como o Porto.

Tratou-se, antes de mais, de averiguar sobre as razões que impedem os cidadãos portuenses de aceder de forma plena aos recursos disponíveis na sua Cidade, na sua Região e no seu País, tentando identificar e caracterizar necessidades das pessoas e grupos humanos mais vulneráveis, isto é, das pessoas que se encontram mais expostas à ameaça de privação e de alienação de poderes de cidadania.

Visando alargar o estudo sobre os factores de inclusão e coesão social, o diagnóstico procurou ter em conta a qualidade relacional da Cidade, nas suas múltiplas dimensões, desde as que se prendem com a ligação de cada um ao lugar habitado, até aos hábitos de sociabilidade que aproximam os cidadãos entre si, bem como as que dizem respeito à relação entre os cidadãos e as instituições e serviços públicos. No mesmo sentido, houve ainda a preocupação de atender ao tipo de espaços públicos que a Cidade oferece, bem como às suas condições de mobilidade e de acessibilidade.

Estas preocupações estiveram igualmente presentes no estudo sobre os actores que intervêm no plano da organização social da solidariedade - instituições e serviços, entidades públicas e privadas, entidades formalmente ligadas aos sistemas sociais ou outras emergentes da sociedade civil.

Neste enquadramento, e assumindo desde logo o valor solidariedade como referencial de estudo e de acção, pretendeu-se mobilizar o maior número possível de actores, numa dinâmica de diagnóstico territorial, encarada como parte integrante de um processo de «desenvolvimento social» e não como uma etapa separada, que eventualmente antecede e prepara o esforço comum de promoção social. Para conseguir uma compreensão global, prospectiva e co-responsabilizante sobre a realidade social da Cidade é necessária a participação, motivada e comprometida, de todos e de cada um.

2. Diagnóstico Social Territorial

2.1. Domínios de diagnóstico privilegiados

No seguimento da opção metodológica feita, e numa linha de aprofundamento do conhecimento produzido no âmbito do Pré-diagnóstico, optou-se por privilegiar um conjunto de domínios referentes aos principais sistemas sociais e que, no fundamental, contemplam os direitos humanos básicos – Dinâmicas Sociodemográficas, Dinâmicas Socioeconómicas, Habitação, Saúde, Educação e Formação, Segurança, Igualdade de Oportunidades para o Género.

De salientar que o período histórico de elaboração deste diagnóstico foi marcado por um cenário internacional de crise financeira e económica (1º Semestre de 2009) com reflexos imediatos e visíveis na realidade social da Cidade, obrigando a um esforço acrescido de actualização nos vários domínios em análise.

Visando conseguir um quadro de análise integrado e problematizador, a apresentação de dados relativa a cada um dos domínios surge ilustrada através de gráficos com informação estatística e de quadros síntese relativos ao processo de auscultação e participação, tendo por base uma leitura cruzada de dados que inclui elementos comparativos de âmbito internacional, nacional e regional.

a. Dinâmicas sociodemográficas

Partindo do entendimento de que a descrição do comportamento demográfico de uma cidade-metrópole como a cidade do Porto não é redutível à exposição de elementos referentes à população residente, o diagnóstico procurou evidenciar indicadores de vitalidade urbana expressivos da realidade social da Cidade, enquanto território de referência de uma vasta área metropolitana e regional e especialmente atractivo ao nível do emprego, da

educação, da saúde, da cultura e do acesso a uma multiplicidade de serviços. Os dados coligidos permitem concluir que, apesar do decréscimo populacional que se tem vindo a acentuar no concelho, o número de trabalhadores não residentes na Cidade é muito significativo.

Em termos de caracterização da população residente, foi feita uma actualização estatística tendo por referência os anos de 2007, 2008 e 2009 e que, a este respeito, confirma as tendências demográficas verificadas nos últimos anos: abrandamento do crescimento populacional total, envelhecimento populacional e perda significativa de residentes em favor dos concelhos contíguos. Em 2008, a população residente na cidade do Porto era de 216 080 e a população média anual residente totalizava os 218 940 habitantes. Tomando como referência os números relativos à população residente para os anos de 2007 e 2008, podemos afirmar que o Porto perdeu uma média de 16 habitantes por dia ao longo do último ano.

Por outro lado, 20,7% dos habitantes da cidade do Porto tinham, em 2008, idade igual ou superior a 65 anos de idade, números que revelam um índice de envelhecimento da população residente superior à média nacional.

O comportamento demográfico foi ainda analisado tendo em conta as taxas de natalidade e mortalidade. O concelho do Porto regista actualmente uma taxa bruta de natalidade abaixo da média nacional e uma taxa bruta de mortalidade acima daquela que é apresentada para o resto do país e que, em conformidade com a tendência internacional, se vem traduzindo num crescimento natural negativo.

A Cidade continua a perder poder ao nível da sua função residencial, sendo notória a transferência de habitação para os concelhos metropolitanos contíguos. Atingindo todos os grupos etários, esta tendência ganha particular evidência junto da população mais jovem, o que contribui também para reforçar o retrato de uma «cidade envelhecida». O contexto internacional de crise reflectiu-se no nível das condições de fixação de pessoas em idade activa, com particular evidência na tendência para perda de população imigrante. Tendo em conta estes indicadores, o acolhimento de novas famílias

jovens no centro da Cidade constitui um importante eixo estratégico para o futuro.

Estes dados relativos à população residente devem, no entanto, ser ponderados em relação com os rituais quotidianos que suportam a dinâmica urbana, sendo aqui de salientar que muitas das pessoas não-residentes elegem o Porto como a «sua cidade», privilegiando-a como lugar de referência dos seus mais elementares gestos de ser e de viver. Para todos os efeitos, estas pessoas consideram-se «habitantes» da Cidade e os seus hábitos de vida contribuem para a vitalidade de um território vasto e densamente povoado. As questões relativas aos sistemas de acessibilidade e mobilidade ganham especial sentido neste contexto, tendo por isso sido das mais assinaladas pelos actores e evidenciadas no plano das recomendações.

No quadro de uma visão estratégica, importa ainda salientar que o fenómeno de envelhecimento, particularmente expressivo no concelho do Porto, representa, antes de mais, um indicador de desenvolvimento humano, correspondendo nessa medida a um dos desafios sociais mais relevantes. Com efeito, o aumento de esperança de vida permite ampliar o horizonte de oportunidades de convívio e de aprendizagem entre gerações. Numa perspectiva de afirmação de um «Porto Solidário, urge equacionar este desafio intergeracional no seio de uma estratégia de combate às situações de solidão não escolhida e de isolamento social que, atingindo de modo particularmente visível as pessoas idosas, na verdade, afectam a vida de todos os cidadãos.

b. Dinâmicas socioeconómicas

No contexto de contemporaneidade a que se refere este diagnóstico, as dinâmicas socioeconómicas da Cidade, aqui equacionadas fundamentalmente no plano das dificuldades ligadas à obtenção de recursos vitais em termos de condição humana, aparecem configuradas por um incontornável cenário de crise internacional, nacional e, forçosamente, regional.

Pelo lugar que ocupam na definição de estratégias de inserção e coesão social, as questões relativas ao emprego, enquanto via privilegiada de

obtenção de recursos necessários à autonomia de vida, assumem uma importância central em todos os planos de análise considerados neste domínio. Configurado por sinais de crise financeira, económica e social, o período histórico em que decorreu o processo de diagnóstico foi atravessado por mudanças inesperadas e constantes, com reflexo particularmente evidente nas condições de emprego. Neste sentido, foi feito um esforço de atualização dos dados estatísticos disponíveis sobre o problema de desemprego, assumindo neste caso como referência temporal os primeiros meses do ano de 2009.

A Região do Norte tem vindo a apresentar, nos últimos anos, uma taxa de desemprego superior à da média nacional, situando-se no primeiro trimestre de 2009 nos 1978,7 milhares de indivíduos. O aumento progressivo do número de pessoas inscritas nos Centros de Emprego do Porto no ano de 2009 sugere uma tendência de agravamento a este nível.

Por outro lado, constata-se que os riscos de pobreza e de exclusão social por privação de condições materiais de subsistência não se confinam à população desempregada. Existe um grande número de «pobres que trabalham».

Assim, sem perder de referência as razões estruturais que explicam a articulação entre os fenómenos da pobreza e a exclusão social, o diagnóstico procurou retratar a situação das pessoas que resolvem os seus problemas de privação através do benefício de transferências sociais de carácter assistencial, lembrando que estas pessoas continuam, para todos os efeitos, a ser pessoas pobres e dependentes. Em 2009 o número de requerimentos de pensão social no concelho do Porto e o número de agregados familiares a beneficiar de RSI aumentou de forma significativa.

Mas é justamente neste cenário de crise que sobressaem os melhores testemunhos de empreendedorismo social e de criatividade cívica, bem como os exemplos de boas práticas no âmbito da solidariedade. A dinâmica sociocomunitária desenvolvida no âmbito da elaboração deste diagnóstico

permitiu constatar a forma como muitas iniciativas sociais despontaram e como outras ampliaram a sua acção.

A divulgação de boas práticas, o apoio ao movimento associativo, a difusão do Microcrédito, associado ao empreendedorismo social, junto sobretudo de pessoas em situação de maior vulnerabilidade e o alargamento dos Centros de Aconselhamento Socioprofissional, constituem algumas das iniciativas de inovação social presentes na Cidade que, a par da qualificação da população, deverão ser aprofundadas.

c) Habitação

A habitação ocupa um lugar central nas preocupações e aspirações existenciais de todos os cidadãos, sendo considerada como elemento básico de suporte aos processos de autonomização de vida e, como tal, um dos factores chave nas dinâmicas de inserção e coesão social.

Em Portugal estima-se que pelo menos 20% da população (cerca de 800 mil famílias situadas abaixo do limiar de pobreza) não tenha condições de acesso à habitação sem apoio público. Por outro lado, o país apresenta o rácio de endividamento dos particulares mais elevado entre os países da UE, constatando-se igualmente que a taxa de poupança das famílias portuguesas se situa abaixo da média europeia.

Acompanhando o previsível agravamento destas tendências de âmbito nacional, a realidade social da Cidade espelha as dificuldades próprias de um período de recessão económica. O número de processos de sobreendividamento e consequentes pedidos de apoio registados, associado a outros indicadores de risco decorrentes do aumento de desemprego, reflecte-se na dificuldade das famílias portuenses no que se refere à aquisição e conservação da habitação.

As percepções dos cidadãos convergem para o desejo de residência na Cidade e para a melhoria das condições de habitabilidade, pensada tanto em termos de combate à deterioração das habitações como de adequação das mesmas às necessidades de mobilidade e acessibilidade dos cidadãos em

geral e dos grupos humanos mais vulneráveis em particular, designadamente as pessoas idosas e as pessoas com deficiência e/ou incapacidade.

Outro dos aspectos a evidenciar, e apontado com frequência pelos actores, prende-se com os fenómenos de separatismo e de segregação ligados à diferenciação de espaços residenciais que põem em causa os valores de coesão territorial e social da Cidade.

Valorizam-se neste sentido as iniciativas que vêm sendo desenvolvidas no plano autárquico, tanto ao nível da melhoria da habitação social como da requalificação urbana, importantes impulsos para uma vida mais digna para todos os cidadãos.

Em termos estratégicos, sublinham-se: os mecanismos de incentivo e apoio à aquisição e conservação da habitação, o reforço de acções de proximidade, articulando o contributo das Juntas de Freguesia e das Associações de Moradores, a conjugação de uma política de habitação com uma política de reabilitação urbana, o reforço de iniciativas de coesão social e de revalorização dos espaços públicos da Cidade, combatendo a segregação e consolidando os laços sociais e a melhoria de condições de acessibilidade e mobilidade.

d) Saúde

A cidade do Porto constitui um pólo de referência da rede regional de prestação de serviços de saúde, acrescentando a este aspecto o facto de os indicadores sanitários gerais na Região do Norte serem considerados como globalmente positivos.

Sem prejuízo da sinalização de dificuldades específicas, relativas fundamentalmente a problemas de saúde singulares e à especial vulnerabilidade de alguns grupos humanos, a percepção dos actores institucionais e dos cidadãos sobre as condições de saúde da Cidade é maioritariamente favorável.

A necessidade de melhoria ao nível da acessibilidade, da equidade, da qualidade de atendimento e da eficiência dos serviços, bem como o reforço de

cuidados de saúde continuados e de longa duração, extensivos a todos os cidadãos, surgem entre os aspectos mais apontados numa perspectiva de melhoria. De notar que a Cidade tem vindo a registar ganhos apreciáveis neste âmbito, conforme evidencia o Relatório de Actividades de 2007 da Administração Regional de Saúde do Norte (ARSN). Salienta-se aqui o processo de reorganização da estrutura orgânica actualmente em curso e a constituição dos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES).

Valorizam-se no mesmo sentido as alterações de carácter organizacional e funcional verificadas ao nível do processo de reorganização do Instituto da Droga e da Toxicodependência (IDT) e que implicaram a substituição dos antigos Centros de Apoio a Toxicodependentes (CAT) por Centros de Respostas Integradas (CRI), tendo por base um diagnóstico exhaustivo de cada território de intervenção. Segundo dados fornecidos pela Delegação Regional do Norte do IDT, ao longo do ano de 2008 o número de utentes activos registados corresponde a um aumento de 10,78% face a 2006, o ano de referência do Pré-diagnóstico. A desagregação destes dados por freguesia permite assinalar alterações ao nível das zonas da Cidade onde o fenómeno da toxicodependência tem maior incidência.

Em termos estatísticos, foi ainda possível aprofundar dados sobre problemas como a tuberculose, a toxicodependência, os casos de saúde mental e o alcoolismo. Os problemas de saúde ligados ao consumo de álcool constituem um indicador de risco agravado na actual conjuntura socioeconómica, registando a Unidade de Alcoologia do Norte um aumento significativo de primeiras consultas, no ano de 2008.

Considerando as alterações demográficas que apontam para a existência de uma população cada vez mais envelhecida, a atenção aos cuidados de saúde continuados assume particular importância, sublinhando-se neste caso os esforços concelhios visíveis, concretamente, no processo de implementação da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, no número de acordos celebrados, na abertura de novas unidades e nas acções de proximidade

desenvolvidas no âmbito de uma pluralidade de projectos de intervenção de saúde comunitária.

Numa aposta de continuidade neste processo de melhoria, sugere-se um reforço nas práticas de articulação entre as várias respostas e a divulgação das mesmas junto das populações, seja junto das múltiplas instituições sociais, seja junto das famílias e dos próprios indivíduos. Outro aspecto a sublinhar em termos de recomendações prende-se com a focagem na prestação de cuidados mais humanizados e centrados na pessoa, com consolidação de medidas de carácter sociopedagógico e preventivo.

Em síntese, sugere-se ainda o reforço das intervenções sociocomunitárias, dos programas de apoio domiciliário e dos serviços de proximidade, articulando a acção dos serviços públicos entre si e entre estes e as múltiplas acções de instituições de solidariedade social e dos organismos privados.

e) Educação e Formação

A educação constitui um direito humano básico potenciador de condições de acesso a outros direitos, devendo, nessa medida, ser valorizada como um bem fundamental das pessoas, das comunidades e das cidades. De salientar a este respeito que, tanto a nível nacional como regional, a população mais carenciada e susceptível de exclusão continua a caracterizar-se por níveis de escolaridade muito baixos.

Em relação às gerações mais jovens, problemas como o insucesso e o abandono escolar precoce continuam no topo das preocupações sociais da Cidade que, a este nível, acompanha as tendências verificadas no plano municipal, como no plano regional.

Neste sentido, o diagnóstico realça o número de iniciativas de combate a estes problemas actualmente em curso, tanto no âmbito de programas oficiais e autárquicos, como ao nível das dinâmicas das próprias comunidades educativas, sobretudo no que se refere a projectos que investem no eixo escola-família-comunidade. Contudo, para acorrer às situações de todos os

jovens com insucesso e abandono precoce, particularmente aos grupos de maior risco, é necessário articular melhor essas iniciativas, reforçando as redes de comunicação e cooperação entre escolas e entre centros de formação, públicos e privados.

O diagnóstico sublinha com particular evidência a importância dos aspectos ligados à Aprendizagem ao Longo da Vida, apontando para lógicas de educação e formação dos cidadãos que transcendem os objectivos de actualização e qualificação profissional. Considera-se que a promoção de espaços diferenciados de formação «na e com a vida», valorizando as dimensões informais e sociocomunitárias da aprendizagem, constitui um dos grandes desafios sociais desta cidade membro da rede internacional das «cidades educadoras».

Esta constatação ligada à necessidade de promoção de condições de educação e cidadania, articula-se com a exigência de formação e qualificação sociopedagógica dos técnicos, dos voluntários e das próprias instituições, sugerindo-se neste âmbito um reforço de práticas de formação contínua e a promoção de múltiplas acções de sensibilização e de formação cívica extensivas a todas as pessoas.

f) Segurança

O conceito de «segurança» que decorre das exigências de bem-estar, de protecção e de paz social dos cidadãos reenvia para um universo de sentido muito amplo e multifacetado que, em boa medida, percorre todos os domínios de análise considerados neste diagnóstico. A análise apresentada neste ponto parte assim do entendimento que os indicadores de segurança de uma cidade não são redutíveis a dados de natureza estatística sobre as taxas de criminalidade, os registos de agressões pessoais ou a quaisquer actos de perturbação da ordem pública, procurando, nessa medida, dar conta das percepções dos próprios cidadãos.

Em termos gerais, a cidade do Porto é considerada pelos seus habitantes como uma cidade segura, embora a actualização de dados de natureza

estatística, com desagregação por freguesia, aponte para um aumento de criminalidade participada, no ano de 2008.

De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna, o distrito do Porto continua a situar-se no conjunto dos distritos que, a nível nacional, apresentam os índices mais elevados de criminalidade, ocupando o segundo lugar no que respeita ao volume de processos de apoio registados pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

A violência doméstica, com tipo de vitimação continuada e tendo por alvo privilegiado mulheres, permanece no topo dos indicadores de alerta a este nível, continuando a registar-se igualmente uma tendência de aumento de crimes contra pessoas idosas.

Ao nível da resposta social existente e desejada, sugere-se o reforço de iniciativas de formação cívica e de acções de proximidade sociocomunitária, destacando aqui iniciativas como o Programa Integrado de Policiamento de Proximidade, que apresenta bons resultados.

g) Igualdade de oportunidades para o género

Em todos os países, as mulheres e as raparigas continuam a suportar um fardo especialmente pesado no que toca às situações de pobreza e exclusão social, conforme alerta a Comissão sobre os Direitos Sociais, Económicos e Culturais, das Nações Unidas (2001), ao ponto de os especialistas falarem mesmo em «pobreza feminina». Embora a igualdade de género esteja consagrada na Constituição da República Portuguesa como um direito fundamental, a verdade é que os problemas sociais associados ao género continuam ainda muito presentes na sociedade.

Acontece que a população do Porto é maioritariamente do sexo feminino (54,8%), com expressão significativa no conjunto das pessoas idosas, um grupo humano considerado especialmente vulnerável, o que vem reforçar a necessidade de atenção particular em relação a este domínio.

Considerando as tendências nacionais, constatamos que o número de mulheres sem nenhum grau de instrução continua a ser muito elevado. Por

outro lado, o nível de habilitações literárias das mulheres continua a não encontrar a devida correspondência em termos de posição no mercado de trabalho, tanto no plano das categorias profissionais como dos rendimentos auferidos. Neste contexto, o distrito do Porto surge como o segundo distrito do país com maior número de registos na Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE).

As dificuldades relacionadas com a necessidade de conciliação entre a vida familiar, a vida profissional e a vida pessoal surgem recorrentemente assinaladas pelas mulheres que, em muitos casos, justificam a partir dessa razão a necessidade de recurso a trabalho precário.

De notar que as famílias monoparentais, assinaladas entre as mais susceptíveis de risco, são maioritariamente constituídas por mulheres, facto que agrava a sua exposição a factores de pobreza e de exclusão social.

Outro indicador objectivo prende-se com o número de mulheres a beneficiar de RSI na Cidade e que é manifestamente superior ao número de homens.

Os crimes de violência doméstica registados na cidade do Porto são igualmente expressivos a este respeito, sugerindo, também aqui, a necessidade de reforço de acções de educação e de sensibilização pública, a difusão de boas práticas e o apoio a projectos inovadores no âmbito da «educação de família», do desenvolvimento de competências de parentalidade e, de uma forma geral, de promoção de comportamentos de cidadania.

2.2. Grupos humanos especialmente vulneráveis

O sentido de solidariedade que animou todo o processo de diagnóstico subordina-se a um ideal de coesão social incompatível com lógicas de separação humana entre «ajudados» e «ajudadores».

A vulnerabilidade constitui um traço comum da condição humana e, de certa maneira, todos somos sujeitos de ajuda. É, pois, à luz deste princípio que

deve ser equacionada a necessidade de atenção prioritária às situações específicas das pessoas e dos grupos humanos sinalizados como mais susceptíveis de risco.

Neste alinhamento de preocupações, partiu-se ainda do entendimento de que nenhum dos grupos humanos considerados neste relatório – crianças e jovens, pessoas idosas, pessoas com deficiência e/ou incapacidade, pessoas sem-abrigo, imigrantes e minorias étnicas e «novos pobres» –, constitui uma categoria homogénea e desligada do todo social de que faz parte.

Crianças e Jovens

As mudanças de carácter sociodemográfico em curso, aliadas às alterações próprias de uma conjuntura de crise, têm um reflexo directo no processo de desenvolvimento das crianças e dos jovens, contribuindo em muitos casos para agravar os já preocupantes indicadores de risco.

Os estudos internacionais mais recentes alertam para este facto, lembrando que, tradicionalmente, em momentos de recessão económica os problemas relacionados com o bem-estar das populações infantis e juvenis acabam por tender a ficar em segundo plano nas agendas de política social.

Sem prejuízo da ponderação de elementos comuns e na preocupação de melhor traduzir a especificidade das respectivas condições existenciais, optou-se neste relatório por assinalar uma separação entre a realidade vivida pelas crianças e aquela que é protagonizada pelos jovens.

A informação estatística disponível e que situa, persistentemente, Portugal abaixo da média europeia nos vários indicadores de bem-estar infantil, permite compreender a dimensão de vulnerabilidade que caracteriza a vida de muitas das nossas crianças. O quadro traçado pelos actores sociais da Cidade com intervenção directa sobre esta população (Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, Centro Distrital do Porto do Instituto de Segurança Social, Autarquias, Paróquias, Associações cívicas e outros) confirma esta constatação.

Em geral, os jovens reconhecem a Cidade como um importante centro de vida cultural e de lazer, manifestando um sentimento de ligação positiva à Cidade, conforme ficou evidenciado nas várias iniciativas de auscultação muito participadas e em resultado das quais saiu um conjunto de recomendações, produzidas com o contributo de jovens de todas as idades. A par do reconhecimento dos problemas específicos, sobressai neste contexto a consciência cívica, o afecto dos jovens pelos lugares habitados e o desejo de acção solidária em favor de mudanças positivas.

Conforme se evidencia no domínio respeitante à educação e à formação, o número de estudantes que frequentam o Ensino Superior é bastante elevado, embora muitos deles se vejam forçados a escolher residência noutros concelhos, em virtude das condições de acesso à habitação. Este elevado número de estudantes constitui, em si mesmo, um elemento de elevado potencial na revalorização social e cultural do Porto.

Em termos gerais, os problemas assinalados e consequentes recomendações apontam a necessidade de maior envolvimento interinstitucional e interprofissional e maior cooperação e trabalho em rede por parte das instituições que operam neste domínio, seja no sentido de melhorar a capacidade de intervenção precoce junto dos grupos de risco, seja para fortalecer a mediação social, com destaque para o eixo criança-família-escola-comunidade.

Pessoas Idosas

Os indicadores de risco de pobreza na população portuguesa continuam a apontar para valores muito elevados, constituindo a população idosa o subgrupo populacional mais vulnerável. Neste contexto, importa ter em conta que o concelho do Porto apresenta índices de envelhecimento e de dependência de pessoas idosas muito superiores à média nacional, conforme ficou evidenciado na análise das dinâmicas sociodemográficas.

Os dados mais recentes sobre o processo de atribuição do Complemento Solidário para Idosos (CSI), por exemplo, permitem-nos compreender a

dimensão de vulnerabilidade social que afecta, de modo particular, as pessoas idosas da Cidade.

No topo dos problemas sinalizados nesta faixa etária aparecem os que se referem aos cuidados de saúde, à segurança, aos apoios de proximidade, às condições de mobilidade, de acessibilidade e habitabilidade. A análise cruzada permite concluir que os factores de risco associados a cada um destes aspectos ganham especial evidência nas situações de solidão e de isolamento social.

Nesta medida, reconhecendo que a Cidade possui bons recursos, materiais e imateriais, sugere-se que, para além da continuidade de investimento em equipamentos específicos, sejam reforçados os serviços básicos de proximidade, apostando na sua articulação com dinâmicas de voluntariado social mobilizadoras do capital de solidariedade das próprias comunidades.

De acordo com a perspectiva positiva sobre o envelhecimento humano adoptada neste diagnóstico, considera-se que o elevado número de pessoas idosas existente na Cidade representa, acima de tudo, um bem para a vida comum e uma oportunidade preciosa de convívio intergeracional, constituindo, como tal, um dos maiores desafios de humanidade, de cidadania e de inovação social presentemente colocados à cidade do Porto.

Pessoas com deficiência e/ou incapacidade

As pessoas com deficiência e/ou incapacidade encontram-se igualmente entre as mais vulneráveis, enfrentando dificuldades acrescidas em todos os planos de desenvolvimento pessoal e social.

Em termos gerais, pode dizer-se que a Cidade acompanha a tendência nacional no que se refere ao défice histórico de respostas sociais adequadas às necessidades deste grupo humano.

Um grande número de pessoas com deficiência vive a cargo das respectivas famílias, ficando estas excessivamente penalizadas em todos os aspectos, a começar pelo financeiro. Levanta-se aqui sobretudo a questão da

existência de sistemas de suporte apropriados às necessidades de vida das pessoas com deficiência em idade adulta. Para estas pessoas, a previsível perda da retaguarda familiar constitui uma ameaça especialmente significativa.

Sugere-se neste sentido a aposta na criação de Centros de Acolhimento para os mais velhos e o reforço de projectos de autonomização.

As famílias reclamam apoio, desde logo, no que se refere a informação, formação e aconselhamento, salientando-se aqui a necessidade de atender à diversidade de tipos de deficiência e consequente diferenciação de apoios, de acordo com uma planificação concertada, de médio e longo prazo, baseada numa sinalização precoce.

Numa cidade com as características do Porto e cheia de barreiras arquitectónicas, as questões relativas à mobilidade e às acessibilidades, de natureza transversal, aparecem como preocupações centrais para este grupo humano. Reconhecendo que este é um problema cuja solução requer tempo, e sublinhando-se os múltiplos esforços que vêm sendo desenvolvidos no plano autárquico, sugere-se uma maior sensibilização dos empregadores no sentido de garantir a estas pessoas um acesso adequado ao trabalho, bem como a criação, a par de outras iniciativas, de «apartamentos de autonomização» e lares residenciais, numa óptica global de diferenciação positiva e de modernização do actual regime de protecção da deficiência. A verdade é que muitos dos obstáculos assinalados no que diz respeito às condições de bem-estar social das pessoas com deficiência prendem-se com comportamentos gerais de cultura cívica, justificando-se neste sentido um maior investimento na promoção de dinâmicas de sensibilização e de formação junto dos cidadãos e dos serviços públicos.

Pessoas sem-abrigo

Adoptando o conceito de «pessoa sem-abrigo» aprovado pelas entidades que fazem parte do grupo interinstitucional (ISS, IP), o diagnóstico procurou

assinalar os principais indicadores de risco na cidade do Porto, numa perspectiva de concretização dos objectivos da Estratégia Nacional.

As pessoas sem-abrigo protagonizam situações de exclusão e de ruptura social extremas, constituindo por isso um dos principais alvos das acções de solidariedade formal e informal.

Durante o período de elaboração deste diagnóstico, os actores sociais mais directamente envolvidos com este grupo humano deram testemunho de um aumento significativo do número de pessoas que pedem ajuda na rua, com aparecimento de mais crianças e mulheres, o que configura uma tendência de mudança no perfil tradicional da pessoa sem-abrigo identificado anteriormente, em sede de Pré-diagnóstico.

O aumento na procura de apoio por parte das pessoas sem-abrigo, em particular de alimentos, denuncia o agravamento das situações de privação que afectam este grupo humano num tempo de crise. Esta circunstância torna ainda mais relevante o tradicional contributo da acção voluntária, justificando o reforço destas dinâmicas e a articulação entre diferentes redes e serviços. A este respeito, considerando o número e o tipo de instituições, de associações cívicas e de projectos existente, pode dizer-se que a Cidade possui um conjunto de respostas sociais suficientemente variadas e eficazes para fazer face às necessidades específicas das pessoas sem-abrigo.

Os maiores constrangimentos colocam-se ao nível das atitudes e comportamentos inter-actores, designadamente no que se refere às exigências de coordenação técnica das equipas de rua, da combinação de recursos e da partilha de informação, bem como às necessidades de formação pedagógica e ética dos vários agentes de intervenção, técnicos e voluntários.

Considerando a dinâmica de participação dos actores mais directamente envolvidos, o relatório realça de forma enfática a disponibilidade revelada para o debate de diagnóstico e para a aprendizagem de trabalho em rede.

Imigrantes e Minorias Étnicas

O processo de auscultação e participação permitiu apurar a sensibilidade dos cidadãos portuenses em relação a este grupo, bem como a dos próprios cidadãos estrangeiros imigrantes.

A cidade do Porto é considerada como uma cidade acolhedora e hospitaleira em relação à sua população estrangeira.

Todavia, regista-se a tendência, evidenciada sobretudo nos primeiros meses de 2009, de perda de população imigrante, em particular de pessoas de nacionalidade europeia. Esta tendência surge explicada por razões de natureza contextual que se prendem com a crise económica e as consequentes dificuldades de acesso ao mercado de trabalho.

Considerando que a inserção social das pessoas oriundas de outros países e de outras tradições culturais constitui uma mais valia civilizacional e uma oportunidade de enriquecimento social, assinala-se esta perda entre os sinais de alerta de uma cidadania intercultural e solidária.

No que se refere a indicadores de risco específicos e a respostas sociais de carácter prioritário, salienta-se a necessidade de ajuda imediata a famílias afectadas pelo desemprego, bem como uma especial atenção em relação às pessoas em situação de irregularidade e que, por essa razão, tendem a ser invisíveis para as instituições e para os serviços de apoio.

Estas pessoas enfrentam dificuldades agravadas no acesso a direitos básicos, para além de se encontrarem mais vulneráveis face aos sectores informais e desprotegidos da economia. Importa ter em conta que estamos perante um grupo especialmente carente de redes de proximidade familiar, factor decisivo num tempo de incerteza e de crise.

Novos pobres

A introdução de um ponto específico dedicado ao grupo humano aqui designado por «novos pobres» resulta da necessidade de atender à singularidade das situações de pobreza emergentes do contexto situacional e que, atingindo muitas pessoas e famílias, se encontram fora dos tradicionais

quadros de sinalização de risco, apelando para respostas sociais específicas. Estas novas formas de pobreza têm vindo a afectar, essencialmente, famílias da classe média que, por perda de salário, deixam de conseguir fazer face às despesas do seu agregado familiar.

Apesar de não ser possível contabilizar com rigor este fenómeno, os dados fornecidos por entidades como o Gabinete de Apoio ao Sobreendividado (GAS) da Associação Portuguesa para a Defesa dos Consumidores (DECO) sobre processos registados nos últimos meses são elucidativos sobre o agravamento progressivo das situações de sobreendividamento.

A expressão «fome envergonhada» surge com recorrência para caracterizar este fenómeno. Por estas razões, importa conhecer melhor a realidade destas famílias e destas pessoas, sugerindo-se um acompanhamento continuado destas situações, seja em termos de «Observatório Social», seja em termos de intervenção.

3. Retrato prospectivo de uma cidade solidária

A terceira e última parte do relatório centra-se na análise prospectiva sobre a realidade social estudada, tendo por base a problematização de todos os elementos de diagnóstico anteriormente referidos e procurando traduzir, em síntese, os eixos de acção solidária de uma cidade como o Porto, plena de potencialidades e de recursos.

Seguindo a matriz conceptual e metodológica explicitada, mais do que indicar um conjunto de recomendações de teor curativo, ou de simplesmente apresentar eixos de leitura «sobre o território», procurou-se sublinhar indicadores sobre a realidade social «produzida pelo território», tentando evidenciar um dos recursos mais preciosos da Cidade – a participação motivada e empenhada das suas instituições e dos seus cidadãos. Remetendo o essencial desta análise para o Relatório de Processo que descreve a dinâmica sociocomunitária desenvolvida no âmbito do projecto «Porto Solidário», sistematizam-se as conclusões resultantes da análise cruzada dos dados obtidos através das várias modalidades de auscultação e de participação, com ênfase para o registo da percepção dos próprios actores. Desde logo, há a salientar o grau e o tipo de participação revelados durante todo o processo de diagnóstico, protagonizado expressivamente por pessoas de todas as faixas etárias.

De um modo extraordinariamente expressivo, a quase totalidade das pessoas contactadas e que deram testemunho reconhece a cidade do Porto como «a sua cidade», descrevendo-a como uma «cidade solidária». A par dos dados de natureza quantitativa sobre o número e o tipo de entidades da Cidade relevantes em termos de acção social, pretendeu-se conhecer o «rostro» de cada instituição, de cada Associação e de cada projecto, averiguando sobre todos os aspectos de natureza organizacional e funcional que fazem a diferença do seu contributo específico, desde o estado dos equipamentos e recursos disponíveis, passando pelo ideário de acção e pelo património de

experiência, até às iniciativas que animam as rotinas quotidianas, às dificuldades e anseios, bem como à disponibilidade para a interacção com outros actores e os consequentes regimes de trabalho em parceria e em rede.

A forma como as instituições «abriram portas» e todos os sujeitos-actores se disponibilizaram para o debate, emerge como um dos indicadores mais significativo sobre o potencial de solidariedade da Cidade. Sublinha-se neste sentido o número de iniciativas, projectos e propostas de trabalho conjunto emergentes durante o processo, a começar pela própria rede de «Mediadores DSP». Na verdade, a expressão «Porto Solidário», traduzida graficamente em logótipo próprio, acabou por funcionar como uma «marca» pública de referência, conforme se pode comprovar pelo número de iniciativas e de propostas de trabalho onde o projecto «Porto Solidário» surge na qualidade de «parceiro».

No que se refere a constrangimentos e contrariedades, o processo de diagnóstico foi marcado por dois obstáculos fundamentais, um primeiro de ordem temporal e um segundo relativo à dificuldade de obtenção de dados susceptíveis de tradução objectiva e passíveis de publicitação. Pretender chegar a tantos, e em tão pouco tempo, representava, logo à partida uma missão demasiado ambiciosa e, de certo modo, impossível, sobretudo tendo em conta o limite de 10 escassos meses previstos para a elaboração deste diagnóstico. A esta dificuldade juntou-se o facto de o conhecimento social sobre a Cidade se encontrar disperso por múltiplos estudos e pequenos diagnósticos, muitos deles tendo por base formatos que dificultam um processamento de dados integrado e rigoroso.

Por outro lado, se a predisposição dos actores para a participação no diagnóstico foi uma constante, constituindo mesmo um indicador positivo da dinâmica social da Cidade, a verdade é que, em grande parte dos casos, não foi possível obter autorização de divulgação da informação disponibilizada. O que desde logo constitui um dos indicadores a registar ao nível dos constrangimentos que se colocam ao trabalho em rede, tanto do ponto de vista interinstitucional como interprofissional.

Por todas as razões apontadas, apela-se necessidade de prosseguir as dinâmicas de auscultação e participação iniciadas no âmbito deste diagnóstico, numa perspectiva não só de actualização periódica mas, sobretudo, de promoção contínua de práticas de partilha, cooperação e compromisso.

O relatório termina com recomendações de carácter transversal, sustentando o quadro prospectivo de uma Cidade reconhecidamente solidária, conforme surge comprovado pelo grau e pelo tipo de participação conseguidos durante todo o processo de elaboração do diagnóstico. Em termos globais, considera-se que a cidade do Porto possui um bom capital de recursos materiais e humanos que, acima de tudo, carecem de mais e melhor racionalização num quadro de gestão integrada e partilhada, valorizando assim as forças pessoais, institucionais e sociocomunitárias que, alimentando a criatividade cívica fazem convergir vontades em torno de valores de esperança, compromisso e solidariedade.

Introdução Geral

Intitulado «Porto Solidário», o presente documento corresponde ao relatório final do Diagnóstico Social do Porto (DSP), elaborado pela Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Educação e Psicologia UCP/FEP), na sequência de um protocolo celebrado com a Câmara Municipal do Porto/Fundação Porto Social (CMP/FPS) e o Núcleo Executivo do Conselho Local da Acção Social do Porto (CLASP).

Procurando dar seguimento aos imperativos de resposta social decorrentes do retrato da Cidade apresentado no Pré-diagnóstico (CMP/GEP, 2008), o processo de diagnóstico visou, prioritariamente, ir ao encontro de todos actores sociais – poderes públicos, instituições, associações cívicas, pessoas de todas as idades – tentando identificar problemas, recursos, potencialidades e eixos de acção em favor de um «Porto Solidário».

Assim, a par do esforço de actualização de dados de carácter estatístico e tendo por referência os domínios ligados aos direitos humanos considerados básicos e que se encontram consagrados nas estratégias de desenvolvimento social de âmbito europeu, nacional e regional: Dinâmicas Sociodemográficas; Dinâmicas Socioeconómicas; Habitação; Saúde; Educação e Formação; Segurança e Igualdade de Oportunidades para o Género.

No seguimento das mesmas preocupações, optou-se ainda por destacar a situação específica dos seguintes grupos humanos: Crianças e Jovens; Pessoas idosas; Pessoas com deficiência; Pessoas sem-abrigo; Imigrantes e minorias étnicas; Pessoas em situação de grande dependência e «Novos pobres».

Neste sentido, o presente documento encontra-se estruturado em três partes fundamentais.

A primeira parte é inteiramente dedicada à justificação da opção conceptual e metodológica e à descrição da dinâmica do projecto «Porto Solidário», começando pela explicitação dos conceitos basilares utilizados neste estudo, como «pobreza», «exclusão social», «desenvolvimento social», «diagnóstico territorial» e «solidariedade».

A segunda parte apresenta os dados de diagnóstico territorial e respectiva análise crítica, destacando a este nível a situação dos grupos humanos reconhecidos como especialmente vulneráveis.

A terceira e última parte refere-se ao quadro prospectivo da cidade do Porto resultante do cruzamento de toda a informação recolhida, contemplando a apreciação crítica sobre a dinâmica de actores, a indicação dos principais sinais de alerta e principais linhas de força e ainda um conjunto de recomendações gerais, enunciadas em termos de síntese prospectiva.

Um diagnóstico assente na participação activa de todos os actores constitui, em si mesmo, um recurso precioso para a mudança social desejada. Neste entendimento, e na tentativa de fazer justiça à qualidade e grau de participação que caracterizou o projecto «Porto Solidário», foi considerado pertinente detalhar em documento próprio toda a dinâmica desenvolvida, tendo, para esse efeito, sido elaborado um documento específico designado por Relatório de Processo (RP).

I.

Enquadramento conceptual e metodológico



1. Justificação da opção metodológica

«Toda a pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora do seu controle».

(Declaração Universal do Direitos Humanos, 1948, Artigo XXV)

«Designa-se por rede social o conjunto das diferentes formas de entreatajuda, bem como das entidades particulares sem fins lucrativos e dos organismos públicos que trabalham no domínio da acção social e articulem entre si e com o Governo a respectiva actuação, com vista à erradicação da pobreza e exclusão social e à promoção do desenvolvimento social».

(Resolução do Conselho de Ministros nº 197/97)

Os conceitos traduzem concepções sobre a realidade ao mesmo tempo que as condicionam, influenciando os processos de acção e de mudança. Os conceitos de «pobreza» e de «exclusão social» não escapam a este princípio, referindo-se a realidades humanas muito complexas e multidimensionais, susceptíveis, como tal, de múltiplas acepções e percepções. Justifica-se assim, e antes de mais, a necessidade de uma clarificação que permita compreender as opções de carácter conceptual e metodológico feitas no âmbito deste diagnóstico.

Desde 1948, data da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que as questões relativas à pobreza são consideradas como um problema que afecta o desenvolvimento da humanidade em cada ser humano. Por esta razão, e tal como lembra a Comissão sobre os Direitos Sociais, Económicos e Culturais,

das Nações Unidas,¹ uma abordagem do fenómeno da pobreza subordinada ao reconhecimento dos direitos humanos constitui um factor determinante da eficácia das estratégias de luta contra a pobreza e a exclusão social.

O significado que subjaz a estas recomendações, e que, de forma geral, encontramos expresso nos principais normativos que norteiam as sociedades democráticas do século XXI, autoriza-nos a associar a pobreza à falta de recursos necessários à manutenção de padrões existenciais dignos da condição humana. Conforme nota Alfredo Bruto da Costa (2008),² o uso do termo «recursos» no lugar da tradicional menção a «rendimentos» assinala uma ampliação de sentido na análise do fenómeno da pobreza.

Por sua vez, esses recursos tendem hoje a ser pensados por referência a um conjunto de necessidades, materiais e imateriais, reconhecidas como básicas, começando pelas que dizem respeito à alimentação, ao abrigo e à protecção, mas sem deixar de ter em conta as que se prendem com a saúde, a justiça, a formação ou a participação cultural e cívica. Afinal de contas, e como refere o autor anteriormente citado, «uma pessoa com fome não é livre. Antes do mais, não é livre de comer. Acresce que quem não é livre de comer também não tem condições para o exercício da liberdade noutras dimensões» (Bruto da Costa, 2008). As situações de pobreza constituem assim uma violação de direitos de humanidade e cidadania, representando um dos factores mais importantes de exclusão social. Embora, conforme alertam muitos autores contemporâneos, como Pierre Rosanvallon, Rober Castel e Zigmunt Bauman, por exemplo, o fenómeno da exclusão social não se restrinja às questões da pobreza.

Tal como acontece com o termo «pobreza», a expressão «exclusão social» remete para um universo de significados plural e, de certo modo, equívoco. Bastará atender à heterogeneidade dos seus usos para perceber que

¹ *Poverty and the International Covenant on Economics, Social and Cultural Rights*. (2001). United Nations Committee on Social, Economic and Cultural Rights.

² Para uma melhor compreensão do complexo fenómeno da pobreza, ver «Um Olhar sobre a Pobreza - vulnerabilidade e exclusão social no Portugal Contemporâneo», 2008. Alfredo Bruto da Costa (Coord.), Isabel Baptista, Pedro Perista, Paula Carilho. Gradiva. Lisboa.

quando falamos em exclusão social estamos perante uma «noção armadilhada» (Castel, 1995). Na verdade, «o conceito de exclusão oscila frequentemente entre o défice e o excesso de sentido, refém que está de uma sociedade que oscila entre o individualismo e o solidarismo, entre a ignorância, a indiferença e o sensacionalismo mediático» (Carvalho & Baptista, 2004).

Neste estudo, a expressão «exclusão social» assume um sentido amplo ligado a objectivos de coesão social que, valorizando a relação das pessoas com os diversos sistemas sociais geradores de inclusão, não ignora os modos de «vida social» que configuram as rotinas existenciais, a forma como cada pessoa se relaciona com o lugar que habita e com os outros seres humanos, com os seus familiares, os vizinhos, os colegas de trabalho e, de um modo geral, com os seus concidadãos. Conforme salienta o Relatório do Conselho da Europa (2008)³ dedicado a esta temática, as questões da coesão social referem-se à inclusão e à participação nas diferentes esferas de vida, económica, social, cultural e política mas também ao sentido de solidariedade e de pertença que liga os indivíduos à sociedade e, desse modo, os compromete na procura do bem comum.

Questões como o isolamento, como a discriminação e a segregação estão hoje no âmago das razões que explicam a fragilidade dos «laços sociais». Por esta razão, as dimensões de cidadania e de participação social adquirem especial relevância neste contexto de análise, ocupando um lugar fundamental na permanente luta contra a pobreza e a exclusão social.

Associando o «fazer sociedade» com o «fazer cidade», importa ainda atender à qualidade relacional da Cidade, ao tipo de espaços públicos que ela oferece, bem como às suas condições de mobilidade e de acessibilidade.

No seguimento destas preocupações, a noção de desenvolvimento social surge perspectivada num quadro de responsabilidade comum que, tendo por referência a realidade territorial, é exercida nos planos institucional,

³ Council of Europe (2008). *Report of High-Level Task Force on Social Cohesion. Towards an Active, Fair and Socially Cohesive Europe*. Strasbourg: Council of Europe.

sociocomunitário e pessoal. Adoptando a definição proposta por Jean-François Bernoux (2005), designamos por «desenvolvimento social territorial», o processo participativo de produção de conhecimento social, protagonizado pelo maior número possível de actores de um determinado território, segundo estratégias negociadas de projecto que visam a melhoria e a promoção de oportunidades de desenvolvimento humano sustentável. Ou seja, valorizando a categoria de «território» como princípio de inteligibilidade e, simultaneamente, de acção designa-se neste contexto por Diagnóstico Territorial o processo de produção de conhecimento sobre a realidade social da Cidade/Município, sem prejuízo da consideração de outros aspectos de enquadramento territorial ligados a objectivos de coesão intermunicipal e regional.

Assim, em termos de diagnóstico territorial, tratou-se, em primeiro lugar, de averiguar sobre as razões que impedem os cidadãos do Porto de aceder universal e plenamente aos recursos disponíveis na sua Cidade, na sua Região e no seu País, tentando identificar e caracterizar necessidades das pessoas e grupos humanos mais vulneráveis, isto é, aqueles que se encontram mais expostos à ameaça de privação, justificando por isso uma atenção prioritária.

De modo a poder dar seguimento a estes propósitos, pretendeu-se mobilizar o maior número possível de actores e de forma a conseguir uma compreensão da realidade social da Cidade global, prospectiva e co-responsabilizante. O valor «solidariedade», compreendido como exercício de responsabilidade social, emerge neste contexto como «objectivo» de acção e, simultaneamente, como «ferramenta» ao serviço do bem comum e que, na verdade, está ao alcance de todos.

Todos os actores sociais – todos os cidadãos – são detentores de um saber relevante para o processo de desenvolvimento social da sua Cidade, tanto ao nível da identificação de problemas como da ponderação de soluções. Como refere Jean-François Bernoux (2005), partir deste princípio, reconhecendo que todos os sujeitos-actores possuem o direito e o dever de participar activamente na dinâmica de desenvolvimento da Cidade que

habitam, significa, por outro lado, reconhecer que nenhuma pessoa, nenhuma instituição, nenhuma entidade política ou nenhuma autoridade profissional, possui um saber completo e exclusivo sobre essa realidade, o que significa que só através do diálogo, do debate e do confronto de ideias, é possível obter visões globais, sistémicas, concertadas e, acima de tudo, mobilizadoras.

Com efeito, os processos de reflexão partilhada permitem:

- Evidenciar as potencialidades e os limites inerentes ao contributo de cada actor, contrariando assim os condicionamentos gerados por visões parcelares e excessivamente especializadas sobre a realidade.
- Consciencializar as dimensões de interdependência e o sentido de bem comum, possibilitando a identificação de competências inter-actores e as linhas de articulação possível entre respostas sociais diferentes.
- Valorizar as sensibilidades e as motivações que, alimentando a criatividade cívica, sustentam a força de mudança positiva, mobilizando vontades em torno de valores de esperança, de co-responsabilização, de compromisso e de coesão social.

Um processo de produção de conhecimento com estas características, que pretende valorizar a percepção de múltiplos actores sobre uma realidade tão sensível, tão complexa e tão exigente do ponto de vista humano como a que se refere às dinâmicas sociais, sobretudo em tempos de incerteza e de crise, exige o recurso a procedimentos de ordem metodológica delicados e muito específicos, eles mesmos abertos à inovação social.

Em primeiro lugar, trata-se de procurar assegurar a existência de modalidades de participação suficientemente diferenciadas, tentando, não só ir ao encontro do maior número possível de actores, como criar condições potenciadoras da comunicação dos actores entre si, o que desde logo exige uma cuidadosa identificação dos actores e a ponderação sobre os respectivos estatutos de participação.

Em segundo lugar, a informação obtida através de processos amplamente partilhados carece de uma tradução racional rigorosa, segundo parâmetros de análise que ajudem a perspectivar a multiplicidade de percepções num horizonte de significação suficientemente amplo e passível de expressão operativa.

Assim sendo, o quadro prospectivo apresentado na terceira parte do presente relatório não resulta da mera descrição ou justaposição de opiniões subjectivas e parcelares, mas sim de leituras construídas com recurso a grelhas de leitura amplas e subordinadas a modelos de inteligibilidade sociopedagógica.

Neste processo de análise cruzada e problematizadora, foram tidos em conta os dados recolhidos através da dinâmica sociocomunitária em conjugação com a informação académica e estatística disponível, de modo a conseguir traçar o retrato social da Cidade, a sua especificidade territorial, em relação com os elementos comparativos de âmbito internacional, nacional e regional.

Numa lógica de ponderação sobre eixos de acção estratégica, e tendo por base uma aproximação crítica ao modelo de análise *SWOT*⁴, cada ponto inclui referência à identificação de necessidades e obstáculos, bem como às oportunidades e linhas de força, explicitando recomendações específicas, retomadas posteriormente no âmbito da análise global e de teor prospectivo.

Reconhecendo que é quando temos em referência as situações vividas por pessoas em concreto, sobretudo por aquelas que se apresentam como mais vulneráveis, que o conhecimento sobre a realidade humana e social ganha acuidade, a caracterização apresentada a este respeito surge ainda ilustrada por quadros síntese relativos ao processo de auscultação e participação, procurando deste modo tornar explícito o contributo dos próprios actores, designadamente das pessoas que protagonizam as situações de privação e/ou vulnerabilidade descritas.

⁴ Modelo de análise assente na identificação de «pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças». A sigla SWOT resulta justamente da junção da letra inicial de cada uma destas palavras em Inglês - *Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*.

2. Objectivos gerais e estratégia de desenvolvimento

Em conformidade com os princípios de ordem conceptual e metodológica enunciados e visando construir um retrato prospectivo da realidade social da Cidade suficientemente expressivo do seu potencial material e humano, o processo de diagnóstico obedeceu aos seguintes objectivos fundamentais:

1. Aprofundar e ampliar o conhecimento produzido no âmbito do Pré-diagnóstico, reforçando a sua dimensão qualitativa.
2. Identificar e caracterizar os principais problemas, necessidades e recursos sociais da Cidade, com ênfase para a situação dos grupos humanos especialmente vulneráveis.
3. Identificar e caracterizar os actores sociais e as forças de desenvolvimento local, numa perspectiva de reforço das *dinâmicas inter-actores*, de estímulo ao *trabalho em rede* e de apoio às práticas de cooperação e de solidariedade existentes.

Para efeitos de cumprimento dos dois primeiros objectivos, e tal como foi já explicado, a análise apresentada em cada um dos domínios de diagnóstico privilegiados teve sobretudo por base os dados estatísticos disponíveis, tentando sempre realçar as necessidades das pessoas e grupos humanos mais vulneráveis.

Por coerência com a opção de diagnóstico e por razões de inviabilidade prática, não constituiu ambição deste estudo proceder à revisão científica dos indicadores da pobreza e da exclusão social. Os elementos que suportam a caracterização da situação social da Cidade foram ponderados por referência aos indicadores definidos no âmbito das recomendações de estratégia internacional, nacional e regional.

No que se refere à identificação e caracterização de actores sociais e respectivas dinâmicas de acção e interacção, os indicadores predefinidos centraram-se na actualização da cartografia social, na identidade organizacional e sociopedagógica (ideário, domínio e projecto de intervenção) de cada entidade e nas práticas de cooperação e compromisso (explícitas e implícitas) inter-actores.

A estratégia de desenvolvimento que permitiu dar seguimento a estes objectivos assentou em três etapas fundamentais, a primeira das quais (Julho/Setembro de 2008) dedicada à estruturação de todo o diagnóstico, com definição das respectivas estruturas de condução e equipas de trabalho, sendo aqui de salientar que, embora tenha sido entregue à responsabilidade científica e técnica da UCP/FEP, o processo de elaboração do diagnóstico contou com um Conselho de Acompanhamento composto paritariamente por docentes UCP e elementos da FPS e do CLASP.⁵

A segunda etapa desta estratégia de desenvolvimento foi inteiramente dedicada à dinâmica sociocomunitária de auscultação e participação (Outubro de 2008 a Maio de 2009). Por último, a terceira etapa correspondeu à sistematização, processamento, análise e validação de dados recolhidos (Junho/Julho de 2009).

⁵ A composição do Conselho de Acompanhamento (CA) contou com dois docentes UCP/FEP (Joaquim Azevedo; Isabel Baptista) e dois elementos da FPS e do CLASP (Margarida Fernandes; Paula Macedo).

3. Dinâmica do projecto «Porto Solidário»

De forma a garantir modalidades de diagnóstico suficientemente diferenciadas, próximas dos actores e adequadas aos respectivos estatutos de participação, a dinâmica do projecto «Porto Solidário» contou com:

- a. Constituição de um Conselho de Acompanhamento (CA) composto paritariamente por docentes UCP/ FEP e elementos da FPS e do CLASP, com a missão de acompanhar a dinâmica sociocomunitária em todas as suas etapas e de forma a assegurar a mediação entre a entidade responsável pela elaboração do Diagnóstico Social e as entidades promotoras.
- b. Constituição de um grupo de trabalho composto por técnicos UCP com missão específica de recolha de informação de carácter estatístico.
- c. Constituição de uma equipa de «técnicos de pedagogia social» da UCP com missão específica de acção de proximidade junto das freguesias, das instituições, dos projectos e dos próprios cidadãos.
- d. Constituição de uma «rede de mediadores de diagnóstico social» (Mediadores DSP) composta por 34 elementos oriundos das instituições parceiras do Conselho Local de Acção Social do Porto (CLASP), de acordo com a adesão voluntária ao programa de formação promovido pela UCP/FEP na sequência do processo de divulgação pública, iniciado em Julho 2008.
- e. Realização de um curso na UCP – «Desenvolvimento Humano e Cidadania Social» que decorreu entre os dias 9 de Setembro e 16 de Outubro de 2008. O curso contou com quatro sessões abertas de sensibilização sobre os eixos temáticos do diagnóstico, concretamente «Pobreza»; «Envelhecimento»; «Dinâmicas sociocomunitárias – projecto TCA»; «Emprego e estratégias de vida».⁶

⁶ Para além dos docentes UCP, colaboraram neste curso como dinamizadores convidados Isabel Martins (coordenadora do Pré-diagnóstico) e Alfredo Bruto da Costa.

- f. Sessão de apresentação pública da rede de mediadores e da estratégia de desenvolvimento do projecto «Porto Solidário». (16/10/2008, UCP)
- g. Criação do sítio <http://www.porto.ucp.pt/portocidadesolidaria>, que funcionou como plataforma de informação e de comunicação permanente.
- h. Criação de um espaço de «Atendimento DSP», aberto a toda a população e assegurado diariamente por técnicos e mediadores DSP e sedado nas instalações do CRP/UCP, Foz do Douro.
- i. Promoção de acções de mediação sociopedagógica diversas, visando a proximidade com as dinâmicas de trabalho das próprias instituições e projectos.
- j. Contactos individuais com os dirigentes das 15 autarquias do concelho, visando a identificação de um interlocutor privilegiado que, em articulação com os membros da equipa de pedagogia social da UCP e a rede de mediadores permitisse chegar mais próximo das instituições, projectos e cidadãos de cada freguesia.
- k. Contactos individuais com responsáveis institucionais e com autores de estudos académicos considerados relevantes.
- l. Organização de grupos de discussão e de sessões temáticas por grupos de focagem.
- m. Encontros e debates públicos sob o formato «Fórum DSP»,⁷ designadamente: «Associativismo e Solidariedade» (3 de Dezembro de 2008),

⁷ Para além dos responsáveis autárquicos e dos Mediadores DSP, participaram nestas sessões na qualidade de dinamizadores convidados: Jorge Freitas (Subcomissário do Comando Metropolitano da PSP do Porto); Delia Resende (Emaús Caminho e Vida); Isabel Martins (Coordenadora do Projecto Entreculturas do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural);

Gonçalo Moita (Responsável pela Comissão para a Igualdade Contra a Discriminação Racial); Luís Gouveia (Director Regional do Norte do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras); Mauro Marques (Presidente da Associação de Apoio à Cidadania Lusófona – Porto); António Fonseca (Universidade Católica Portuguesa); Albino Magalhães (Presidente da Associação Nun'Alvares de Campanhã); Matilde Alves (Vereadora do Pelouro de Habitação e Acção Social da Câmara Municipal do Porto); António Leite (Subdirector da Direcção Regional de Educação do Norte);

Junta de Freguesia da Foz do Douro; «Cidade e Segurança: Policiamento de Proximidade» (20 de Janeiro de 2009), Junta de Freguesia de Santo Ildefonso; «Porto: Uma cidade intercultural?» (12 de Março de 2009), Junta de Freguesia de S. Nicolau; «Envelhecer na cidade: Problemas e desafios» (19 de Março de 2009), Junta de Freguesia de Campanhã; «Sistemas de Autoridade Social e Percursos de Vida» (21 de Março de 2009), «Projecto Acreditar», Contrato Local de Desenvolvimento Social de Aldoar, Associação de Ludotecas do Porto, Junta de Freguesia de Aldoar; «Habitação» (03 de Abril de 2009), Junta de Freguesia de Lordelo do Ouro, Junta de Freguesia de Massarelos, Junta de Freguesia de Cedofeita; «Emprego e Formação Profissional» (09 de Abril de 2009), Junta de Freguesia do Bonfim, Junta de Freguesia da Sé; «Sociedade Civil e Desenvolvimento Social Local» (20 de Abril de

Nuno Anjo (Director do Centro de Emprego do Porto Oriental - Instituto do Emprego e Formação Profissional); Américo Mendes (Universidade Católica Portuguesa); José Manuel Castro (Subdelegado Regional da Delegação Regional do Norte do Instituto de Emprego e Formação Profissional); Carlos Fragão (Director do Centro de Emprego do Porto Ocidental - Instituto do Emprego e Formação Profissional); Hélder Ferreira (Associação Metropolitana de Serviços); Padre Lino Maia (Pároco de Aldoar); Arnaldo Lucas (Presidente do Conselho Executivo da Escola EB 2/3 Manoel de Oliveira); Amélia Moreira (Médica de Saúde Pública e Coordenadora do Programa Materno-Infantil do Centro de Saúde de Aldoar); Teresa Roquette (Presidente da Associação de Ludotecas do Porto); Natália Quirino Pedrosa (Técnica de Acção Social da Junta de Freguesia de Aldoar); João Lopes (Docente da Universidade do Minho); Eduardo Vilaça (Docente Instituto Superior Ciências do Trabalho e da Empresa); Verónica da Silva (Técnica da CPCJ - Porto Ocidental); Sónia Costa (Coordenadora do Projecto «Acreditar»); Dulce Guimarães (Presidente do Contracto Local de Desenvolvimento Social de Aldoar); António Manuel Menino (Escola de Segunda Oportunidade - Matosinhos); Maria Amélia Cupertino de Miranda (Fundação Dr. António Cupertino de Miranda); Josefina Bazenga (Presidente da Direcção da APPACDM do Porto); Laurentina Santos (Centro de Educação e Formação Profissional Integrada); Neusa Rocha (Coordenadora Pedagógica da Oficina da Animação da Associação de Ludotecas do Porto).

- 2009), Junta de Freguesia de Miragaia, Junta de Freguesia da Vitória;
«Emprego e Estratégias de Vida» (24 de Abril de 2009), Junta de Freguesia da Foz do Douro, Junta de Freguesia de Nevogilde.
- n. Inquirição directa de actores através de questionários/fichas de mediação e entrevistas abertas.
 - o. Recolha de narrativas e testemunhos pessoais junto dos cidadãos.

Esta estratégia, assente na conjugação de múltiplas formas de participação e na mobilização de diversos actores, permitiu atingir os objectivos de diagnóstico previamente delineados e superar muitos dos condicionamentos processuais ligados, sobretudo, à escassez de tempo. Deste processo resultou uma dinâmica sociocomunitária extremamente rica e expressiva do capital de solidariedade da cidade do Porto, conforme surge evidenciado ao longo deste relatório e, de modo particular, em sede de documento específico, designado por «Relatório de Processo» (RP).

II

Diagnóstico Social Territorial



1. Áreas de Diagnóstico Privilegiadas

Em conformidade com os conceitos de «pobreza» e de «exclusão social» adoptados neste diagnóstico, considera-se que a privação por falta de recursos diz respeito a fenómenos de natureza complexa e multidimensional.

Por outro lado, a existência de recursos pressupõe a existência de igualdade de oportunidades no acesso aos bens comuns e aqui equacionados tendo por referência os domínios: Dinâmicas Sociodemográficas, Dinâmicas Socioeconómicas, Habitação, Saúde, Educação e Formação, Segurança e Igualdade de Oportunidades, enquanto dimensões que remetem para os principais sistemas sociais que asseguram o acesso aos direitos humanos essenciais.

Procurando aprofundar e ampliar o que havia sido já abordado em sede de Pré-diagnóstico, a caracterização da realidade municipal apresentada em cada um destes domínios teve por base os indicadores definidos no âmbito das recomendações de estratégia internacional, nacional e regional.

1.1. Dinâmicas Sociodemográficas

Conhecida como «Cidade *Invicta*», título que historicamente honra o carácter dos seus habitantes⁸, o Porto funciona como território de referência de uma vasta área metropolitana e regional, constituindo um pólo de vida social especialmente atractivo ao nível do emprego, da educação, da saúde, da cultura e de acesso a uma multiplicidade de serviços.

⁸ De acordo com os pressupostos de análise enunciados, ao longo deste relatório o termo «habitantes» serve para designar os residentes, aqueles que dormem e votam na cidade, mas também aqueles que a ela acorrem numa base quotidiana por razões de estudo, de trabalho e de acesso a uma multiplicidade de serviços.

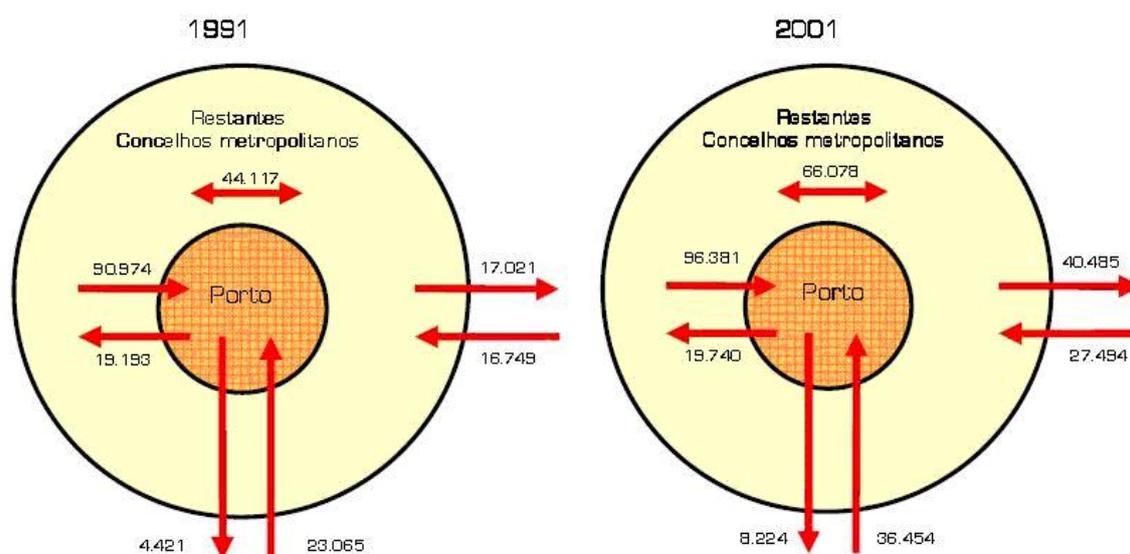
A vida da Cidade é, em todos os planos, quotidianamente animada pelos actos de viver e de ser de um grande número de pessoas, embora muitas delas residam noutros municípios. Muitas destas pessoas são jovens estudantes, nacionais e estrangeiros, atraídos por uma Cidade rica em termos de oferta de ensino superior.

A cidade do Porto continua também a apresentar-se como um atractivo pólo de emprego, sendo que apenas 29% dos que emigraram para os outros concelhos metropolitanos no último intervalo intercensitário trabalhavam no novo concelho de residência, exercendo 51% deles a sua actividade no Porto.

Este é o concelho da Área Metropolitana do Porto (AMP) no qual, em 2000, terminavam a maior parte das viagens de deslocação para o local de trabalho, sendo 53% destas realizadas por residentes noutros concelhos. Este fenómeno ultrapassa mesmo os limites da AMP, uma vez que 11% dos que entre 1995 e 2001 passaram a residir em concelhos não-metropolitanos continuaram a trabalhar no Porto (GEP, 2008). Tal como podemos ver na figura 1, o concelho do Porto posicionava-se, entre 1991 e 2001, como o principal pólo de emprego da AMP.

O número de indivíduos que residiam em concelhos não metropolitanos e trabalhavam no Porto permaneceu também muito superior ao dos que efectuavam deslocações em sentido oposto. Desta forma, e não existindo dados estatísticos mais actualizados sobre os movimentos pendulares na Cidade, podemos concluir que, a verificar-se a tendência evidenciada no período em análise, apesar do decréscimo populacional que se tem vindo a acentuar no concelho do Porto, o número de trabalhadores não residentes é muito significativo.

Figura 1: Interacção casa / trabalho intermunicipal em 1991 e 2001



Fonte: GEP, 2008 (Fluxos Migratórios e Deslocações Casa / Trabalho, 1991-2001)

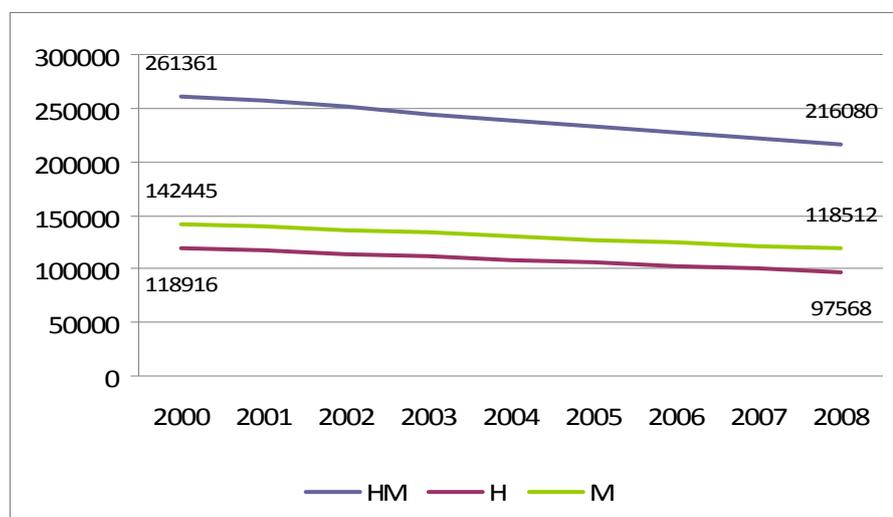
Dentro do concelho do Porto há freguesias que se destacam por uma maior densidade populacional durante o dia, a saber, Santo Ildefonso, Vitória, São Nicolau, Sé e Miragaia, o que indica serem estas as freguesias mais atractivas em termos de emprego.

Embora reconhecendo que os indicadores de vitalidade urbana de uma cidade-metrópole como a cidade do Porto não são redutíveis à descrição de elementos de carácter estatístico referentes à população residente, dada a importância destes indicadores demográficos para o diagnóstico social da Cidade, procedeu-se a uma actualização de dados quantitativos sobre a população residente no concelho, tomando como referência os anos de 2007, 2008 e 2009.

A este nível, e em termos gerais, os dados actualmente disponíveis confirmam, acentuando, as principais tendências que haviam sido apontadas no Pré-diagnóstico e, de um modo geral, observadas nos últimos anos em Portugal, designadamente: abrandamento do crescimento populacional total e envelhecimento populacional.

A população residente do concelho tem vindo a diminuir continuamente ao longo dos últimos anos. Em 2008 a população residente na cidade do Porto era de 216 080 (menos 5720 pessoas do que no ano de 2007) e a população média anual residente totalizava os 218 940 habitantes. Ou seja, tomando como referência os números relativos à população residente para os anos de 2007 e 2008 podemos afirmar que o Porto perdeu uma média de 16 habitantes por dia ao longo do último ano.

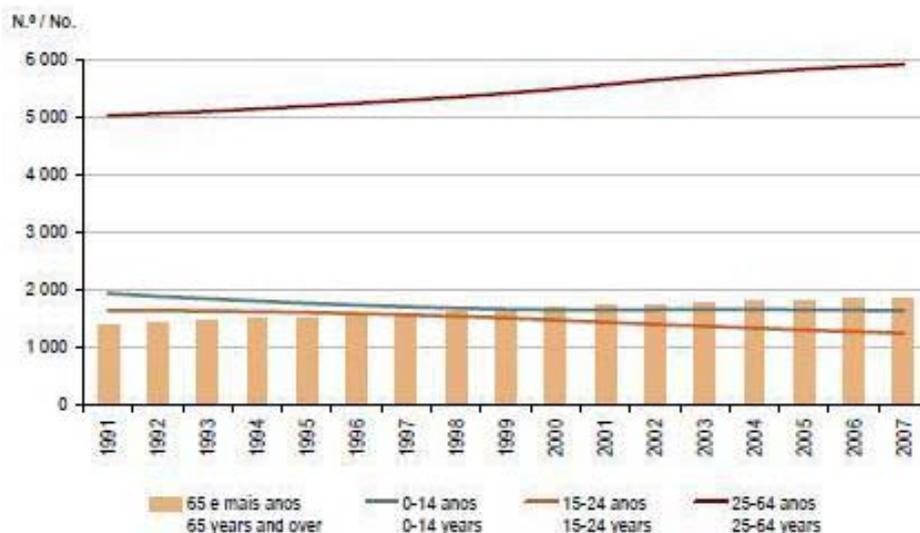
Gráfico 1: Evolução da população residente no concelho do Porto, 2000 a 2008



Fonte: UCP/FEP (a partir de dados do INE, 2009)

O decréscimo populacional fez-se notar em todas as faixas etárias. Até ao ano de 2007, o grupo dos 75 e mais anos era o único que, num cenário global de diminuição da população, tendia a registar um acréscimo populacional, ainda que ligeiro. No entanto, em 2008 também esta faixa etária apresentou valores inferiores aos do ano anterior (gráfico 2).

Gráfico 2: Evolução da população residente por grupos etários (1991 a 2007)



Fonte: INE, 2008 (Estatísticas Demográficas 2007)

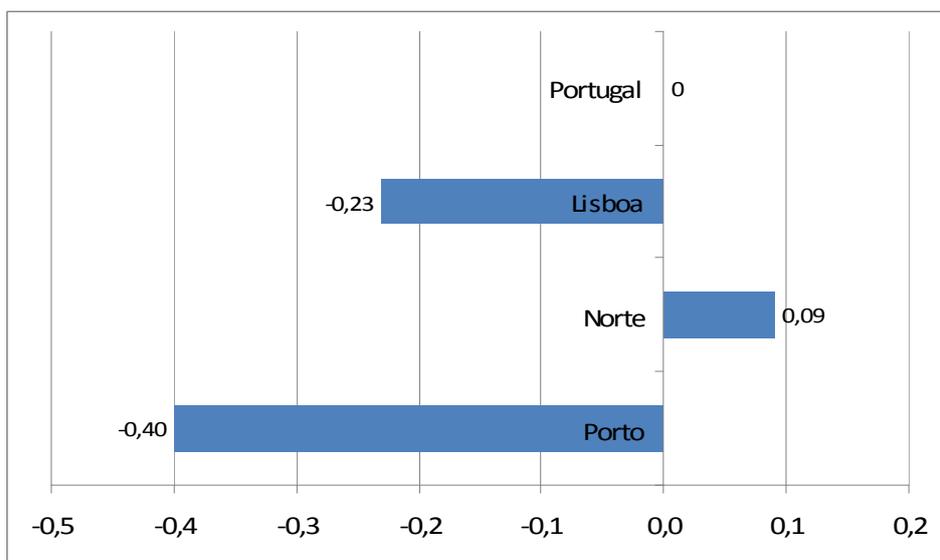
De acordo com estes indicadores, a população do Porto encontra-se extremamente envelhecida. No ano de 2008, 20,7% dos seus habitantes tinham idade igual ou superior a 65 anos de idade.

Em termos de género, 54,8% da população do Porto é do sexo feminino. Os homens encontram-se em maior número apenas nos grupos populacionais dos 0 aos 14 e dos 15 aos 24 anos de idade. A partir desta faixa etária a predominância das mulheres vai avançando à medida que avança também a idade da população.

A taxa de crescimento natural do país atingiu em 2007, pela primeira vez na história demográfica portuguesa recente, um valor negativo de -0,01%. Em 2008 esse valor fixou-se em 0%.

Como se pode ver no gráfico 3, no concelho do Porto o valor da taxa de crescimento natural em 2008 foi de -0,40%, situando-se bastante abaixo da média nacional.

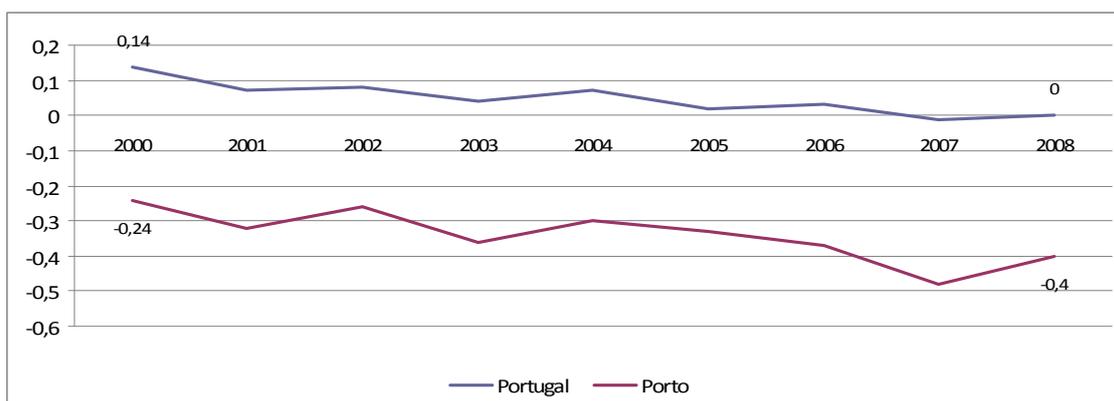
Gráfico 3: Taxa de crescimento natural por local de residência (2008)



Fonte: UCP/FEP (a partir de dados do INE, 2009)

Apesar de, a nível de concelho, se registar uma subida nesta taxa relativamente ao ano anterior, o indicador em causa tem vindo a apresentar valores negativos ao longo dos últimos anos (gráfico 4).

Gráfico 4: Evolução da taxa de crescimento natural no concelho do Porto (2000 a 2007)

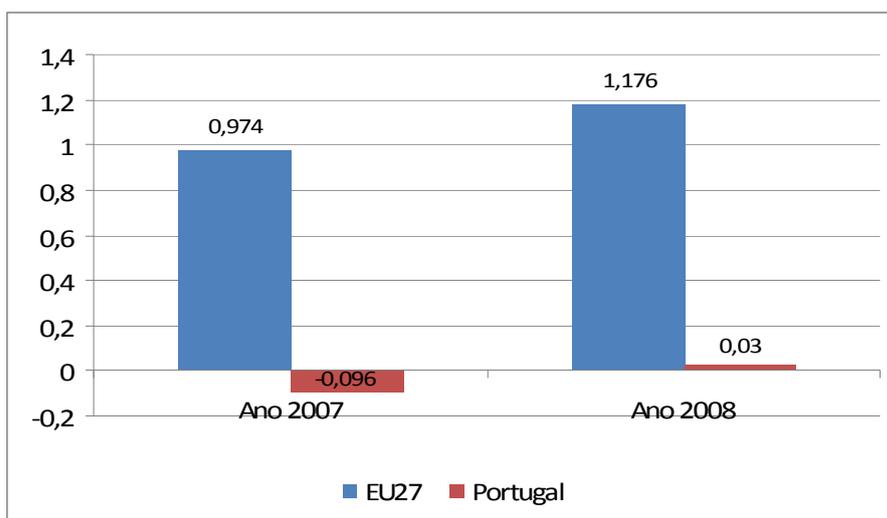


Fonte: UCP/FEP (a partir de dados do INE, 2009)

A existência de uma taxa de crescimento natural negativa em 2007 não foi situação exclusiva de Portugal. No conjunto dos 27 países da União Europeia, também a Itália, Estónia, Alemanha, Roménia, Hungria, Lituânia, Letónia e Bulgária apresentaram taxas de crescimento natural de valor negativo.

Contudo, quando comparado com a globalidade dos Estados-Membros, Portugal tem vindo a apresentar uma taxa de crescimento natural muito inferior à média (gráfico 5).

Gráfico 5: Taxa de crescimento natural em Portugal e na UE27, 2007 e 2008

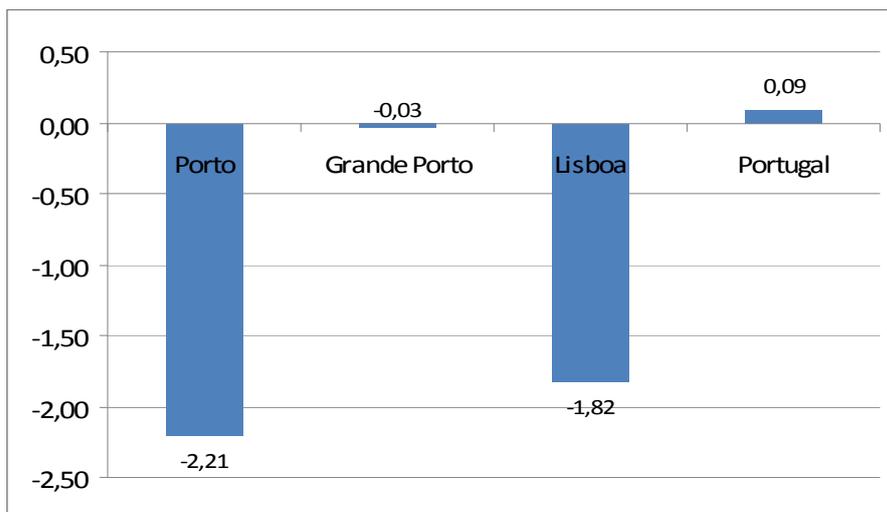


Fonte: UCP/FEP (a partir de dados do Eurostat, 2009)

O saldo migratório em Portugal manteve, em 2008, um valor positivo, o que significa que o fluxo imigratório continua a ser superior ao emigratório.

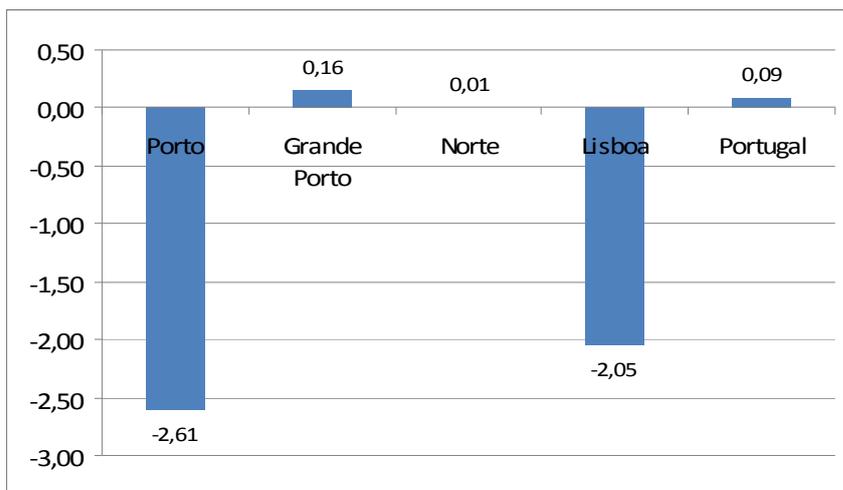
No entanto, apesar de positivo, este valor tem vindo a diminuir o que, associado a um saldo natural nulo, deu origem a um novo abrandamento do ritmo do crescimento da população em 2008, atingindo-se uma taxa de crescimento efectivo de 0,09% (gráficos 6 e 7).

Gráfico 6: Taxa de crescimento migratório por local de residência, 2008



Fonte: UCP/FEP (a partir de dados do INE, 2009)

Gráfico 7: Taxa de crescimento efectivo por local de residência, 2008



Fonte: UCP/FEP (a partir de dados do INE, 2009)

Contrariamente ao país, o concelho do Porto tem apresentado uma taxa de crescimento migratório negativa ao longo dos últimos anos. Em 2008 esta taxa fixou-se em -2,21%. O saldo migratório combinado com a taxa de crescimento natural do concelho originou uma consequente taxa de

crescimento efectivo negativa de -2,61% em 2008, valor que se situa muito abaixo da média nacional.

No entanto, dentro deste cenário é importante dar atenção aos movimentos pendulares na cidade do Porto, ou seja, aos movimentos quotidianos das populações entre o local de residência e o local de trabalho ou estudo.

Tomando como referência os dados do INE, constata-se que na década de 90 se registou um forte desequilíbrio entre os movimentos migratórios de saída e de entrada no concelho do Porto, situação que contribuiu grandemente para a quebra da população residente neste concelho.

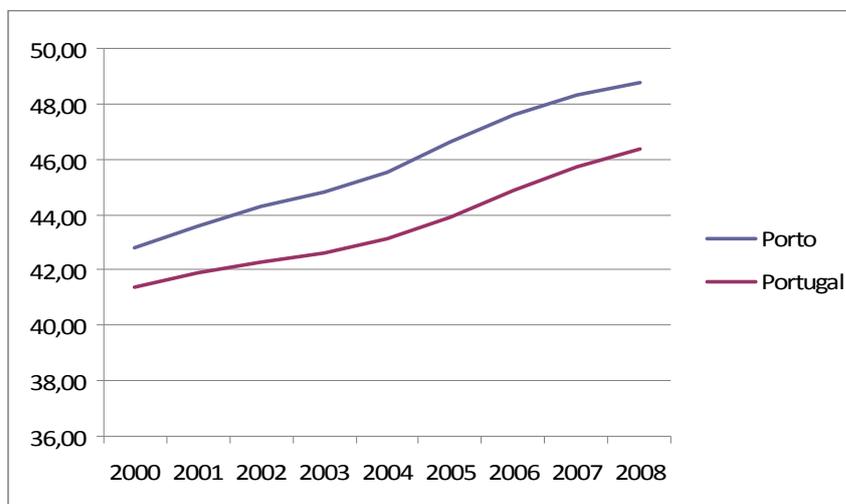
No período compreendido entre 1991 e 2001 a população residente no Porto passou de 302 472 para 263 131 habitantes, correspondendo a uma quebra de cerca de 13%. Numa diminuição global da população de 39 000 habitantes, os fluxos migratórios foram responsáveis por um decréscimo de cerca de 36 000 pessoas.

A Cidade continua a perder poder no que se refere à função de residência, uma perda visível nas zonas centrais da Cidade e especialmente significativa junto da população mais jovem.

Paralelamente à diminuição da taxa de crescimento efectiva, tem sido possível verificar em Portugal um contínuo envelhecimento demográfico, resultante do declínio da fecundidade e do aumento da longevidade.

No que se refere a este indicador o concelho do Porto acompanha a tendência nacional, apresentando, no entanto, valores superiores (gráfico 8).

Gráfico 8: Evolução do índice de longevidade em Portugal e no concelho do Porto, 2000 a 2008

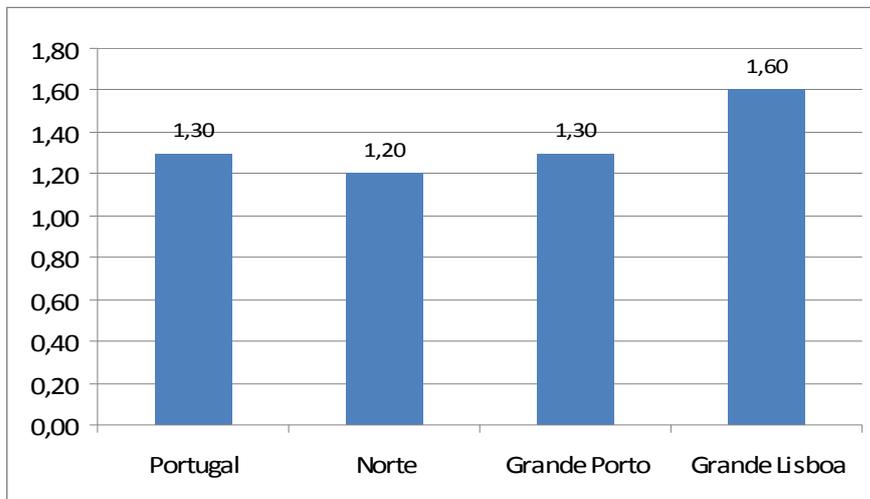


Fonte: UCP/FEP (a partir de dados do INE, 2009)

O índice sintético de fecundidade a nível nacional situou-se, em 2008, em 1,3 crianças por mulher. Esta diminuição da fecundidade, que atingiu em 2007 o valor mais baixo registado na demografia portuguesa (1,33), explica o envelhecimento ao nível da base da pirâmide etária.

O concelho do Porto tem vindo a acompanhar a tendência nacional de diminuição da taxa bruta de natalidade. Em 2008 registaram-se 104 594 nados vivos, filhos de mães residentes em Portugal, o que significa um decréscimo de 2% relativamente ao ano de 2007. A redução do número de nados vivos reflecte-se na descida da taxa de natalidade, que entre 2002 e 2008 passou de 11 para 9,8 nados vivos por mil habitantes, valor que se situa abaixo da média da UE27, que em 2007 foi de 10,6 nados vivos por mil habitantes.

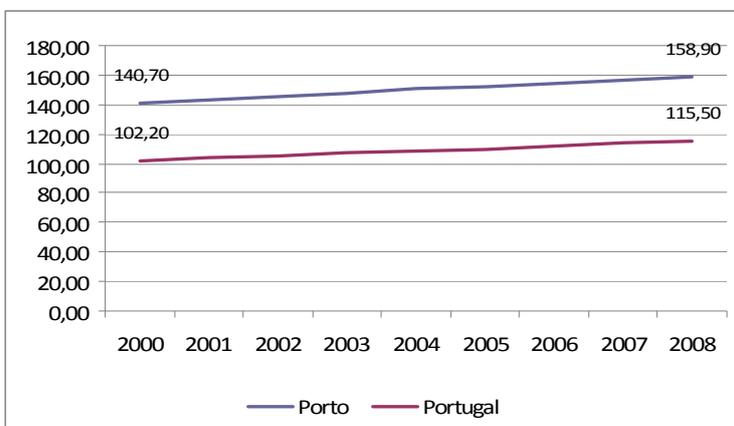
Gráfico 9: Índice sintético de fecundidade por local de residência, 2008



Fonte: UCP/FEP (a partir de dados do INE, 2009)

O aumento verificado ao nível da longevidade contribuiu para um envelhecimento do topo da pirâmide. Em 2008, o índice de envelhecimento em Portugal atingiu 115,5 idosos por cada 100 jovens. Como podemos observar através do gráfico 10 o concelho do Porto apresenta um índice de envelhecimento muito superior à média nacional (158,9), com valores que têm vindo a aumentar ao longo dos últimos anos.

Gráfico 10: Evolução do índice de envelhecimento em Portugal e no concelho do Porto, 2000 a 2008

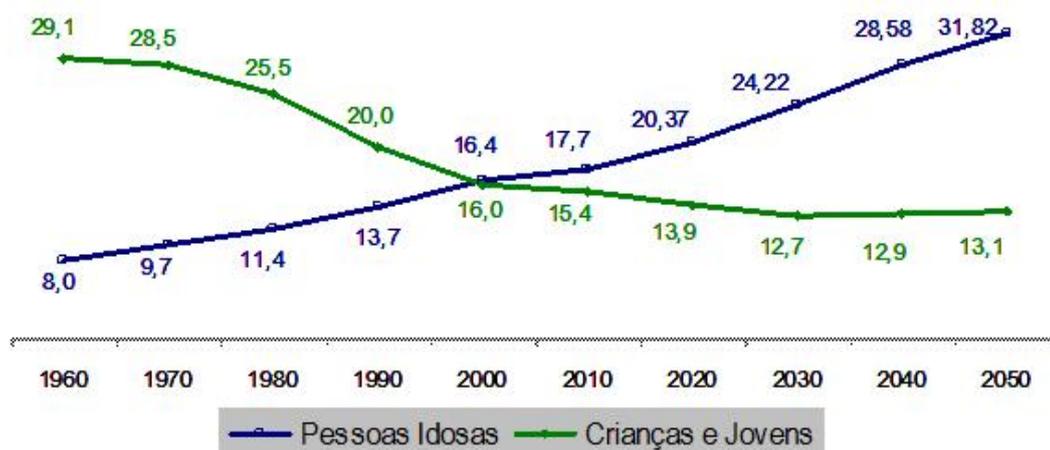


Fonte: UCP/FEP (a partir de dados do INE, 2009)

De acordo com as últimas projecções sobre a evolução da população apresentadas pelo INE para as próximas décadas, a tendência a nível nacional será para um aumento contínuo da população idosa e para uma diminuição da percentagem de crianças e jovens.

Por esta razão também, estes dois grupos humanos surgem destacados entre os grupos mais vulneráveis ao risco de pobreza e exclusão social, merecendo, nesse sentido, uma abordagem mais detalhada.

Gráfico 11: Projecção da evolução da população idosa e da população jovem em Portugal, 1960 a 2050



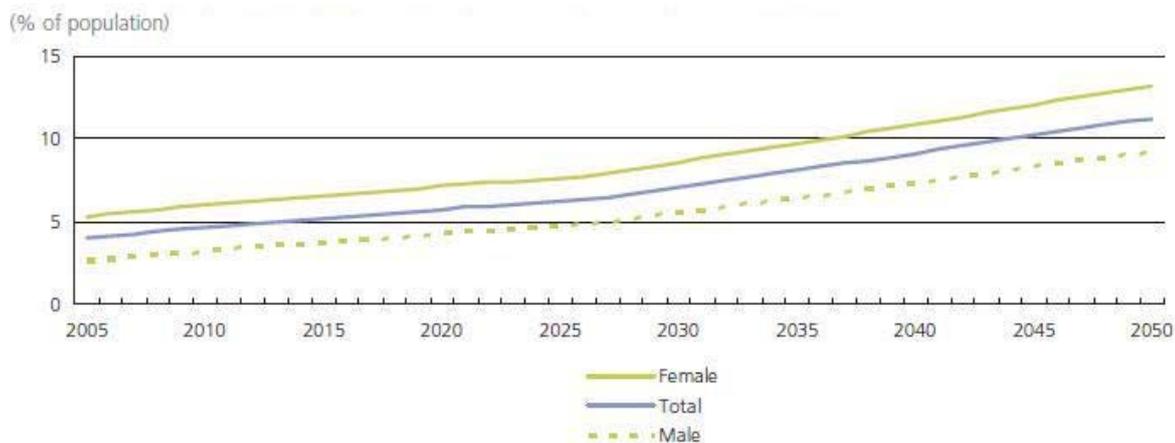
Fonte: INE, 2009 (Projeções de População Residente em Portugal 2008-2060)

Conforme podemos conferir pela leitura do gráfico anterior, o envelhecimento populacional previsto para Portugal acompanhará a tendência europeia, tal como se pode verificar igualmente através do gráfico 12, no qual podemos ver as projecções da população da União Europeia com mais de 80 anos, até 2050.

Estamos, portanto, perante um fenómeno que, assumindo proporções que justificam uma atenção especial no quadro das respostas sociais de âmbito concelhio, não é exclusivo da cidade do Porto, apelando nessa medida

para a continuidade de acompanhamento da situação nos planos internacional e nacional.

Gráfico 12: Projecções da população com 80 e mais anos para a UE27, 2005 a 2050

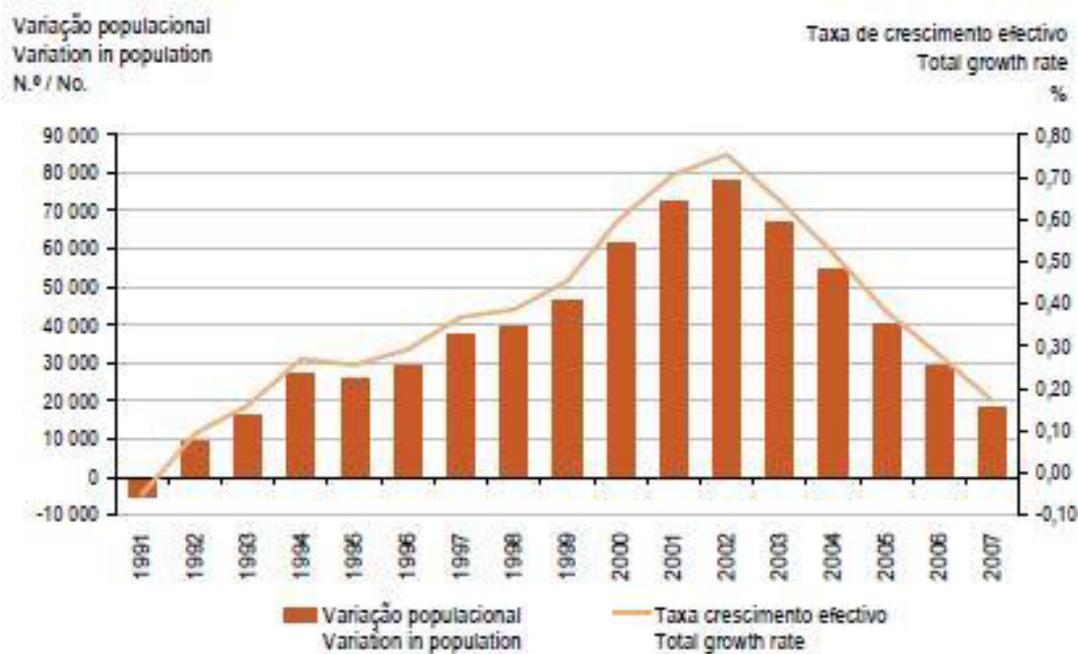


Fonte: Eurostat, 2008 (Eurostat regional yearbook 2008)

A estas projecções importa acrescentar que, em 31 de Dezembro de 2008 a população residente em Portugal foi estimada em 10 627 250 indivíduos, o que representa um acréscimo populacional de 9 675, face ao valor estimado no ano transacto.

Seguindo a tendência que se tem vindo a verificar desde o ano de 2003, concluimos que o ritmo de crescimento da população continua a abrandar, situando-se a taxa de crescimento efectivo de 2007 (0,17%) abaixo do valor médio para a União Europeia a 27 (UE27) no mesmo ano de referência, que foi de 0,48%, conforme podemos acompanhar pela leitura do gráfico seguinte (gráfico 13).

Gráfico 13: Evolução da variação populacional e da taxa de crescimento efectivo em Portugal, 1991 a 2007



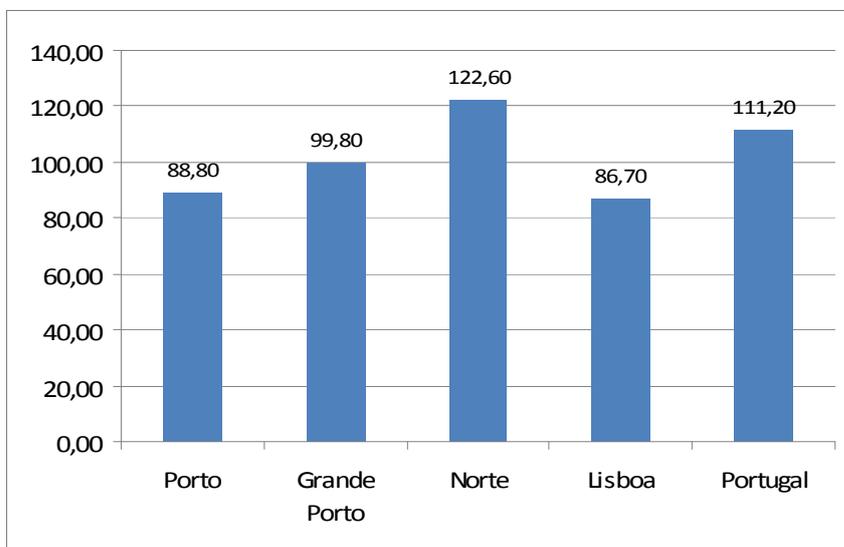
Fonte: INE, 2008 (Estatísticas Demográficas 2007)

O envelhecimento da população tem-se reflectido, também, no índice de renovação da população em idade activa, sendo que o concelho do Porto apresenta, para este indicador, um valor bastante inferior ao da média nacional (gráfico14).

Neste contexto, a população que está em situação de entrada no mercado de trabalho é cada vez menor em relação ao número de pessoas que se aproxima da idade da reforma.

Analisando os dados do INE relativos à população residente no Porto é possível observar que a Cidade perdeu, em 2008, 10 524 pessoas em idade activa, ou seja, com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos de idade.

Gráfico 14: Índice de renovação da população em idade activa por local de residência, 2008

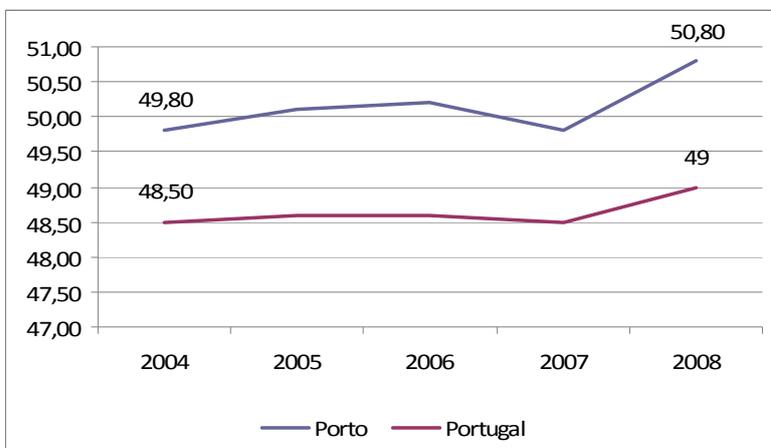


Fonte: UCP/FEP (a partir de dados do INE, 2009)

Outro dos indicadores que importa ter em conta neste contexto de análise refere-se aos índices de dependência da população da Cidade.

No que respeita ao índice de dependência total, o concelho do Porto apresenta valores semelhantes aos da média nacional, não tendo sofrido grandes flutuações nos últimos anos. (gráfico 15).

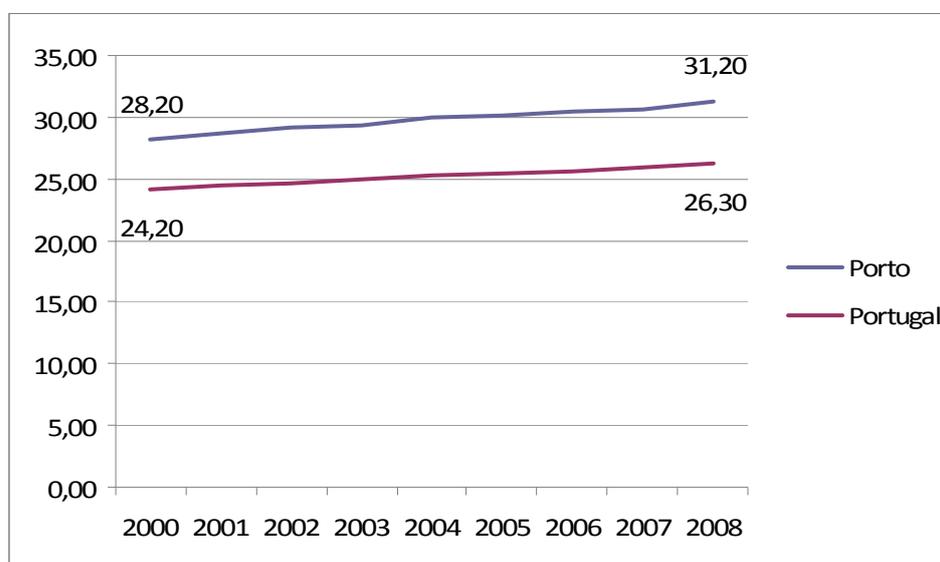
Gráfico 15: Evolução do índice de dependência total no concelho do Porto, 2004 a 2008



Fonte: UCP/FEP (a partir de dados do INE, 2009)

Atendendo à pressão imposta pelos indicadores sociodemográficos mencionados, a este índice de dependência total importa juntar a informação respeitante ao índice de dependência de pessoas idosas. No concelho do Porto este índice apresenta um valor superior ao do país, valor que tem sofrido um ligeiro aumento ao longo dos últimos anos (gráfico 16).

Gráfico 16: Evolução do índice de dependência de idosos em Portugal e no concelho do Porto, 2000 a 2008



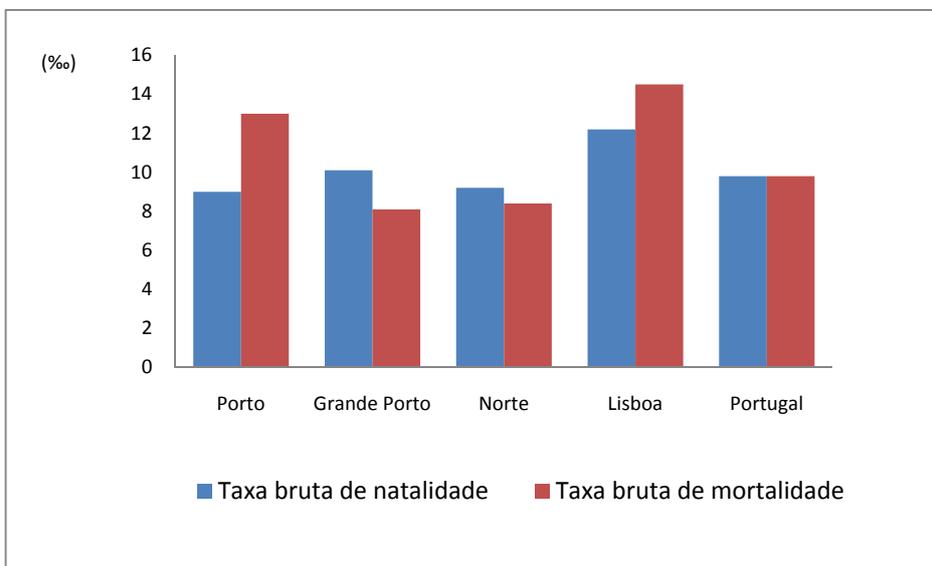
Fonte: UCP/FEP (a partir de dados do INE, 2009)

No entanto, contrariamente à média nacional, no que respeita à taxa bruta de mortalidade, a cidade do Porto tem registado um ligeiro aumento ao longo dos últimos anos.

A taxa de mortalidade em Portugal em 2008 foi de 9,8%, valor igual ao do ano anterior. Contudo, esta taxa sofreu uma redução generalizada em todos os grupos etários no período de 2002 a 2007.

Relativamente à realidade do concelho, verifica-se uma taxa bruta de natalidade abaixo da média nacional e uma taxa bruta de mortalidade acima da apresentada para o resto do país (gráfico 17).

Gráfico 17: Taxa bruta de natalidade e de mortalidade por local de residência, 2008



Fonte: UCP/FEP (a partir de dados do INE, 2009)

De acordo com as projecções do Eurostat para as próximas décadas, continuará a verificar-se na UE27, de um modo geral, uma tendência para a diminuição do número de nados vivos e para o aumento do número de óbitos.

As taxas de mortalidade neonatal e infantil no concelho do Porto para o período de 2002 a 2006 situam-se acima da média nacional, sendo de 3,2%, e 4,7% respectivamente.

No que se refere à percentagem de mulheres em idade fértil, podemos observar que o concelho apresenta em 2008 um valor de 43,4%, que se encontra abaixo da média nacional (47%).

Em termos de estruturas familiares, de acordo com dados do INE, podemos verificar que a dimensão média das famílias em Portugal tem vindo a diminuir ao longo dos anos. Tal como podemos ver na tabela 1, de 2000 a 2007 aumentou a percentagem de famílias com um e dois elementos, enquanto que se assistiu a uma diminuição da percentagem de famílias com 3 ou mais pessoas na sua composição.

Tabela 1: Estrutura das famílias por dimensão média em Portugal, 2001 a 2007

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
	Unidade: %						
Total de famílias	100,0						
Com 1 pessoa	15,3	15,3	16,2	16,8	16,6	16,8	17,1
Com 2 pessoas	27,0	27,4	27,2	27,7	28,1	28,9	29,2
Com 3 pessoas	26,4	25,8	26,6	26,5	27,3	27,1	26,3
Com 4 pessoas	21,0	21,4	20,8	20,5	19,7	19,4	19,7
Com 5 pessoas	6,8	6,6	6,1	5,7	5,6	5,5	5,5
Com 6 e mais pessoas	3,4	3,4	3,0	2,7	2,6	2,3	2,3

Fonte: INE, 2008 (Indicadores Sociais 2007)

A tendência é para o decréscimo da percentagem de famílias com filhos, conforme se pode constatar pela leitura da tabela 2, a partir da qual podemos verificar que tem vindo a diminuir o número de famílias com mais de um filho.

Tabela 2: Estrutura das famílias por número de filhos em Portugal, 2001 a 2007

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
	Unidade: %						
Famílias com filhos	60,0	59,6	58,9	58,0	57,8	57,3	56,8
Com 1 filho	31,5	31,3	31,6	31,2	32,0	32,0	31,5
Com 2 filhos	22,2	22,3	21,7	21,1	20,6	20,3	20,5
Com 3 filhos	4,7	4,5	4,3	4,3	4,1	3,9	3,9
Com 4 e mais filhos	1,6	1,5	1,3	1,3	1,1	1,0	0,9

Fonte: INE, 2008 (Indicadores Sociais 2007)

A Região do Norte é a que regista uma percentagem mais elevada de famílias monoparentais, conforme podemos observar na tabela 3, percentagem essa que tem vindo a aumentar ao longo dos anos.

Tabela 3: Estrutura das famílias monoparentais por região (NUTS II), 2001 a 2007

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
	Unidade: %						
Portugal	100,0						
Continente	95,0	95,4	95,1	94,3	94,5	94,8	94,8
Norte	33,3	31,9	35,1	36,2	35,5	36,2	36,6
Centro	17,6	20,1	20,2	19,7	21,5	20,3	19,5
Lisboa	34,0	32,3	29,5	28,4	27,9	28,1	29,5
Alentejo	6,3	7,5	6,9	6,0	5,8	6,2	5,4
Algarve	3,9	3,5	3,3	4,0	3,8	4,0	3,8
R. A. Açores	1,6	1,6	1,9	2,6	2,4	2,1	2,5
R. A. Madeira	3,4	3,0	3,0	3,1	3,1	3,1	2,7

Fonte: INE, 2008 (Indicadores Sociais 2007)

Relativamente à composição das famílias no concelho do Porto, os dados existentes remontam ao levantamento censitário de 2001, destacando-se a elevada percentagem de famílias monoparentais na Cidade, nas quais predomina a situação de mães com filhos.

As freguesias de Miragaia e da Sé aparecem como aquelas onde o fenómeno da monoparentalidade é mais elevado. É ainda de salientar o elevado número de famílias unipessoais na cidade do Porto e que, em 2001, ascendiam a 25% do total das famílias clássicas do concelho.

Os indicadores sociodemográficos apresentados configuram uma Cidade envelhecida e com perda progressiva ao nível da função residencial.

Por outro lado, porém, sobressaem destes indicadores duas importantes linhas de força que, numa perspectiva de mobilização em torno da mudança necessária e desejada, importa evidenciar.

Uma primeira linha de força refere-se aos índices de vitalidade urbana associados aos movimentos pendulares e à forma como a Cidade funciona como território de referência metropolitana e regional, em termos de vida económica, educacional, cultural e cívica. Outra é a que decorre do fenómeno de envelhecimento, enquanto indicador de aumento de esperança de vida.

Reconhecendo a dimensão de urgência social relativa aos preocupantes sinais de aumento das situações de isolamento e vulnerabilidade das pessoas idosas, importa também, valorizar o potencial humano que a presença deste grupo populacional representa em termos de coesão social da Cidade, abrindo oportunidades preciosas de convívio e de aprendizagem intergeracional.

Quadro I – Dinâmicas Sociodemográficas

Problemas / Obstáculos	Linhas de força / Oportunidades
Envelhecimento populacional.	Aumento da esperança de vida.
Elevado número de pessoas idosas em situação de isolamento social.	Oportunidades de convívio e de aprendizagem intergeracional.
Diminuição da população residente, sobretudo de jovens e pessoas estrangeiras.	Vitalidade urbana expressa nos movimentos pendulares.
Perda na função residencial. Tendencial desertificação do centro histórico. Dificuldade de fixação de pessoas em idade activa.	Cidade metrópole, especialmente atractiva em termos económicos, educacionais, culturais e de vida cívica.

Eixos Estratégicos

- Oportunidades de coesão social, de convívio humano e de aprendizagem intergeracional decorrentes do aumento da esperança de vida e da presença de um grande número de pessoas idosas na Cidade.
- Dinâmica urbana potenciada pelo movimento de habitantes (residentes e não residentes) que quotidianamente animam a vida da Cidade, com aposta nas condições de acessibilidade e mobilidade.
- Desejo das pessoas, sobretudo das mais jovens, de constituírem residência na Cidade, como indicador de suporte a programas que favoreçam o acesso generalizado à habitação, em particular nas zonas centrais da Cidade.

1.2. Dinâmicas socioeconómicas

No contexto de contemporaneidade a que se refere este diagnóstico, as dinâmicas socioeconómicas da Cidade, aqui equacionadas fundamentalmente no plano das dificuldades ligadas à obtenção de recursos vitais, aparecem configuradas por um incontornável cenário de crise internacional, nacional e, forçosamente, regional.

Quando está em causa a existência de recursos necessários à manutenção de padrões de vida condignos para todos os cidadãos, a informação sobre a forma como são obtidos esses recursos assume particular importância. Não é o mesmo saber se as pessoas garantem as suas condições de vida e/ou de sobrevivência a partir de rendimentos obtidos através da sua actividade laboral ou outros «meios de vida normais e correntes na sociedade» ou se, para tal, dependem de ajudas sociais extraordinárias. «Esta distinção entre meios de vida que implicam dependência e os considerados como normais ajuda-nos a perceber que podem existir situações em que as pessoas não estejam em privação, apesar de não terem recursos suficientes» (Bruto da Costa, 2008).

Nesta perspectiva, e como sublinha o autor citado, as pessoas que conseguem resolver os seus problemas de privação através do benefício de transferências sociais de carácter assistencial, continuam, para todos os efeitos, a ser pessoas pobres e dependentes. Esclarecendo que, em Portugal, os meios de obtenção de rendimentos considerados normais são os que se referem ao trabalho (salários) ou ao capital (lucros, rendas e juros) e ainda os que provêm de pensões de reforma e/ou de sobrevivência.

Seguindo este alinhamento conceptual e considerando a realidade actual da Cidade ao nível das condições de acesso e manutenção de emprego e/ou outros «meios de vida normais», bem como ao nível do sistema de ajudas sociais, concluímos que a Cidade enfrenta actualmente desafios importantes ligados aos indicadores de risco que emergem do crescente desequilíbrio no plano da obtenção de rendimentos.

Segundo dados recentes publicados pelo INE, a taxa de actividade da população em idade activa para o País foi estimada em 62,1% no primeiro trimestre de 2009, o que representa um decréscimo de 0,4% face ao trimestre homólogo de 2008. A população com emprego no mesmo período de tempo foi de 5 099,1 mil indivíduos, traduzindo um decréscimo homólogo de 1,8%.

Na Região do Norte a taxa de actividade foi de 62,5%, o que representa também uma diminuição de 0,4% face ao mesmo período do ano anterior. De acordo com o Relatório Norte 2015 existe uma divergência cada vez maior entre o ritmo de crescimento do emprego na Região do Norte e no resto do País, o que é desfavorável para a Região.

Ainda de acordo com a publicação mencionada, o Norte apresenta uma maior dificuldade de recuperação em fases de expansão de crescimento, acrescida de uma maior velocidade de destruição de emprego nos períodos de recessão, o que tem vindo a provocar o aumento da taxa de desemprego na Região.

A população activa na Região do Norte situou-se, no primeiro trimestre de 2009, nos 1978,7 milhares de indivíduos, o que significa que 35,4% da população activa do país se encontra nesta região.

No Anuário Estatístico da Região do Norte 2007 são apontados 89 713 trabalhadores por conta de outrem no concelho do Porto para o ano de 2006, sendo que 84% destes se encontravam no Sector Terciário.

Segundo dados do INE sobre as estruturas salariais dos trabalhadores portugueses por conta de outrem, referentes ao 1º trimestre de 2009, Portugal continua a apresentar um modelo económico baseado em baixos salários. No período mencionado, 40,6% dos trabalhadores por conta de outrem auferiam um salário líquido abaixo dos 600 euros mensais.

Continuamos, também, a assistir a grandes desigualdades salariais entre as diferentes regiões do País. Na Região do Norte o rendimento médio mensal líquido para o mesmo período temporal era de 693 euros, abaixo dos 757 euros de média apontados para Portugal. À excepção da Região Centro (657 euros por mês), o Norte é a região do país que apresenta um rendimento mensal médio líquido inferior. Os dados constantes do Guia Salarial 2007 da

consultora Hays apontam para o facto de os profissionais altamente qualificados que trabalham no Norte do país, especialmente na zona do Grande Porto, auferirem salários 6 a 8% abaixo dos que exercem a mesma actividade na região de Lisboa.

O sector das *Actividades Financeiras* é aquele onde o ganho médio mensal é mais elevado, seguido pelo da *Produção e distribuição de electricidade, gás e água* e pelo dos *Transportes, armazenagem e comunicações*. Por outro lado, os sectores que registam ganhos médios mais baixos são os do *Alojamento e restauração, Saúde e Acção Social* e o sector da *Construção*. (Observatório do Emprego e Formação Profissional, 2008)

As habilitações literárias das pessoas influenciam positivamente o ganho médio mensal das mesmas, como se pode ver no quadro II.

Quadro II: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem segundo o nível de habilitações, 2006

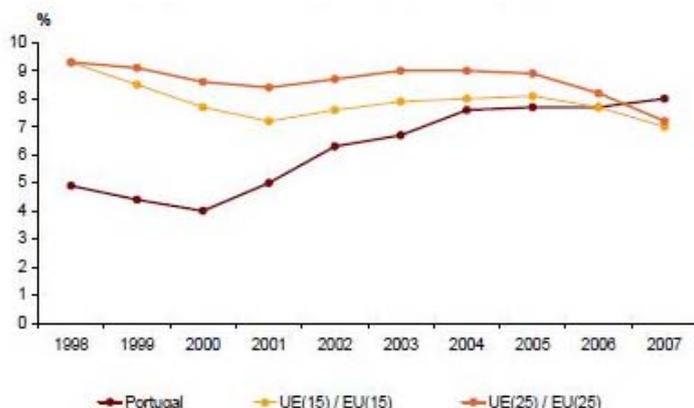
Unidade euros	Nível de Habilitações									
	Total	Inferior ao 1º CEB	1º CEB	2º CEB	3º CEB	Ensino Secundário	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento
Portugal	933,96	595,66	683,09	691,82	803,89	1 027,69	1 655,82	1 944,48	1942,51	2 260,12
Grande Porto	954,02	599,88	695,12	711,17	812,89	1022,37	1596,96	1821,07	1804,98	2204,28
Porto	1109,40	599,04	705,38	757,61	882,16	1121,62	1639,04	1911,58	1884,25	2519,08

Fonte: UCP/FEP (a partir de dados do Anuário Estatístico da Região Norte 2007, INE)

O ganho médio mensal no Porto em 2006 era de 1109,4 € acima dos 934 € estimados para o País para o mesmo ano.

Por outro lado, constata-se que a taxa de desemprego em Portugal tem vindo a aumentar continuamente desde o ano de 2000, ultrapassando a média da União Europeia em 2006 (gráfico 18), situação que se mantém actualmente.

Gráfico 18: Taxa de desemprego, Portugal, UE(15) e UE(25), 1998-2007

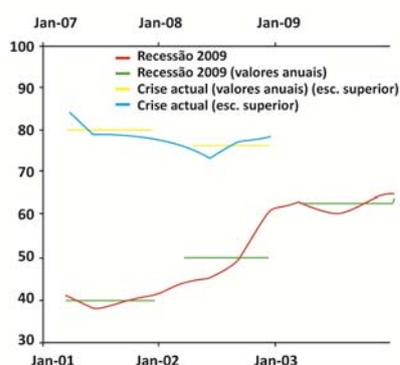


Fonte: INE, 2008 (Anuário Estatístico de Portugal 2007)

O Relatório de Estabilidade Financeira do Banco de Portugal compara o período recessivo que teve início em 2001-2003 com o actual, verificando que no primeiro a taxa de desemprego começou por registar um valor de cerca de 4%, tendo aumentado mais de 2% durante esse período.

Na actual recessão os valores do desemprego começaram por se situar nos 8%. Durante o ano de 2008 foi possível observar uma diminuição desta taxa ao longo do 1º semestre, seguida de um aumento ao longo do 2º, pelo que no referido relatório se previa para 2009 uma subida significativa do desemprego.

Gráfico 19: Taxa de desemprego em Portugal



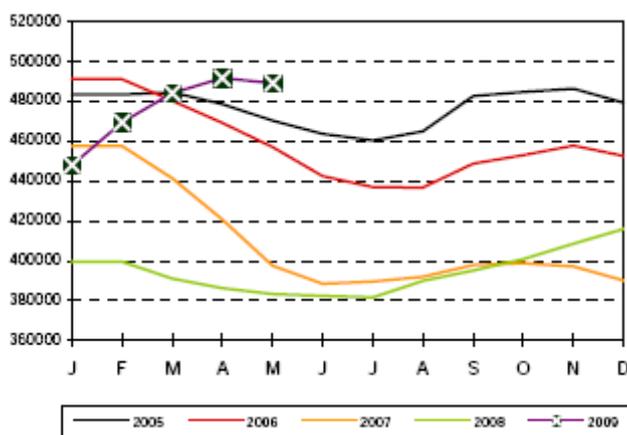
Fonte: Banco de Portugal, 2009 (Relatório de Estabilidade Financeira 2008)

As previsões do Banco de Portugal confirmaram-se, sendo que segundo dados do Eurostat, em Maio de 2009 a taxa de desemprego da Zona Euro se situava nos 9,5%, a média da UE27 era de 8,9% e Portugal apresentava o valor de 9,3%.

Se tivermos em conta os dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional (Informação Mensal do Mercado de Emprego), verificamos que no final do referido mês se encontravam inscritos nos Centros de Emprego de Portugal 489 115 pessoas, o que significa uma variação homóloga de 27,6% e um ligeiro decréscimo face ao mês anterior (-0,5%).

O gráfico 20 permite-nos observar a evolução mensal do desemprego registado ao longo dos últimos anos.

Gráfico 20: Evolução mensal do desemprego registado, 2005 a 2009



Fonte: IEFP, 2009 (Informação Mensal do Mercado de Emprego, Maio 2009)

Em publicação mais recente (Boletim Económico-Verão 2009) o Banco de Portugal faz uma projecção para 2009-2010, na qual se afirma que a evolução do emprego será marcada por uma forte contracção da actividade económica, que deverá continuar a afectar visivelmente a procura de trabalho, ao longo do horizonte de projecção.

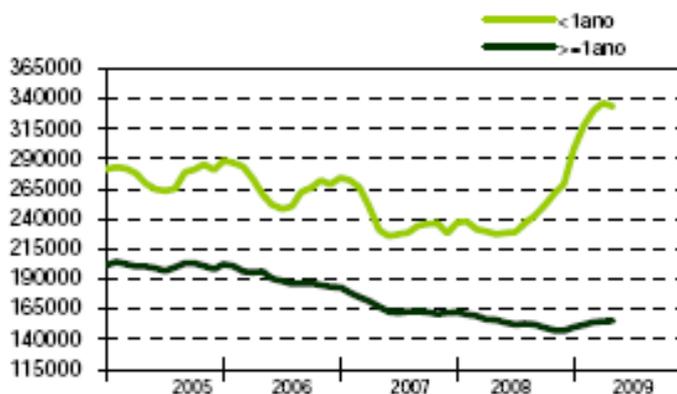
Após um crescimento do emprego em 2008 de 0,4%, prevê-se uma diminuição de 2,6%, em 2009, seguida de novo decréscimo de 1,5%, em 2010. Ainda segundo a mesma publicação, a tendência de evolução do emprego para

2009-2010 é também marcada pelo comportamento do emprego no sector privado, que após ter registado um aumento de 0,7% em 2008, terá tendência a decrescer cerca de 3% no ano de 2009, enfrentando nova queda de aproximadamente 2% em 2010.

Em termos de estrutura do desemprego registado em Portugal, segundo os dados do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) disponíveis para Maio de 2009, o desemprego continua a afectar mais as mulheres (54,1%) do que os homens (45,9%) e a grande maioria dos desempregados tem idade igual ou superior a 25 anos (86,8%).

Do total de desempregados inscritos, 93,1% encontram-se à procura de um novo emprego. Nos últimos meses temos vindo a assistir a um aumento significativo dos desempregados inscritos há menos de um ano (gráfico 21), grupo que no mês em análise ascendeu aos 68,2% do total de inscritos.

Gráfico 21: Evolução dos desempregados inscritos por duração do desemprego, 2005 a 2009



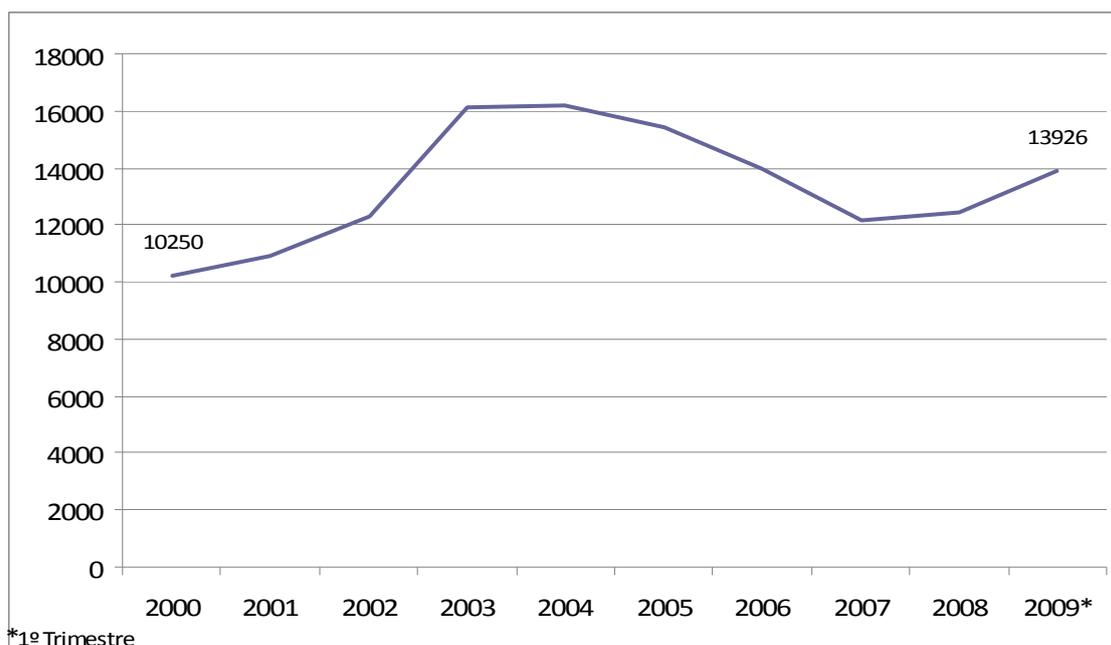
Fonte: IEFP, 2009 (Informação Mensal do Mercado de Emprego, Maio 2009)

Quanto à distribuição do desemprego pelo país, os dados mais recentes situam as taxas de desemprego mais elevadas no primeiro trimestre de 2009 no Algarve (10,2%), no Alentejo (10,1%) e no Norte (10,1%). Esta taxa aumentou em todas as regiões face a período homólogo de 2008. A Região do Norte tem vindo a apresentar, nos últimos anos, uma taxa de desemprego superior à da média nacional.

Recorde-se que o desemprego foi assinalado em sede de Relatório de Pré-diagnóstico como sendo um problema especialmente grave no concelho do Porto. Os dados mais recentes cedidos pela Delegação Regional do Norte do IEFP permitem-nos fazer uma actualização deste fenómeno, confirmando o seu grau de importância na realidade social da Cidade.

Como podemos ver no gráfico 22, o número de inscritos nos Centros de Emprego do Porto tem vindo a aumentar ao longo do ano de 2009, situando-se, no fim do 1º trimestre, nos 13 926 inscritos, o que perfaz 15,5% do total de desempregados inscritos nos Centros de Emprego do Grande Porto.

Gráfico 22: Evolução do nº de inscritos nos Centros de Emprego do concelho do Porto, 2000 a 2009



Fonte: UCP/FEP (a partir de dados cedidos por IEFP – Delegação Regional do Norte)

Do total de desempregados inscritos, 8044 encontram-se registados no Centro de Emprego do Porto, que serve as freguesias de Bonfim, Campanhã, Miragaia, Paranhos, Santo Ildefonso, São Nicolau, Sé e Vitória. Os restantes 5882 fazem parte do Centro de Emprego Porto Ocidental, que abrange as

freguesias de Aldoar, Cedofeita, Lordelo do Ouro, Massarelos, Ramalde, Nevogilde e Foz do Douro.

Comparando o mês de Março de 2009 com o mês homólogo do ano anterior, verificamos que o número de desempregados inscritos aumentou em 1659 indivíduos, o que se traduz numa taxa de variação homóloga de 13,52%.

Ao longo do primeiro trimestre de 2009 registaram-se nos Centros de Emprego do Porto 4910 novos desempregados, contra 3919 em igual período do ano anterior.

Em termos de incidência espacial ao nível das freguesias, os dados quantitativos disponíveis remetem para a informação censitária, sendo 2001 o último ano de referência, apontando para uma distribuição heterogénea, com índices de gravidade nas freguesias do centro histórico da Cidade - S. Nicolau, Sé, Vitória, Miragaia e ainda Campanhã.⁹ As freguesias da Cidade onde o fenómeno do desemprego tem menor expressão são as freguesias de Nevogilde e Foz do Douro, o que, no entanto, não significa uma ausência do problema nestas freguesias. É interessante a este respeito assinalar que, no decurso do processo de diagnóstico, foram justamente estas as freguesias que elegeram como eixo temático prioritário de debate público as questões relativas ao trabalho / emprego.¹⁰

Em termos de caracterização dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego do Porto, e de acordo com dados cedidos pelo IEFP – Delegação Regional do Norte para o final do 1º trimestre de 2009, ao contrário do que se verificava no país nesse período, onde a maior parte dos desempregados era do sexo feminino, a percentagem de homens e mulheres desempregados encontrava-se bastante equilibrada (52% e 48%, respectivamente). Importante notar que 39% destes indivíduos se encontravam inscritos há um ano ou mais, enquanto que 61% estavam desempregados há menos de um ano, o que ilustra a clara maioria de situações de desemprego recente na Cidade. Este cenário é

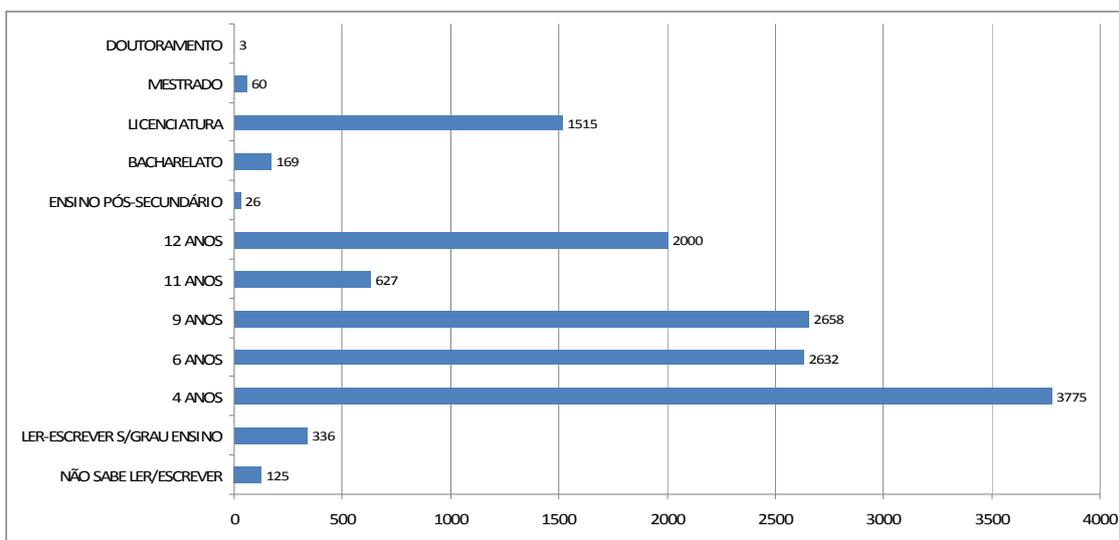
⁹ Cf. Dados estatísticos constantes do Pré-diagnóstico.

¹⁰ Cf. Relatório de Processo, designadamente nas rubricas «Fóruns DSP» e «Registos de Sala Atendimento DSP» e «Auscultação por Freguesias».

semelhante ao do país, onde no mesmo período temporal 68,1% das pessoas inscritas nos Centros de Emprego estavam desempregadas há menos de um ano.

A maioria dos inscritos nos Centros de Emprego do Porto (92%) encontrava-se à procura de um novo emprego, percentagem muito semelhante à observável no país (92,5%). Acresce a esta informação que as habilitações literárias dos sujeitos inscritos continuam a ser baixas, como podemos comprovar pelo gráfico 23. Esta situação é generalizável a todo o país, onde 29% dos inscritos tinham concluído o 1º Ciclo do Ensino Básico, 20,1%, o 3º Ciclo do Ensino Básico e 19,3%, o 2º Ciclo do Ensino Básico. No entanto, é de salientar que 12,5% dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego do Porto possuíam habilitações literárias de nível superior, o que condiz com os resultados de outros estudos sobre o desemprego qualificado na Região do Norte. A nível nacional a percentagem de inscritos nos Centros de Emprego no final de Março de 2009 detentores de habilitações literárias de nível superior era de 8,5%.

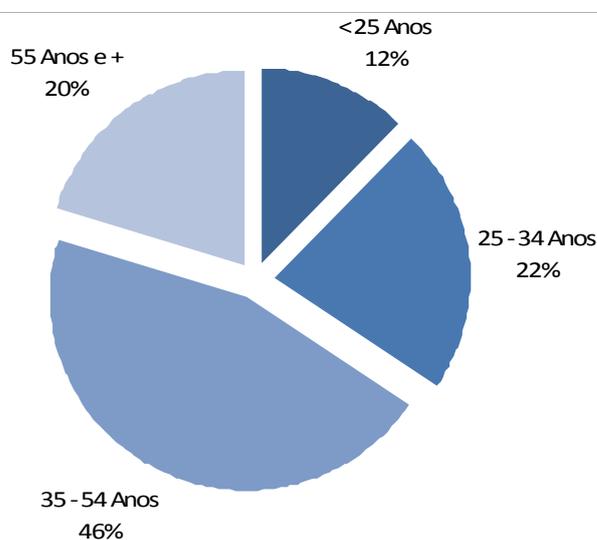
Gráfico 23: Habilitações dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego do Porto no final do 1º trimestre de 2009



Fonte: UCP/FEP (a partir de dados cedidos por IEFP – Delegação Regional do Norte)

Como podemos constatar (gráfico 24), a faixa etária mais afectada pelo desemprego no concelho do Porto é a dos 35 aos 54 anos, com 46% do total de inscritos nos Centros de Emprego. Segundo dados do Relatório Semestral do IEFP para o 1º Semestre de 2009, esta faixa etária constituía também o escalão com maior volume de desempregados registados no total do continente (43,5%).

Gráfico 24: Distribuição dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego do Porto no final do 1º trimestre de 2009 por faixa etária

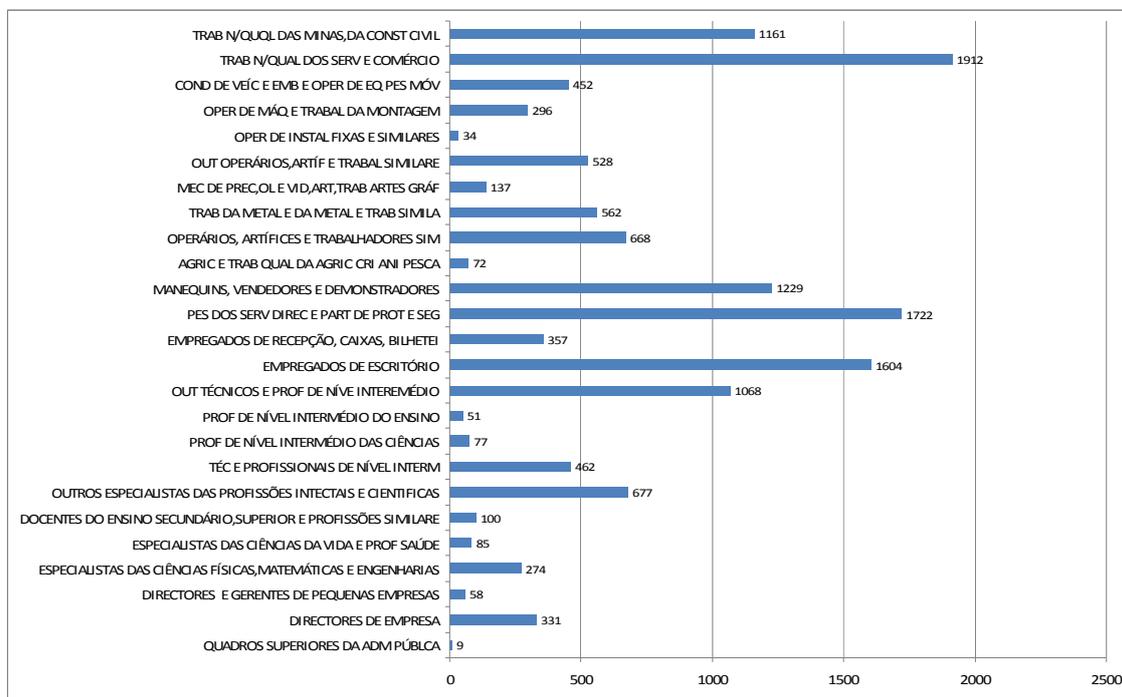


Fonte: UCP/FEP (a partir de dados cedidos por IEFP – Delegação Regional do Norte)

Os motivos de inscrição mais comuns nos Centros de Emprego do Porto são o fim de trabalho não permanente (25%) e o despedimento por parte da entidade patronal (23,8%).

Na sua maioria, os indivíduos inscritos são trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio (gráfico 25).

Gráfico 25: Desempregados inscritos nos Centros de Emprego do Porto no final do 1º trimestre de 2009 por profissão



Fonte: UCP/FEP (a partir de dados cedidos por IEFP – Delegação Regional do Norte)

As profissões apontadas no Boletim Estatístico do GEP de Abril de 2009 como tendo maior número de inscritos nos Centros de Emprego do país são o pessoal dos serviços de protecção e segurança, trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio, trabalhadores não qualificados de minas, construção civil e indústrias transformadoras, operários e trabalhadores similares na indústria extractora e construção civil e empregados de escritório.

Dinâmicas de aconselhamento e orientação como a que é desenvolvida pela parceria «Cidade das Profissões»¹¹ podem constituir instrumentos preciosos de apoio a estes segmentos mais carenciados de qualificação - informação.

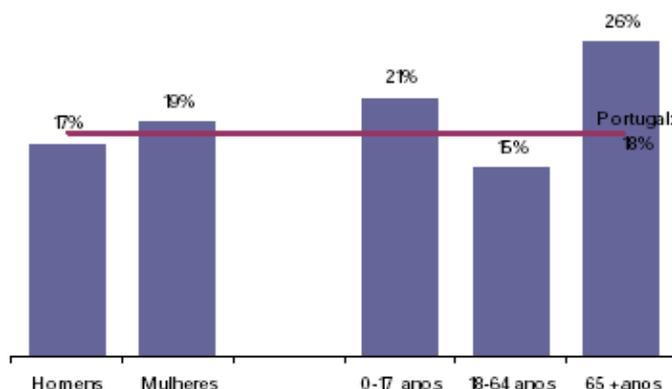
¹¹ «Cidade das Profissões» – Projecto de apoio gratuito aos cidadãos nas áreas da informação e do aconselhamento sobre o mundo das Profissões, do Emprego, da Formação e do Empreendedorismo (cdp.portodigital.pt / cidadedasprofissoes.blogspot.com).

De acordo com dados do INE, a partir do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento realizado em 2007, incidindo sobre os rendimentos de 2006, a população portuguesa residente em situação de risco de pobreza era de 18%, mantendo-se o valor estimado para o ano anterior.

Tal como em anos transactos, concluiu-se que o risco de pobreza afectava sobretudo as pessoas idosas, com uma taxa de risco de 26%, salientando-se que dentro deste grupo se verifica uma maior preponderância de mulheres (27% de mulheres idosas em risco de pobreza, face a 24% de homens idosos).

De notar também que os menores registavam uma taxa de pobreza superior à média nacional, estimando-se que 21% das pessoas com idade inferior a 18 anos se encontravam em risco de pobreza.

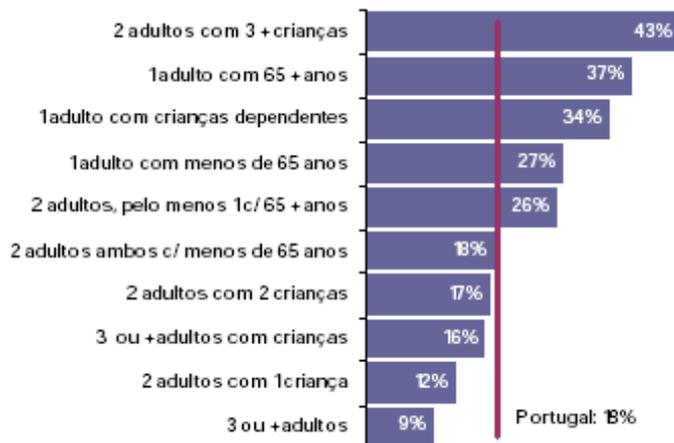
Gráfico 26: Taxa de risco de pobreza segundo o sexo e grupo etário, Portugal, EU-SILC 2007



Fonte: INE, 2008 (Destaque Rendimento e Condições de Vida 2007)

No que diz respeito ao tipo de agregados familiares que, face a estes dados, apresentam maior risco de pobreza, destacam-se os que se referem à situação de famílias compostas por um adulto com crianças (34%); famílias compostas por idosos a viverem sós (37%) e famílias compostas por dois adultos e três ou mais crianças dependentes (43%), conforme gráfico 27.

Gráfico 27: Taxa de risco de pobreza segundo a composição do agregado familiar, Portugal, EU-SILC 2007



Fonte: INE, 2008 (Destaque Rendimento e Condições de Vida 2007)

O referido inquérito demonstra também que 32% da população em situação de desemprego se encontra em risco de pobreza, sendo que esta condição afectava mais os homens (37%) do que as mulheres (28%). A taxa de pobreza para a população reformada mantém-se em 23%.

Todavia, importa salientar que o acesso ao emprego não constitui garantia de protecção em relação aos riscos de pobreza e de exclusão social. Segundo o Relatório Conjunto sobre Protecção Social e Inclusão Social de 2009, o número de «pobres que trabalham» em Portugal é considerável (11%, face a 8% na União Europeia), colocando-se aqui o problema dos baixos salários. Portugal é ainda o segundo país da União Europeia com a repartição do rendimento monetário mais desigual, depois da Letónia (Ribeiro, E. et al, 2008).

O estudo promovido pela Rede Europeia Anti-Pobreza (REAPN/ Portugal, 2008) que analisa a relação entre as situações de desemprego ou de emprego de baixa qualidade e os percursos de vida, tendo por referência um conjunto de oito concelhos do distrito do Porto,¹² confirma esta constatação. Segundo

¹² Concelhos do distrito do Porto integrados na NUT III do Tâmega – Amarante, Baião, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel. In Cadernos REAPN, 13, «As Margens do Tâmega». 2008

esta fonte, o número de empregados que auferem baixos salários é muito significativo, considerando-se que o emprego precário associado, muitas vezes, a situações de rotatividade entre emprego/desemprego é relevante, bem como a participação nos circuitos de economia informal.

Conforme refere o Plano Nacional de Saúde 2004-2010, apesar dos ganhos significativos que se verificaram em Portugal nas últimas três décadas, acentuaram-se os problemas de saúde associados à pobreza e à exclusão social.

Remetendo para os resultados dos diagnósticos desenvolvidos pela Delegação Regional do Norte do Instituto da Droga e da Toxicodependência (IDT) no âmbito do Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI), é possível identificar na Cidade quatro territórios de intervenção prioritária:

- Zona oriental do Porto (freguesias de Campanhã e Paranhos)
- Zona ocidental do Porto (Bairros Sociais da freguesia de Lordelo do Ouro)
- Zona histórica do Porto (freguesias de Massarelos, Miragaia, Santo Ildefonso, Sé, São Nicolau e Vitória)
- Zona industrial do Porto (freguesias de Ramalde e Aldoar e Espaços de Diversão Nocturna).

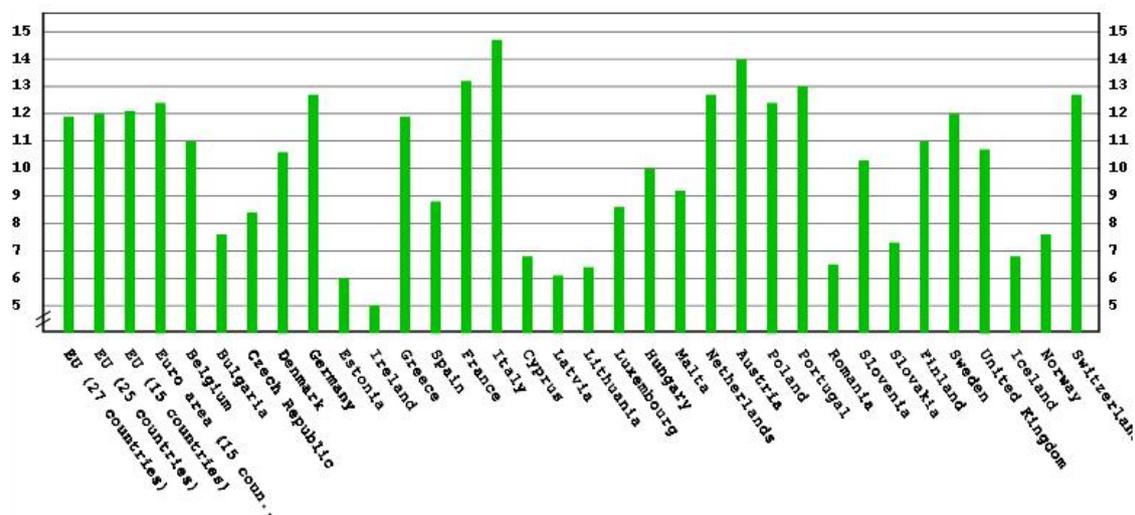
Estes territórios são caracterizados pela sua precariedade no plano das carências habitacionais, por sobrelotação das habitações, degradação das mesmas e da envolvente urbana e espaços verdes. A freguesia de Campanhã, por exemplo, concentra quase metade da habitação social da cidade do Porto. De registar a grande concentração de população em risco de pobreza, com agregados familiares afectados pelo desemprego, famílias numerosas sem meios de subsistência e problemas sociais como o álcool, a droga e a prostituição.

Nestes casos, encontramos índices especialmente elevados de população que, não conseguindo obter rendimentos através da actividade laboral ou outros «meios de vida normais e correntes na sociedade», depende de

transferências sociais de tipo assistencial para garantir as suas condições mínimas de vida e/ou de sobrevivência.

De acordo com dados do Eurostat, no ano de 2006 Portugal gastou uma percentagem do Produto Interno Bruto (PIB) acima da média da União Europeia no processamento de pensões, sendo que estas englobam pensão de incapacidade, reforma antecipada devido a capacidade reduzida para trabalhar, pensão de velhice, pensão antecipada de velhice, pensão parcial, pensão de sobrevivência e reforma antecipada por razões ligadas ao mercado de trabalho.

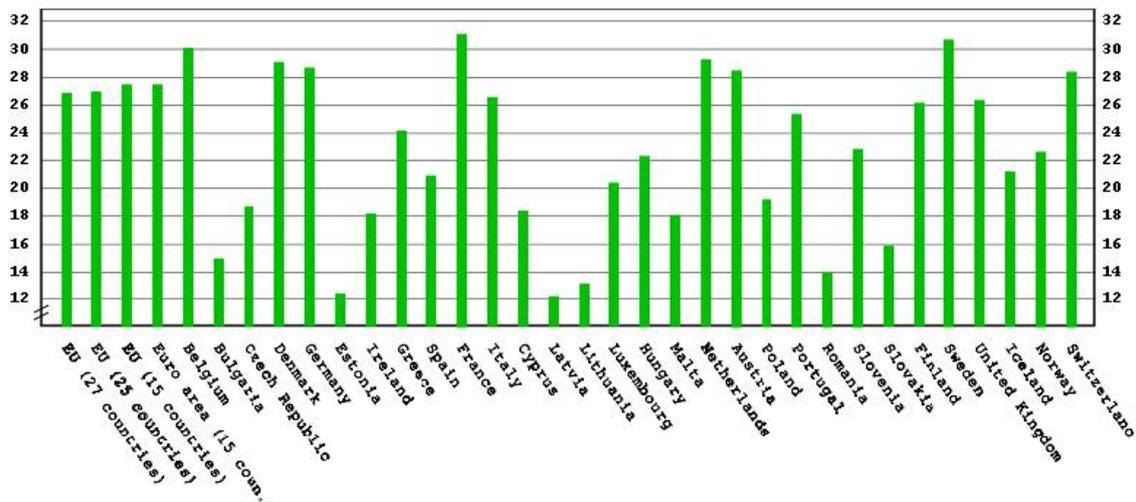
Gráfico 28: Gastos em pensões (% do PIB) em 2006



Fonte: Eurostat, 2009 (Indicadores Estruturais)

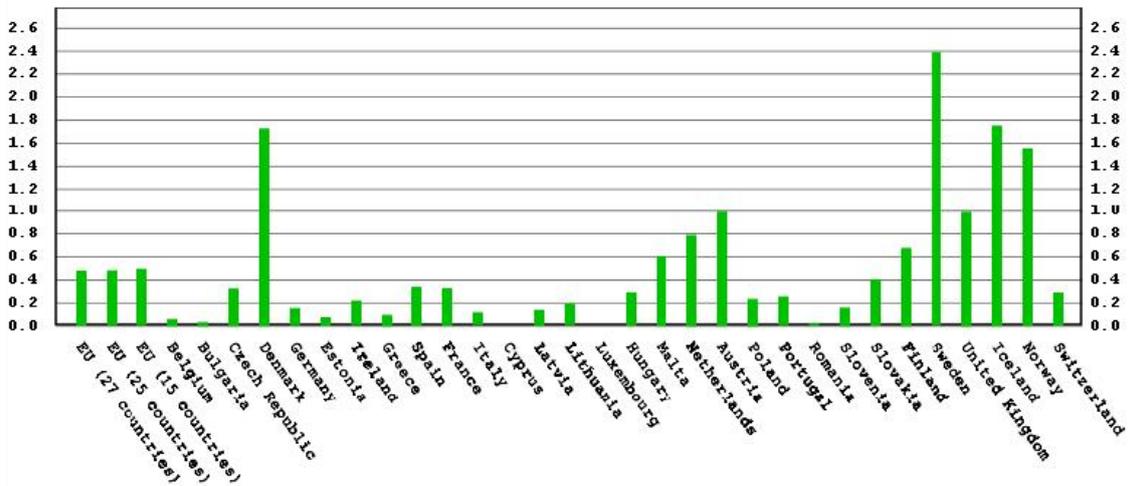
No entanto, os gastos de Portugal com a globalidade das despesas de protecção social e com os cuidados com as pessoas idosas situaram-se abaixo da média europeia, como podemos ver nos gráficos 29 e 30.

Gráfico 29: Total de despesas com protecção social (% do PIB) em 2006



Fonte: Eurostat, 2009 (Indicadores Estruturais)

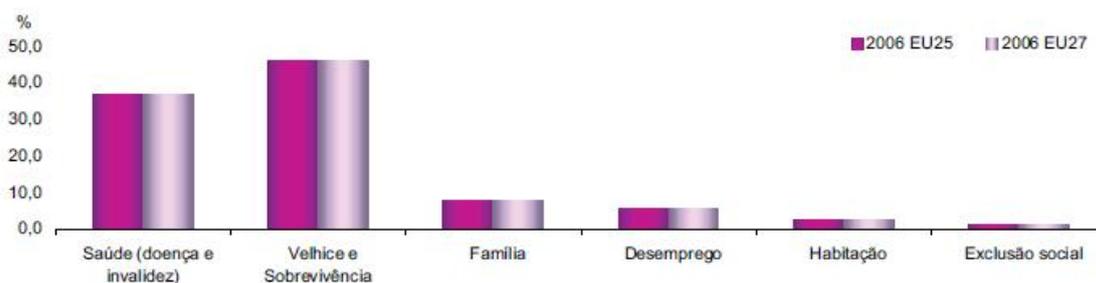
Gráfico 30: Total de despesas com cuidados com pessoas idosas (% do PIB) em 2006



Fonte: Eurostat, 2009 (Indicadores Estruturais)

O tipo de prestação social com o qual a União Europeia teve mais gastos foi a pensão de velhice e sobrevivência, seguida da pensão de saúde por doença e invalidez (Gráfico 31).

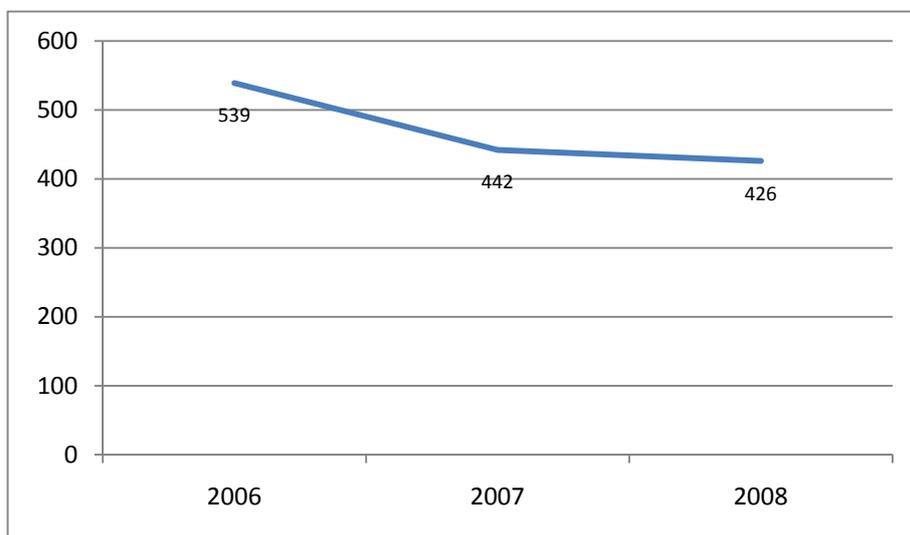
Gráfico 31: Prestações sociais por função na UE25 e UE27 em 2006



Fonte: INE, 2008 (Indicadores Sociais 2007)

Se por um lado o número total de requerimentos de pensão social (invalidez, velhice, orfandade/viuvez) no distrito do Porto tem vindo a diminuir ao longo dos últimos anos (gráfico 32), importa articular a leitura deste indicador com os dados mais actualizados, relativos ao ano de 2009.

Gráfico 32: Evolução do número de requerimentos de pensão social entrados no distrito do Porto, 2006 a 2008

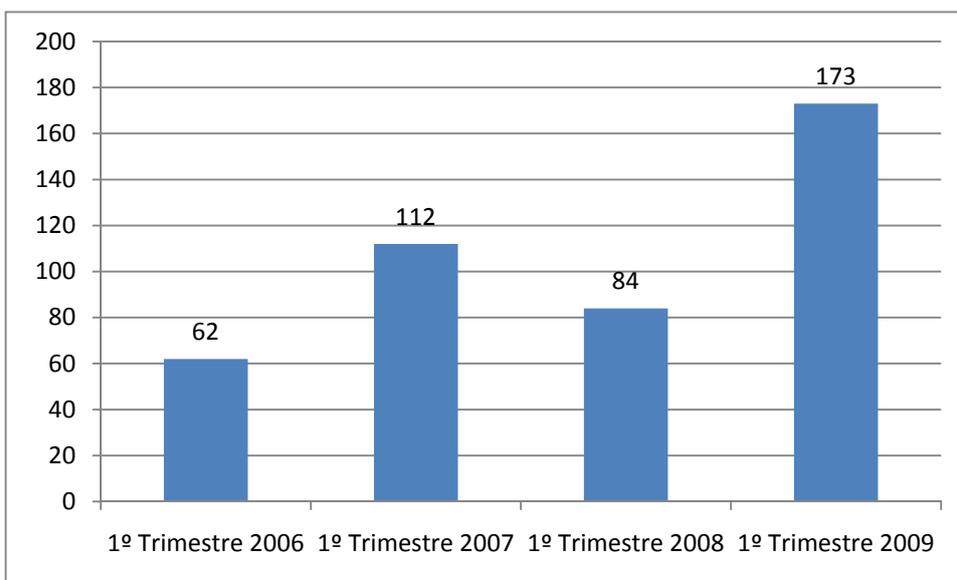


Fonte: UCP/FEP (a partir de dados cedidos pelo Centro Distrital do Porto do Instituto de Segurança Social, I.P.)

Comparando os valores para o 1º trimestre de cada ano, confirmamos que nos primeiros meses de 2009 o número de requerimentos de pensão social aumentou de modo muito expressivo e preocupante (gráfico 33),

apontando indicadores de risco próprios de um contexto situacional marcado por factores de forte recessão e crise socioeconómica.

Gráfico 33: Comparação do nº de requerimentos de pensão social entrados nos primeiros trimestres de 2006 a 2009

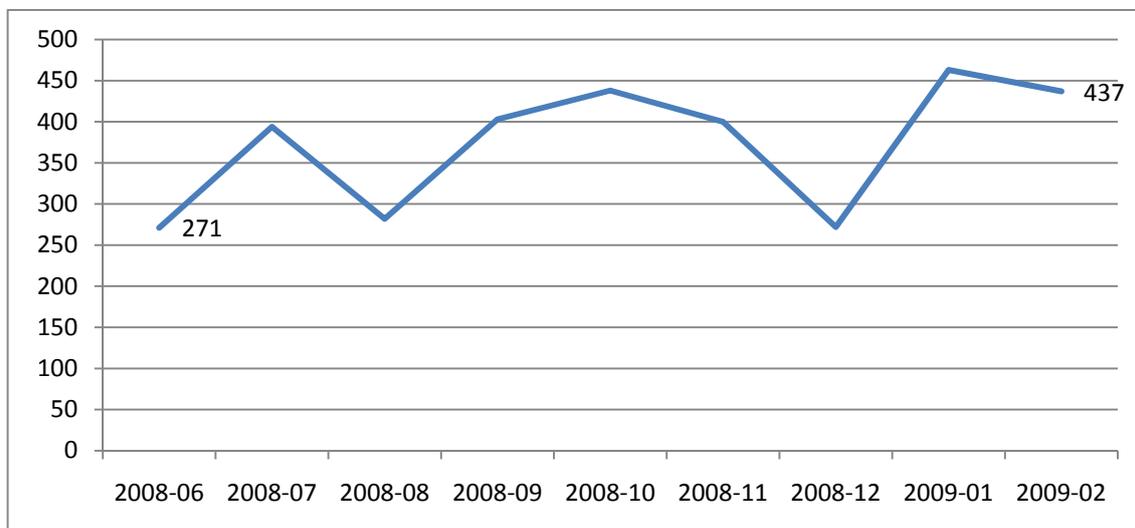


Fonte: UCP/FEP (a partir de dados cedidos pelo Centro Distrital do Porto do Instituto de Segurança Social, I.P.)

Relativamente à prestação social designada por Rendimento Social de Inserção (RSI) no concelho do Porto, apesar de algumas flutuações mensais, os primeiros meses do ano de 2009 foram marcados por um aumento significativo do número de requerimentos (gráfico 34).

De lembrar que o RSI consiste num mecanismo de combate à pobreza que tem como principal objectivo assegurar aos cidadãos e aos seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e, ao mesmo tempo, favorecer a sua progressiva inserção social, laboral e comunitária, através do estabelecimento de Programas de Inserção, visando socorrer as situações de maior vulnerabilidade.

Gráfico 34: Evolução do número de requerimentos de RSI entrados no concelho do Porto, Junho de 2008 a Fevereiro de 2009

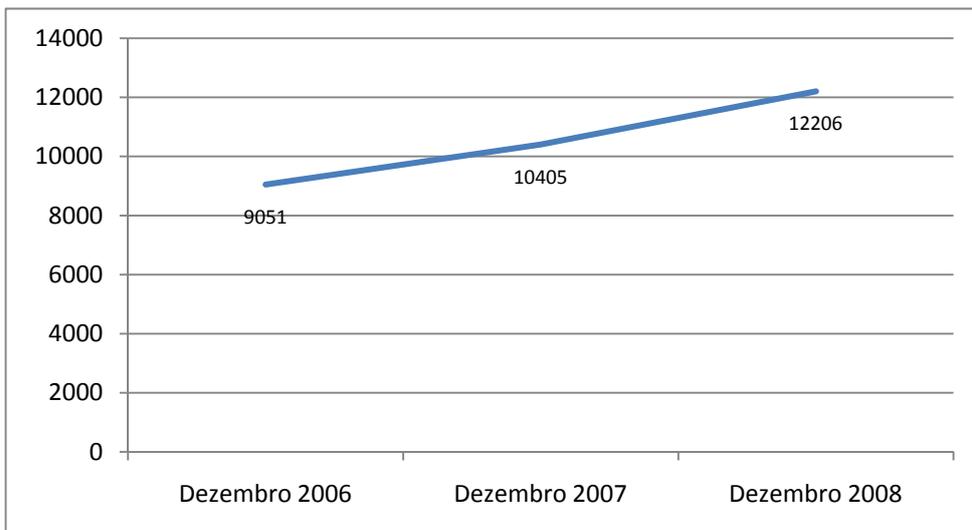


Fonte: UCP/FEP (a partir de dados cedidos pelo Centro Distrital do Porto do Instituto de Segurança Social, I.P.)

De acordo com dados fornecidos pelo Instituto de Segurança Social (ISS), Unidade de Previdência e Apoio à Família, em 2007 registavam-se no distrito do Porto cerca de 1300 novos requerimentos de RSI por mês, número que em 2009 disparou para uma média de cerca de 3024 por mês. O concelho do Porto não é o concelho que apresenta a situação mais grave do distrito, aparecendo em terceiro lugar, a seguir a Gaia e Matosinhos, respectivamente. Outro dado a ter aqui em conta é que, para além de terem aumentado em número, muitos dos requerimentos entrados nos últimos meses dizem respeito a «novos beneficiários», a pessoas que se dirigem ao sistema pela primeira vez.

O gráfico 35 ilustra a evolução do número de agregados familiares a beneficiar do RSI no concelho do Porto, sendo de salientar, conforme surge sublinhado pelos actores mais directamente envolvidos, que «esta prestação não permite, por si mesma, retirar ninguém da situação de pobreza» (Sessão temática de auscultação DSP - Pobreza, Maio 2009).

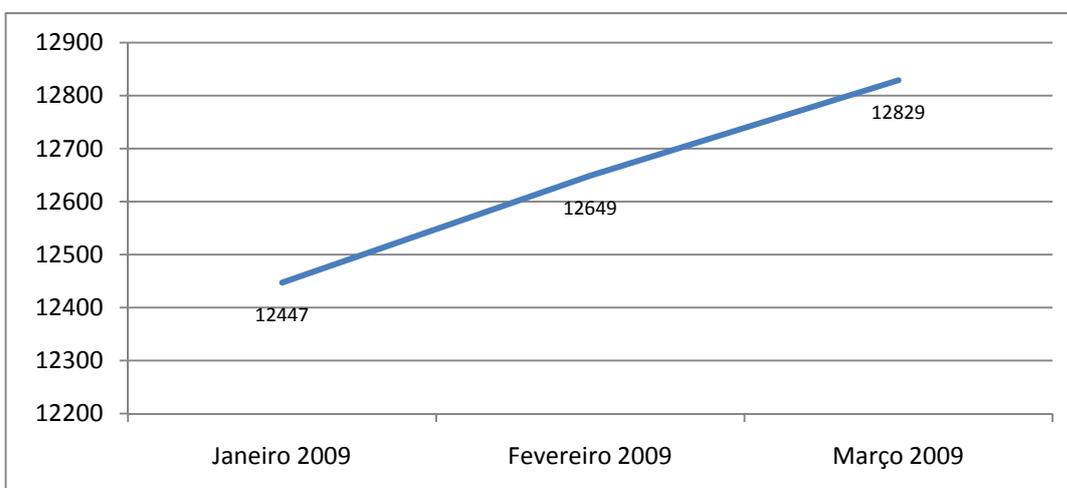
Gráfico 35: Evolução do nº de agregados familiares a beneficiar de RSI no concelho do Porto, Dezembro 2006 a Dezembro 2008 (valores acumulados)



Fonte: UCP/FEP (a partir de dados cedidos pelo Centro Distrital do Porto do Instituto de Segurança Social, I.P.)

Para compreender melhor a dimensão de alerta social associada a estes indicadores, importa ter em conta a informação relativa ao primeiro trimestre de 2009 (gráfico 36) e que dá conta do aumento do número de agregados familiares da Cidade actualmente a beneficiar de rendimento social de inserção.

Gráfico 36: Evolução do nº de agregados familiares a beneficiar de RSI no concelho do Porto no 1º trimestre de 2009 (valores acumulados)



Fonte: UCP/FEP (a partir de dados cedidos pelo Centro Distrital do Porto do Instituto de Segurança Social, I.P.)

Como podemos conferir, no final do primeiro trimestre de 2009 o concelho do Porto apresentava um total de 12829 agregados familiares a beneficiar de RSI, distribuídos pelas freguesias do concelho como se pode ver na tabela 4.

Tabela 4: Distribuição por freguesia do nº de agregados familiares a beneficiar de RSI no concelho do Porto no fim do primeiro trimestre de 2009

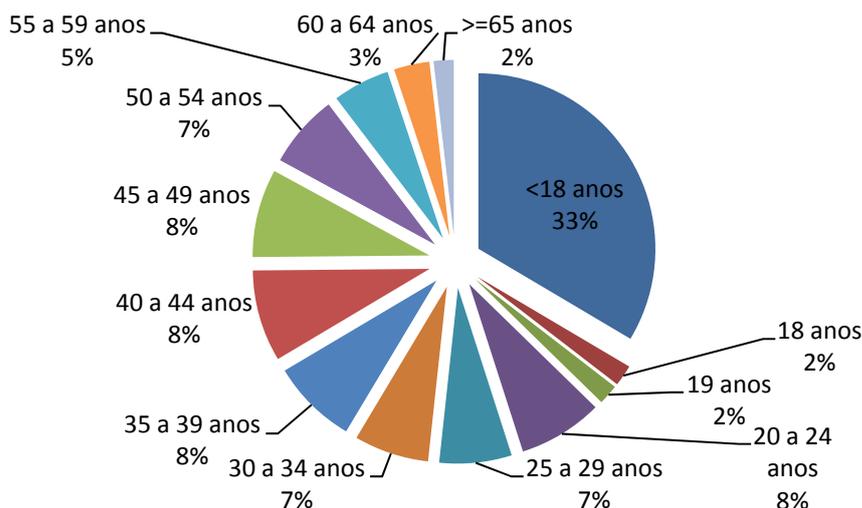
Freguesia	Nº de agregados familiares a beneficiar de RSI
Campanhã	3221
Paranhos	1815
Lordelo do Ouro	1446
Bonfim	1309
Ramalde	1308
Cedofeita	719
Aldoar	709
Santo Ildefonso	666
Sé	436
Vitória	297
Massarelos	244
São Nicolau	225
Miragaia	209
Foz do Douro	204
Nevogilde	20
Desconhecida	1

Fonte: UCP/FEP (a partir de dados cedidos pelo Centro Distrital do Porto do Instituto de Segurança Social, I.P.)

O número total de beneficiários de RSI no concelho, para o mesmo período de tempo, é de 26040, sendo que 53% são do sexo masculino e 47%, do sexo feminino.

A faixa etária com maior expressividade é a dos indivíduos com menos de 18 anos de idade, como podemos ver no gráfico 37.

Gráfico 37: Distribuição dos beneficiários do RSI no concelho do Porto por faixa etária em Março de 2009



Fonte: UCP/FEP (a partir de dados cedidos pelo Centro Distrital do Porto do Instituto de Segurança Social, I.P.)

Cruzando todos os indicadores apresentados neste domínio temático, e tendo em linha de conta o tendencial agravamento do comportamento global destes indicadores num futuro próximo, confrontamo-nos com um preocupante desequilíbrio na relação entre o número de pessoas que vivem e/ou sobrevivem com base em rendimentos considerados normais e o número de pessoas que depende das transferências sociais de natureza assistencial.

A estes dados há ainda a acrescentar os que se referem à população idosa, explicitados noutro ponto deste relatório, dada a vulnerabilidade específica deste grupo humano e a sua forte presença na Cidade.

Estamos perante problemas de carácter estrutural que, como tal, requerem medidas transversais que se prendem com todo o sistema de organização socioeconómica da sociedade, remetendo para desafios estratégicos de âmbito internacional e nacional. Tal como é lembrado em sede da Estratégia Nacional Para a Protecção Social e Inclusão Social (2008/2010), a

intervenção em favor da inclusão deverá contemplar a existência de respostas sociais e serviços de qualidade mas também o acesso ao mercado de trabalho e a um rendimento suficiente.

Sublinham-se neste sentido, as dinâmicas de empreendedorismo social existentes na Cidade, com recomendação para a divulgação de boas práticas, bem como para a necessidade de sensibilização pública em relação às potencialidades ligadas ao Microcrédito, enquanto instrumento de combate à pobreza, sobretudo junto dos públicos desfavorecidos.

A formação e a educação aparecem no topo das sugestões e recomendações sobre este domínio, não apenas no sentido do investimento na qualificação dos chamados «recursos humanos», mas numa perspectiva mais ampla de aprendizagem ao longo da vida. A aposta em Centros de Aconselhamento Socioprofissional articulados em rede e apoiados em dinâmicas de «aprendizagem social» surge em evidência no quadro de uma estratégia de apoio e orientação a percursos de inserção socioprofissional.

Entendido como parte fundamental, mas não exclusiva, do «direito social de inserção», o direito ao trabalho surge neste contexto de preocupações articulado com outros direitos sociais, numa subordinação a dinâmicas que visam, acima de tudo, ampliar o horizonte de possibilidades das pessoas, valorizadas na integralidade da sua condição humana e não como meros «recursos» (Baptista, 2008).

Além do mais, como revelam muitos dos estudos realizados neste âmbito, as circunstâncias que contemporaneamente determinam as trajectórias de vida profissional, como os itinerários escola-trabalho, por exemplo, são cada vez mais imprevisíveis (Azevedo; Fonseca, 2006) obrigando a reajustamentos permanentes num quadro de criação de oportunidades de trabalho originais e empreendedoras.

Quadro III – Dinâmicas Socioeconómicas

Problemas / Obstáculos	Linhas de força / Oportunidades
<p>Problemas estruturais de desemprego.</p> <p>Problemas conjunturais de desemprego.</p>	<p>Empreendedorismo social.</p> <p>Microcrédito</p> <p>Educação e formação ao longo da vida.</p>
<p>Aumento de pedidos de apoios sociais extraordinários.</p> <p>Aumento do número de pessoas a viver com rendimentos de carácter assistencial.</p>	<p>Qualidade e diversidade das respostas sociais existentes.</p> <p>Tecido associativo da Cidade.</p>
<p>Agravamento dos riscos de pobreza e exclusão social, sobretudo junto dos subgrupos populacionais mais vulneráveis.</p>	<p>Disponibilidade e motivação dos actores.</p> <p>Dinâmicas de rede social concelhia.</p> <p>Voluntariado social.</p>

Eixos Estratégicos

- Dinâmicas de empreendedorismo social, de associativismo e de voluntariado, através da divulgação de boas práticas e apoio a novas iniciativas, como, por exemplo, as que possam beneficiar do Microcrédito.
- Dinâmicas de educação e formação numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida, com aposta em práticas de «mediação sociopedagógica», articuladas com uma rede eficaz de Centros de Aconselhamento Socioprofissional.

1.3. Habitação

As questões relativas ao acesso à habitação ocupam um lugar central nas preocupações e aspirações existenciais de todos os cidadãos, sendo consideradas como elemento básico de suporte aos processos de autonomização de vida e, como tal, um dos factores chave nas dinâmicas de inserção e reinserção social.

Por outro lado, a forma como as cidades organizam a sua função residencial tem efeitos determinantes no plano da coesão social e territorial.

No Diagnóstico do Plano Estratégico Nacional para uma Política de Habitação (2007/2013) a estrutura da ocupação habitacional em Portugal é caracterizada como estando mais próxima da situação dos países do Sul da Europa do que do Centro ou Norte da Europa. A par do investimento em construção nova em detrimento da renovação e da requalificação urbana, e tal como é característico da Europa do Sul, Portugal regista uma elevada percentagem de fogos vagos.

As conclusões apresentadas na referida publicação alertam ainda para o facto de Portugal, tal como acontece noutros países da Europa do Sul, se encontrar a passar por profundas alterações demográficas que se reflectem na composição da população, nas estruturas familiares e nos modos de vida.

Procurando responder às necessidades habitacionais decorrentes destas alterações e aos próprios desejos e expectativas das pessoas, considera-se que as políticas públicas de habitação desenhadas no país, deverão passar a estar articuladas com outras medidas sectoriais, conforme se sublinha no Plano Estratégico da Habitação 2008-2013 (CET-ISCTE, IRIC & A. Mateus e Associados, 2008).

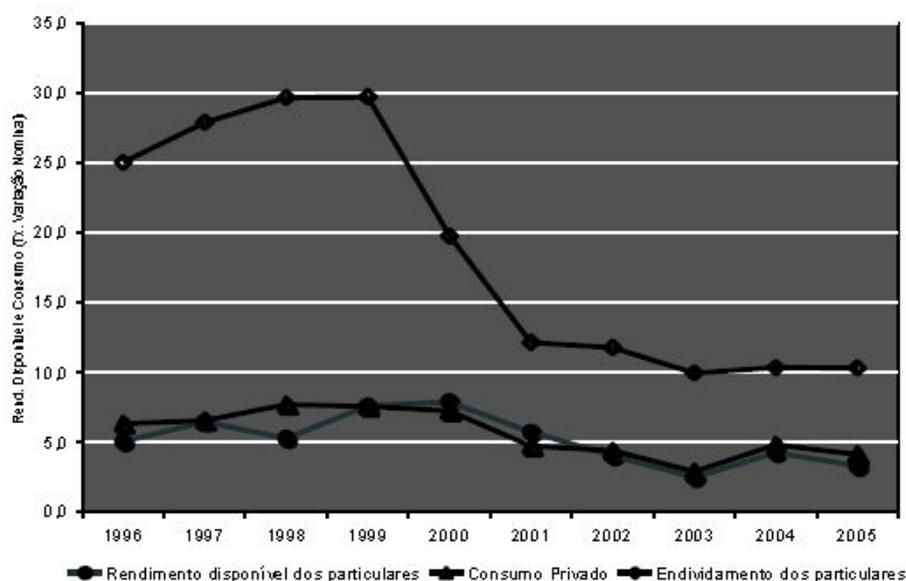
A tendência europeia em termos de dinâmicas sociodemográficas aponta para uma taxa de crescimento das famílias substancialmente superior à taxa de crescimento da população. A maior parte das famílias da UE15 é constituída por uma ou duas pessoas.

Não é possível falar de necessidades habitacionais sem remeter para o tipo de rendimento que determina os contextos de escolha das pessoas, o que obriga a ter em especial referência a taxa de pobreza das populações.

Em Portugal estima-se que pelo menos 20% da população (800 mil famílias que se situam abaixo do limiar de pobreza) não tenha condições de acesso à habitação sem apoio público. A este indicador importa acrescentar que Portugal é o país com o rácio de endividamento dos particulares mais elevado entre os países da UE (CET-ISCTE, IRIC & A. Mateus e Associados, 2008).

Por outro lado, a taxa de poupança das famílias portuguesas tem vindo a diminuir, encontrando-se abaixo da média europeia, o que revela níveis de rendimento insuficientes para fazer face às necessidades de consumo e para a constituição de reservas que permitam enfrentar dificuldades económicas, sobretudo em tempos de crise. A oferta existente no que se refere a modalidades de crédito a partir das quais é possível conter, a curto prazo, o esforço financeiro associado ao serviço da dívida, faz com que actualmente nos encontremos numa situação marcada por um ritmo de consumo superior ao do rendimento.

Gráfico 38: Evolução do rendimento disponível (consumo, poupança e investimento), 1996 a 2005



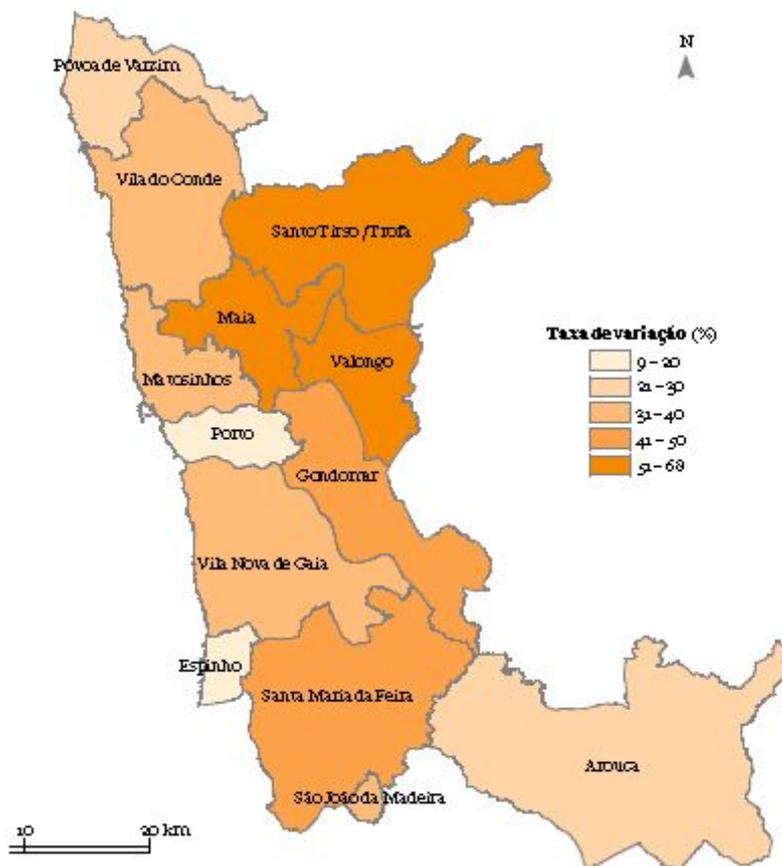
Fonte: INHRU, 2007 (Plano Estratégico Nacional para uma Política de Habitação – 2007/2013. Documento I – Diagnóstico)

Em termos concelhios, de acordo com o Destaque Informativo da CMP de Dezembro de 2006 sobre a evolução do mercado imobiliário no Grande Porto, a segunda metade da década de 90 foi marcada pela construção de novos fogos a um ritmo acelerado na maioria dos concelhos vizinhos do Porto, que assim passaram a competir em termos de oferta habitacional.

Em 2004, a Grande Área Metropolitana do Porto contava com mais 220 951 fogos do que em 1994, apesar da diminuição do ritmo de licenciamentos desde o ano de 2000. No concelho do Porto predominam os fogos de tipologia T0 e T1 e os de tipologia T4 ou superior, o que reflecte a diferença de preço por metro quadrado na cidade do Porto em relação aos concelhos vizinhos. Este facto contribui para favorecer as condições de residência dos estratos sociais mais elevados, enquanto os estratos sociais intermédios se vêem obrigados a optar pelos concelhos vizinhos.

O crescimento do parque habitacional da Grande Área Metropolitana do Porto (GAMP) em dez anos foi de aproximadamente 35%, atingindo-se os 725 621 alojamentos no ano de 2004, o que consistia em 22% do total de habitações do país. No entanto, os concelhos do Porto e de Espinho foram aqueles onde este incremento se fez sentir de forma mais ténue (figura 2).

Figura 2: Crescimento do nº de fogos nos concelhos da Grande Área Metropolitana do Porto, 1994-2004



Fonte: CMP, 2006 (Destaque Informativo – Evolução do Mercado Imobiliário do Grande Porto)

Relativamente aos preços do mercado de habitação no concelho, segundo a publicação supracitada, o conjunto das freguesias mais ocidentais do Porto apresenta preços particularmente elevados, revelando um crescimento de preços superior ao registado em outras zonas da Cidade. Ainda de acordo com o Destaque Informativo da CMP, a zona ocidental do Porto (Foz / Nevogilde) é a mais cara entre as zonas avaliadas pela revista “Confidencial Imobiliário”, tanto para aquisição como para arrendamento de casa.

Quanto à GAMP é ainda de referir que entre o 3º trimestre de 2001 e o período homólogo de 2006 a subida de preços registada na maioria dos concelhos do litoral foi superior aos 8% da média metropolitana.

No que respeita à questão da reabilitação urbana, pode dizer-se que esta é uma área na qual Portugal investe pouco. Entre 1996 e 2004 apenas 16% das obras concluídas em edifícios para habitação corresponderam a obras de reabilitação.

No caso do Porto, face à tendencial desertificação das zonas centrais da Cidade, «*Reabitar e Reabilitar*» constituem dois dos vectores da acção estratégica a este nível, segundo os próprios responsáveis autárquicos, tendo nesse sentido sido criada a Sociedade Porto Vivo, SRU,¹³ com missão de promover a reabilitação do património construído e degradado, bem como cuidar da requalificação ambiental e da revitalização socioeconómica das zonas críticas, designadamente a Baixa.

Situam-se igualmente nesta linha de preocupações as iniciativas que se referem à melhoria de condições de acessibilidade e mobilidade, potenciando a qualidade de vida de cada um e a aproximação física e relacional entre zonas distintas da Cidade, instituições, serviços e cidadãos.

Em Portugal apenas 3% do parque habitacional é de propriedade pública. No entanto, de acordo com informação cedida pela empresa municipal Domus Social (Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, E.M.), na cidade do Porto a percentagem de habitação social situa-se entre os 17% e os 20%.

Acontece, porém, que grande parte da habitação social é antiga, o que causa um forte impacto no que respeita à degradação do edificado da cidade (CET-ISCTE, IRIC & A. Mateus e Associados, 2008).

Os dados cedidos pela Domus Social permitem concluir que mais de metade dos bairros municipais (30 em 49) foram construídos entre a década de 40 e finais da década de 70, não tendo sido submetidos, desde então, a obras

¹³ *Porto Vivo, SRU* – Sociedade criada em 2004, tendo como accionistas o Instituto Nacional da Habitação e a Câmara Municipal do Porto. Esta entidade encontra-se focada na reabilitação de várias áreas da baixa da Cidade, prevendo-se que da sua acção resultem impactos sociais vários, com destaque para uma revitalização urbana e social da baixa do Porto, tanto em termos residenciais como culturais.

de requalificação ou manutenção. Desta forma, no final do século XX o espaço habitacional do Porto encontrava-se bastante degradado.

Desde o ano de 2000, a gestão do parque habitacional do município do Porto e a manutenção de equipamentos e infra-estruturas do domínio público e privado, passou a estar a cargo da Domus Social, cujas responsabilidades englobam a organização e execução dos processos de aquisição, atribuição e venda de fogos, as questões ligadas à ocupação dos mesmos, a cobrança das rendas devidas, a elaboração de propostas, a actualização de taxas e rendas e a manutenção da ligação com as entidades promotoras de habitação social.

As situações ligadas ao âmbito da acção social, mais concretamente as que se relacionam com os problemas que levam as pessoas a procurar habitação social, passaram a ser tratadas pela Fundação Porto Social.

Foi ainda criado o Gabinete do Inquilino Municipal (GIM) com o objectivo de assegurar um atendimento e um serviço de qualidade no que se refere a processos ligados à habitação social.

As questões ligadas à reabilitação do imobiliário ocupam uma parte significativa das preocupações verbalizadas pelos actores, reforçando o consenso público existente em torno da necessidade de conjugação de uma política de habitação com uma política de reabilitação urbana.

Desde o ano de 2002 está em curso o programa de reabilitação de bairros sociais que, no âmbito de uma política de coesão social, pretendeu não só melhorar as condições de habitabilidade dos inquilinos municipais, como também tratar da Cidade e do seu equilíbrio global.

No período compreendido entre 2002 e 2005 a Câmara Municipal do Porto ocupou-se, essencialmente, das obras em interiores e da demolição do património não recuperável. A partir de 2005, passou a privilegiar a reabilitação dos exteriores, a par do lançamento de mecanismos alternativos de apoio à reabilitação dos interiores, nomeadamente através da celebração de protocolos com empresas, que permitiram o fornecimento de materiais aos moradores a um preço reduzido, de forma a que estes pudessem fazer as suas próprias obras.

Do início de 2004 ao final de 2009 foram levadas a cabo obras de reabilitação de interiores em 2609 fogos. No que se refere às obras de reabilitação exterior, conforme podemos ver na tabela 5, foram reabilitados 5665 fogos, havendo 883 em processo de reabilitação e 1363 por reabilitar.

Tabela 5 Panorama da reabilitação exterior dos bairros sociais em Dezembro de 2009

Bairros reabilitados	Fogos reabilitados	Bairros em reabilitação	Fogos reabilitados	Fogos em reabilitação	Fogos por reabilitar
Duque de Saldanha	119	Rainha D. Leonor - Casa dos quintais	32		58
Pio XII	124	Fonte da Moura	356		282
Carvalhido	264	S. Roque da Lameira	260		175
Outeiro	418	Campinas	188	712	
Pasteleira	608	Aldoar	234		162
Agra do Amial	161	Lordelo	88	91	
Carrichal	258	Contumil	128		126
Fernão Magalhães	315	Urbanização Santa Luzia		80	560
Cerco	804				
Francos	522				
Dr. Nuno Pinheiro Torres					
Regado	722				
Vale Formoso	64				
Total	4.379		1.286	883	1.363

Fonte: Domus Social, E.M.

Na sequência das intervenções feitas nos bairros da Cidade, a empresa Domus Social criou o projecto «ConDomus», um projecto que visa a gestão e organização das entradas dos bairros. É feita a eleição de um «gestor de condomínio» por todos os inquilinos de cada uma das entradas, que posteriormente recebe formação específica na empresa Domus Social, ficando

responsável pela gestão e organização dos espaços comuns e representando os moradores junto da referida empresa. Com este projecto pretende-se, principalmente, melhorar o uso e fruição das zonas comuns e dos espaços exteriores envolventes dos bairros sociais, bem como incentivar a preservação dos edifícios municipais, aumentar os níveis de satisfação, comodidade e segurança dos inquilinos e alterar a opinião da população sobre a habitação social. Existem já 52 entradas organizadas desta forma, num total de 5 bairros completos.

Actualmente a cidade do Porto conta com 49 bairros sociais, sendo que três deles se referem a ampliações de bairros pré-existent (Falcão, Cerco e Lagarteiro) e que totalizam cerca de 13 400 fogos. O número de pessoas autorizadas a residir em habitação social na cidade do Porto é de aproximadamente 33 000.

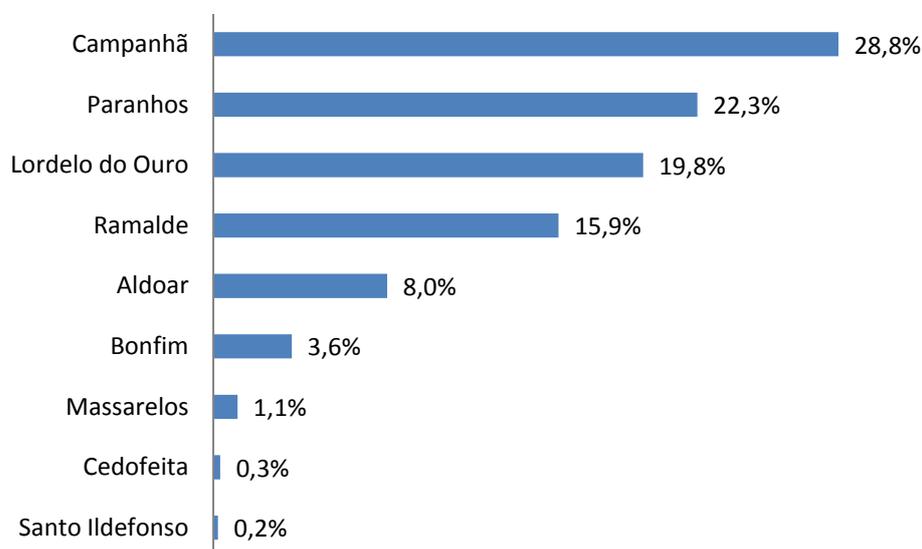
É de notar que a habitação social na Cidade não se reduz aos chamados bairros sociais, estendendo-se às «ilhas»¹⁴ e outras habitações do património público.

A 16 de Maio de 2006 a Câmara Municipal do Porto deu início a um processo de actualização de rendimentos e correcção de rendas, com vista a uma maior justiça social. Foram sujeitos a esta iniciativa 46 bairros, num total de 11 946 agregados familiares. Este processo terminou a 15 de Dezembro de 2006 e permitiu, para além do apuramento dos rendimentos dos moradores, traçar uma caracterização dos bairros do município do Porto.

Com base nos dados resultantes desse processo, podemos afirmar que as freguesias de Campanhã, Lordelo do Ouro e Paranhos eram as que apresentavam maior incidência de habitação social (gráfico 39).

¹⁴ Embora já não existam «ilhas» municipais, continuam a existir «ilhas» de propriedade privada onde vivem muitas pessoas e famílias.

Gráfico 39: Distribuição percentual dos fogos de habitação social existentes no município do Porto por freguesia em 2006



Fonte: UCP/FEP (a partir de dados cedidos por Domus Social, E.M.)

Reflectindo o fenómeno de envelhecimento na Cidade, a população que habita os bairros sociais é uma população envelhecida, sendo que, de acordo com dados da Domus Social, em Dezembro de 2009 32% dos residentes tinham entre 45 a 64 anos e 25%, mais de 65 anos. Apenas 21,6% dos moradores tinham menos de 25 anos. Este cenário é agravado pelo facto de em 14% das habitações municipais se encontrarem agregados constituídos apenas por um elemento a residir só, com mais de 65 anos. Na tabela 6 podemos observar a percentagem de pessoas idosas a viverem sós nos bairros da cidade do Porto.

Tabela 6: Residentes dos bairros sociais da cidade do Porto por bairro e escalão etário, em Dezembro de 2009

Freguesia	Bairro	Nº Fogos (sob gestão Domus)	Nº residentes legalmente autorizados	Residentes por escalões etários					% fogos ocupados por idosos (sós)
				0 a 14	15 a 24	25 a 44	45 a 64	Mais de 64	
ALDOAR	FORTE DA MOURA	638	1573	99	228	332	469	445	6,80
	ALDOAR	396	1100	91	196	271	329	213	2,73
BONFIM	FERNAO MAGALHAES	323	714	39	70	119	195	291	10,22
	DUQUE DE SALDANHA	118	197	8	16	33	80	60	15,74
	CONJ. HABITACIONAL FONTEAÍNHAS	21	em ocupação						-
CAMPANHA	AGRUP. HABITACIONAL DO FALCÃO	173	471	47	105	99	181	39	1,70
	AGRUPAMENTO HABITACIONAL ANTAS	157	429	45	91	98	141	54	2,10
	AGRUPAMENTO HABITACIONAL ILHÉU	126	461	87	104	115	137	18	0,00
	CONTUMIL	254	617	22	55	134	189	217	6,00
	CERCO DO PORTO	804	2128	179	321	543	622	463	4,89
	CERCO DO PORTO - Ampliação	89	229	6	29	54	99	41	3,49
	ENG. MACHADO VAZ	272	615	44	77	117	173	204	8,94
	FALCAO	397	965	42	104	187	339	293	5,80
	LAGARTEIRO	446	1225	117	189	301	389	229	2,86
	MONTE DA BELA	237	558	29	53	111	161	204	8,60
	PIO XII	124	313	20	43	60	93	97	5,43
	S. JOAO DE DEUS (Ruas)	144	395	18	36	143	120	78	2,78
	S. ROQUE DA LAMEIRA	453	1015	57	101	211	319	327	9,16
S. VICENTE DE PAULO	18	48	3	5	10	16	14	4,17	
CEDOFEITA	CONJ. HABIT. TRAV SALGUEIROS	40	em ocupação						-
LORDELO DO OURO	AGRUP. HABIT. CONDOMINHAS	65	186	7	24	35	87	33	2,69
	AGRUP. HABITACIONAL PASTELEIRA	327	983	170	222	234	262	95	1,42
	MOUTEIRA	336	849	29	114	169	355	182	3,18
	PASTELEIRA	611	1625	123	255	370	487	390	5,35
	RAINHA D. LEONOR	250	365	24	48	81	125	87	6,85
	BESSA LEITE	14	46	6	8	10	14	8	4,35
	LORDELO	179	457	15	54	95	162	131	5,47
	ALEIXO	320	960	114	168	260	272	146	2,71
DR. NUNO PINHEIRO TORRES	430	1121	93	194	273	293	268	5,17	
MASSARELOS	BOM SUCESSO	91	236	10	23	51	76	76	4,24
	CONJ. HAB. PARCERIA ANTUNES	54	153	15	16	48	48	26	1,96

PARANHOS	AGRA DO AMIAL	161	358	18	40	79	106	115	8,66
	BOM PASTOR	275	701	54	90	144	193	220	6,85
	CARRICAL	259	601	44	81	139	172	165	6,66
	CARVALHIDO	264	645	55	101	117	187	185	6,05
	OUTEIRO	418	949	61	120	187	289	292	9,59
	REGADO	722	1450	104	166	274	421	485	12,62
	VALE FORMOSO	62	156	2	16	30	60	48	3,85
	CONJ. HABITACIONAL MONTE S. JOÃO	55	160	21	25	50	47	17	0,63
	URBANIZACAO DE SANTA LUZIA	642	1750	74	237	370	724	345	2,91
RAMALDE	AGRUP. HABITACIONAL VISO	257	693	105	123	175	215	75	2,45
	CENTRAL DE FRANCOS	51	130	8	17	26	43	36	3,08
	CAMPINAS	900	2014	134	252	412	612	604	7,40
	FRANCOS	522	1168	82	150	240	367	329	8,65
	RAMALDE	280	726	44	103	160	244	175	4,27
	GRUPO DE MORAD. POPUL. CHOUPOS	24	70	3	14	12	24	17	1,43
SANTO ILDEFONSO	AGRUP. HABITACIONAL DA FONTINHA	28	65	9	8	12	26	10	6,15

Fonte: Domus Social, E.M.

No que respeita à situação ocupacional dos residentes, no mesmo período temporal apenas 27% se encontravam activos. A maioria estava reformada (29%), 22% estavam não activos e 21% enfrentavam o desemprego.

O valor de renda a pagar pela habitação social foi calculado em função dos rendimentos das pessoas, cuja média era, em 2006, de 855,37 €

Os moradores de 23 dos 46 bairros nos quais se procedeu à actualização referida apresentavam rendimentos inferiores à média apurada, salientando-se como casos onde os rendimentos mensais eram menores o Bairro de S. Vicente de Paulo (306,87€) o entretanto demolido Bairro de S. João de Deus (305,37 €) e o Bairro do Vale Formoso (121,82€).

Outra questão a ter em consideração refere-se à tendência para o aumento do número de agregados familiares a residir em sobreocupação nos bairros sociais, facto confirmado pela empresa Domus Social. Segundo esta mesma fonte, estima-se que cerca de 2% dos inquilinos municipais possam estar em situação de sobreocupação. Por outro lado, o facto de a habitação social ser vista pela maioria das pessoas que dela usufrui como uma situação para toda a vida e não como uma solução temporária, sugere a necessidade de investir no plano formativo no sentido do desenvolvimento de comportamentos e mentalidades.

A este conjunto de indicadores junta-se a existência de uma estigmatização social que tende penalizar os habitantes das zonas mais degradadas sendo, nessa medida, pouco favorável à superação das dificuldades. Os bairros caracterizam-se por uma concentração de problemas sociais, como se pode constatar pelo número de situações de risco registadas, de beneficiários de RSI e de sinalizações feitas no âmbito da acção das CPCJs, por exemplo.

Realça-se neste contexto o esforço de requalificação dos bairros da Cidade, desenvolvido nos últimos anos segundo valores de uma política de proximidade, evidentes através de iniciativas como o programa «Porto, Bairro a Bairro».¹⁵

Importa, por um lado, procurar conhecer e dar a conhecer a realidade humana dos bairros, com ênfase para a sua força de regeneração. Por outro, é preciso apostar em iniciativas de índole intergeracional e intercomunitária, potenciadoras do respeito pela diversidade no seio de uma cidadania mais coesa, inclusiva e solidária.

As palavras dos jovens da Cidade que a seguir se destacam, pronunciadas em sessão temática de auscultação subordinada ao tema «Ser Jovem na Cidade do Porto» (Maio, 2009), são bem ilustrativas a este respeito.

«Tenho ideia que o bairro sempre foi visto como um sítio onde se vai comprar droga. Os bairros são estigmatizados».

(Dirigente Associativo do Ensino Superior)

«Eu vou ao bairro comer e dormir. Vivo lá há 20 anos. Antigamente era muito isso que estás a dizer, mas agora já não é tanto. Mas da fama ninguém nos livra».

¹⁵ «Porto, Bairro a Bairro» - projecto municipal iniciado em 2005, tendo como principais destinatários os moradores dos bairros sociais do Porto e que passa pela promoção de diversas actividades de índole cultural e sociopedagógica.

[Jovem morador num dos Bairros «problemáticos» da Cidade]

«Era preciso comunicar dos bairros para fora. Existem muitas pessoas a visitar o bairro? Como é que achas que se pode mostrar que o bairro está a melhorar? Através do Jornal da Junta? De espectáculos?»

[Estudante do Ensino Superior/Associação Juvenil/Empresa Júnior]

«Há um fechamento no bairro e é muito difícil sair de lá. A discriminação é forte e começa pelos órgãos de comunicação social. Não se ouve nada de positivo sobre o bairro. (...) Eu tinha amigos que quando os pais souberam que eu era do bairro deixaram de andar comigo. Hoje há já iniciativas muito positivas. O fechamento que há no bairro é mesmo ao nível físico. O meu bairro era circular. A rua era à volta do bairro e ninguém passava por lá».

[Jovem moradora num dos Bairros «problemáticos» da Cidade]

Este tipo de depoimentos, relevantes tanto pelo que denunciam de negativo como de positivo, confirmam a informação recolhida junto das instituições e associações locais, sendo de registar a importância destas estruturas e o tipo de enraizamento comunitário que revelam.

No mesmo sentido, sublinha-se a acção desenvolvida por muitos técnicos e outros agentes de solidariedade social que actuam no âmbito de múltiplos projectos de intervenção social em curso, designadamente, e a título de exemplo, o apoio prestado por grupos de cidadãos e organizações emergentes da chamada «sociedade civil» a pessoas idosas que estão a viver sós nos bairros sociais.

O tecido associativo assume grande importância nestes contextos. No que se refere especificamente aos problemas de habitação, importa aqui salientar o papel das Associações de Moradores em conjugação com as Juntas de Freguesia e outros actores que intervêm nos territórios considerados problemáticos numa lógica de proximidade.

Quadro IV - Habitação

Problemas / Obstáculos	Linhas de força / Oportunidades
<p>Aumento das situações de pobreza.</p> <p>Níveis de endividamento das famílias.</p> <p>Taxas de poupança baixas.</p> <p>Preços elevados no mercado da Habitação.</p>	<p>Empresa Domus Social.</p> <p>Gabinete do Inquilino Municipal (GIM).</p> <p>Associações de Moradores.</p> <p>Acção das Juntas de Freguesia.</p>
<p>Perdas na função residencial.</p> <p>Diferenciação e separação na distribuição espacial.</p> <p>Estigmatização dos bairros.</p> <p>Degradação do edificado.</p> <p>Desertificação do Centro Histórico/Baixa.</p>	<p>Programa «Bairro a Bairro».</p> <p>Laços de enraizamento territorial.</p> <p>Afecto pela Cidade.</p> <p>Desejo de residência.</p> <p>Dinâmica associativa dos bairros.</p> <p>Projectos de requalificação urbana.</p>

Eixos estratégicos

- Reforço de mecanismos de incentivo e apoio à aquisição e conservação da habitação, valorizando nomeadamente o papel das Juntas de Freguesia e das Associações de Moradores no âmbito das estratégias de realojamento e das acções de proximidade junto das zonas residenciais mais vulneráveis.
- Conjugação de uma política de habitação com uma política de reabilitação urbana que permita contrariar a tendência para a perda de função residencial em favor dos concelhos contíguos e para o desenraizamento das pessoas que, contra vontade, se vêem obrigadas a procurar habitação noutros locais da Cidade.
- Promoção de iniciativas centradas na consecução de objectivos de coesão social e territorial e na valorização dos espaços públicos, de forma a contrariar as atitudes de segregação e de «mixofobia» que dificultam os processos de construção e consolidação dos laços sociais.
- Aposta na melhoria das condições de acessibilidade e mobilidade, tendo em conta os fluxos dos habitantes (residentes e não residentes), sobretudo as pessoas com necessidades específicas neste âmbito, como as pessoas idosas e as pessoas com deficiência.

1.4. Saúde

Confirmando o seu potencial em termos de plataforma interterritorial e intermunicipal, a cidade do Porto constitui um pólo de referência da rede regional de prestação de serviços de saúde, sendo os indicadores sanitários gerais na Região do Norte considerados como globalmente positivos.

De acordo com o Programa Territorial de Desenvolvimento da AMP 2007-2013, os grandes desafios que ainda se colocam nesta área continuam a ser a melhoria das condições de saúde para os utentes, a prevenção da doença e uma maior facilidade no acesso a esses cuidados.

O relatório do Ministério de Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional de 2006 (Norte 2015 – Competitividade e Desenvolvimento. Uma Visão Estratégica) aponta uma melhoria dos indicadores sanitários gerais na região. No entanto, no mesmo documento reconhece-se que subsistem problemas de acessibilidade e de eficiência da rede regional de prestação de cuidados de saúde, apontando como aspectos críticos os seguintes:

- Acessibilidade reduzida (medida em termos de distância tempo) e de valências médicas em algumas áreas do território da Região que permanecem ainda relativamente isoladas;
- Respostas insuficientes em áreas de cuidados para grupos populacionais de risco (situação que se torna mais premente quanto maior for a incidência de processos de exclusão social na Região);
- Funcionamento em rede entre os diferentes equipamentos e serviços de saúde de forma a obter ganhos de eficácia e de eficiência nas respostas às diferentes solicitações de cuidados de saúde;
- Necessidade de prosseguir o investimento na qualificação de recursos humanos do sector de forma a prover às situações de insuficiência de profissionais da saúde.

De acordo com a avaliação constante do Relatório de Actividades de 2007 da ARSN, a Região regista ganhos apreciáveis durante o ano em questão, no que diz respeito aos seguintes aspectos:

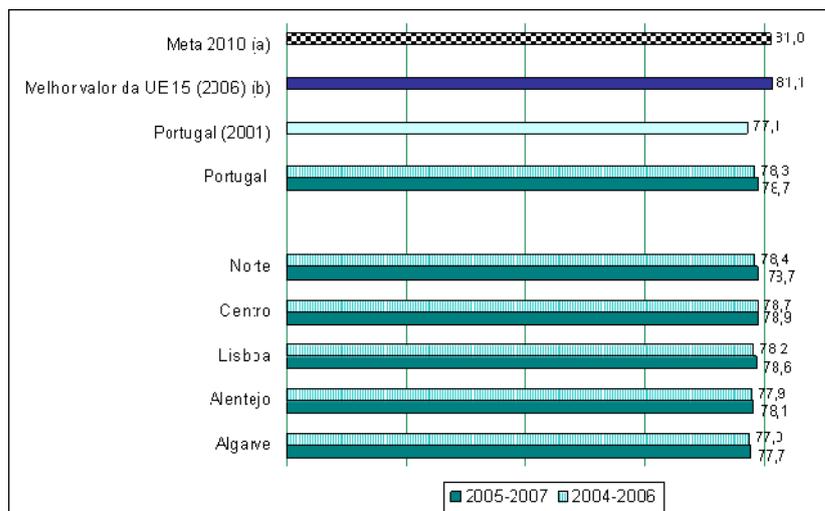
- Redução dos utentes sem médico de família;
- Aumento das taxas de utilização dos Centros de Saúde;
- Acréscimo das primeiras consultas nos Hospitais;
- Redução da lista e do tempo de espera cirúrgica;
- Oferta de camas e serviços de cuidados continuados, até aqui não existentes enquanto solução organizada de cuidados de saúde e sociais;
- Melhoria no número e qualidade de meios para o socorro e transporte de doentes urgentes/emergentes;
- Alargamento dos horários de atendimento nos Centros de Saúde e hospitais.

A esperança de vida à nascença, indicador fulcral na análise das condições de saúde de uma determinada população, tem sido em Portugal, inferior à média da União Europeia, aparecendo nesse sentido entre as prioridades do Plano Nacional de Saúde.

Na Região do Norte, a esperança média de vida à nascença para o período compreendido entre 2005 e 2007 era de 78,7 anos, igualando a este respeito a média nacional.

No Grande Porto, segundo dados do INE, este valor situava-se nos 79 anos, em 2006, não havendo informação estatística disponível que nos permita actualizar este número.

Gráfico 40 Esperança de vida à nascença por região



Fonte: Ministério da Saúde, 2009 (Indicadores e Metas do PNS)

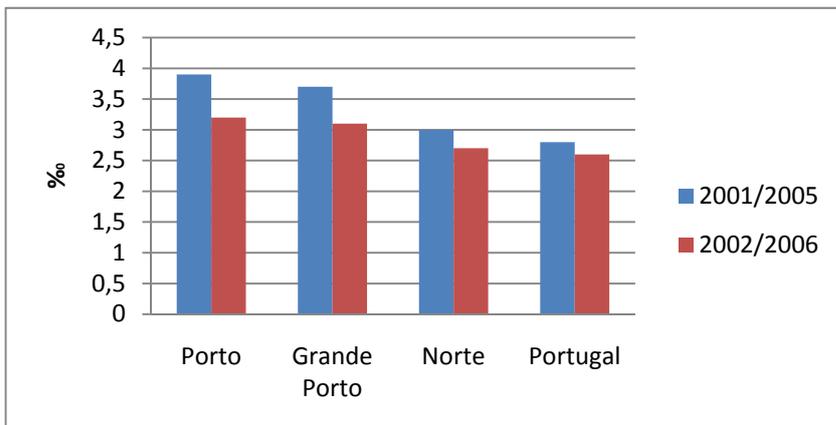
Analisando os indicadores disponíveis sobre a população idosa na Região do Norte podemos dizer que nesta Região a esperança de vida dos 65 aos 69 anos no período compreendido entre 2005 e 2007 era de 18 anos, valor equiparado à média nacional (18,1%).

Para o mesmo período temporal, de acordo com dados do INE a esperança média de vida para o Grande Porto era de 18,2 anos. As mulheres nesta faixa etária apresentavam uma maior esperança de vida do que os homens, em todas as regiões do país.

Na Região do Norte a média é de 16,1 anos de idade para os homens e 19,5 para as mulheres, o que se equipara também à média nacional.

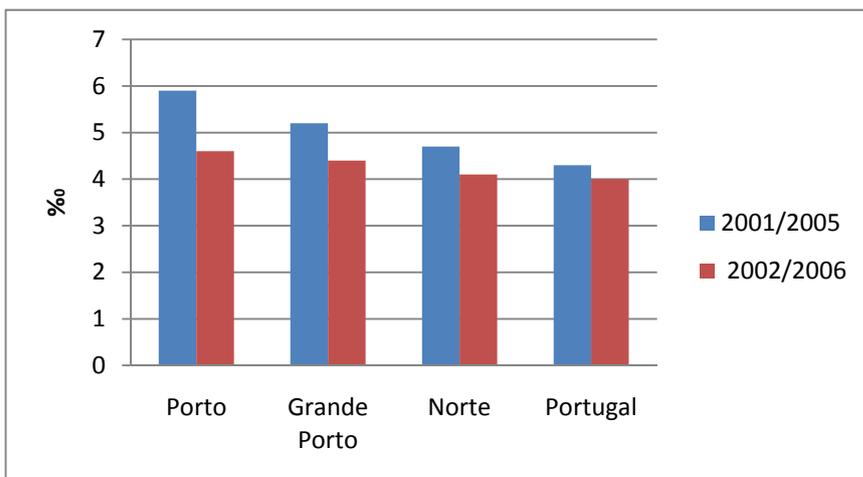
No que se refere às taxas de mortalidade neonatal e infantil, os dados do INE para o quinquénio de 2002/2006 confirmam a tendência para a diminuição das mesmas no concelho, acompanhando assim a evolução em termos nacionais. No entanto, o Porto continua a registar valores ligeiramente superiores aos observáveis no país, Região do Norte ou mesmo no Grande Porto (gráficos 41 e 42).

Gráfico 41: Taxa quinquenal de mortalidade neonatal



Fonte: UCP/FEP (a partir de dados do INE, 2009)

Gráfico 42: Taxa quinquenal de mortalidade infantil

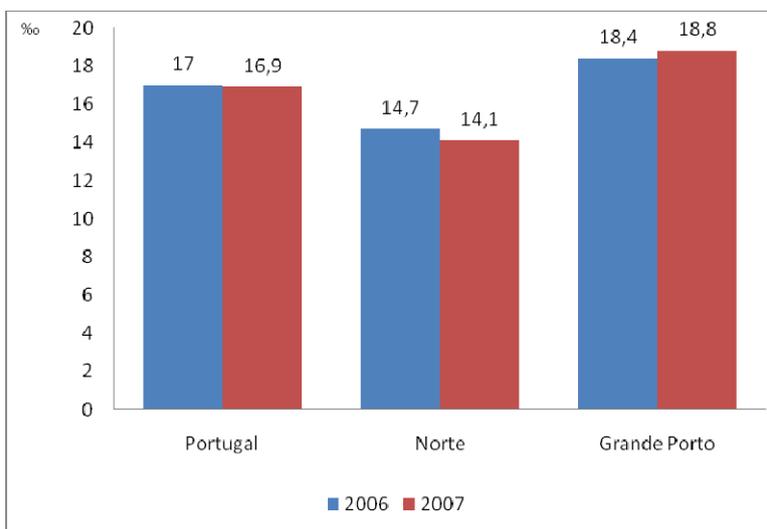


Fonte: UCP/FEP (a partir de dados do INE, 2009)

Relativamente à taxa de fecundidade na adolescência, o Grande Porto continua a atingir valores superiores aos nacionais ou da Região do Norte. Enquanto nestes dois territórios se regista uma pequena diminuição da taxa de fecundidade na adolescência, no Grande Porto verifica-se um ligeiro aumento deste valor, de 18,4‰ em 2006 para 18,8‰ em 2007 (gráfico 43).

Este dado sugere a necessidade de reforço de medidas de carácter preventivo, nomeadamente no plano da sensibilização e da formação, articulando para este efeito dimensões de pedagogia escolar e pedagogia social.

Gráfico 43: Taxa de fecundidade na adolescência



Fonte: UCP/FEP (a partir de dados do INE, 2009)

Está actualmente em curso a concretização da reforma da prestação pública de cuidados de saúde, construída ao longo da última década. Desde o 2º semestre de 2007, na sequência do Decreto-Lei nº 222/2007, que as administrações gerais de saúde exercem as suas atribuições em regime de institutos públicos nas áreas geográficas correspondentes ao nível II da Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS), tendo a ARS do Norte, I.P., ficado com mais 18 concelhos a sul do Douro, administrados anteriormente pelo ARS Centro, I.P., como oportunidade de correcção legislativa conducente à conformação com as respectivas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional.

No seguimento deste processo, o Relatório de Actividades de 2007 da ARSN sublinha os seguintes aspectos:

- Expansão do número de Unidades de Saúde Familiar (USF), acompanhada da reconfiguração dos centros de saúde e dos serviços de saúde pública da Região do Norte. Nesse mesmo ano

entraram em funcionamento 29 USF, o que aumentou para 44 o número de unidades existentes, traduzindo-se num ganho de 11% na cobertura dos utentes inscritos com médico de família.

- À extinção das Sub-Regiões de Saúde sucedeu a nova desconcentração administrativa das ARS na forma de Agrupamentos de Centros de Saúde, num total de 24 ACES e 2 ULS na ARS do Norte e 9 ACES e 1 ULS no Grande Porto (dos quais, 2 ACES no Porto).
- A criação do Departamento de Saúde Pública da ARS do Norte, pela Portaria 649/2007, sucedendo ao anterior Centro Regional de Saúde Pública, com as mesmas atribuições de autoridade e observatório de saúde regional do Norte e a articulação com todas as unidades operativas de Saúde Pública também com as mesmas atribuições de autoridade e observatório de saúde locais (actuais Concelhos e futuros ACES).
- Emergência de mais seis centros hospitalares com estatuto jurídico de Entidades Públicas Empresariais (EPE), passando a Região do Norte a incluir 20 Instituições Hospitalares (9 Centros Hospitalares, 10 Hospitais e uma Unidade Local de Saúde). No concelho do Porto foi criado o Centro Hospitalar do Porto, que engloba o Hospital Geral de Santo António, o Hospital Central especializado de Crianças Maria Pia e a Maternidade Júlio Dinis.
- Desenvolvimento do Projecto UPIP (Urgência Pediátrica Integrada do Porto), aprovado em Dezembro de 2006. Trata-se de um projecto que visa reestruturar a rede de urgências pediátricas no Grande Porto, de acordo com critérios de boa prática de referenciação clínica, geográfica e acessibilidades (mobilidade, sistema de informação e níveis de diferenciação).

A mesma fonte destaca que o ano de 2007 foi marcante em termos de investimento hospitalar, tendo sido o investimento previsto nos hospitais da Região do Norte de mais do dobro do verificado em 2006.

De acordo com dados do Ministério da Saúde, existem actualmente no concelho do Porto dois ACES, que englobam oito centros de saúde, cinco unidades de saúde familiar e onze extensões, organizadas da seguinte forma:

Agrupamento de Centros de Saúde Porto Ocidental

- Centro de Saúde de Aldoar
 - Unidade de Saúde Familiar Espaço Saúde
 - Extensão de Saúde Centro de Atendimento a Jovens (CAJ)
 - Unidade de Saúde Familiar Ramalde
 - Extensão de Saúde do Carvalhido
 - Unidade de Saúde Familiar Serpa Pinto
- Centro de Saúde Bonfim / Batalha – Unidade Batalha
 - Extensão de Saúde D. João IV
 - Extensão de Saúde EDP
 - Extensão de Saúde Guindais
- Centro de Saúde Carvalhosa / Foz do Douro – Unidade Carvalhosa - Extensão Aníbal Cunha
 - Centro de Saúde Carvalhosa / Foz do Douro – Unidade Foz do Douro - Extensão de Saúde Lordelo do Ouro
 - Centro de Saúde São João – Porto

Agrupamento de Centros de Saúde Porto Oriental

- Unidade de Saúde de Cuidados Personalizados de Barão de Nova Sintra
 - Unidade de Saúde Familiar Porto Centro
 - Extensão de Saúde Santos Pousada
- Centro de Saúde Campanhã
 - Extensão de Saúde Azevedo
 - Extensão de Saúde Ilheu
- Centro de Saúde Paranhos
 - Unidade de Saúde Familiar Faria Guimarães
 - Extensão de Saúde Covelo

Nos 8 centros de Saúde, segundo dados fornecidos pela Divisão de Apoio Técnico da ARS Norte encontravam-se inscritos, no final do 1º semestre de 2008, 334 385 utentes, sendo que 41 658 (12,45%) não tinham médico de família atribuído.

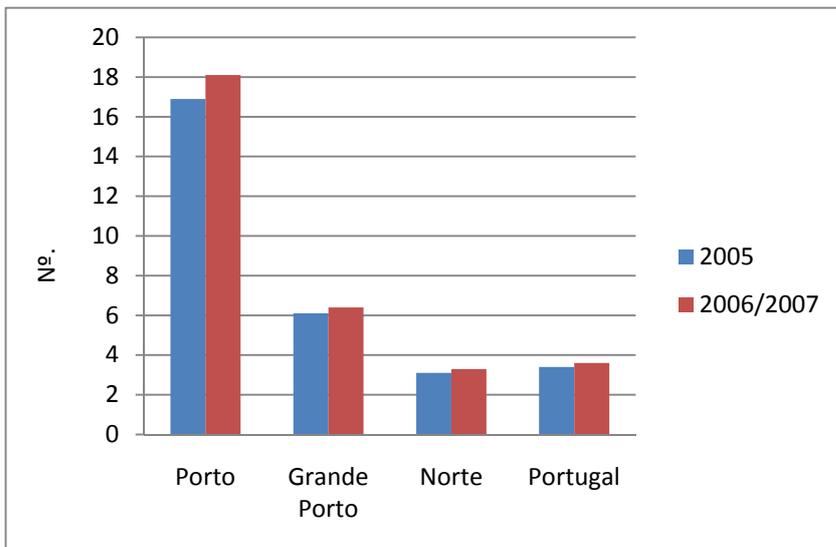
Em termos de cobertura hospitalar pública, segundo informação do Ministério da Saúde, o município do Porto conta com as seguintes estruturas:

- Centro Hospitalar do Porto, EPE
 - Hospital especializado de crianças de Maria Pia
 - Maternidade Júlio Dinis
 - Hospital Geral de Santo António
- Hospital de São João
- Hospital Magalhães Lemos
- Instituto Português de Oncologia Francisco Gentil
- Hospital Joaquim Urbano

Foi ainda possível apurar um total de 14 hospitais privados no concelho do Porto, o que perfaz 21 estruturas hospitalares na Cidade.

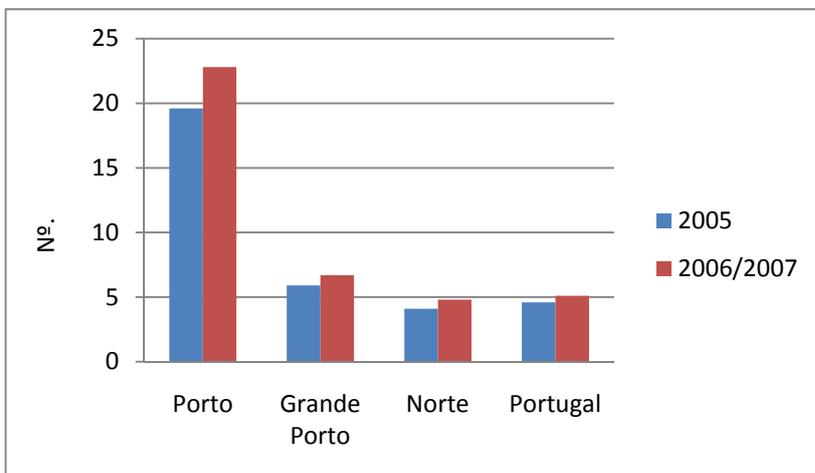
Quanto aos recursos humanos existentes na área da saúde, o concelho do Porto continua a apresentar um número de médicos e enfermeiros por 1000 habitantes muito superior ao do país (gráficos 44 e 45).

Gráfico 44: Médicos por 1000 habitantes



Fonte: UCP/FEP (a partir de dados dos Anuários Estatísticos da Região Norte 2006 e 2007, INE)

Gráfico 45: Enfermeiros por 1000 habitantes



Fonte: UCP/FEP (a partir de dados dos Anuários Estatísticos da Região Norte 2006 e 2007, INE)

Numa cidade como o Porto que conta com uma presença muito forte de população idosa, os cuidados de saúde continuados adquirem especial importância.

Neste sentido, em 2006 foi criada a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados visando uma intervenção integrada e articulada dos sectores da Saúde e da Segurança Social.

Em conformidade com o que consta do Relatório da ARSN (2008), os esforços desenvolvidos no âmbito da implementação desta rede são muito significativos, como comprovam os 22 acordos celebrados com Misericórdias e 4 com Organismos Públicos que possibilitaram a abertura de 26 Unidades de Cuidados Continuados Integrados.

No distrito do Porto existem 4 Unidades de Convalescência que totalizam 80 camas (Hospital de Valongo, Santa Casa da Misericórdia de Felgueiras, Unidade Local de Saúde de Matosinhos e Santa Casa da Misericórdia de Lousada), 2 Unidades de Média Duração e Reabilitação com um total de 23 camas disponíveis (Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde e Santa Casa da Misericórdia de Felgueiras), 1 Unidade de Longa Duração e Manutenção com 25 camas (Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde) e 1 Unidade de Cuidados Paliativos com 15 camas (Instituto Português de Oncologia – Porto).

Conforme testemunho dos actores mais directamente implicados, as pessoas que sofrem de doença mental tendem a ser vítimas de exclusão e segregação, constituindo mesmo um grupo humano de risco. Fenómenos como o envelhecimento, a precarização das redes sociais primárias e o agravamento de índices de pobreza, afectam de modo especial estas pessoas.

Recorda-se a este propósito que a Saúde Mental em Portugal foi considerada no Plano Nacional de Saúde Mental 2007-2016 como uma prioridade de saúde pública, reconhecendo que as perturbações psiquiátricas e os problemas de saúde mental se tornaram a principal causa de incapacidade e uma das principais causas de morbilidade nas sociedades actuais.

No entanto, há a salientar os esforços de melhoria em curso, designadamente o programa de cuidados continuados e integrados, o desenvolvimento das Unidades de Saúde Familiares e a criação de Unidades de Psiquiatria e Saúde Mental nos novos hospitais gerais em construção/projecto.

Na Região do Norte, segundo o Relatório da Comissão Nacional para a Reestruturação dos Serviços de Saúde Mental, os Serviços de Psiquiatria e Saúde Mental encontram-se organizados, desde há anos, numa base geodemográfica, prevendo-se que a rede de serviços locais se estenda a todo o território através da criação, nos Hospitais Gerais da área do Hospital de Magalhães Lemos que ainda os não possuem, de serviços de psiquiatria e saúde mental.

No que respeita aos casos de saúde mental no concelho do Porto, foi possível obter o testemunho da Autoridade de Saúde do Concelho do Porto que, a partir da experiência resultante do trabalho realizado no âmbito dos projectos de intervenção comunitária e dos pedidos solicitados ao nível de internamentos compulsivos revela a existência de:

- Casos/situações sem respostas adequadas às suas especificidades, verificando-se cada vez mais a sinalização e pedido de intervenção em situações nas quais estão envolvidos quadros psiquiátricos crónicos; casos sociais de idosos sem retaguarda familiar e em isolamento social e que já se encontram em processo demencial;
- Pessoas sem-abrigo que apresentam um quadro psiquiátrico;
- Poucas estruturas e equipamentos de apoio ao nível da reabilitação psicossocial;
- Respostas clínicas e sociais pouco adaptadas e/ou insuficientes às necessidades apresentadas;
- Dificuldades de implementação e articulação de respostas, bem como uma insuficiente divulgação de informação ao nível dos serviços existentes na área da saúde mental.

Foram ainda identificadas pela Autoridade de Saúde as seguintes problemáticas relativas à saúde mental no concelho:

- Doença mental crónica (interdição / institucionalização);

- Demência senil, consequência das condições neuropsiquiátricas associadas ao envelhecimento (casos sociais de idosos sem retaguarda familiar e em isolamento social);
- Perturbações da personalidade;
- Deficiência (perturbações comportamentais em consequência da deficiência);
- Pessoas em situação de exclusão social e grupos vulneráveis (pessoas sem-abrigo) que apresentam prevalência de doenças mentais;
- Doenças mentais e perturbações psiquiátricas ligadas ao abuso e à dependência de álcool e drogas;
- Familiares sem competências/capacidades (Exemplo: pessoas idosas e familiares com alguma perturbação psiquiátrica e/ou debilidade) para prestarem apoio adequado e necessário ao familiar com doença mental.

Outra das áreas problemáticas em termos de saúde que afecta um conjunto significativo de pessoas, agravando o seu quadro de risco tanto em termos pessoas como sociais, refere-se ao fenómeno da toxicodependência.

Remetendo para os resultados do estudo nacional realizado em 2007, o Relatório Anual do Instituto da Droga e da Toxicodependência (IDT) do mesmo ano revela que entre 2001 e 2007, apesar da subida das prevalências de consumo ao longo da vida a nível das várias substâncias ilícitas, se verificou uma descida generalizada das taxas de continuidade dos consumos.

Ainda segundo a mesma fonte, Portugal continua a situar-se entre os países com as menores prevalências de consumo de drogas, com excepção da heroína, em que o nosso país surge com as maiores prevalências.

A Delegação Regional do Norte do IDT compreende um Núcleo de Apoio Técnico (NAT) e um Núcleo de Apoio Geral (NAG). Dentro desta delegação podemos encontrar as seguintes Unidades de Intervenção Local:

- Centros de Respostas Integradas (CRI)
- Unidade de Desabilitação (UD)
- Comunidade Terapêutica (CT)
- Unidade de Alcoologia (UA)

Na sequência do processo de mudança organizacional e funcional do IDT, os antigos Centros de Apoio a Toxicodependentes (CAT) do distrito do Porto foram substituídos por Centros de Respostas Integradas, havendo actualmente três destes centros em funcionamento no distrito:

- CRI Porto Central (inclui as equipas técnicas de Cedofeita, V. N. de Gaia e Santa Maria da Feira);
- CRI Porto Ocidental (inclui as equipas técnicas Ocidental e Matosinhos);
- CRI Porto Oriental (inclui as equipas técnicas Oriental, de Gondomar e Freamunde).

Esta nova organização do IDT corresponde uma nova filosofia de acção que subjaz ao PORI (Plano Operacional de Respostas Integradas) e que visa potenciar as sinergias disponíveis no território, através da implementação de Programas de Respostas Integradas (PRI).¹⁶

No âmbito do PORI foram identificados, dentro do concelho do Porto, quatro territórios de intervenção prioritária, a saber:

- Zona oriental do Porto (freguesias de Campanhã e Paranhos);
- Zona ocidental do Porto (Bairros Sociais da freguesia de Lordelo do Ouro);
- Zona histórica do Porto (freguesias de Massarelos, Miragaia, Santo Ildefonso, Sé, São Nicolau e Vitória);
- Zona industrial do Porto (freguesias de Ramalde e Aldoar e Espaços de Diversão Nocturna).

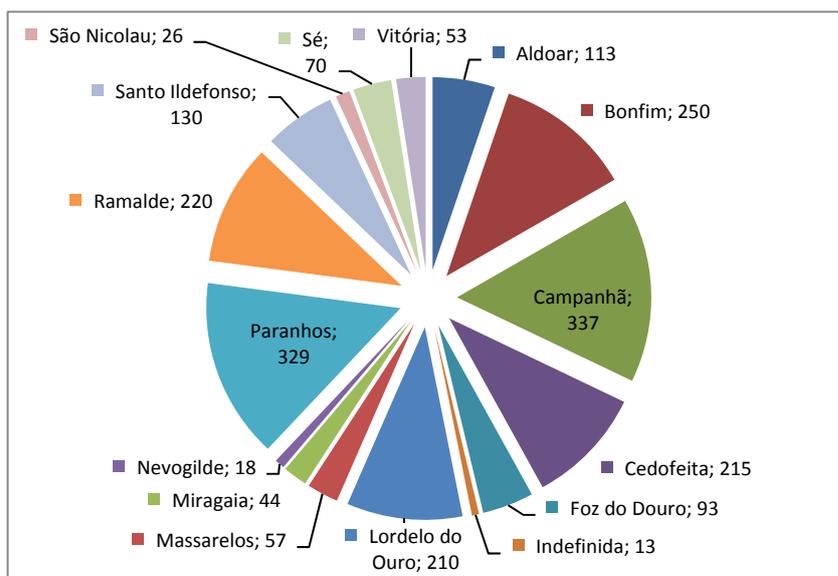
¹⁶ Entende-se por Programas de Respostas Integradas (PRI) «uma intervenção que integra respostas interdisciplinares, de acordo com alguns ou todos os eixos (prevenção, dissuasão, tratamento, redução de riscos e minimização de danos e reinserção) e que decorre dos resultados do diagnóstico de um território identificado como prioritário» (Grupo de Apoio à Coordenação do PORI, 2007:8)

Em conformidade com a nova filosofia de acção do IDT, estas zonas não correspondem a divisões geográficas administrativas, mas a pólos de uma estrutura relacional, tendo sido elaborado um diagnóstico exaustivo de suporte à intervenção nos territórios identificados.

Segundo dados fornecidos pela Delegação Regional do Norte do IDT, no concelho do Porto foi possível contabilizar, ao longo do ano de 2008, um total de 2178 utentes activos, o que corresponde a um aumento de 10,78% face ao ano de 2006, tendo como referência os 1966 utentes apurados no Pré-diagnóstico Social do Porto para esse ano.

A enorme disparidade de sexo entre os utentes em tratamento mantém-se, sendo que 82% destes são do sexo masculino e 18 %, do sexo feminino. O gráfico 46 mostra-nos a distribuição destes indivíduos por freguesia. Como podemos observar, as freguesias da zona Oriental do Porto (Campanhã e Paranhos) são as que apresentam maior incidência relativa de toxicodependentes, o que consiste numa alteração face aos dados avançados no Relatório do Pré-diagnóstico Social do Porto, que coloca as freguesias da Zona Histórica (Vitória e Miragaia) na linha da frente.

Gráfico 46: Utentes activos por freguesia em 2008

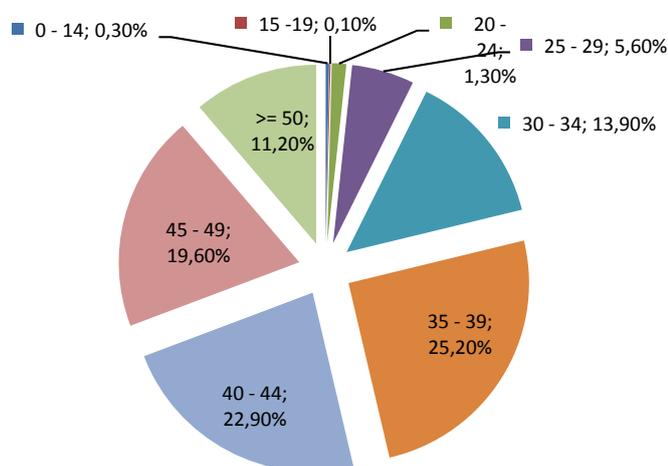


Fonte: UCP/FEP (a partir de dados cedidos pela Delegação Regional do Norte do IDT)

Os gráficos seguintes (47, 48, 49 e 50) permitem-nos traçar o quadro da situação em termos de caracterização etária, estado civil, nível de escolaridade e profissão. Como podemos conferir, 25,2% tinha entre 35 e 39 anos de idade, seguindo-se a faixa dos 40 aos 44 anos, com 22,9%. A grande maioria destes utentes era solteira (57%), seguindo-se o estado civil de casado ou em união de facto (24,8%).

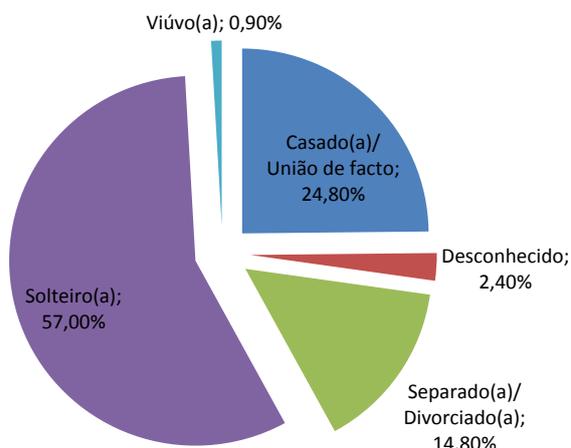
Por outro lado, esta população continua a caracterizar-se por níveis de escolaridade bastante baixos e índices de desemprego muito elevados (55%).

Gráfico 47: Utentes activos por grupo etário em 2008



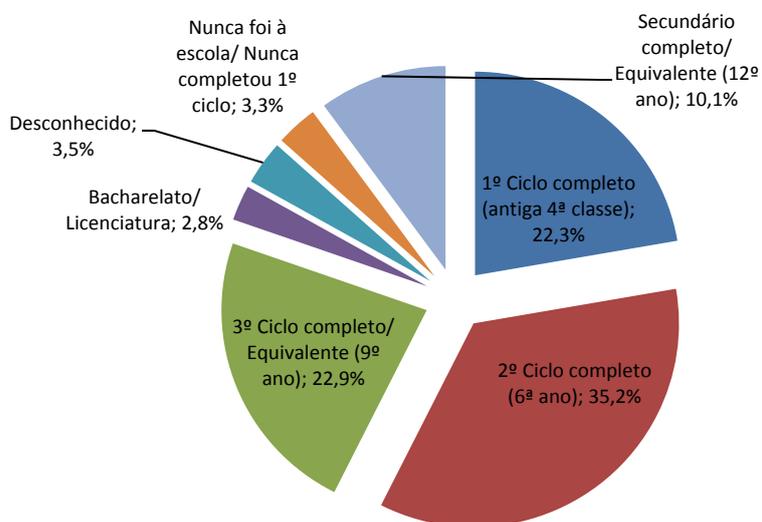
Fonte: UCP/FEP (a partir de dados cedidos pela Delegação Regional do Norte do IDT)

Gráfico 48: Utentes activos por estado civil em 2008



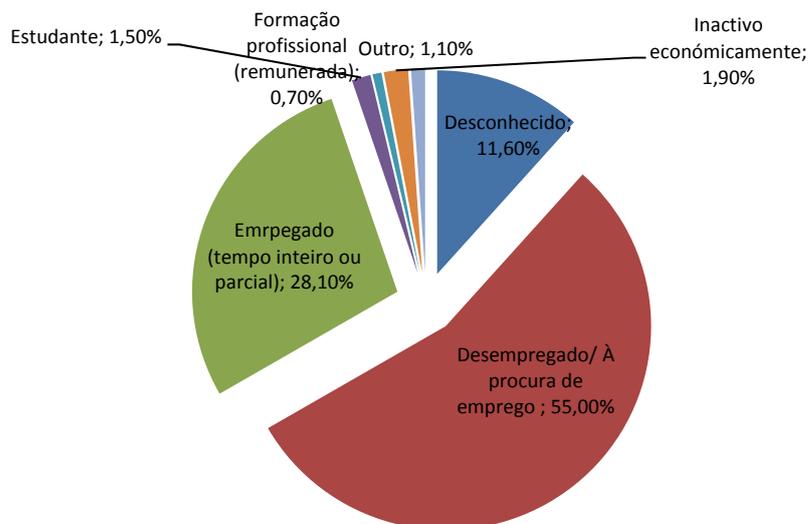
Fonte: UCP/FEP (a partir de dados cedidos pela Delegação Regional do Norte do IDT)

Gráfico 49: Utentes activos por escolaridade em 2008



Fonte: UCP/FEP (a partir de dados cedidos pela Delegação Regional do Norte do IDT)

Gráfico 50: Utentes activos por situação profissional em 2008



Fonte: UCP/FEP (a partir de dados cedidos pela Delegação Regional do Norte do IDT)

A caracterização das pessoas nesta situação corresponde, no essencial, ao perfil apresentado no âmbito do Pré-diagnóstico Social do Porto, que tem sobretudo por base dados de 2007 relativos ao conhecimento sobre os utentes do programa municipal «Porto Feliz».¹⁷

Aos elementos referidos, relativos às condições económicas e de saúde, aos baixos níveis de qualificação e às situações de precariedade na relação com o mercado de trabalho, há a acrescentar o facto de estarmos perante histórias de ruptura social e familiar, o que, por sua vez, implica a interiorização de determinados padrões de vida.

As respostas de configuração sociopedagógica, ligadas a processos personalizados de mediação de aprendizagem e de educação social, assumem neste quadro especial relevância.

¹⁷ «Porto Feliz» (2002-2007) - programa criado pela Câmara Municipal do Porto em colaboração com o Governo e com a Segurança Social, comumente associado à intervenção junto dos «arrumadores» mas cujos objectivos principais visavam o tratamento e a reinserção social dos toxicodependentes, prevendo o seu acompanhamento desde a retirada das ruas até ao regresso na vida activa e familiar normal.

Outro problema de saúde a destacar refere-se ao VIH / SIDA. Conforme podemos conferir (tabela 7), o número de casos de SIDA em Portugal tem vindo a diminuir consideravelmente nos últimos anos.

Não obstante esta diminuição, de acordo com o documento Perfil de Saúde da Região Norte (Felício & Machado, ARSN 2008), o distrito do Porto é apontado como sendo a zona da Região com maior taxa bruta de incidência de SIDA. Ainda segundo esta publicação, a principal forma de transmissão do VIH/SIDA na Região do Norte é a toxicodependência, seguida das relações heterossexuais e a principal doença indicadora de SIDA é a tuberculose.

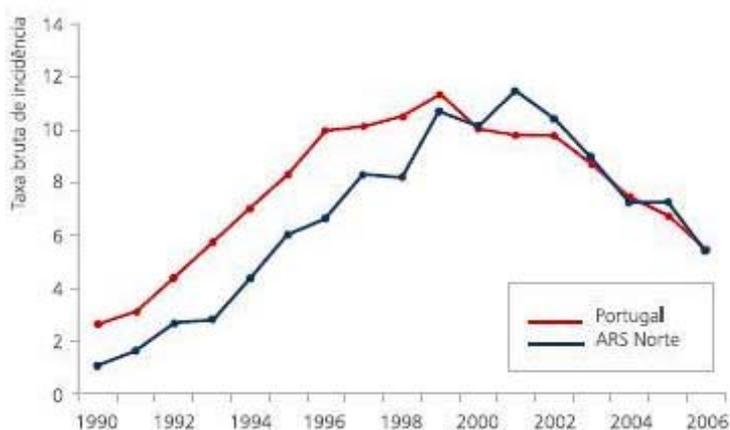
Tabela 7 – Evolução dos casos diagnosticados de SIDA em Portugal, 2001 a 2007

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Total	1 011	1 023	919	790	724	604	320
Homens	844	841	735	634	577	457	245
Mulheres	167	182	184	156	147	147	75

Nota: A informação sobre casos diagnosticados de SIDA faz parte de uma base de dados dinâmica continuamente atualizável. Todos os dados apresentados estão atualizados à data de 31 de Dezembro de 2007.

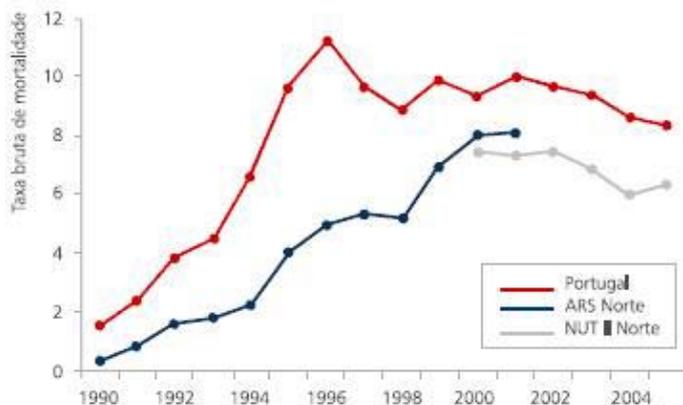
Fonte: INE, 2008 (Indicadores Sociais 2007)

Gráfico 51: Evolução da taxa bruta de incidência (/100000 habitantes) de SIDA em Portugal e na ARS Norte, 1990-2006



Fonte: Felício & Machado, ARSN 2008 (Perfil de Saúde da Região Norte)

Gráfico 52: Evolução da taxa bruta de mortalidade (/100000 habitantes) por SIDA em Portugal (1990-2005), na ARS Norte (1990-2001) e na NUT II Norte (2000-2005)



Fonte: Felício & Machado, ARSN 2008 (Perfil de Saúde da Região Norte)

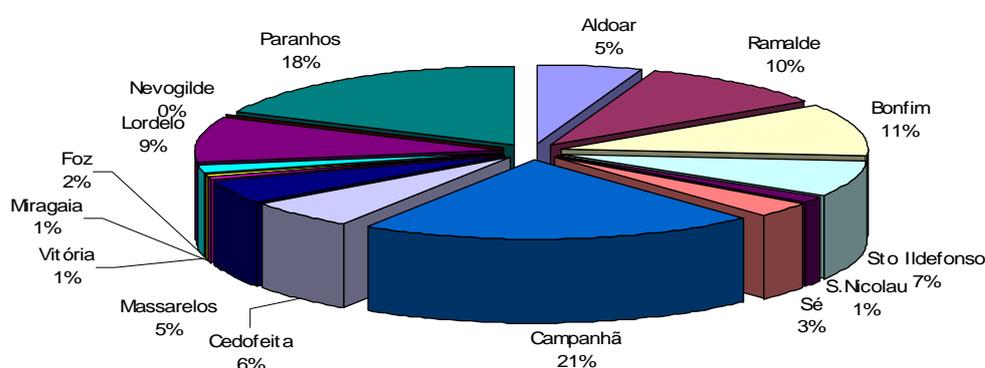
A Região do Norte conta com um Programa Regional de Prevenção e Controlo da Infecção VIH/SIDA, que tem como parceiros o Instituto da Droga e da Toxicoddependência, o Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira e o Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho. De acordo com o Relatório de 2007 da ARSN, ao longo desse ano foram levadas a cabo acções de investigação, diagnóstico, monitorização e formação no âmbito do VIH/SIDA.

Remetendo ainda para a publicação Perfil de Saúde da Região do Norte a tuberculose constitui outro dos problemas que tem, nesta região, uma expressão superior à nacional, razão pela qual tem sido considerada um problema de saúde de intervenção prioritária desde 2005.

A mesma publicação refere que a taxa de incidência de tuberculose na Região do Norte foi, em 2006, 24% superior à observada no país. Na Região do Norte há uma maior concentração de risco nos centros urbanos do litoral, do vale do Ave e da Área Metropolitana do Porto. A diminuição do número de casos de tuberculose pulmonar bacilífera nos últimos anos não invalida o facto de não ter sido ainda possível atingir níveis de sucesso terapêutico que permitam um adequado controlo do problema. No que respeita à cidade do Porto, segundo dados do Sistema de Declaração Obrigatória de Doenças Transmissíveis (DDO) cedidos pela Autoridade de Saúde do Concelho do Porto, foram notificados no ano

de 2007 um total de 166 casos de tuberculose pulmonar. Destas notificações 83,1% corresponderam a casos novos, 13,3% a recidivas e 3,6% a retratamentos. A tuberculose pulmonar no concelho afecta maioritariamente indivíduos do sexo masculino (68%) e a faixa etária compreendida entre os 15 e os 64 anos de idade (83,1%). No gráfico 53 é possível observar a distribuição das notificações de tuberculose pulmonar no concelho do Porto, por freguesia.

Gráfico 53: Notificações de Tuberculose Pulmonar no concelho do Porto por freguesia, no ano de 2007



Fonte: DDO Porto, 2007 (dados cedidos pela Autoridade de Saúde do Concelho do Porto)

Durante o ano de 2007 foram ainda notificados no concelho cinco casos de tuberculose do sistema nervoso central e treze casos de tuberculose disseminada ou miliar.

De acordo com a informação constante do Plano Nacional Para a Redução dos Problemas Ligados ao Álcool, a Europa é a zona do mundo onde o consumo de álcool é mais elevado, com cerca de 5% de homens e 1% de mulheres em situação de dependência face a esta substância. No referido plano, o álcool aparece como sendo responsável por 195 000 mortes por ano na União Europeia.

Não obstante o decréscimo no consumo médio de álcool que se tem vindo a verificar na UE, somos alertados para o aumento, na última década, da proporção de jovens e jovens adultos com padrões de consumo nocivos em muitos dos Estados-Membros. Neste documento é ainda feita referência ao aumento, na maioria dos Estados-Membros, dos padrões de consumo de alto

risco entre as mulheres e ao número de crianças na UE a viver em famílias afectadas pelo álcool (5 a 9 milhões).

A nível nacional, o consumo de álcool constitui também um importante problema de saúde pública. O Plano Nacional Para a Redução dos Problemas Ligados ao Álcool faz uma breve caracterização do consumo de álcool entre a população portuguesa, com base em dois estudos nacionais epidemiológicos: os Inquéritos Nacionais de Saúde, da responsabilidade do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge e os Inquéritos Nacionais ao Consumo de substâncias Psicoactivas na População Geral – Portugal, da responsabilidade do IDT, IP.

Os Inquéritos Nacionais de Saúde mostram que o consumo de bebidas alcoólicas, medido pela ingestão de alguma das bebidas referidas no inquérito nos 12 meses anteriores à entrevista, aumentou de 50,4% em 1998/1999 para 53,8% em 2005/2006, aumento que foi mais notório entre o sexo feminino. Quanto aos Inquéritos Nacionais ao Consumo de Substâncias Psicoactivas, permitiram registar um aumento de 3,5% na prevalência do consumo de bebidas alcoólicas entre 2001 e 2007.

A proporção da população que iniciou o consumo de bebidas alcoólicas entre os 15 e os 17 anos, que era de 30% em 2001, passou para 40% em 2007. O IDT, IP, que combate os problemas ligados à droga e à toxicodependência, estendeu o seu campo de actuação aos problemas ligados ao álcool.

Durante o ano de 2008 a Unidade de Alcoologia do Norte contou com um total de 2905 utentes em tratamento, tendo-se realizado 862 primeiras consultas e 19 575 consultas de seguimento.

Todavia, reconhece-se que a este nível o diagnóstico sobre as áreas prioritárias de intervenção carece ainda de aprofundamento, justificando-se neste sentido um esforço de sistematização e harmonização de dados entre as diversas entidades. Por outro lado, importa conhecer melhor as pessoas nesta situação, tentando compreender a singularidade das suas trajectórias de vida.

No Plano Regional de Saúde do Norte 2008-2010 é feito um levantamento das principais necessidades em termos de saúde na Região do Norte. As zonas nas quais determinadas doenças e factores de risco assumem maior

magnitude face ao continente são destacadas como assimetrias geográficas, justificando objectivos prioritários de acção, a saber.

Grande Porto

- Menor mortalidade por tumor maligno da traqueia, brônquios e pulmão, tumor maligno da mama feminina, tumor maligno do estômago.
- Menor incidência (novos casos) de VIH/SIDA.
- Menor percentagem de nascimentos em mulheres com idade de risco
- Menor percentagem de nados-vivos com baixo peso à nascença (peso inferior a 2500 gramas).

Concelho do Porto

- Menor incidência (novos casos) de tuberculose.

Na sequência das recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), considera-se que a opinião que cada pessoa tem do seu estado de saúde constitui um indicador importante em termos de diagnóstico sobre a saúde das populações.

Segundo dados do Ministério da Saúde (disponíveis em <http://www.acs.min-saude.pt/pns/pt>) no que se refere à auto-apreciação do estado de saúde das pessoas com idade compreendida entre 65 e 75 anos de idade na Região do Norte, 33,3% dos homens e 47,9% das mulheres percepcionavam-no como sendo «mau» ou «muito mau» para o período de 2005/06. Os valores nacionais foram de 30,4% e 44,3%, respectivamente.

Quanto aos indicadores relativos a estilos de vida saudável, 24% dos homens e 24,6% das mulheres entre 65 e 74 anos apresentam, na Região do Norte, um peso acima do considerado saudável, medido pelo Índice de Massa Corporal dos Indivíduos. Os valores para o consumo de tabaco nesta população eram, em 2005/06, de 12,7% para os homens e 1,5% para as mulheres, valores

ligeiramente acima dos observáveis no país. É no consumo de álcool que a população idosa apresenta valores bastante acima da média nacional.

Em Portugal, em 2005/06 81,7% dos homens e 43,7% das mulheres com idades compreendidas entre 65 e 74 anos tinham consumido alguma bebida alcoólica nos doze meses que antecederam a aplicação do inquérito. Já para a Região do Norte esta percentagem era de 91% para os homens e 61% para as mulheres.

Sem prejuízo da sinalização de dificuldades específicas, relativas à singularidade dos problemas de saúde e à vulnerabilidade particular de certos grupos humanos, a percepção dos actores institucionais e dos cidadãos sobre os serviços de saúde é maioritariamente favorável.

Como recomendações mais frequentes surgem a necessidade de melhoria ao nível da acessibilidade, da equidade, da qualidade de atendimento e da eficiência dos serviços, bem como o reforço na rede de unidades de Saúde Familiar na Cidade e atenção redobrada aos cuidados paliativos e cuidados de saúde continuados.

Por outro lado, e tal como ficou dito, muitos dos problemas registados estão já a ser considerados nos processos de mudança organizacional e funcional em curso, tanto no âmbito da constituição dos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) como ao nível do IDT e que implicaram a substituição dos antigos Centros de Apoio a Toxicodependentes (CAT) por Centros de Respostas Integradas (CRI). Ainda como aspecto positivo, salienta-se o facto de a filosofia de intervenção que subjaz a estas mudanças colocar a ênfase nos cuidados de saúde primários, centrados no cidadão e apoiados numa gestão articulada de projectos e recursos.

Contudo, importa ter em conta que os problemas relacionados com a saúde tendem a ser agravados nas situações socioeconómicas de carência, como as que se referem à presente conjuntura socioeconómica.

Neste contexto situacional, os principais sinais de alerta incidem, principalmente, sobre as condições de saúde das pessoas que integram os grupos humanos de risco, como pessoas sem-abrigo e imigrantes em situação ilegal e que, como tal, têm dificuldade no acesso a cuidados de saúde. Por

outro lado, acompanhando a tendência do resto da população, as pessoas sem-abrigo estão também a envelhecer, requerendo nessa medida cuidados adequados.

As pessoas com deficiência necessitam igualmente atenção própria, como se refere noutro ponto deste relatório, nomeadamente no que diz respeito a cuidados de saúde continuados de longa duração e à sensibilização dos serviços para as necessidades específicas de atendimento.

«Os hospitais, por exemplo, não estão preparados para os surdos. A pessoa surda é que paga a um intérprete e leva-o até ao serviço, porque de outra forma não entendemos nada».

[Sessão temática de auscultação DSP - Saúde, Maio 2009]

Assinala-se uma chamada de atenção relativa à situação de saúde dos estudantes do Ensino Superior deslocados da sua área de residência que, estando agregados a serviços de saúde dessa área, tendem, muitas vezes, a ficar sem a devida vigilância, apesar dos esforços das respectivas instituições de ensino.

O processo de auscultação permitiu ainda registar o testemunho das Associações de cidadãos comprometidos com o apoio a situações particulares de enorme relevância, como a Associação dos Familiares e Amigos dos Anoréticos e Bulímicos, Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro, rede de Voluntários da Liga Portuguesa contra o Cancro, entre outros.

Neste caso, reconhecendo a relevância da acção cívica e voluntária numa lógica de reforço das dinâmicas de proximidade sociocomunitária, sugere-se maior apoio e articulação entre as respostas destas estruturas e os serviços de carácter oficial e institucional.

No caso das pessoas idosas, e conforme se sublinha num ponto específico, sugere-se o reforço do sistema de cuidados de saúde continuados, dos serviços de proximidade, dos serviços de apoio domiciliário e da promoção de redes de solidariedade familiar, vicinal e comunitária.

«Humanidade», «Proximidade» e «Qualidade» foram os valores de intervenção mais evidenciados pelos actores desta área e, de um modo geral, pelos cidadãos, salientando a necessidade de conhecer melhor os hábitos de vida das pessoas, sobretudo das que se encontram em situação de isolamento. O «individualismo» foi neste contexto mencionado como «doença social» geradora de mal-estar e de múltiplas privações de saúde.

«A saúde das pessoas nem sempre está relacionada com o ter ou não ter doenças. Há casos de pessoas que não têm doenças, mas precisam de um acompanhamento em casa. Há problemas ligados à poluição, às casas sem elevador, às ilhas que ainda existem na Cidade».

[Sessão temática de auscultação DSP - Saúde, Maio 2009]

Reconhecendo que este domínio temático não se esgota na abordagem das questões relativas às situações de privação de saúde, recomenda-se o reforço das estratégias situadas no campo da prevenção e da promoção de comportamentos de vida saudável, apoiadas em estudos de carácter qualitativo sobre as pessoas e os contextos que marcam os seus percursos existenciais.

No mesmo sentido, salienta-se o papel da educação e da formação ao longo da vida e «na e com a vida», sublinhando-se a este respeito a importância dos projectos escolares articulados com projectos de pedagogia sociocomunitária.

As preocupações ligadas à formação dos profissionais de saúde e dos voluntários com intervenção nesta área convergem para a necessidade de desenvolvimento de competências de carácter ético-relacional, potenciadoras de um atendimento mais personalizado e humano.

quadro V – Saúde

Problemas / Obstáculos	Linhas de força / Oportunidades
<p>Contexto situacional de crise socioeconómica com tendencial agravamento de indicadores de risco, sobretudo junto dos grupos mais vulneráveis.</p>	<p>Território de referência de uma rede regional de serviços de saúde de reconhecida qualidade.</p>
<p>Número de Unidades de Saúde Familiar.</p> <p>Necessidade de reforço e diversificação de respostas de saúde e sociais de proximidade.</p>	<p>Quantidade e qualidade de «recursos humanos» – médicos e enfermeiros.</p> <p>Promoção da visita domiciliária dos serviços de Saúde e Sociais.</p> <p>Associações de cidadãos, familiares e amigos de pessoas vítimas de doença, bastante dinâmicas.</p>
<p>Número de pessoas idosas e/ou em situação de isolamento social.</p> <p>Número de pessoas que sofrem de doença mental.</p> <p>Comportamentos de vida dos habitantes.</p> <p>Condições ambientais e de habitabilidade.</p>	<p>Mudanças organizacionais e funcionais em curso (criação dos ACES e implementação de USF, UCP, USP e UCC, bem como a reorganização do IDT).</p> <p>Projectos de carácter sociocomunitário.</p> <p>Projectos de educação e formação para a saúde.</p>

Eixos estratégicos

- Reforço de tendência no sentido de mudanças organizacionais e funcionais dos serviços de saúde numa lógica de prestação de cuidados mais humanizada e centrada no cidadão, apostando a este nível na capacitação institucional e pessoal.
- Reforço das dinâmicas de apoio a pessoas que sofrem de doença mental, designadamente no âmbito dos programas de cuidados continuados e integrados, reconhecendo que as perturbações psiquiátricas e os problemas de saúde mental constituem uma das principais causas de incapacidade e morbilidade das sociedades actuais.
- Acções de intervenção sociocomunitária, programas de apoio domiciliário, rede de cuidados de saúde continuados e serviços de proximidade, com atenção especial para os grupos humanos mais vulneráveis.
- Dinâmicas de estudo, educação e formação, visando a prevenção e promoção de comportamentos de vida saudável. Este dado sugere a necessidade de reforço de medidas de carácter preventivo, nomeadamente e no plano da sensibilização e da formação, articulando para este efeito dimensões de pedagogia escolar e pedagogia social.

1.5. Educação e Formação

«A cidade educadora deve exercer e desenvolver esta função paralelamente às suas funções tradicionais económica, social, política de prestação de serviços, tendo em vista a formação, promoção e o desenvolvimento de todos os seus habitantes. Deve ocupar-se prioritariamente com as crianças e os jovens, mas com a vontade decidida de incorporar pessoas de todas as idades, numa formação ao longo da vida».

(Carta das Cidades Educadoras, Génova, 2004)

Conforme recomendações da UNESCO para a sociedade do século XXI, valorizada em todas as suas dimensões, a educação constitui um bem fundamental na vida de todas as pessoas, ao longo de todo o seu percurso existencial, devendo, nessa medida, passar a estar inscrita no coração das dinâmicas de desenvolvimento social das comunidades e das cidades. «Numa cidade devotada a uma educação socializadora ao longo de toda a vida, ninguém se encontrará nunca irremediavelmente excluído ou definitivamente condenado a um estatuto de não-existência na *polis*» (Carneiro, 2001).

Enquanto Cidade membro da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE)¹⁸, a cidade do Porto inscreve-se nesta linha de compromisso social com a educação e o desenvolvimento dos seus habitantes.

Entre os indicadores sociodemográficos que caracterizam a cidade do Porto como um território de referência metropolitana situa-se, precisamente,

¹⁸Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE) - criada em Bolonha (2004) na sequência da formalização jurídica do movimento das Cidades Educadoras iniciado em Barcelona (1990) onde um grupo de cidades, representadas pelos seus governos locais, subscreveu a Carta das Cidades Educadoras. Este documento baseia-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), no Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966), na Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), na Convenção da Cimeira Mundial para a Infância (1990) e na Declaração Universal sobre Diversidade Cultural (2001), tendo sido revisto no Congresso de Bolonha (1994) e mais tarde no Congresso de Génova (2004).

o seu capital de atracção no campo das oportunidades de educação e formação, sobretudo das crianças e dos jovens.

A cidade do Porto constitui um importante pólo de Ensino Superior, atraindo para este sector um número significativo de estudantes nacionais e estrangeiros, sendo igualmente expressivo o número de crianças e jovens dos concelhos vizinhos que frequentam os estabelecimentos de ensino básico e secundário da Cidade.

No que se refere ao número de matrículas nas várias modalidades de ensino, desde a educação pré-escolar ao ensino secundário, apresentamos dados relativos ao ano lectivo de 2006/2007 (tabela 8).

Tabela 8: Alunos matriculados no ano lectivo de 2006/2007 na Região do Grande Porto por nível e modalidade de ensino

Nível de ensino	Modalidade de Ensino	Número de matrículas
Educação Pré-escolar		29688
Total Educação Pré-escolar		29688
Ensino Básico	Ensino regular	137034
	Ensino artístico especializado (regular)	
	Cursos profissionais	10
	Cursos CEF	2708
	Cursos EFA	449
	Ensino recorrente	1466
Total Ensino Básico		141667
Ensino Secundário	Ensino regular	30118
	Ensino artístico especializado (regular)	685
	Cursos profissionais	5484
	Cursos CEF	362
	Ensino recorrente	7730
	Ensino artístico especializado (recorrente)	191
Total Ensino Secundário		44570
Total		215925

Fonte: UCP/FEP (a partir de dados do GEPE)

Comparando os dados da tabela 8 com os que são apresentados na tabela 9 podemos concluir que ao nível do ensino básico, o ano lectivo em análise registou 88,8% de transições/conclusões, enquanto que no ensino secundário esta percentagem desce para apenas 62,3%.

Tabela 9: Transições/conclusões no ano lectivo de 2006/2007 na Região do Grande Porto por nível e modalidade de ensino

Nível de ensino	Modalidade de Ensino	Transições/Conclusões
Ensino Básico	Ensino regular	123516
	Ensino artístico especializado (regular)	
	Cursos profissionais	
	Cursos CEF	2008
	Cursos EFA	
	Ensino recorrente	317
Total Ensino Básico		125841
Ensino Secundário	Ensino regular	23399
	Ensino artístico especializado (regular)	563
	Cursos profissionais	1022
	Cursos CEF	274
	Ensino recorrente	2495
	Ensino artístico especializado (recorrente)	25
Total Ensino Secundário		27778
Total		153619

Fonte: UCP/FEP (a partir de dados do GEPE)

Ainda tendo como referência as tabelas apresentadas e os dados disponíveis, assinala-se neste contexto a necessidade de reforço da oferta educativa ao nível da educação pré-escolar, com ênfase para a qualidade da sua função social, em conformidade com as necessidades das famílias (residentes e não residentes).

Em relação às gerações mais jovens, e apesar das melhorias registadas, problemas como o insucesso e o abandono escolar precoce continuam no topo

das sinalizações sociais, concretamente no plano municipal, conforme dados fornecidos pelas CPCJs locais e consta do diagnóstico que sustenta a Carta Educativa do Porto (CEP). Segundo as estimativas, cerca de duas centenas de crianças e adolescentes não frequentam nenhum percurso educativo, seja escolar formal seja de outro tipo, o que constitui uma ferida social que urge combater. Tanto mais que a Cidade conta com um número elevado de instituições e de técnicos de várias áreas, especificamente autorizados e mobilizados para esse efeito. Para além do reforço de uma «pedagogia de trabalho em rede», salientada mais adiante neste relatório, sugere-se a este respeito a promoção de estudos que permitam averiguar sobre os percursos das crianças e jovens que continuam a desaparecer por entre as malhas das várias redes de actores sociais.

Por outro lado, nenhum jovem da Cidade deveria sair para o mercado de trabalho sem qualificação escolar e profissional adequada, o que coloca um grande desafio às instituições de educação e formação e requer, sobretudo, uma forte articulação territorial entre todas elas.

A cidade do Porto conta com uma população escolar que apresenta, qual reflexo da situação socioeconómica mais geral, débeis níveis de rendimento familiar. Se atentarmos apenas à educação pré-escolar e ao 1º ciclo, verificamos que 30,8% dos alunos estão a usufruir dos benefícios da Acção Social Escolar no escalão A e 30,2 % no escalão B (tabela 10). Trata-se, de facto, de valores muito elevados, incidindo logo nos primeiros anos de escolaridade. Estes apoios têm-se relevado muito importantes para a promoção do acesso e frequência escolares, mas já não têm uma repercussão tão clara nos níveis de sucesso escolar.

Tabela 10: Acção Social Escolar 2009/2010

AGRUPAMENTO	ESCOLA	ESCALÃO A		ESCALÃO B
		Pré + 1º + 2º ano	3º e 4º ano	
AVE Pires de Lima	EB1 do Campo 24 de Agosto	39	36	75
	EB1 da Alegria	35	41	76
	EB1 da Sé	50	32	82
	Jardim Largo Actor Dias	14	7	6
AVE Augusto Gil	EB1 Fernão de Magalhães	26	27	53
	EB1 das Florinhas	3	7	10
	EB1 da Fontinha	51	57	108
	EB1 José Gomes Ferreira	18	8	26
	Jardim Dr. António Sousa	16	0	13
	Jardim João das Regras	7	0	12
	Jardim Aurélia Sousa	2	0	2
AVE Areosa	EB1/JI S. João Deus	50	24	74
AVE Ramalho Ortigão	EB1/JI das Flores	33	21	54
	EB1/JI do Lagarteiro	48	44	92
	EB1/JI da Lomba	29	33	62
	EB1/JI da Noeda	22	19	41
AVE das Antas	EB1 de Montebello	51	56	107
	EB1 do Monte Aventino	19	13	32
	JI Rua de Contumil (Dó-Ré-Mi)	33	0	14
AVE Escolas do Cerco	EB1/JI da Corujeira	33	36	69
	EB1/JI do Falcão	31	35	66
	EB1/JI do Cerco do Porto	58	66	124
	EB1/JI S. Roque da Lameira	24	31	55
	EB1/JI de Nossa Senhora de Campanhã	28	27	55
	Jardim Falcão II	21	0	12
AVE do Amial	EB1 dos Miosótis	26	25	51
	EB1/JI de S. Tomé	29	23	52
	EB1 da Azenha	19	19	38
	EB1/JI da Agra	34	28	62
AVE Eugénio de Andrade	EB1 Augusto Lessa	28	56	84
	EB1 de Costa Cabral	16	15	31
	EB1 do Covelo	27	24	51
AVE Manoel de Oliveira	EB1 da Ponte	4	3	7
	EB1/JI da Vilarinha	18	9	27
	EB1 Fonte da Moura	31	33	64
	EB1/JI António Aroso	34	41	75
	Jardim Aldoar	0	0	0

AVE Irene Lisboa	EB1/JI Ribeiro de Sousa	41	20	61
	EB1/JI da Constituição	13	28	41
	EB1JI do Bom Pastor	31	20	51
	Ji da Constituição	2	0	1
	Jardim Águas Férreas	1	0	3
AVE Maria Lamas	EB1/JI dos Castelos	13	18	31
	EB1/JI da Caramila	17	21	38
	EB1 do Padre Américo	26	26	52
AVE Francisco Torrinha	EB1/JI Paulo da Gama	28	47	75
	EB1 São João da Foz	19	27	46
	EB1 São Miguel de Nevogilde	4	2	6
	Jardim Foz	0	0	0
	Jardim "Cantinho ao Sol"	0	0	0
AVE Leonardo Coimbra	EB1 das Condominhas	23	39	62
	EB1/JI de Lordelo	26	29	55
	EB1/JI da Pasteleira	26	32	58
	Jardim de infância Rua do Estoril	0	0	0
AVE Viso	EB1/JI do Viso	45	51	96
	EB1/JI das Cruzes	24	18	42
	EB1/JI dos Correios	28	18	46
	EB1/JI das Campinas	48	59	107
	Jardim Ferreira de Castro	17	0	3
	Jardim Ramalde - (Av. Vasco da Gama)	33	0	18
AVE Miragaia	EB1 da Bandeirinha	15	18	33
	EB1 de S. Nicolau	17	37	54
	EB1 Carlos Alberto	7	29	36
	Jardim Miragaia	0	0	0
AVE Gomes Teixeira	EB1 do Bom Sucesso	14	28	42
	EB1 de Gólgota	2	9	11
	Jardim Massarelos (R.Barbosa Du Bocage)	0	0	0
	Jardim Vitória (Pr.Carlos Alberto)	0	0	0
AVE Clara de Resende	EB1 João de Deus	24	33	57
AVE Rodrigues de Freitas	EB1/JI da Torrinha	40	44	84
	EB1 do Pinheiro	6	13	19
Conservatório Música do Porto		2	0	2
TOTAL		1599	1.562	3.092

Fonte: Câmara Municipal do Porto - Fundação Porto Social, 2009

O insucesso e o abandono persistem e atingem níveis elevados. Se, em 2007, a média de desvio etário, aos 10 anos, no país, era de 22,7% (ou seja, o insucesso e a retenção já atingiam 22,7% dos alunos), estima-se que, na cidade do Porto, esse valor seja mais elevado.

Tabela 11: Taxa de escolarização, segundo o nível de educação / ensino por idade em Portugal (%)

Público e Privado				
2006/2007				
Idades	Ensino Básico			Ensino Secundário
	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	
10	22,7	77,3		
11	7,6	91,4	1,1	
12	2,2	29,3	68,5	
13	1,0	14,7	84,3	
14	0,6	7,5	91,1	0,9
15	0,2	3,4	46,1	50,0
16	0,1	1,0	27,4	62,3
17		0,3	12,9	66,9
18		0,1	4,2	41,2
19			1,3	23,3
20			0,6	12,7
21			0,4	7,5
22			0,3	5,1

Fonte: Ministério da Educação, GIASE, Séries Cronológicas do Sistema de Ensino (adaptado)

O acesso a um percurso escolar de qualidade ainda não é para todos os que estão na escola. O insucesso e o abandono não constituem, todavia, a única alternativa. Existem muitas dinâmicas na Cidade que procuram e conseguem resultados positivos, mas os desafios continuam a ser imensos.

Destacam-se neste sentido os seguintes aspectos:

- A necessidade de cada escola cuidar dos percursos educativos dos seus alunos, diagnosticando dificuldades de aprendizagem, intervindo na recuperação dessas dificuldades, gerando práticas pedagógicas

adequadas a públicos específicos, em especial dificuldade. Só assim será viável não deixar nenhum adolescente ou jovem sem qualificação escolar e profissional à saída da escola;

- O reforço da ligação entre escola – família – comunidade, como um caminho por vezes difícil mas irrecusável, tendo em vista sustentar num quadro relacional mais rico percursos escolares de maior qualidade para todos, crianças, adolescentes e jovens;
- A promoção de dinâmicas interinstitucionais e interprofissionais capazes de gerar quadros mais integradores, com respostas flexíveis, adequadas e de qualidade para cada adolescente e jovem “em risco”. Estão neste caso, além das escolas, as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, as Juntas de Freguesia, as Instituições de acolhimento, os Centros de Formação Profissional e outras instituições de apoio à integração social de jovens.

Contudo, considera-se muito significativo o número de projectos de âmbito municipal e metropolitano de combate a estes problemas, salientando-se aqui os que investem no eixo escola-família-comunidade e na ligação ao mundo empresarial, como os projectos EPIS¹⁹ e Porto Futuro,²⁰ e todos os outros que decorrem da iniciativa das próprias comunidades educativas.

O programa «Novas Oportunidades», iniciado em 2006, teve como principal objectivo o combate aos baixos níveis de escolarização da população, sendo que, no que se refere aos jovens, estava prevista a «diversificação das vias de educação e formação, pelo reforço do número de vagas de natureza profissionalizante e da exigência em garantir melhores taxas de aproveitamento escolar» (Iniciativa Novas Oportunidades, 2005,17). Com vista

¹⁹ EPIS (Empresários pela Inclusão Social) – Associação criada em 2006 com o Alto Patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República e com missão centrada na Educação, designadamente no combate aos fenómenos de insucesso e abandono escolar.

²⁰ Porto Futuro - Projecto que visa, entre outras dinâmicas, a promoção de parcerias entre o mundo empresarial e os Agrupamentos Escolares da Cidade, focando-se igualmente no combate ao insucesso e abandono escolar.

à consecução deste objectivo, procedeu-se a um alargamento do ensino profissional às escolas secundárias da rede pública de estabelecimentos de ensino, para que todas passassem a disponibilizar também cursos profissionais. Estes cursos, até então ministrados na sua grande maioria nas escolas profissionais, apresentavam níveis de sucesso educativo bastante superiores aos da oferta educativa das escolas secundárias.

Num estudo de caso realizado em três escolas profissionais²¹, duas das quais localizadas no concelho do Porto, procurou-se compreender, precisamente, quais os factores que promoviam o sucesso educativo nessas escolas. Os resultados desse estudo demonstraram que os três principais factores propiciadores de sucesso educativo eram a Organização Curricular, o Clima/Dimensão Relacional e o Desempenho de Papéis, nomeadamente, o papel do Professor.

A maioria dos sujeitos entrevistados neste estudo destaca o ambiente relacional de humanidade e cooperação que se vive nestas escolas, nas quais a aprendizagem «é promovida essencialmente através de uma aposta inequívoca num relacionamento próximo com os alunos, no qual os professores se encontram muito atentos às suas necessidades e potencialidades, na cedência do papel principal ao aluno ao longo do processo de ensino/aprendizagem, numa constante ligação à comunidade e ao tecido empresarial e numa vertente essencialmente prática dos conteúdos programáticos». (Vieira & Azevedo, 2008).

Valorizando a educação como direito humano potenciador de acesso a outros direitos, importa sublinhar os aspectos que se prendem com a oferta educativa no âmbito da formação de adultos, sobretudo quando se constata que a população mais carenciada e susceptível de exclusão continua a caracterizar-se por níveis de escolaridade muito baixos. Uma população adulta

²¹ Vieira, I. (2008). *Factores que Promovem o Sucesso Educativo nas Escolas Profissionais*. (Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, Especialização em Aprendizagem e Desenvolvimento Psicológico).

escolarizada constitui o principal factor de credibilização da escolarização e desencadeia novas dinâmicas de procura social de educação.

Um dos elementos de diagnóstico evidenciado no estudo recente promovido pela REAPN/Portugal (2008) e citado anteriormente, refere-se justamente aos baixos níveis de qualificação dos activos empregados da Região do Norte. De acordo com esta fonte, o acesso e a frequência da escolaridade obrigatória estão já garantidos, mas continuam a registar-se défices no acesso e frequência do ensino secundário, apesar das melhorias registadas, sobretudo em resultado do aumento de oferta de cursos de carácter profissional e das iniciativas de formação enquadradas pelo programa Novas Oportunidades.

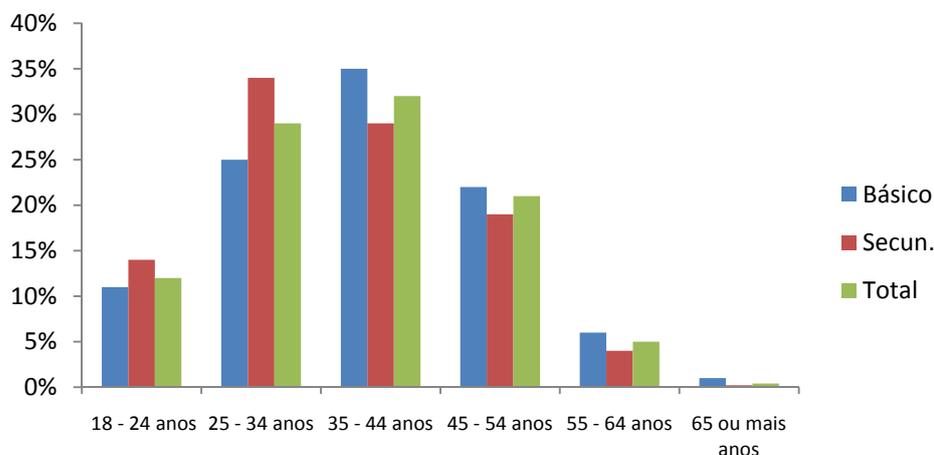
No final do mês de Fevereiro de 2009 encontravam-se em funcionamento no país 456 Centros Novas Oportunidades, 12 dos quais no concelho do Porto. De acordo com dados cedidos pela Agência Nacional para a Qualificação (ANQ)²², neste concelho existem 31 737 pessoas inscritas em Centros Novas Oportunidades.

No ano de 2007 inscreveram-se 14 473 pessoas. Em 2008, este número baixou para 12 619. No que diz respeito ao número de certificações concedidas por estes centros desde 2006, registam-se 152 354 a nível nacional e 8 759 no concelho do Porto, ou seja, 5,7% do total do país. A grande maioria das certificações concedidas é relativa ao ensino básico, tanto a nível nacional como concelhio.

Em termos de caracterização dos inscritos nos Centros Novas Oportunidades do concelho do Porto, a maior parte situa-se na faixa etária entre os 35 e os 44 anos de idade, como podemos ver pelo gráfico 54.

²² Dados provisórios actualizados a 31 de Janeiro de 2009

Gráfico 54: Inscrições registadas nos Centros Novas Oportunidades do concelho do Porto desde 2007 por nível de qualificação e por grupo etário



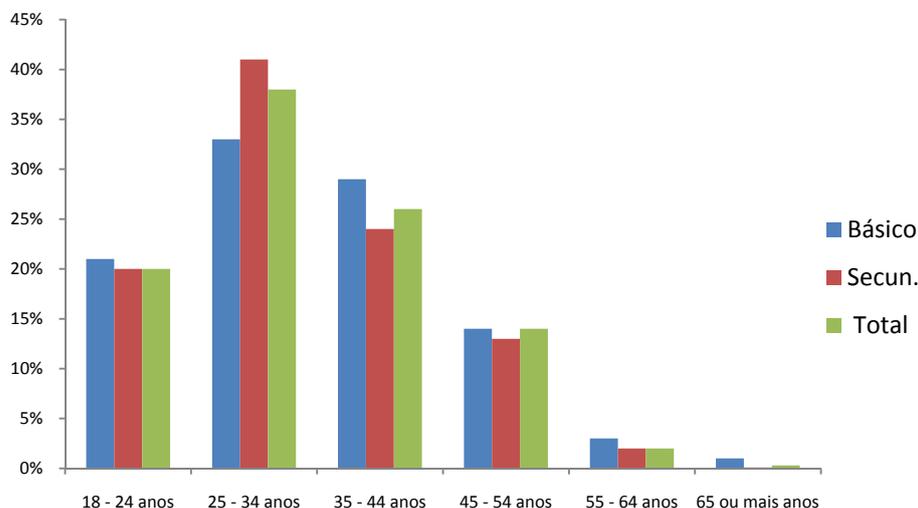
Fonte: UCP/FEP (a partir de dados provisórios da SIGO, actualizados a 31 de Janeiro de 2009, cedidos pela ANQ)

Quanto à condição perante o trabalho, constata-se que 58% das pessoas inscritas se encontram a trabalhar, estando 39% desempregadas e 3% noutra situação.

Ao nível da frequência de Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), o número de formandos desde 2007 é de 83 013 a nível nacional, contando o concelho do Porto com 3 270 pessoas a frequentar esta modalidade de formação.

Ainda segundo a ANQ foram certificados, neste concelho, 141 formandos em Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), entre Janeiro de 2008 e Janeiro de 2009, o que constitui 1,9% do total nacional. A maior parte das pessoas inscritas nestes cursos, no concelho do Porto, tem uma idade compreendida entre os 25 e os 34 anos, como podemos ver no gráfico 55.

Gráfico 55: Formandos em Cursos EFA no concelho do Porto desde 2007, por nível de qualificação e grupo etário



Fonte: UCP/FEP (a partir de dados provisórios da SIGO actualizados a 31 de Janeiro de 2009, cedidos pela ANQ)

Relativamente ao registo de matrículas e transições nas várias modalidades de ensino, os dados mais recentes que foi possível recolher reportam-se ao ano lectivo de 2006/2007. Remetendo de novo para os dados do Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação anteriormente referidos, constatamos que os Cursos de Educação e Formação foram a segunda modalidade de ensino escolhida pelos alunos do Ensino Básico, enquanto no Ensino Secundário, foi o Ensino Recorrente.

O desafio social que emerge deste cenário justifica uma aposta determinada ao nível de programas de Aprendizagem ao Longo da Vida que permitam dar expressão efectiva aos objectivos da Cidade enquanto Cidade Educadora, apontando para lógicas de formação situadas para lá do âmbito da tradicional formação contínua e/ou ligados apenas a objectivos de qualificação profissional.

Sugere-se neste sentido a promoção de projectos de «mediação social» especificamente direccionados para o acompanhamento de itinerários de

formação ao longo da vida, sobretudo junto dos públicos mais desfavorecidos e desmotivados.

Assumem neste contexto particular relevância as iniciativas que visam o desenvolvimento de competências de cidadania digital, sustentadas num bom domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), em particular junto das pessoas idosas, a aprendizagem das línguas e ainda a formação cultural mais geral.

Apostar em espaços diferenciados de formação «na e com a vida», valorizando as dimensões informais e sociocomunitárias da aprendizagem, constitui um dos eixos de acção estratégica em tempos de incerteza e de crise. Para além do seu valor intrínseco no que se refere à capacitação das pessoas, estas dinâmicas de aprendizagem informal constituem uma experiência social preciosa, contribuindo de forma decisiva para o desenvolvimento de indicadores de saúde, de bem-estar e de confiança, tanto das pessoas como das comunidades.²³ Sem esquecer, no entanto, que «neste contexto, a cultura escolar representa um valioso património da comunidade local, que deve ser acarinhado e incentivado, tendo em vista o desenvolvimento humano de cada cidadão, a criação de um ambiente social coeso, o fomento de uma cultura de liberdade e de solidariedade» (Azevedo, 2007).

O desafio em causa passa justamente pela valorização, em todas as comunidades, dos diferentes tempos e contextos de formação e aprendizagem, no quadro de uma Cidade (verdadeiramente) Educadora. Tanto mais que é para esta área, concretamente para a qualificação sociopedagógica dos técnicos e das instituições e para as múltiplas acções de sensibilização e de formação cívica, que convergem muitas das recomendações.

²³ A este propósito ver, por exemplo, o documento «The Learning Revolution» (2009) produzido pelo Departamento governamental britânico, (Departement for Innovation, Universties and Skllills) sob a responsabilidade do Secretário de Estado John Denham; «Aprendizagem ao longo da vida e regulação sociocomunitária da educação» (Azevedo, 2007) e ainda o projecto «Trofa Comunidade de Aprendentes» (www.trofataca..pt), resultante de uma parceria entre a Universidade Católica Portuguesa e a Câmara Municipal da Trofa.

Finalmente e quanto ao Ensino Superior, o Porto acolhe mais de 60 000 estudantes, oriundos de todo o país e ainda uma “comunidade” de mais de mil alunos ERASMUS por ano. A Universidade do Porto conta com 29 000 alunos (6 500 dos quais em pós-graduação), o Instituto Politécnico do Porto acolhe cerca de 15 000 alunos e outras Universidades acolhem perto de 18 mil alunos (dos quais 5 500 na Universidade Católica). Esta realidade constituiu um importante factor de desenvolvimento social, ainda mais crucial quando atentamos nas mais de 100 unidades de investigação que a Cidade acolhe, algumas delas de grande reputação nacional e internacional.

Quadro VI – Educação e Formação

Problemas / Obstáculos	Linhas de força / Oportunidades
<p>Insucesso escolar.</p> <p>Abandono escolar .</p> <p>Níveis baixos de escolarização e/ou qualificação profissional .</p>	<p>Pólo de referência na oferta de Ensino Superior.</p> <p>Número de estudantes (residentes e não residentes) a frequentar o ensino básico e secundário.</p>
<p>Escassez de oferta de educação pré-escolar generalizada e adequada aos tempos sociais das famílias.</p> <p>Dificuldades de inserção socioprofissional dos jovens.</p>	<p>Projectos escolares no eixo Escola-Família-Comunidade.</p> <p>Projectos escolares de ligação ao mundo empresarial.</p>
<p>Alienação dos processos intencionais de aprendizagem ao longo da vida, sobretudo junto de públicos desfavorecidos.</p>	<p>Oportunidades em aberto no plano da educação e formação «na e com a vida».</p>

Eixos estratégicos

- Oferta escolar de referência, extensiva a todos os cidadãos e em todos os níveis de ensino, com reforço da educação pré-escolar.
- Melhoria na articulação entre todas as ofertas de educação e formação da Cidade, tendo em vista qualificar escolar e profissionalmente cada jovem, antes do primeiro ingresso no mundo do trabalho, com particular atenção aos grupos de risco.
- Projectos que investem na ligação entre a pedagogia escolar e a pedagogia social, sobretudo no eixo Escola-Família-Comunidade e numa perspectiva de afirmação de uma escola inclusiva e de inclusão social da escola.
- Dinâmicas de «mediação social» promotoras de uma relação positiva com a aprendizagem e, como tal, potenciadoras de percursos intencionais de formação ao longo da vida, sobretudo junto dos públicos mais desmotivados.
- Criação de espaços diferenciados de aprendizagem, numa lógica de apoio à formação «na e com a vida» e de acordo com o potencial da cidade do Porto enquanto Cidade Educadora.
- Reforço da articulação das Universidades e dos seus Centros de Investigação às necessidades do desenvolvimento social, potenciando dinâmicas de inovação social.

1.6. Segurança

O conceito de «segurança» que decorre das exigências de bem-estar, de protecção e de paz social dos cidadãos reenvia para um universo de sentido muito amplo e multifacetado que, em boa medida, percorre todos os domínios de análise considerados neste diagnóstico.

Os fenómenos de insegurança associados à violência tendem a ser apresentados como marcas das culturas urbanas e suburbanas. Todavia, os indicadores de segurança de uma cidade não se restringem às taxas de criminalidade, aos registos de agressões pessoais ou a quaisquer actos de perturbação da ordem pública. De certo modo, pode dizer-se, com Robert Castel (2003), que «as sociedades contemporâneas são construídas sobre o terreno da insegurança, porque são sociedades de indivíduos que não encontram, nem em si mesmos, nem no seu contexto imediato, a capacidade de assegurar a sua protecção».

Neste entendimento, e reconhecendo que existe sempre alguma distância entre os sentimentos de insegurança vividos pelas pessoas e os perigos reais que configuram os seus espaços de vida, tentou-se neste domínio proceder à identificação de dados objectivos sobre problemas que ameaçam a qualidade de vida dos cidadãos em termos de segurança.

Os testemunhos recolhidos autorizam-nos a afirmar que a cidade do Porto é considerada pelos seus habitantes como uma cidade segura, onde, ao contrário do que acontece noutras metrópoles, ainda é possível encontrar contextos de vida favoráveis às relações de confiança entre parentes, vizinhos, amigos e concidadãos.

Mas os sentimentos de insegurança, e mesmo de «medo», estão igualmente presentes, sendo verbalizados de forma recorrente por determinados sectores da população, sobretudo pelas pessoas mais velhas.

Em todas as circunstâncias, a segurança constitui preocupação para a maioria dos cidadãos do Porto, sendo que a actualização de dados de natureza estatística, com desagregação por freguesia, nos confronta com um aumento de criminalidade participada no ano de 2008.

De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna, o distrito do Porto continua a situar-se no conjunto dos distritos que, a nível nacional, apresentam os índices mais elevados de criminalidade, ocupando o segundo lugar no que respeita ao volume de processos de apoio registados pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

Em 2008 registaram-se em Portugal um total de 421.037 participações à Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública e Polícia Judiciária. Em termos estatísticos, este número traduz-se num acréscimo de 7,5% da criminalidade participada.

Apesar do valor global das ocorrências registadas ser o maior da década, importa realçar que no contexto europeu Portugal continua a estar no conjunto de países com os índices mais baixos de criminalidade, apresentando uma média de crimes por 1000 habitantes de 37,2, valor muito abaixo da média europeia a 15, que é de 70,4.

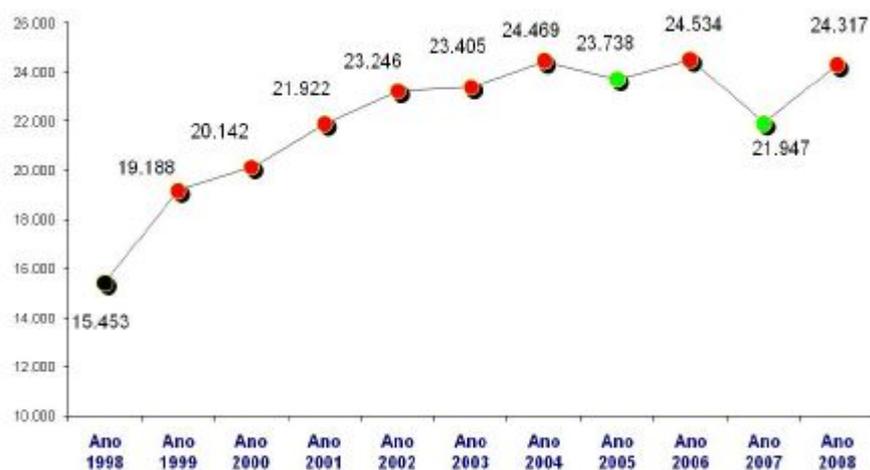
No primeiro trimestre do ano em referência o aumento da criminalidade registado em Portugal foi de 4,1%, valor que passou para 10,3% no 2º trimestre, atingiu os 10,6% no terceiro e baixou para os 4,9% nos últimos três meses do ano.

No que diz respeito à distribuição das participações pelos órgãos de polícia criminal de competência genérica, o maior acréscimo percentual regista-se na Polícia Judiciária (15.759 casos) devido, principalmente, a quatro tipos de crime: contrafacção ou falsificação e passagem de moeda falsa, burla informática e nas comunicações, lenocínio e incêndio / fogo posto em edifício, construção ou meio de transporte. Estes crimes totalizam 70% do acréscimo verificado em 2008.

A Polícia de Segurança Pública evidenciou um aumento de 15,2%, num total de 215.204 casos e a Guarda Nacional Republicana apresentou um decréscimo de 1% face ao ano anterior, com 190.074 casos. Em termos de categoria criminal, os Crimes contra o Património representam 57% da totalidade da criminalidade participada. Seguem-se os Crimes contra as Pessoas, com 23% das participações e os Crimes contra a Vida em Sociedade, que perfazem 11,2% do total.

Quanto à criminalidade violenta e grave, registaram-se no ano em questão 24.317 ocorrências, o que significa um aumento de 10,8% relativamente ao ano de 2007. O peso relativo deste tipo de criminalidade no país é de 5,8%. No gráfico 56 podemos ver a evolução da criminalidade violenta e grave no país.

Gráfico 56: Evolução da criminalidade violenta e grave em Portugal entre 1998 e 2008



Fonte: Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, 2009 (Relatório Anual de Segurança Interna. Ano 2008)

Na categoria de criminalidade violenta e grave os crimes de roubo na via pública, o furto / roubo por esticção e a resistência e coacção sobre funcionário continuam a ter maior representatividade, tendo apresentado em 2008 um peso relativo de 70%.

O Relatório Anual de Segurança Interna destaca, de entre os tipos de crime violento nos quais se verificaram acréscimos, os seguintes: roubo a banco ou outro estabelecimento de crédito (+113%), roubo a posto de abastecimento de combustível (+95%) e roubo a tesouraria ou estação dos CTT (+287,5%).

Os distritos de Lisboa, Porto, Setúbal, Faro, Aveiro e Braga continuam a ser os que registam maior número de ocorrências, apresentando a criminalidade nestes distritos um peso relativo de 72%.

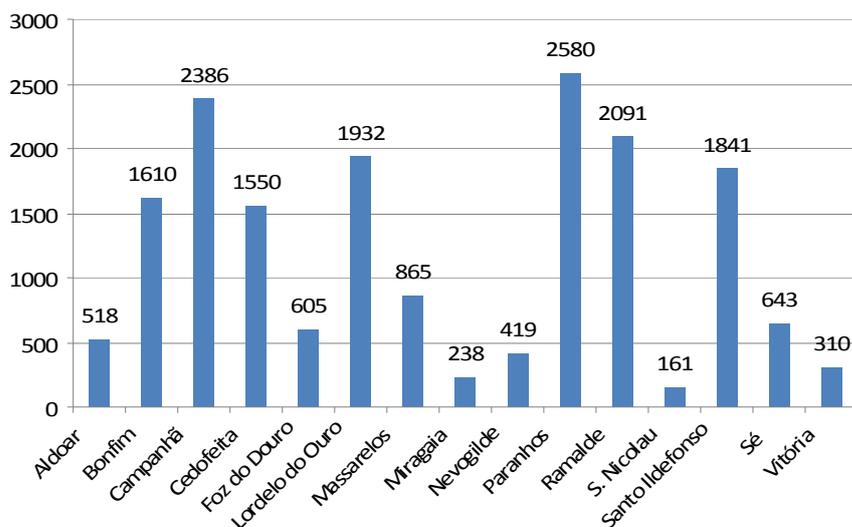
Tabela 12: Distritos com maior número de ocorrências em 2008

Distrito	Nº de casos registados
Lisboa	110 211
Porto	64 575
Setúbal	38 532
Faro	28 278
Aveiro	26 087
Braga	25 173

Fonte: UCP/FEP (a partir de dados do Relatório Anual de Segurança Interna. Ano 2008)

Os acréscimos na criminalidade face ao ano de 2007 tiveram lugar em 15 Distritos ou Regiões Autónomas. No distrito do Porto esse aumento foi de 7,2%. Quanto à distribuição da criminalidade pelas freguesias do concelho, de acordo com dados do Comando Metropolitano do Porto, Paranhos, Campanhã, Ramalde e Lordelo do Ouro foram as que registaram um maior volume de criminalidade (gráfico 57).

Gráfico 57: Total de crimes registados no concelho do Porto em 2008 por freguesia

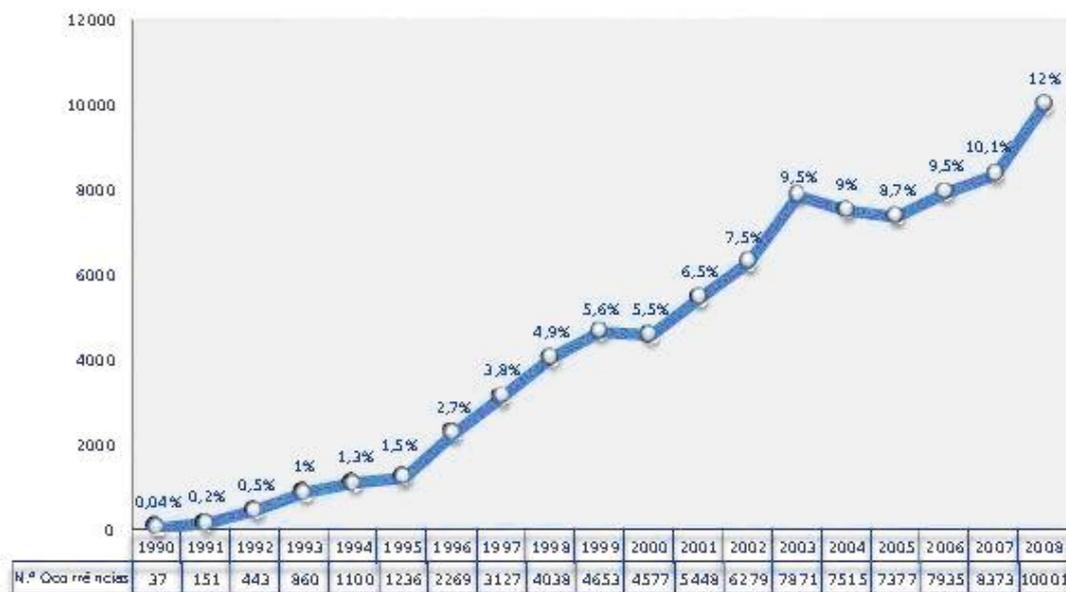


Fonte: UCP/FEP (a partir de dados cedidos pelo Comando Metropolitano do Porto da Polícia de Segurança Pública)

A APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima) presta serviços gratuitos e confidenciais a todas as vítimas de crime. Esta associação encontra-se representada em oito distritos e uma região autónoma, através de 15 Gabinetes de Apoio à Vítima (GAV), duas Casas de Abrigo para mulheres e Crianças Vítimas de Violência (CA) e uma Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial ou Étnica (UAVIDRE).

Os dados estatísticos constantes do relatório anual da APAV de 2008 podem também ajudar-nos a traçar o quadro do país em termos de criminalidade. No gráfico 58 podemos ver a evolução processual da APAV desde 1990 até 2008.

Gráfico 58: Evolução processual da APAV (1990-2008)



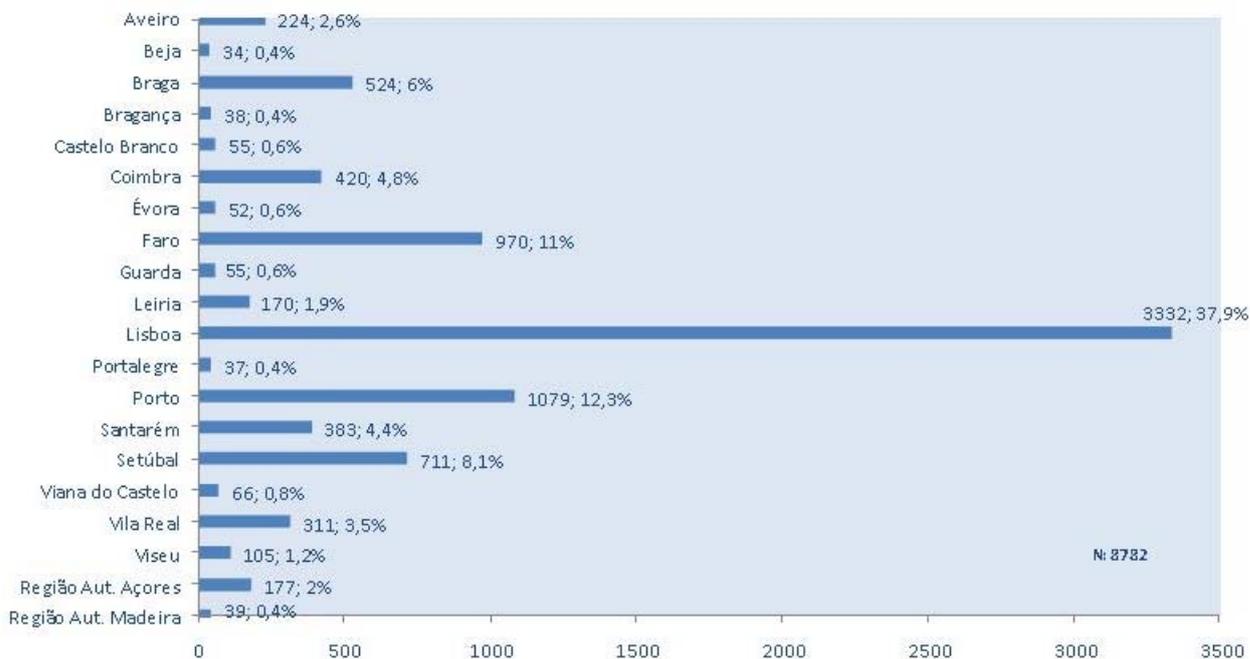
Fonte: APAV, 2009 (Relatório Estatístico – APAV 2008)

No ano de 2008 a APAV registou 18 669 crimes, mais 2002 do que no ano anterior, o que se traduz num aumento de 12%. Foram abertos 10 001 processos, mais 19,4% do que em 2007 e o número de vítimas foi de 7852, mais 11,5% do que no ano transacto. Conforme se salienta noutra parte a propósito da Igualdade de Oportunidades de Género, a maioria das vítimas destes crimes participados são do sexo feminino (87,1%), 8% crianças e 8,2% pessoas idosas.

Neste mesmo ano, a APAV atingiu a faixa dos 10 000 processos de apoio, num universo de mais de 20 000 pessoas atendidas e apoiadas, correspondente a cerca de 19 000 factos criminosos registados.

Neste cenário, o distrito do Porto ocupa o segundo lugar no que respeita ao volume de processos de apoio, com 12,3% do total de processos, situando-se, contudo, muito longe de Lisboa, com 38%.

Gráfico 59: Distribuição geográfica dos processos de apoio da APAV em 2008



Fonte: APAV, 2009 (Estatísticas APAV 2008 – Distribuição por Distrito / Região Autónoma)

No que respeita ao trabalho da APAV no distrito do Porto, em 2008 foram sinalizadas 1079 vítimas, 42,8% das quais residiam no concelho do Porto.

O GAV do Porto prestou apoio a 86,6% das vítimas residentes na cidade do Porto, tendo os restantes 13,4% sido atendidos noutros GAV ou unidades da APAV. De acordo com dados deste gabinete, em termos de caracterização das vítimas residentes no distrito, 87,3% eram do sexo feminino.

As faixas etárias predominantes foram as dos 36 aos 45 anos de idade (18,4%), e as dos 26 aos 35 e 46 aos 55 anos de idade, ambas com 11,9% do total das vítimas. A maioria das vítimas era casada (52%) ou encontrava-se em união de facto (16,7%).

No que se refere às habilitações literárias das vítimas, é difícil traçar um perfil rigoroso, uma vez que 76,3% das pessoas não forneceram dados a este nível.

Quanto à situação das vítimas perante a profissão, 19,4% encontravam-se desempregadas, 12,9% eram reformadas, 7,7% eram estudantes, 6,7% eram trabalhadores não qualificados dos serviços e do comércio e 4,9%, pessoal dos

serviços directos e particulares de protecção e segurança. Relativamente ao autor dos crimes, 86,4% eram do sexo masculino e 56,2% eram cônjuges ou companheiros das vítimas. De notar que a maior parte dos crimes registados no distrito do Porto se referia a violência doméstica, com os maus-tratos psíquicos e físicos à cabeça da lista (tabela 13). Em 81,1% dos casos registados houve referência a um tipo de vitimação continuada.

Tabela 13 – Caracterização da vitimação no distrito do Porto, 2008

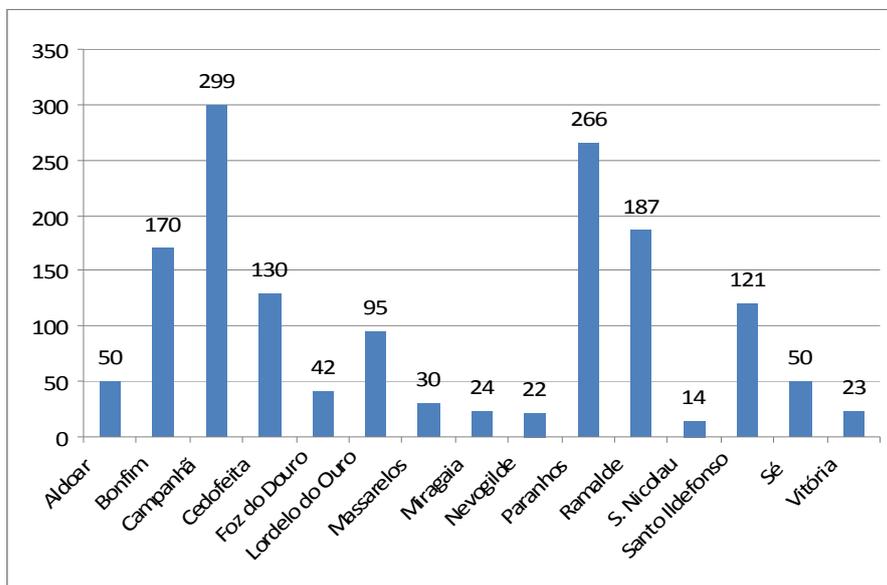
	N	%
Violência Doméstica		
Maus-tratos físicos	525	24,9
Maus-tratos psíquicos	716	33,9
Ameaças/Coacção	373	17,7
Difamação/Injúrias	266	12,6
Subtração de menores	3	0,1
Violação da Obrigação de Alimentos	12	0,6
Violação	8	0,4
Abuso Sexual	14	0,7
Homicídio	1	0,05
Outros em Meio Doméstica	21	1
Crimes contra as Pessoas e a Humanidade		
Homicídio	3	0,1
Ofensas à Integridade Física	25	1,2
Maus tratos e infração de regras de segurança	7	0,3
Rapto/sequestro	1	0,05
Ameaças/Coacção	34	1,6
Violação	7	0,3
Abuso sexual	4	0,2
Outros crimes sexuais	4	0,2
Comercialização de pessoas/escravidão	1	0,05
Difamação/Injúrias	21	1
Discriminação racial	4	0,2
Outros contra as pessoas	6	0,3
Crimes contra o Património		
Furto	7	0,3
Roubo	14	0,7
Dano	9	0,4
Abuso de confiança	8	0,4
Burla	4	0,2
Outros contra o património	3	0,1
Crimes contra a vida em sociedade e estado		
Falsificação de documentos	3	0,1
Propagação de doença contagiosa	1	0,05
Crimes rodoviários		
Outros crimes rodoviários	1	0,05
Outros crimes		
Tráfico de drogas	2	0,1
Outros crimes	1	0,05
Total	2109	100

Fonte: APAV, 2009 (Estatísticas APAV 2008 – Distribuição por Distrito / Região Autónoma)

Estes dados vão de encontro ao cenário do país que, em 2008, registou um número significativo de ocorrências participadas às forças de Segurança no que diz respeito à violência doméstica, estimando-se que dois a três em cada 1000 habitantes de Portugal tenham apresentado nesse ano uma queixa de violência doméstica. As comarcas de Ribeira Grande, São João da Madeira, Nordeste, Ponta Delgada, Povoação, Porto, Sintra e Horta destacam-se com taxas de incidência acima de cinco casos por 1000 habitantes.

No concelho do Porto, de acordo com dados cedidos pelo Comando Metropolitano do Porto da PSP, as freguesias com maior número de participações de violência doméstica no ano de 2008 foram Campanhã, Paranhos, Ramalde e Bonfim, como podemos constatar pelo gráfico 60.

Gráfico 60: Nº de casos de violência doméstica registados no concelho do Porto em 2008 por freguesia



Fonte: UCP/FEP (a partir de dados cedido pelo Comando Metropolitano do Porto da Polícia de Segurança Pública)

A violência doméstica, com tipo de vitimação continuada, permanece no topo dos indicadores de alerta, mantendo-se o registo de tendência de aumento de crimes contra pessoas idosas. No concelho do Porto, em 2008, foram registados 583 crimes contra pessoas idosas, sendo a maioria destes relativos a violência

doméstica. No que respeita aos crimes em contexto escolar, de acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna 2008, no ano lectivo de 2007/08 foram registadas 1 457 participações no âmbito do Programa Escola Segura. Os crimes mais comuns foram os roubos (22,6% das participações) e as ofensas à integridade física (33,2%), como se pode ver na tabela 14. Quanto aos crimes participados às forças de segurança, os distritos de Setúbal, Faro e Porto são os que apresentam um rácio de ocorrências por 10000 alunos mais elevado, com valores de 13,1; 11,3 e 10, respectivamente.

No mesmo ano lectivo encontravam-se abrangidas pelo programa Escola Segura um total de 12 232 escolas e 1 893 262 alunos, tendo sido desenvolvidas 3 061 acções de sensibilização, de formação e demonstração nas escolas. A Autarquia do Porto foi a que maior número de alunos envolveu neste programa (144 577), tendo totalizado 825 visitas.

Tabela 14: Ocorrências participadas às forças de segurança no âmbito do Programa Escola Segura, por tipo de crime (2007/08)

Tipo de Ocorrência	Participações			% Relativamente ao total
	PSP	GNR	Total	
Ameaça de Bomba	2	0	2	0.1
Furto	118	31	149	10.2
Roubo	296	32	328	22.6
Posse/uso de arma	18	5	23	1.6
Vandalismo/dano	99	16	115	7.9
Injúrias/ameaças	111	17	128	8.8
Ofensa à Integridade Física	405	79	484	33.2
Posse/consumo de estupefacientes	26	9	35	2.4
Ofensas Sexuais	55	20	75	5.1
Outros	79	39	118	8.1
TOTAL	1.209	248	1.457	100

Fonte: Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, 2009 (Relatório Anual de Segurança Interna. Ano 2008)

A partir dos dados analisados podemos concluir que, a par da necessidade de reforço de acções de formação cívica e de iniciativas que promovam padrões de relações inter-humanas positivas e respeitosas, surge neste contexto com especial evidência o «Programa Integrado Policiamento de Proximidade».²⁴

Os elementos policiais que constituem as equipas deste programa são designados por «Agentes de Proximidade» e a sua actuação pauta-se pela relação de proximidade polícia-cidadão, funcionando muitas vezes como elo de ligação entre pessoas e entidades.

Conforme testemunho de alguns destes Agentes, para além das acções de vigilância, o que acontece em muitos casos é que acabam por ser chamados por pessoas idosas para atender a problemas que, à partida, nada têm a ver com situações de vitimação ou pós-vitimação, mas sim com necessidades de apoio em situações de solidão e isolamento social. Com frequência, estas pessoas reclamam apenas «tempo de conversa».

Tal como foi referido pelos Jovens (cf. ponto específico), as percepções sobre os problemas de segurança dos lugares habitados prendem-se muito com o clima relacional das próprias comunidades, salientando-se neste aspecto a importância de iniciativas que visam a promoção de laços de urbanidade e sociabilidade entre cidadãos.

²⁴ Programa Integrado de Policiamento de Proximidade (PIPP) - implementado como projecto-piloto na 9ª Esquadra, integrando Equipas de Proximidade e de Apoio à Vitima (EPAV) e Equipas de Escola Segura (EPES). As EPAV são responsáveis pela segurança e policiamento de proximidade, actuando, nomeadamente, em áreas residenciais maioritariamente habitadas por cidadãos idosos.

Quadro VII: Segurança

Problemas / Obstáculos	Linhas de força / Oportunidades
Perda de vitalidade dos espaços públicos.	Contextos de vida favoráveis às relações de confiança entre parentes, vizinhos, amigos e concidadãos.
Isolamento social, sobretudo de pessoas idosas. Fenómenos de separação e segregação residencial.	Tecido associativo potenciador de proximidade solidária. Projectos de mediação/intervenção social. Motivação e disponibilidade dos Jovens.
Número e tipo de crimes participados.	Policiamento de Proximidade. Acções de sensibilização e de formação cívica.

Eixos estratégicos

- Valorizar a especificidade de uma Cidade onde ainda é possível encontrar traços de cortesia cívica e de vida comunitária, apostando muito em melhorar a qualidade relacional dos espaços públicos.
- Redes de Mediadores Sociais e projectos de intervenção socioeducativa promotores de conhecimento e reconhecimento interpessoal, intercultural e intercomunitário.
- Reforço de programas no âmbito do Policiamento de Proximidade, dados os bons resultados já obtidos.

1.7. Igualdade de oportunidades para o género

«A Igualdade de género é um direito fundamental consagrado na Constituição da República Portuguesa e um direito humano essencial para o desenvolvimento da sociedade e para a participação plena de homens e mulheres enquanto pessoas».

[Resolução do Conselho de Ministros nº82/2007]

Considerando a igualdade de género como um direito humano de enorme relevância social, o III Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género (2007-2010) apela para a necessidade de aprofundamento da integração da perspectiva de género em todos os domínios de actividade e numa linha de compromisso de todos os actores. Portugal segue a este respeito as recomendações ratificadas nas várias instâncias internacionais, no reconhecimento de que persiste uma enorme distância entre os valores democráticos consagrados no plano normativo e as condições da sua realização histórica.

O Relatório da Comissão das Comunidades Europeias sobre Igualdade entre Mulheres e Homens (2009) permite-nos traçar o retrato actual da situação europeia nesta matéria. De acordo com o referido relatório a taxa de emprego feminina na UE encontra-se perto do objectivo traçado em Lisboa (60% em 2010), tendo aumentado de 51,1% em 1997 para 58,3% em 2007.

No entanto, constata-se que a este nível existe ainda diferenças muito significativas entre os Estados-Membros, que registam taxas de emprego femininas que oscilam entre 36,9% e 73,2%.

Outra das realidades apontadas neste âmbito refere-se à elevada percentagem de mulheres a trabalhar em regime de *part-time* na UE (31,2% em 2007), quatro vezes superior à percentagem de homens. Para esta disparidade contribui a desigual distribuição de tarefas domésticas e responsabilidades familiares, que recaem mais frequentemente sobre as mulheres.

No que se refere ao acesso à educação, são de assinalar os progressos que têm sido feitos pelas mulheres europeias. Em 2006, 58,9% das licenciaturas registadas na UE referiam-se ao sexo feminino. Contudo, as elevadas habilitações literárias das mulheres não se encontram directamente ligadas à obtenção de melhores posições no mercado de trabalho.

Em Portugal a proporção de mulheres sem nenhum grau de instrução continua a ser mais elevada do que a dos homens, o que reflecte as altas taxas de analfabetismo das mulheres mais idosas. No entanto, cerca de 60% dos indivíduos com habilitações literárias ao nível do ensino superior são do sexo feminino. A entrada massiva das mulheres no Ensino Superior em Portugal fez com que actualmente estas se encontrem em maior número em todas as áreas, à excepção da Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção (CIG, Educação).

O tradicional fosso nas remunerações de trabalho auferidas por homens e mulheres continua igualmente a ser uma realidade na UE, recebendo as mulheres em média 17,4% menos do que os homens.

Esta situação tem também repercussões na taxa de risco de pobreza, situação que afecta principalmente as famílias monoparentais constituídas, na sua maioria, por mulheres (risco de pobreza de 32%) e as mulheres com mais de 65 anos (risco de pobreza de 21%, 5 pontos percentuais acima dos homens na mesma faixa etária).

O sexo feminino é também largamente ultrapassado pelo masculino no que diz respeito a posições de responsabilidade na política e nos negócios. A média da UE relativamente à percentagem de mulheres em cargos directivos tem-se mantido estável ao longo dos últimos anos, fixando-se nos 30%.

No que respeita à participação na vida política, constata-se que se têm verificado desenvolvimentos positivos na maioria dos Estados-Membros, apesar dos progressos serem lentos. Em Portugal a participação das mulheres na política e nos cargos decisores é ainda reduzida, estando o nosso país longe de atingir a igualdade de género neste campo.

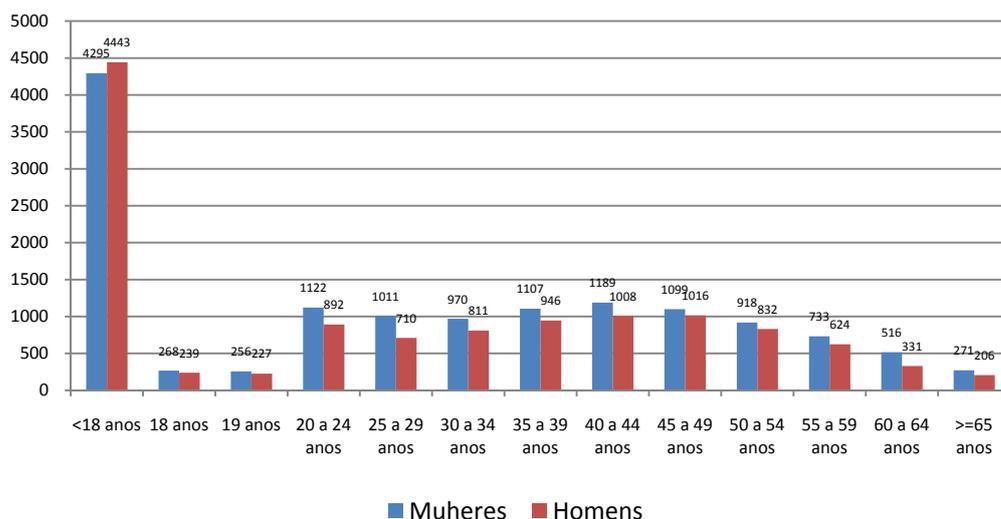
As mulheres representavam, em 2008, 51,6% do total da população portuguesa. Contudo, quando consideramos o número de pessoas com 65 ou

mais anos, essa percentagem sobe para 58,2%. No que diz concretamente respeito ao concelho do Porto, as mulheres constituem 54,8% do total de residentes. A população mais idosa do Porto é também maioritariamente feminina, sendo a média para este concelho (63,7%) superior à média nacional.

À semelhança do que acontece na União Europeia, o fenómeno da pobreza em Portugal atinge também particularmente as mulheres, sendo que 19% se encontram em risco de pobreza, contra 17% dos homens. Em Dezembro de 2006, 53,5% dos beneficiários de RSI a nível nacional eram mulheres, o que sugere uma maior vulnerabilidade destas a situações de pobreza.

Concretamente no que se refere ao concelho do Porto, 52,8% dos beneficiários do RSI no final do primeiro trimestre de 2009 eram do sexo feminino. Como podemos constatar pelo gráfico 61, o número de mulheres a beneficiar de RSI na Cidade é superior ao número de homens em todas as faixas etárias, à excepção dos beneficiários com menos de 18 anos.

Gráfico 61: Beneficiários de RSI no concelho do Porto no final do primeiro trimestre de 2009 por sexo e faixa etária

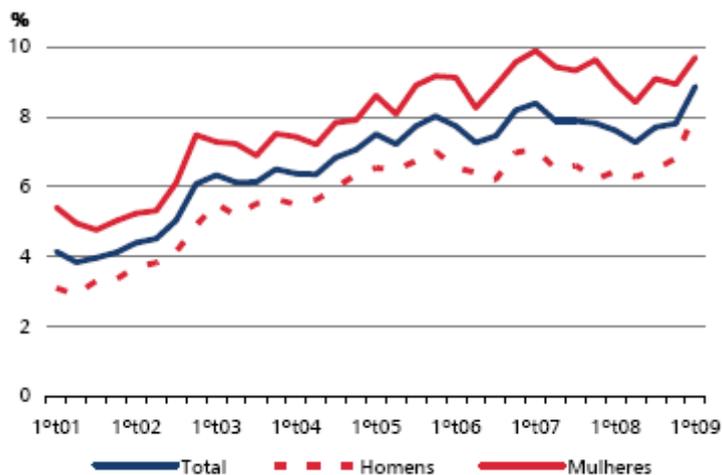


Fonte: UCP/FEP (a partir de dados cedidos pelo Centro Distrital do Porto do Instituto de Segurança Social, I.P.)

Em termos de igualdade de oportunidades no Emprego, continuamos a assistir a grandes desigualdades entre homens e mulheres. As taxas de emprego e de actividade femininas assumem ainda em Portugal valores inferiores às masculinas, enquanto que se verifica o fenómeno inverso relativamente à taxa de desemprego. As mulheres encontram-se ainda em maior risco de desemprego, em virtude do tipo de contratos de trabalho mais precários a que tendem a sujeitar-se.

No primeiro trimestre de 2009 a taxa de desemprego dos homens foi de 8,1%, enquanto que a taxa relativa às mulheres se situou nos 9,7%, o que significa um aumento de ambas quando comparadas tanto com o trimestre homólogo, como com o trimestre anterior (gráfico 62).

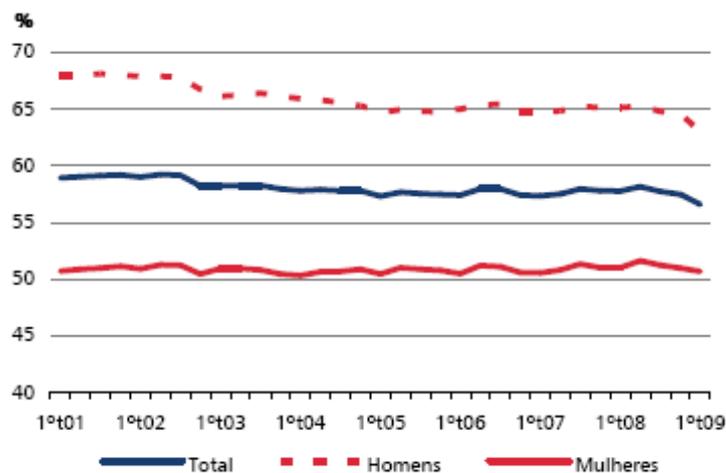
Gráfico 62: Evolução da taxa de desemprego por sexo em Portugal



Fonte: INE, 2009 (Estatísticas do Emprego - 1º Trimestre de 2009)

Como podemos ver pelo gráfico 63, a taxa de emprego das mulheres no país é bastante inferior à dos homens. No primeiro trimestre de 2009 a taxa de emprego masculina situou-se nos 63%, continuando a exceder a feminina, que não ultrapassou os 50,7%. No entanto, ambas as taxas desceram face ao trimestre anterior.

Gráfico 63: Evolução da taxa de emprego por sexo em Portugal

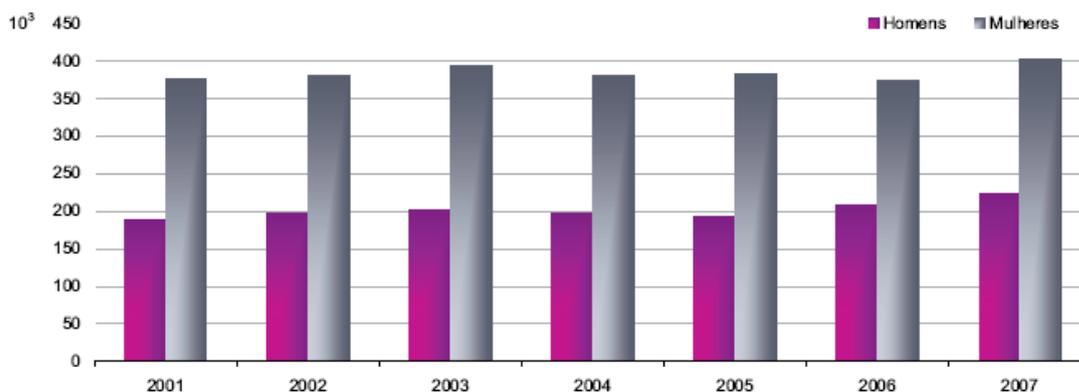


Fonte: INE, 2009 (Estatísticas do Emprego - 1º Trimestre de 2009)

No mesmo período de tempo, a taxa de actividade das mulheres em idade activa foi de 56,1%, enquanto que a dos homens foi de 68,6%.

A taxa de inactividade (15 e mais anos) entre as mulheres situou-se nos 43,9%, sendo que nos homens se fixou nos 31,4%. Existe ainda um número muito mais elevado de mulheres empregadas a tempo parcial do que de homens (gráfico 64).

Gráfico 64: Evolução do nº de homens e mulheres empregados a tempo parcial em Portugal



Fonte: INE, 2008 (Indicadores Sociais 2007)

Não obstante estas diferenças, Portugal está entre os países da União Europeia onde a participação feminina na actividade profissional é mais significativa. Nos países que ultrapassam Portugal na taxa de actividade feminina a percentagem de mulheres com emprego a tempo parcial é mais elevada (tabela 15).

À semelhança do que acontece na União Europeia, também em Portugal as mulheres têm uma maior representatividade entre os desempregados com habilitações literárias de nível superior, o que significa que, mesmo com uma qualificação académica de nível superior, continuam a ter mais dificuldades do que os homens em encontrar um lugar no mercado de trabalho.

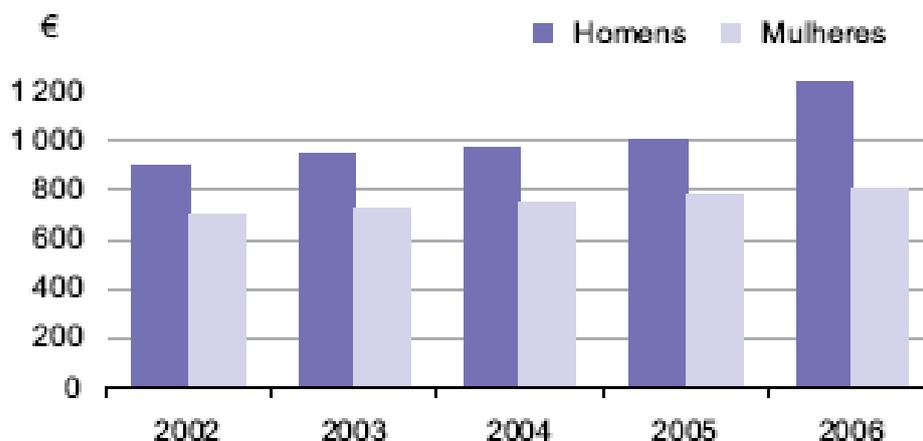
Em termos de remuneração média mensal, em 2005 as mulheres em Portugal auferiam menos 19,3% do salário médio dos homens, diferença que se perpetuava mesmo em níveis mais elevados da hierarquia profissional. Esta diferença é ainda mais visível se considerarmos o ganho médio mensal, que engloba outras componentes salariais. Neste caso as mulheres auferiam em 2005, menos 22,6% do que os homens (CITE – Mulheres e Homens-Trabalho, Emprego e Vida Familiar). No gráfico 65 podemos observar a diferença de ganho médio mensal por sexo, diferença essa que se acentuou em 2006.

Tabela 15: Taxa de actividade feminina e emprego a tempo parcial na UE em 2006

Estados-Membros	Taxa de actividade feminina (%) (15-64 anos)	Emprego a tempo parcial em % do emprego total (15 anos e mais)
Bélgica	59,5	40,1
República Checa	62,7	8,5
Dinamarca	76,3	33,2
Alemanha	67,0	43,1
Estónia	66,2	8,4
Grécia	54,7	9,2
Espanha	58,2	22,7
França	64,4	30,4
Irlanda	62,1	22,4
Itália	49,6	24,8
Chipre	62,3	14,0
Letónia	64,8	9,7
Lituânia	64,7	9,0
Luxemburgo	-	-
Hungria	55,4	5,9
Malta	37,0	21,2
Holanda	70,1	75,0
Áustria	66,3	39,3
Polónia	59,1	14,9
Portugal	68,1	15,9
Eslóvenia	66,6	10,6
Eslóvaquia	61,2	4,1
Finlândia	73,0	17,2
Suécia	76,9	37,8
Reino Unido	69,0	42,5

Fonte: CIDM, 2009 (Eurostat, Statistiques en bref, Population et Conditions Sociales)

Gráfico 65: Ganho médio mensal por sexo em Portugal, 2002 a 2006



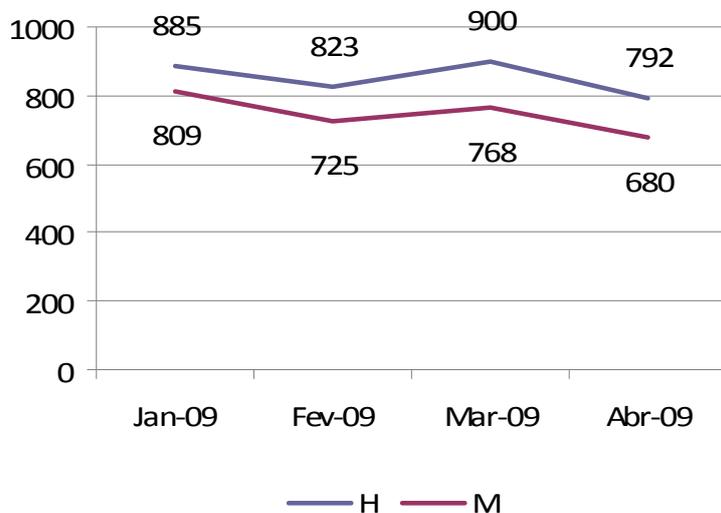
Fonte: INE, 2008 (Indicadores Sociais 2007)

As mulheres predominam nas profissões ligadas aos serviços e vendas (68,3%), nas profissões administrativas (61,2%) e intelectuais e científicas (57,2%).

A questão de género no concelho do Porto no que diz respeito ao desemprego assume contornos diferentes dos do resto do País. Com efeito, a percentagem de desempregados do sexo masculino inscritos nos Centros de Emprego do Porto (52%) é superior à das mulheres (48%).

No gráfico 66 podemos verificar que o número de desempregados do sexo masculino inscritos nos Centros de Emprego tem sido superior ao número de desempregados do sexo feminino.

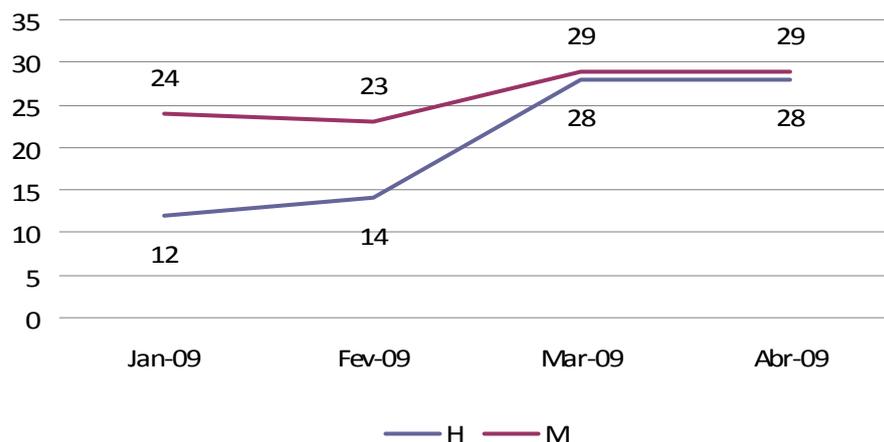
Gráfico 66: N^o de novas inscrições de desempregados nos Centros de Emprego do Porto por sexo, Janeiro a Abril de 2009



Fonte: UCP/FEP (a partir de dados do IEFP - Estatísticas Mensais dos Centros de Emprego)

O número de colocações de mulheres na cidade do Porto tem sido superior ao número de colocações de homens, embora esses valores tenham praticamente convergido nos meses de Março e Abril de 2009 (gráfico 67).

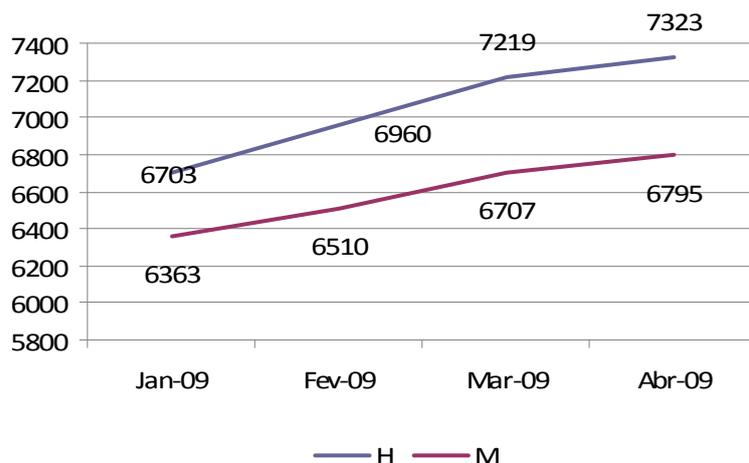
Gráfico 67: N^o de desempregados colocados pelos Centros de Emprego do Porto por sexo, Janeiro a Abril de 2009



Fonte: UCP/FEP (a partir de dados do IEFP - Estatísticas Mensais dos Centros de Emprego)

Como podemos confirmar através da leitura do gráfico 68, no final do mês de Abril de 2009 o número de desempregados do sexo masculino inscritos nos Centros de Emprego do concelho do Porto continua a ser superior ao número de desempregados do sexo feminino.

Gráfico 68: N^o total de desempregados inscritos nos Centros de Emprego do Porto por sexo, Janeiro a Abril de 2009



Fonte: UCP/FEP (a partir de dados do IEFP - Estatísticas Mensais dos Centros de Emprego)

Um dos indicadores de especial vulnerabilidade das mulheres prende-se com a violência doméstica.

De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna, de 2008, as vítimas de violência doméstica são geralmente do sexo feminino, casadas, com uma idade média de 39 anos e possuem uma relação conjugal com o denunciado, do qual não dependem financeiramente. Em 47% destes casos tratou-se de uma reincidência e 46% das ocorrências foram presenciadas por menores.

Ainda no ano de 2008, a maioria das vítimas dos crimes participados à APAV era do sexo feminino (87,1%). Conforme ficou evidenciado na caracterização relativa aos indicadores de Segurança na Cidade, uma grande percentagem de casos de violência doméstica sobre mulheres refere-se a violência conjugal e continuada.

À semelhança do que acontece na UE, também em Portugal se continua a assistir a uma distribuição desigual das responsabilidades familiares e das

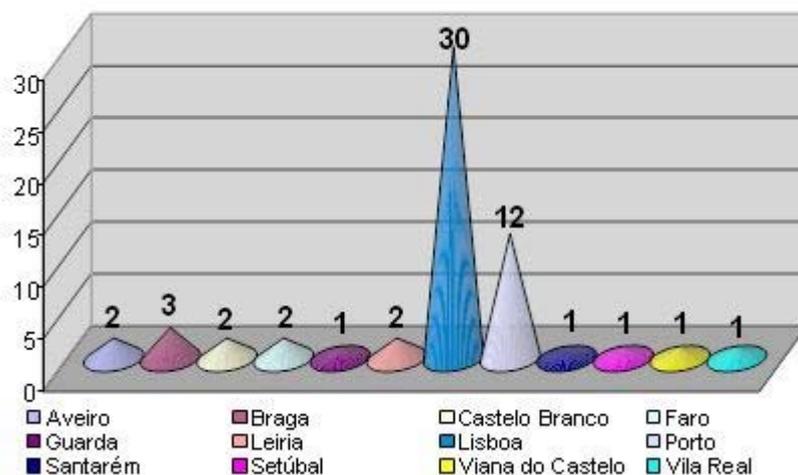
tarefas domésticas. Os resultados do Inquérito à Ocupação do Tempo (INE, 2000) demonstram que as mulheres dedicam por dia ao trabalho doméstico e à prestação de cuidados à família, cerca de três horas a mais do que os homens, o que faz com que, mesmo apresentando uma taxa de dedicação a uma actividade profissional inferior à dos homens, as mulheres trabalhem em média mais horas por dia do que estes. Por esta razão, são as mulheres quem mais sofre com as dificuldades decorrentes da necessidade de conciliação dos tempos familiares com os tempos de trabalho. Importa ainda relacionar este dado com o facto de, por exemplo, a assistência a menores, a doentes crónicos e a familiares com deficiência e/ou incapacidade continuar a ser uma responsabilidade quase sempre assumida pelas mulheres, pelo que são estas quem mais recorre a dispensa especial do trabalho para o efeito.

Durante o ano de 2006 foram recebidas 58 queixas pela CITE²⁵, das quais 6 se referiam a discriminação em função do sexo, 45 a violação da legislação da maternidade e da paternidade, 6 relativas à não conciliação da actividade profissional com a vida familiar e uma que ultrapassava o âmbito das competências da CITE. É de salientar que das 58 queixas apresentadas, 55 foram efectuadas por mulheres.

O distrito do Porto, como o gráfico 69 ilustra, foi o segundo distrito com maior número de queixas.

²⁵ A Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) é uma entidade formada por representantes governamentais e parceiros sociais que tem como objectivo a promoção, no sector privado e público, da igualdade e da não discriminação entre mulheres e homens no trabalho, no emprego e na formação profissional, a protecção da maternidade e da paternidade e a conciliação da actividade profissional com a vida familiar. Esta entidade recebe queixas e emite pareceres em matéria de igualdade e não discriminação no trabalho e no emprego.

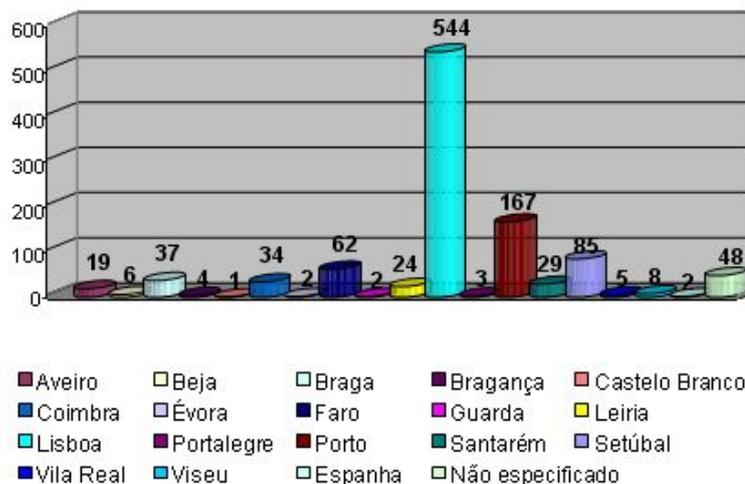
Gráfico 69: Queixas CITE 2006 por distrito



Fonte: CITE, 2009

No que respeita ao atendimento através da Linha Verde, no mesmo ano foram recebidos pelos técnicos juristas da CITE 1094 telefonemas de pessoas singulares, sendo que 872 foram efectuados por mulheres. Também aqui o distrito do Porto ocupa o segundo lugar, com 167 telefonemas (gráfico 70).

Gráfico 70: Telefonemas de pessoa singular para a Linha Verde por distrito



Fonte: CITE, 2009

Num contexto de evolução sociodemográfica em que tendem a aumentar as famílias monoparentais, importa lembrar que as mulheres constituem a

maioria também neste grupo, assumindo todas as responsabilidades e despesas próprias da vida familiar.

Por outro lado, os grupos populacionais mais envelhecidos da Cidade são compostos maioritariamente por mulheres. Dos 21772 sujeitos que integravam o grupo populacional dos 75 e mais anos no ano de 2008, apenas 6843 eram do sexo masculino.

De acordo com dados do INE baseados no Inquérito às Condições de Vida e Rendimento realizado em 2007, o risco de pobreza para a faixa da população com 65 ou mais anos é de 26%, sendo que esta condição afecta mais as mulheres (27%) do que os homens (24%).

Os dados do Instituto da Segurança Social relativos à atribuição do Complemento Solidário para Idosos podem igualmente ajudar-nos a compreender a dimensão do fenómeno da pobreza nas mulheres idosas.

No concelho do Porto, dos 6878 pedidos de CSI entrados até ao final do 1º trimestre de 2009, 5096 foram de mulheres, o que significa 74% do total de processos. Acrescentamos que 77,9% dos beneficiários com processo deferido activo na Cidade são do sexo feminino.

As mulheres idosas, beneficiando de uma maior esperança de vida do que os homens, tendem a ser mais susceptíveis a situações de pobreza, vulnerabilidade e isolamento social.

O factor idade acaba assim por funcionar como agravante no processo de discriminação múltipla que afecta a vida das mulheres, situação que reclama um esforço que envolva todos os actores e em todos os sectores de actividade no sentido da mudança de mentalidades e de padrões de comportamento.

Quadro VIII: Igualdade de oportunidades para o género

Problemas / Obstáculos	Linhas de força / Oportunidades
<p>Tendência de agravamento de risco de desemprego.</p> <p>Precariedade de contratos de trabalho.</p> <p>Desigualdade salarial.</p> <p>Discriminação no acesso a posições no trabalho.</p>	<p>Participação feminina no mercado de trabalho.</p> <p>Progressos no acesso à educação.</p> <p>Progressos no acesso às esferas de participação política.</p>
<p>Dificuldades na conciliação entre vida familiar, profissional e pessoal.</p> <p>Distribuição desigual das responsabilidades familiares.</p> <p>Famílias mono-parentais.</p> <p>Dificuldades no acesso a posições de responsabilidade na política e nos negócios.</p>	<p>Participação feminina na vida cívica.</p> <p>Estruturas Associativas locais.</p>
<p>Riscos agravados de pobreza.</p> <p>Número de mulheres idosas em situação de isolamento social.</p> <p>Violência doméstica.</p>	<p>Motivação para a aprendizagem ao longo da vida.</p> <p>Sensibilidade e disponibilidade para acções de voluntariado social.</p>

Eixos estratégicos

- Reforço de acções de sensibilização/formação sobre igualdade de oportunidades de género destinadas a todas as pessoas, entidades e actores de referência das comunidades, no sentido da promoção de valores e padrões de comportamento próprios de uma sociedade democrática.
- Divulgação de boas práticas e apoio a projectos inovadores no âmbito de medidas de gestão laboral sensíveis e adequadas às necessidades de conciliação entre vida familiar, profissional e pessoal.
- Divulgação de boas práticas e apoio a projectos inovadores no âmbito da «educação de família» e do desenvolvimento de competências de parentalidade.
- Estudos sobre «cidadania e género» centrados na análise comparada entre a situação de homens e mulheres nos diversos campos de actividade.

2. Grupos humanos especialmente vulneráveis

Partindo do princípio de que a vulnerabilidade constitui um traço comum da condição humana e que, em rigor, todos somos sujeitos de ajuda, considera-se que nenhum dos grupos humanos assinalados neste relatório como especialmente vulneráveis – crianças e jovens, pessoas idosas, pessoas com deficiência e/ou incapacidade, pessoas sem abrigo, imigrantes e minorias étnicas e «novos pobres» –, constitui uma categoria homogénea e desligada do todo social de que faz parte.

Por outro lado, é justamente quando temos em referência o bem-estar de pessoas em concreto, sobretudo daquelas que se apresentam como mais vulneráveis, que o conhecimento sobre a realidade social ganha sentido antropológico essencial.

Neste sentido, em termos de identificação de grupos vulneráveis optou-se por seguir a linha de prioridades actualmente assumida no âmbito do Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI), exceptuando o caso da referência aos «novos pobres», expressão que neste contexto serve para designar pessoas tradicionalmente situadas fora dos quadros de ajuda social mas que, em consequência da recente crise socioeconómica, se encontram em situação de privação.

Com estas preocupações em referência, procurou-se identificar os principais problemas, interesses, desejos e potencialidades destas pessoas, tentando fazer justiça ao testemunho daqueles que se encontram mais directamente atingidos pelas situações descritas.

2.1. Crianças e Jovens

«Um mundo para as crianças é aquele onde todas as crianças adquirem a melhor base possível para a sua vida futura, têm acesso a um ensino básico de qualidade, incluída a educação primária obrigatória e gratuita para todos. É aquele onde todas as crianças e adolescentes desfrutam de várias oportunidades para desenvolver a sua capacidade individual num meio seguro e propício».

(Recomendações da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a Criança, Vigésima sétima sessão especial, 2002).

As mudanças de carácter sociodemográfico em curso, como a diminuição da natalidade, o aumento de esperança de vida, a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, o aparecimento de novas configurações familiares e de novas funções parentais, entre outras, têm impacto directo em todos os modos de fazer sociedade, concretamente no que se refere às novas gerações, à vida das crianças e dos jovens.

Tomando como referência o conceito de infância que subjaz à Convenção dos Direitos da Criança adoptada pela Assembleia-geral das Nações Unidas (1989) e sem prejuízo da ponderação de elementos comuns às diferentes fases de desenvolvimento, no sentido de melhor traduzir a especificidade das respectivas condições existenciais, optou-se neste relatório por assinalar uma separação entre a realidade das crianças e dos jovens.

As crianças são «o presente da humanidade». Elas carecem de atenção, de afecto e de cuidados, segundo os princípios da participação democrática, da igualdade, da não-discriminação, da paz e da justiça social, conforme se encontra consagrado nos vários documentos internacionais sobre direitos e políticas de promoção e protecção da infância.

Constatamos, no entanto, que este avanço histórico no plano axiológico e normativo continua a não ter a devida correspondência no campo da realização prática, onde ainda nos deparamos com a persistência dos indicadores de pobreza e vulnerabilidade das crianças e jovens. Apesar de todos os esforços

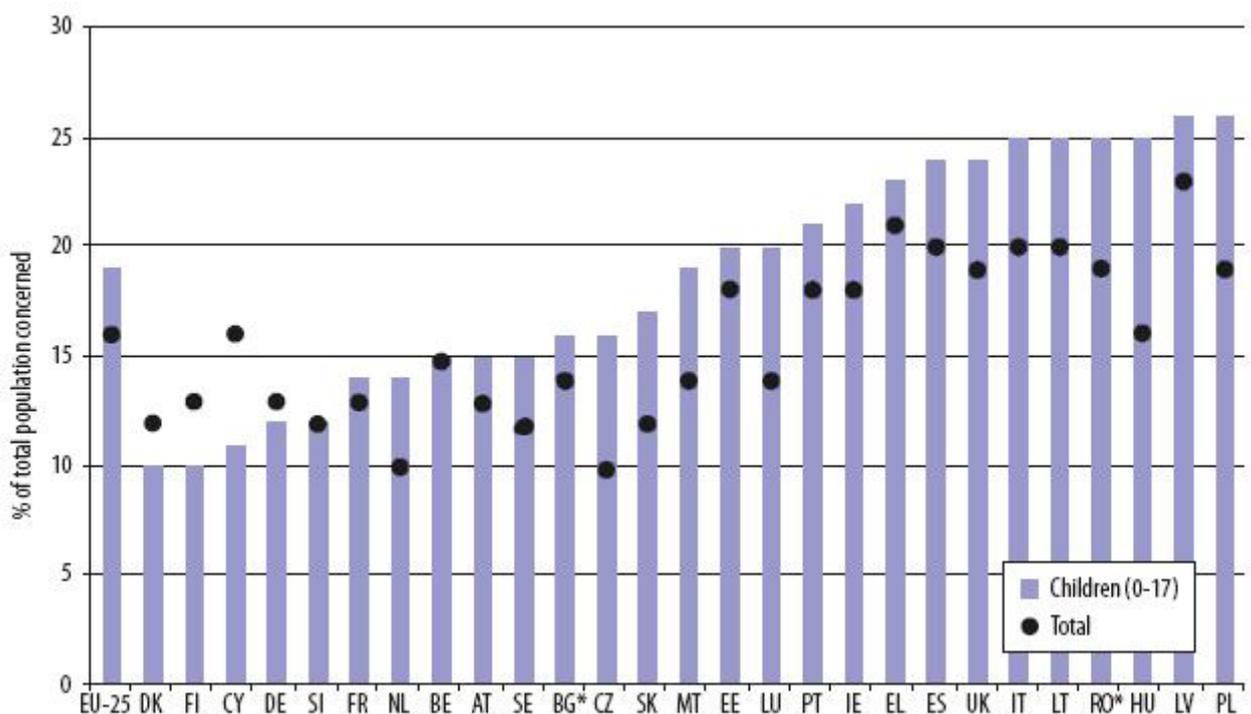
feitos, a intervenção social a este nível parece não estar a conseguir ser tão eficaz quanto o desejável.

A informação estatística disponível, e que situa Portugal bastante abaixo da média europeia nos vários indicadores de bem-estar infantil, permite compreender a dimensão de vulnerabilidade que caracteriza a vida de muitas das nossas crianças.

Na Europa, a taxa de risco de pobreza infantil supera a taxa de risco de pobreza do resto da população, um padrão de comportamento de risco reproduzido no plano nacional.

Segundo o relatório do Comité de Protecção Social sobre Pobreza Infantil existem na União Europeia 19% de crianças em risco de pobreza, por comparação com os 16% do total da população, confirmando que Portugal é um dos países nos quais a pobreza infantil está acima da média europeia.

Gráfico 71: Taxa de risco de pobreza na UE Total e Crianças, UE 25 2006



Fonte: European Communities, 2008 (Thematic study on policy measures concerning child poverty)

Importante aqui notar que no quadro global de análise sobre o fenómeno da pobreza, a expressão «pobreza infantil» remete para uma entidade nacional específica, sustentada na diferença entre as características da pobreza na infância e a pobreza na população adulta, considerando, entre outros factores, os efeitos de longo prazo provocados pelas situações de privação na infância.

Neste sentido, as mais recentes recomendações da União Europeia apontam para a necessidade de um instrumento europeu comum que salvaguarde o direito de todas as crianças a um «rendimento mínimo infantil» (Social Protection Committee, EU, 2008).

Importa ainda ter em conta que os principais indicadores de pobreza infantil que têm sido definidos no contexto da União Europeia nos últimos anos assumem como referência o rendimento do agregado familiar, um critério considerado redutor e que vem sendo contestado no quadro da investigação da própria União Europeia.

Propondo uma actualização e ampliação da definição até agora utilizada, e em conformidade com a natureza multidimensional do fenómeno, o recente estudo *Changing Childhood in a Changing Europe*, publicado em Junho de 2009 pela *European Science Foundation*, elege sete indicadores para medir as condições de bem-estar das crianças: saúde, percepção subjectiva, dimensão relacional, situação material, exposição ao risco, educação e habitação.

Analisados por referência à informação estatística disponível no âmbito da União Europeia, estes indicadores permitem concluir que as crianças e os jovens constituem o subgrupo populacional mais afectado pela pobreza e pela exclusão social nos países europeus.

Conforme podemos verificar pela leitura da tabela nº 16, considerando os dados relativos ao ano de 2006, Portugal ocupa um lugar preocupante neste quadro estatístico (21ª posição no conjunto dos 29 países).

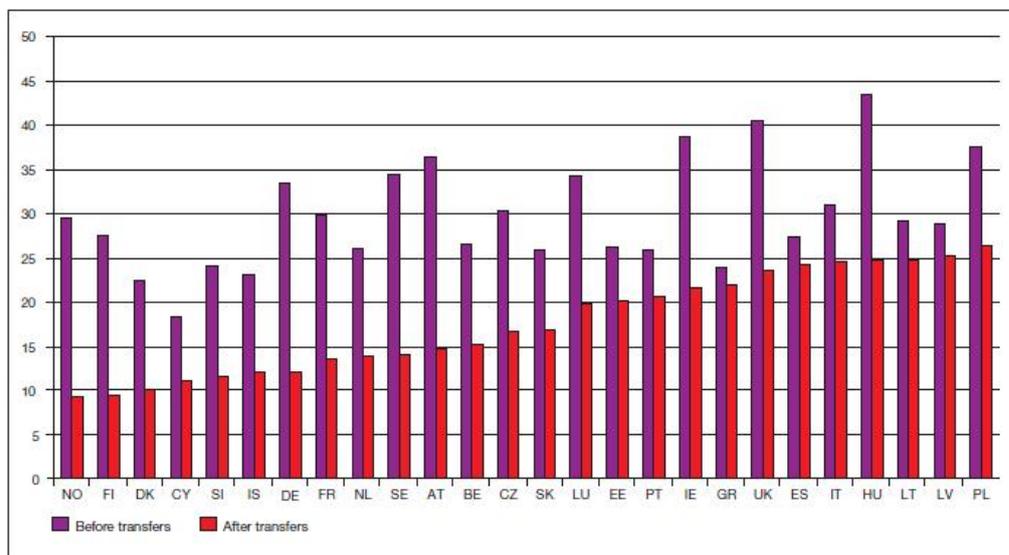
Tabela 16: Indicadores de Bem-estar infantil, UE29

Rank	Country	Child well-being in the EU-29	Health	Subjective	Relationships	Material	Risk	Education	Housing
1	Netherlands	117.2	2	1	1	7	4	4	9
2	Norway	114.8	6	8	6	2	2	10	1
3	Sweden	114.8	1	7	3	10	1	9	3
4	Iceland	114.1	4	9	4	1	3	14	2
5	Finland	110.9	12	6	9	4	7	7	4
6	Denmark	109.5	3	5	10	9	15	12	5
7	Slovenia	107.1	15	16	2	5	13	11	19
8	Germany	106.0	17	12	8	12	5	6	16
9	Luxembourg	104.7	5	17	19	3	11	16	8
10	Austria	104.2	26	2	7	8	19	19	7
11	Ireland	103.9	14	10	14	20	12	5	6
12	Cyprus	103.7	10			13			11
13	Spain	103.6	13	4	17	18	6	20	13
14	Belgium	103.0	18	13	18	15	21	1	12
15	France	100.9	20	14	28	11	10	13	10
16	Czech Republic	98.9	9	22	27	6	20	3	22
17	Slovakia	98.7	7	11	22	16	23	17	15
18	Estonia	96.9	11	20	12	14	25	2	25
19	Italy	96.1	19	18	20	17	8	23	20
20	Poland	94.6	8	26	16	26	17	8	23
21	Portugal	94.5	21	23	13	21	9	25	18
22	Hungary	94.3	23	25	11	23	16	15	21
23	Greece	94.0	29	3	23	19	22	21	14
24	United Kingdom	93.0	24	21	15	24	18	22	17
25	Romania	87.0	27	19	5		24	27	
26	Bulgaria	85.0	25	15	24		26	26	
27	Latvia	84.1	16	24	26	22	27	18	26
28	Lithuania	82.4	22	27	25	25	28	24	24
29	Malta	82.0	28	28	21		14		

Fonte: European Science Foundation, 2009 (Changing childhood in a changing Europe)

De acordo com a mesma fonte de informação, 21% das crianças portuguesas vive abaixo do limiar da pobreza, constatando-se ainda que as transferências sociais destinadas a combater o fenómeno têm tido um efeito limitado na redução do mesmo (gráfico nº 72).

Gráfico 72: Taxas de pobreza infantil antes e depois das transferências sociais, EU-SILC 2006



Fonte: European Science Foundation, 2009 (Changing childhood in a changing Europe)

No plano nacional, e mais concretamente no que se refere à cidade do Porto, a informação recolhida através das diversas fontes oficiais e junto dos actores sociais com intervenção directa neste subgrupo populacional, permite confirmar as conclusões globais apontadas no plano europeu sobre a preocupante situação das crianças e jovens face aos actuais riscos de pobreza e exclusão social.

De acordo com dados do Centro Distrital do Porto do Instituto de Segurança Social, ao longo do ano de 2008 foram denunciadas junto da LNES²⁶, 675 situações de emergência social, que abrangem um total de 799 indivíduos distribuídos pelas quatro faixas etárias (0/5anos; 6/17anos; 18/64 anos; a partir dos 65 anos). Entre estas, 273 foram relativas às faixas etárias entre os 0 -5 anos e 6 - 17 anos. Considerando a percentagem de incidência por tipologia (quadro IX), verificamos que as situações de emergência respeitantes a crianças e jovens em risco correspondem a 12,8%.

²⁶ A Linha Nacional de Emergência Social (LNES) contou até 31 de Outubro de 2008 com uma Equipa Distrital do Porto, tendo a partir dessa data a responsabilidade de actuação neste âmbito e em articulação com a Equipa Central de Emergência passado para a Cruz Vermelha Portuguesa – no caso do Porto ao núcleo de Matosinhos.

Quadro IX – Percentagem de incidência por tipologia em 2008 (LNES)

Tipologia	Incidência
Violência doméstica	28%
Perda de autonomia	24,7%
Desalojamento (despejo/ruptura familiar)	19,6%
Crianças e jovens em risco	12,8%
Sem abrigo	9,8%
Abandono	1,5%
Outras	3,6%

Fonte: ISS, IP, Centro Distrital do Porto, 2009

De acordo com o Relatório Anual de Avaliação da Actividade das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, em 2008 o volume processual global das CPCJ a nível nacional representou um aumento de 5,8% face ao ano de 2007. O distrito do Porto registou também um aumento no volume processual global, que se situou nos 7,1%.

Os dados cedidos pelas CPCJ do concelho do Porto relativos ao ano de 2008 vão de encontro à informação avançada pelo Relatório de Pré-Diagnóstico da CMP. As principais entidades sinalizadoras de situações de crianças e jovens em risco continuam a ser as autoridades policiais e os estabelecimentos de ensino, sendo estas sinalizações feitas por escrito, na sua grande maioria.

A negligência mantém-se como a problemática principal nos processos instaurados. A maior parte destas crianças e jovens é proveniente de famílias nucleares com filhos, salientando-se a existência de um elevado número de elementos destes agregados familiares a beneficiar do Rendimento Social de Inserção (RSI). É ainda de notar a prevalência de problemáticas ligadas ao alcoolismo e à toxicodependência nas famílias sinalizadas.

A maioria das participações às CPCJ resulta de sinalizações feitas pelas escolas e pela Polícia e são normalmente associadas à violência doméstica. Considera-se neste caso a necessidade de ampliação e activação de redes de

proximidade sociocomunitária de forma a garantir uma sinalização mais atempada e, sobretudo, mais e melhor prevenção.

As competências inter-actores, nomeadamente no que se refere à dinamização do trabalho em rede, surgem indicadas entre as necessidades principais de formação, numa perspectiva de melhoria da cooperação activa e permanente entre as diversas autoridades e entidades.

«O nosso sistema de protecção é a este nível muito complicado. Já há boas experiências mas ainda não chegam. Temos que estar todos envolvidos, mas não sabemos como fazê-lo».

(Responsável por uma CPCJ, Sessão temática de auscultação DSP – Infância e Juventude – Redes de Apoio e Promoção, Maio 2009)

As recomendações internacionais apelam para que seja dada prioridade à primeira infância, cabendo aqui uma referência especial às crianças com deficiência, às crianças de famílias imigrantes e às crianças vítimas de doenças que exigem acompanhamento particular, como as doenças do foro oncológico, por exemplo. Considera-se nestes casos que o apoio às famílias constitui parte integrante desta atenção prioritária à primeira infância. No seguimento destas preocupações, importa referir que, no distrito do Porto e durante o ano de 2008, beneficiaram do Programa de Amas²⁷ 875 crianças, correspondendo a um total de 192 crianças e 52 Amas na Cidade e existiam 316 famílias de acolhimento no âmbito do Programa de Acolhimento Familiar para Crianças e Jovens.²⁸

²⁷ Programa de Amas – resposta social desenvolvida através de um serviço prestado por pessoa idónea, de acordo com apreciação e selecção prévias, que, por conta própria e mediante retribuição, cuida de crianças que não sejam seus parentes ou afins na linha recta ou 2º grau colateral.

²⁸ Programa de Acolhimento Familiar para Crianças e Jovens – a resposta social desenvolvida através de um serviço que consiste na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma família ou a uma pessoa singular, habilitada para o efeito, tecnicamente enquadradas, decorrente da aplicação da medida de promoção e protecção e visando a sua integração em meio familiar (lar familiar, lar institucional).

Segundo dados do Instituto de Segurança Social, I.P. – Centro Distrital do Porto ao longo do ano de 2008 foram entregues para adopção 90 crianças e foram formalizadas 133 novas candidaturas à adopção. Em Dezembro do mesmo ano existiam 82 crianças em situação de adoptabilidade e 373 candidaturas já seleccionadas e a aguardar proposta de crianças.

Emerge neste contexto a necessidade de reforço ao nível das estratégias de prevenção e de avaliação do risco. A situação de precariedade financeira de muitas famílias coloca as crianças em posição de vulnerabilidade e desprotecção, requerendo por isso uma atenção acrescida, não só por parte dos serviços e dos actores tradicionais na acção social mas, também e forçosamente, de todos os membros da comunidade.

Situam-se neste âmbito de intervenção muitos dos projectos de carácter sociocomunitário já em curso, envolvendo agentes de diversas áreas de actividade, autoridades institucionais, técnicos e voluntários, bem como muitas das sugestões de acção estratégica. De destacar a este propósito, a necessária aposta em iniciativas de sensibilização, formação e co-responsabilização das próprias famílias.

«Há ainda muita desarticulação entre a educação formal e educação não formal. A Escola tem uma representação na comunidade muito reduzida (...) Quando há problemas contacta-se normalmente a Assistente Social».

(Responsável por uma instituição de educação escolar, Sessão temática de auscultação DSP – Infância e Juventude – Redes de Apoio e Promoção, Maio 2009)

A par da desarticulação entre entidades e serviços, a questão da autoridade e da imagem social das instituições foi recorrentemente apontada entre os constrangimentos que dificultam uma acção eficaz. Surge evidenciada a necessidade de reforço na formação dos técnicos, com destaque para a promoção de competências de trabalho sociopedagógico em rede. Constata-se que, em termos de resposta se entra muitas vezes numa espécie de «ciclo vicioso». Recorrendo a palavras de um dos profissionais participantes num dos

fóruns de discussão, «acontece que sinalizamos e apoiamos as crianças para as devolver depois ao mesmo sistema. Ou seja, faltam respostas alternativas».

Reforçando a este respeito o testemunho dos actores, é sobretudo no eixo criança-família-comunidade que se colocam actualmente os maiores desafios em termos de educação e formação, seja em termos de combate aos problemas de insucesso e de abandono escolar, seja na promoção de uma imagem positiva da aprendizagem escolar e do aumento de expectativas dos alunos em relação ao seu futuro, conforme ficou referido anteriormente.

Em termos da população juvenil do concelho, o estudo recente publicado pelo GEP/DME (Março 2009)²⁹, apresenta-nos um retrato actualizado, fornecendo um conjunto de indicadores de natureza quantitativa e qualitativa sobre o perfil dos jovens da Cidade e a pluralidade de situações que marcam as respectivas trajectórias de vida.

As linhas de força que emergem deste retrato estão ligadas às potencialidades de desenvolvimento e de criatividade cívica próprias de um centro urbano com a dimensão da cidade do Porto, enquanto pólo de oportunidades de educação, cultura, emprego e acesso a serviços.

O Porto constitui um centro universitário por excelência, acolhendo actualmente cerca de sessenta mil alunos do ensino superior, embora, atendendo à limitação de rendimentos, muitos destes alunos se vejam forçados a escolher residência noutros concelhos. Este dinamismo juvenil ao nível do ensino superior, aliado a um número significativo de jovens estudantes estrangeiros que passam pela Cidade em cada ano (mais de mil) constitui uma importante fonte de oportunidades de desenvolvimento cultural, desde a ocupação criativa de tempos livres até às iniciativas de fruição cultural específicas, das artes à paisagem, da ocupação do espaço público, à criatividade e ao empreendedorismo.

Outro dos indicadores ilustrativos dos fluxos que caracterizam a dinâmica urbana da cidade do Porto prende-se com o número de crianças e jovens dos concelhos vizinhos que frequentam os estabelecimentos de ensino

²⁹ «Retrato da População Juvenil do Concelho do Porto». Gabinete de Estudos e Planeamento, Departamento Municipal de Estudos. 2009

básico e secundário da Cidade (40% no ano de 2005, segundo o estudo do GEP /DME anteriormente citado).

Na sequência das várias iniciativas de auscultação e participação protagonizadas por grupos de jovens de todas as zonas da Cidade, podemos igualmente concluir que os jovens a reconhecem como um importante centro de vida educacional, cultural e de lazer. Sublinha-se aqui o sentimento de afecto que os jovens manifestam pela sua Cidade, em particular pelo lugar onde desenvolvem os seus actos quotidianos de ser e de viver, independentemente do laço de residência.

Conforme podemos constatar pelo quadro-síntese, entre os problemas mais identificados pelos próprios jovens, encontram-se a falta de centros de actividade/convívio específicos, as dificuldades no acesso ao emprego e à habitação, os estereótipos que marcam a separação entre jovens de diferentes zonas da Cidade, o aumento de violência entre os jovens e a imagem negativa sobre a juventude associada a reconhecidos comportamentos de risco, como o consumo de drogas e de álcool.

Os jovens dos bairros sinalizados como «problemáticos» percebem e verbalizam a separação entre zonas diferentes da Cidade em termos de segregação e discriminação negativa, embora reconheçam os esforços de mudança em curso, sublinhando em particular a acção positiva das associações e dos projectos de intervenção social.

«Somos discriminados por viver num bairro. Todos temos direitos e deveres. Também há nos bairros pessoas humildes e trabalhadoras. Um ponto positivo, por exemplo, é a associação de que faço parte. De resto, vive-se um bocado à toa. Queremos mostrar que não é por ser do bairro que não podemos ser gente. Fora do bairro também há gatunos. Há em todo o lado. Eu sou uma pessoa calma».

[Jovem do Bairro do Lagarteiro. Sessão temática de auscultação DSP – Ser Jovem na Cidade do Porto, Maio 2009]

«Não se ouve nada de positivo acerca do bairro. Só se ouve falar de tráfico e assaltos. (...) Eu tinha amigos que deixaram de estar comigo quando os pais souberam que eu era do bairro. O fechamento que há no bairro é mesmo ao nível físico. O meu bairro era circular. A rua era à volta do bairro e ninguém passava por lá. Hoje em dia já começa a haver abertura, as associações que estão no bairro estão a promover as relações com o exterior...»

[Jovem do Bairro S. João de Deus, Sessão temática de auscultação DSP – Ser Jovem na Cidade do Porto, Maio 2009]

«O meu bairro são as Antas. Passa toda a gente por ali. Tem esquadra e polícia de proximidade...Raramente há problemas. Ser jovem neste momento tem muito a ver com os locais de encontro dos jovens. As escolas são essenciais, as universidades, a interacção à noite, os clubes, as colectividades e o desporto. Se calhar era importante que não só os jovens interagissem mas também as colectividades».

[Estudante do ensino superior, Sessão temática de auscultação DSP – Ser Jovem na Cidade do Porto, Maio 2009]

Como vimos, entre os indicadores de alerta sublinhados pelos próprios jovens, destacam-se os comportamentos de risco ligados ao consumo do álcool e drogas, falando-se mesmo em «geração anestesiada». Estes problemas tendem, por vezes, a aparecer indicados como causa e efeito de um certo clima de insegurança e de violência que marca algumas das manifestações festivas e certos ambientes nocturnos de lazer, afectando decisivamente a imagem social dos jovens.³⁰

Confrontados com este cenário de problemas e desafios, os jovens participantes nas sessões temáticas concluíram pela necessidade de se conhecerem melhor e de aprenderem a valorizar-se mutuamente, propondo

³⁰ A este respeito ver Agra C. et al. 1999, «Crime e Delinquência auto-revelada», Porto, Observatório Permanente de Segurança.

mais iniciativas de intercâmbio e de convívio entre jovens. Curiosamente, encontramos a mesma expressão de desejo de conhecimento/reconhecimento entre os responsáveis das entidades e dos técnicos para quem as questões relativas à autoridade – autoridade social das instituições, regimes de autorização recíproca entre actores; autoridade como valor pedagógico e cívico – assumem importância decisiva ao nível da cooperação e articulação entre os diversos intervenientes.

A qualificação em termos de gestão e funcionamento organizacional das instituições com responsabilidade em matéria de infância e juventude surge neste sentido assinalada como uma das prioridades estratégicas.

A mesma recomendação serve no que diz respeito à formação dos chamados recursos humanos, sobretudo de todos os que laboram nestas instituições ou nelas possam vir a trabalhar, preparando-os adequadamente quer para uma acção de prevenção precoce, de trabalho em rede e de cooperação interinstitucional e interprofissional, quer para um trabalho de mediação social que privilegie os próprios jovens como mediadores.

Quadro X – Crianças e Jovens

ACTORES	Necessidades / / Obstáculos	Oportunidades/ / Linhas de força	Sugestões
Pessoas*	<p>Oportunidades de palavra/escuta.</p> <p>Espaços de participação cívica.</p> <p>Locais de encontro e de convívio.</p> <p>Emprego.</p> <p>Condições de autonomia financeira.</p> <p>Imagem negativa que afecta jovens de determinados bairros.</p> <p>Separação entre zonas da Cidade.</p> <p>Conhecimento/reconhecimento entre grupos de jovens.</p> <p>Comportamentos de risco (drogas, álcool).</p> <p>Violência, assaltos.</p> <p>Anestesia, apatia, conformismo.</p>	<p>Afecto pela escola.</p> <p>Associativismo juvenil.</p> <p>Projectos de intervenção social.</p> <p>Oportunidades de educação, cultura e lazer.</p> <p>Afecto pela Cidade e seus lugares.</p> <p>Motivação para a acção solidária.</p> <p>Oferta cultural da Cidade.</p>	<p>Divulgação de histórias dos bairros.</p> <p>Divulgação da produção artística dos jovens.</p> <p>Iniciativas de convívio.</p> <p>Visitas inter-bairros.</p> <p>Debates e outras iniciativas de auscultação e participação.</p>

Entidades	Sistemas de Autoridade. Habitação. Cooperação inter-actores Insucesso escolar. Comportamentos desviantes.	Quantidade e diversidade de projectos em curso. Dinâmicas de Voluntariado existentes.	Qualificação das instituições. Acessoria técnica. Articulação entre entidades. Serviços comunitários de apoio às famílias.
Profissionais	Crianças imigrantes. Crianças com deficiência. Situações de nova pobreza associadas ao sobreendividamento das famílias. Precariedade laboral dos próprios técnicos.		Intervenção comunitária. Prevenção. Intervenção precoce. Trabalho em rede. Mediação social. Jovens como mediadores.
Outros	Valores. Competências parentais.	Voluntariado. Associativismo.	Formação cívica. Formação de voluntários e/ou mediadores.

*Pessoas mais directamente afectadas pelas situações descritas, neste caso crianças e jovens.

Como podemos constatar, alguns dos itens aparecem indicados simultaneamente na coluna dos constrangimentos e das dificuldades. Por exemplo, ao mesmo tempo que os jovens assinalam entre os constrangimentos/dificuldades os problemas relacionados com a violência e consumos de risco, falando a este respeito na existência de um certo «estado de anestesia», por outro lado, os mesmos jovens colocam factores como «motivação», «disponibilidade» e «existência de boa oferta cultural e de lazer» entre os aspectos mais positivos, denunciando assim a complexidade dinâmica destes fenómenos.

No caso das crianças, e dada a especificidade deste segmento populacional, a estratégia de auscultação/participação seguida passou também pela inserção das equipas de projecto «Porto Solidário» em iniciativas de animação sociopedagógica promovidas pelas próprias entidades.³¹ Tratou-se sempre de procurar «dar voz às crianças e jovens», seguindo assim as recomendações da Convenção das Nações Unidas (1989).

Este tipo de iniciativas de promoção dos direitos cívicos das crianças e dos jovens deverão ser valorizados não só como factores de desenvolvimento pessoal e grupal, mas também como contributo precioso para as comunidades, numa perspectiva de coesão social e condição de esperança.

Além do mais, as crianças e os jovens representam um pólo fundamental na cadeia de solidariedade e de aprendizagem intergeracional. Uma cidade melhor para as crianças e para os jovens é uma cidade melhor para todos.

³¹ Ver em RP, concretamente a este respeito as iniciativas que contaram com a participação do «Porto Solidário» na qualidade de parceiro.

2.2. Pessoas Idosas

O aumento de esperança de vida constitui um dos indicadores de desenvolvimento humano mais significativos da nossa contemporaneidade, representando um valor precioso em termos sociais. A aceitação deste pressuposto de natureza antropológica conduz-nos a uma visão positiva sobre o envelhecimento e sobre as pessoas idosas, apoiada no reconhecimento das suas próprias capacidades para fazer face ao risco e às oportunidades do quotidiano (Fonseca, 2004).

A questão está em saber de que forma as nossas sociedades estão, ou poderão estar, preparadas para acolher este desafio, garantindo às pessoas mais velhas as condições necessárias para que possam, como todas as outras pessoas, continuar a viver em plenitude a sua condição de sujeitos de direitos e de deveres de cidadania. Um desafio que, perspectivado na sua verdadeira dimensão humana, não se confina à resposta a problemas de ruptura no plano dos equipamentos e dos sistemas de protecção social ou a estratégias de mercado orientadas para a atracção de novos públicos.

Só uma concepção integrada e integradora de desenvolvimento humano, assente numa visão positiva sobre a pessoa idosa e sobre os processos de envelhecimento, permitirá equacionar com sucesso as múltiplas exigências de gerontologia social que hoje se colocam às sociedades democráticas.

Todos os dados apurados durante o diagnóstico autorizam a interpretar nesta linha de sentido o fenómeno do envelhecimento, contrariando assim as perspectivas que apresentam um retrato sombrio da Cidade.

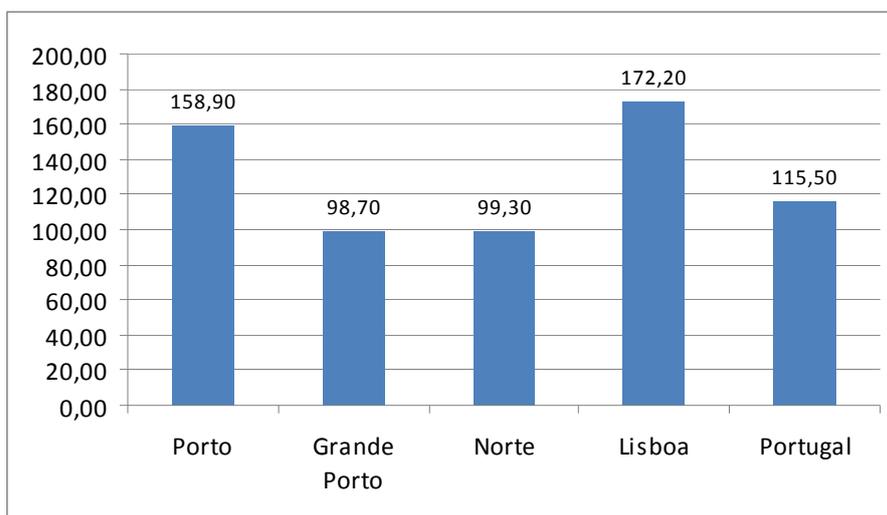
Mas se ser-se pessoa idosa significa, antes de mais, ser-se plenamente um ser humano, isso obriga a ter em devida conta os factores de fragilização associados ao envelhecimento, sobretudo quando estão em causa histórias de vida marcadas pela pobreza e/ou pela exclusão social.

As pessoas idosas estão entre os grupos humanos mais vulneráveis e carentes de atenção no que se refere ao acesso a condições de habitação condigna, de saúde, de segurança e de cuidados sociais.

O quadro sociodemográfico do concelho do Porto anteriormente apresentado revela em que medida o concelho tem vindo a acompanhar a tendência internacional e nacional no que se refere ao envelhecimento da população.

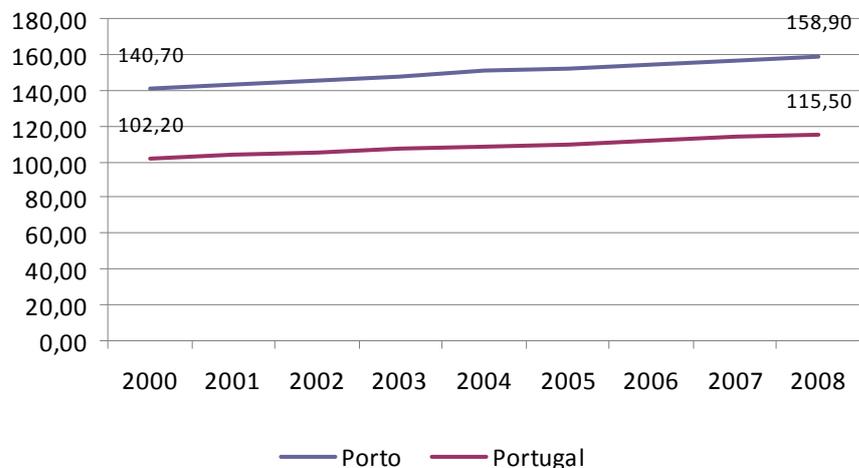
Em 2008 o índice de envelhecimento em Portugal atingiu 116 pessoas idosas por cada 100 pessoas jovens. Neste contexto, e como podemos observar através dos gráficos 73, 74 e 75, o concelho do Porto apresenta um índice de envelhecimento muito superior à média nacional, denunciando uma tendência que tem vindo a ser agravada ao longo dos últimos anos.

Gráfico 73: Índice de Envelhecimento por local de residência, 2008



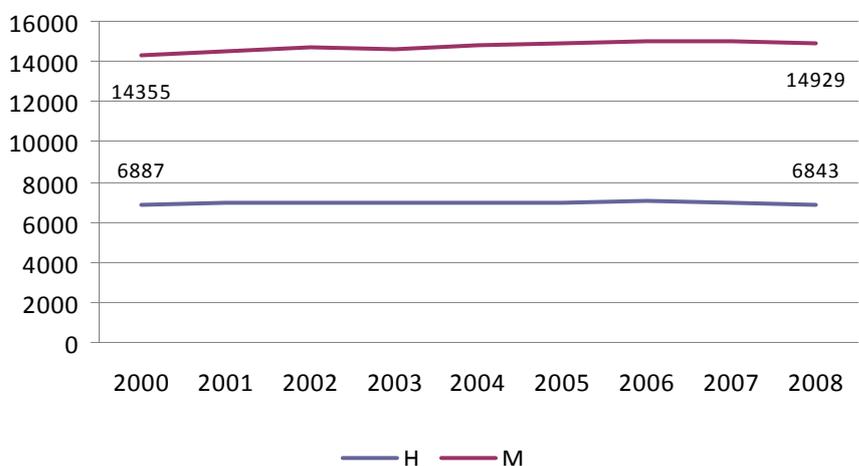
Fonte: UCP/FEP (a partir de dados do INE, 2009)

Gráfico 74: Evolução do índice de envelhecimento no concelho do Porto, 2000 a 2008



Fonte: UCP/FEP (a partir de dados do INE, 2009)

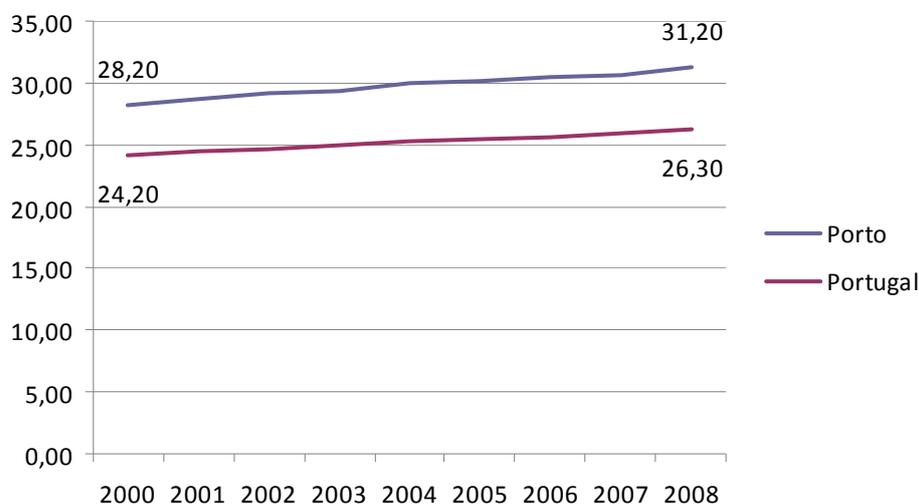
Gráfico 75: Evolução da população com 75 e mais anos no concelho do Porto, 2000 a 2008



Fonte: UCP/FEP (a partir de dados do INE, 2009)

No que respeita ao índice de dependência das pessoas idosas, o concelho do Porto apresenta também um valor superior ao do país, conforme podemos constatar pela leitura do (gráfico 76).

Gráfico 76: Evolução do índice de dependência de idosos no concelho do Porto, 2000 a 2008



Fonte: UCP/FEP (a partir de dados do INE, 2009)

As questões relativas à saúde ocupam um lugar decisivo entre os factores de bem-estar das pessoas idosas, defendendo-se também aqui a necessidade de estratégias assentes numa perspectiva mais preventiva e integrada e no envolvimento concertado de múltiplos sectores, desde os sectores que se referem estritamente à saúde, até aos que dizem respeito à educação, à segurança, ao trabalho, à justiça, à cultura e ao lazer.

Reconhecendo os imperativos de saúde ao longo da vida, o Plano Nacional de Saúde 2004-2010, alerta de modo específico para a necessidade de maior adequação dos cuidados de saúde às necessidades das pessoas idosas, com atenção para as determinantes ligadas aos processos de autonomia e de independência, onde se reconhece que há ainda muito a fazer. Com vista a colmatar estas necessidades foi elaborado o Programa Nacional para a Saúde das Pessoas Idosas, aprovado em Junho de 2004 e que, de acordo com a circular normativa da Direcção Geral de Saúde que o acompanha, se destina a ser aplicado pelos profissionais da rede de Centros de Saúde, da Rede Hospitalar e da Rede de Cuidados Continuados de Saúde.

Uma população que está a envelhecer necessita de um sistema de prestação de cuidados de saúde continuados desejavelmente a cargo de

equipas pluridisciplinares, compostas por técnicos devidamente formados para o efeito. Os serviços de apoio domiciliário surgem neste contexto especialmente valorizados, sobretudo tendo em conta a situação de dependência e isolamento em que vivem muitas das pessoas idosas, privadas muitas vezes de qualquer retaguarda de apoio familiar. Não foi possível determinar com rigor o número de pessoas que se encontram nesta situação na cidade do Porto e em que condições vivem exactamente, sugerindo-se nesse sentido a aposta em estudos de carácter qualitativo que permitam conhecer essa realidade.

Surgiram referidos com frequência casos de pessoas encontradas sozinhas em habitações degradadas e em estado de extrema vulnerabilidade pessoal, conforme testemunho dado, por exemplo, pelos «agentes policiais de proximidade» e por cidadãos vizinhos. Constata-se que as pessoas nesta situação tendem a assumir uma atitude defensiva e de protecção da sua privacidade. A possibilidade de retirada do lar em favor de um processo de institucionalização é frequentemente percebida como uma ameaça. Neste contexto, assume particular pertinência o desenvolvimento de sistemas de sinalização de situações de vulnerabilidade e isolamento social apoiados em práticas de proximidade sociocomunitária.

Numa cidade como o Porto que conta com uma forte presença de pessoas idosas, a existência de equipamentos que garantam resposta suficiente e adequada para as necessidades de institucionalização destas pessoas constitui uma exigência fundamental.

Todavia, pelas razões referidas e considerando o tipo de apoios existente, bem como a evidência da enorme disponibilidade para a acção voluntária testemunhada pelos cidadãos do Porto, considera-se que o maior desafio da Cidade, no plano das respostas sociais respeitantes às pessoas idosas se situa no reforço de dinâmicas sociais de proximidade, desenvolvidas numa lógica de articulação entre instituições, serviços e redes de voluntariado social.³²

³² Destaca-se a este propósito o projecto «Humanidade» (2009) promovido, em parceria, pela Fundação Porto Social e a Universidade Católica Portuguesa/Porto, visando a formação de uma rede de voluntários sociais especificamente vocacionada para a intervenção junto de

O tendencial agravamento dos indicadores de risco de pobreza atinge de forma especial as pessoas idosas conforme comprovam os dados do INE (Rendimento e Condições de Vida 2007) que revelam que o risco de pobreza das pessoas idosas é de 26%, significativamente acima da taxa global de 18%. A taxa de pobreza para a população reformada manteve-se, em 2007, em 23%. Cruzando esta informação com o que foi referido anteriormente sobre as questões de género e considerando o elevado número de mulheres, e de mulheres sós, entre a população idosa, concluímos pela vulnerabilidade acrescida deste grupo.

Tradicionalmente, as novas gerações cuidavam dos «seus mais velhos», assumindo este encargo num quadro de transmissão de valores e experiências que conferia segurança ao seu próprio futuro. Isto é, confiando na reprodução desse padrão de comportamento no plano de uma solidariedade familiar em cadeia que, em resultado das várias transformações sociais, se torna cada vez mais difícil de manter num quadro de contemporaneidade.

Por outro lado, a reciprocidade intergeracional assegurada pelo regime de transferências sociais parece igualmente ameaçada face ao aumento progressivo de pessoas em situação de beneficiários.

Segundo o documento de apoio à evolução e caracterização das pensões elaborado pela Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP, 2008), em Portugal o número de pessoas reformadas encontra-se acima dos três milhões, o que representa perto de um terço da população total.

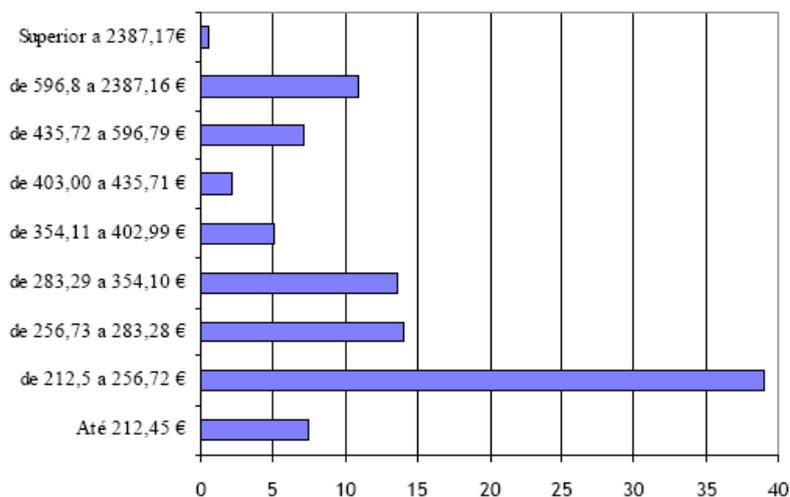
O fenómeno do envelhecimento populacional conjugado com factores como o desemprego e as reformas antecipadas deu origem a uma população reformada maior e mais heterogénea.

A pensão média de velhice no regime geral era, em Dezembro de 2007, de cerca de 437 € e 79% dos pensionistas de velhice tinham, no mesmo ano, pensões inferiores a um salário mínimo, o que demonstra que a pensão média

peçoas idosas e/ou dependentes que se encontram em situação de especial vulnerabilidade e isolamento social.

é ainda baixa e existe um grande número de pensionistas que auferem pensões de valores muito reduzidos.

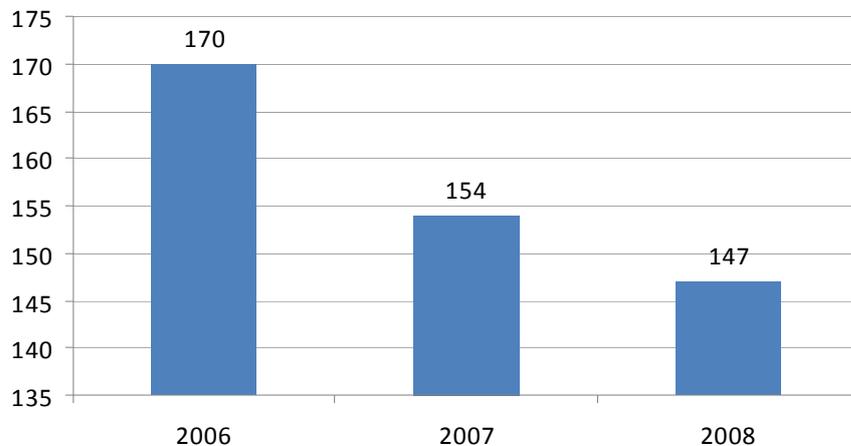
Gráfico 77: Pensionistas por escalões de pensão em 2007 (%)



Fonte: CGTP, 2008 (Conferência da Inter-Reformados da CGTP in Evolução e Caracterização das Pensões)

No que respeita às pensões sociais, segundo dados do Centro Distrital do Porto do Instituto de Segurança Social, o número de requerimentos de pensão social de velhice tem vindo a diminuir no distrito do Porto. No entanto, esta diminuição pode ser relacionada com a introdução do Complemento Solidário para Idosos (CSI).

Gráfico 78: Evolução do número de requerimentos de pensão social de velhice no distrito do Porto, 2006 a 2008

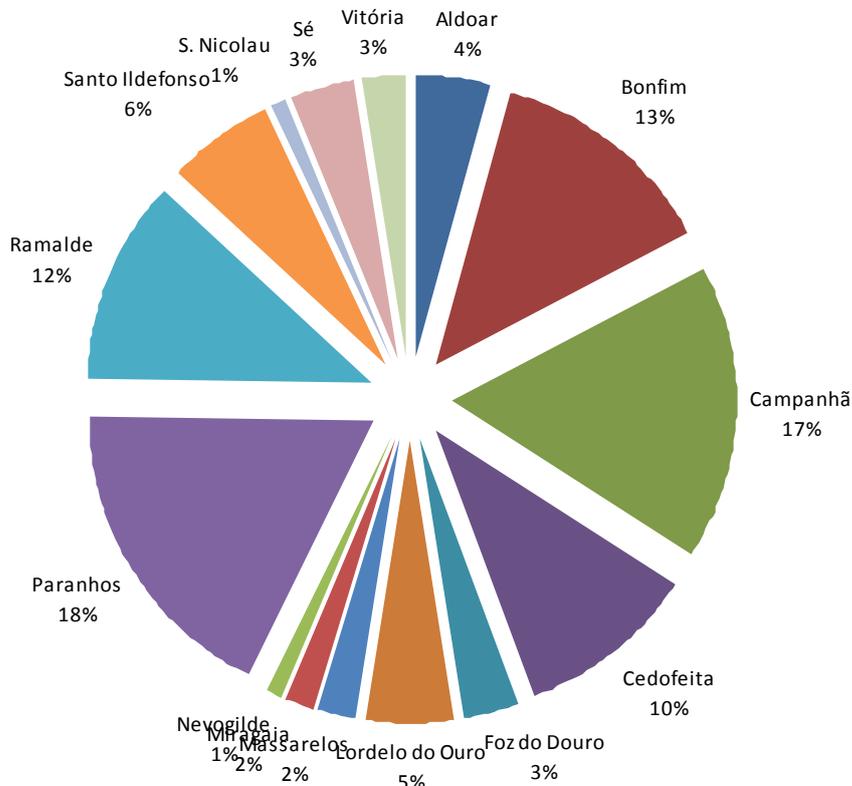


Fonte: UCP/FEP (a partir de dados cedidos pelo Centro Distrital do Porto do Instituto de Segurança Social, I.P.)

O CSI corresponde a uma prestação monetária de montante diferencial, destinada a cidadãos com 65 e mais anos, nacionais e estrangeiros, com baixos recursos. A adesão a esta prestação monetária aconteceu de forma progressiva, pelo que durante o ano de 2006 apenas puderam candidatar-se pessoas com idade igual ou superior a 80 anos, em 2007 pessoas com idade igual ou superior a 70 anos e, em 2008, os pensionistas com mais de 65 anos já puderam requerer e prestação.

No ano de 2008 entraram no concelho do Porto 4135 requerimentos de CSI. O gráfico 79 permite-nos analisar a desagregação desse número por freguesia.

Gráfico 79: Percentagem de requerimentos de CSI entrados no concelho do Porto em 2008 por freguesia

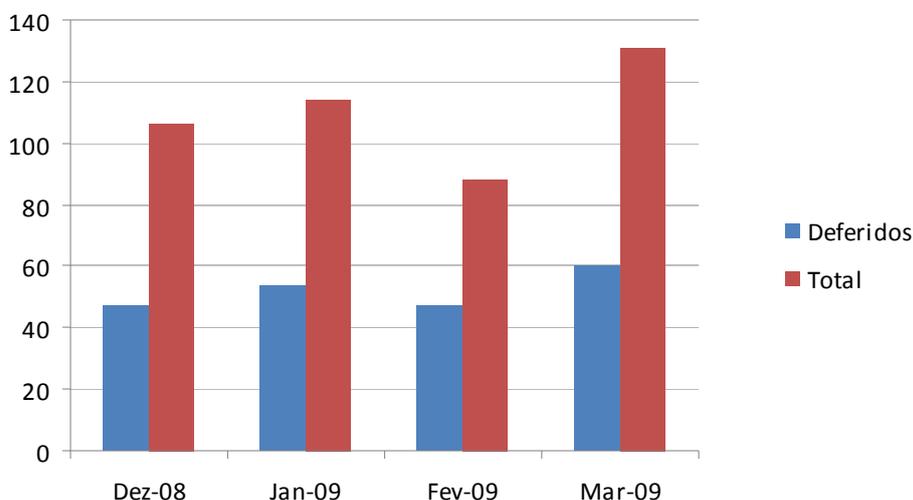


Fonte: UCP/FEP (a partir de dados cedidos pelo Centro Distrital do Porto do Instituto de Segurança Social, I.P.)

Importa, no entanto, registar que apenas 61% dos requerimentos entrados em 2008 foram deferidos.

No ano de 2009 mantém-se uma discrepância considerável entre o número de requerimentos entrados e o número de requerimentos deferidos, conforme se pode constatar pela análise do gráfico 80.

Gráfico 80: Número de requerimentos de CSI entrados e deferidos no concelho do Porto, Dezembro de 2008 a Março 2009



Fonte: UCP/FEP (a partir de dados cedidos pelo Centro Distrital do Porto do Instituto de Segurança Social, I.P.)

No final do primeiro trimestre de 2009 tinham dado entrada no concelho do Porto um total de 6878 processos relativos ao CSI, havendo 4451 beneficiários com processo deferido activo.

Cruzando estes dados com o número de pessoas idosas avançado pelo INE para o concelho do Porto no ano de 2008 (44654 indivíduos com idade igual ou superior a 65 anos) e partindo do princípio de que não tenha havido alterações significativas para este número no primeiro trimestre de 2009, podemos concluir que aproximadamente 15% da população idosa deste concelho requereram CSI, sendo que cerca de 10% se encontram a beneficiar desta medida.

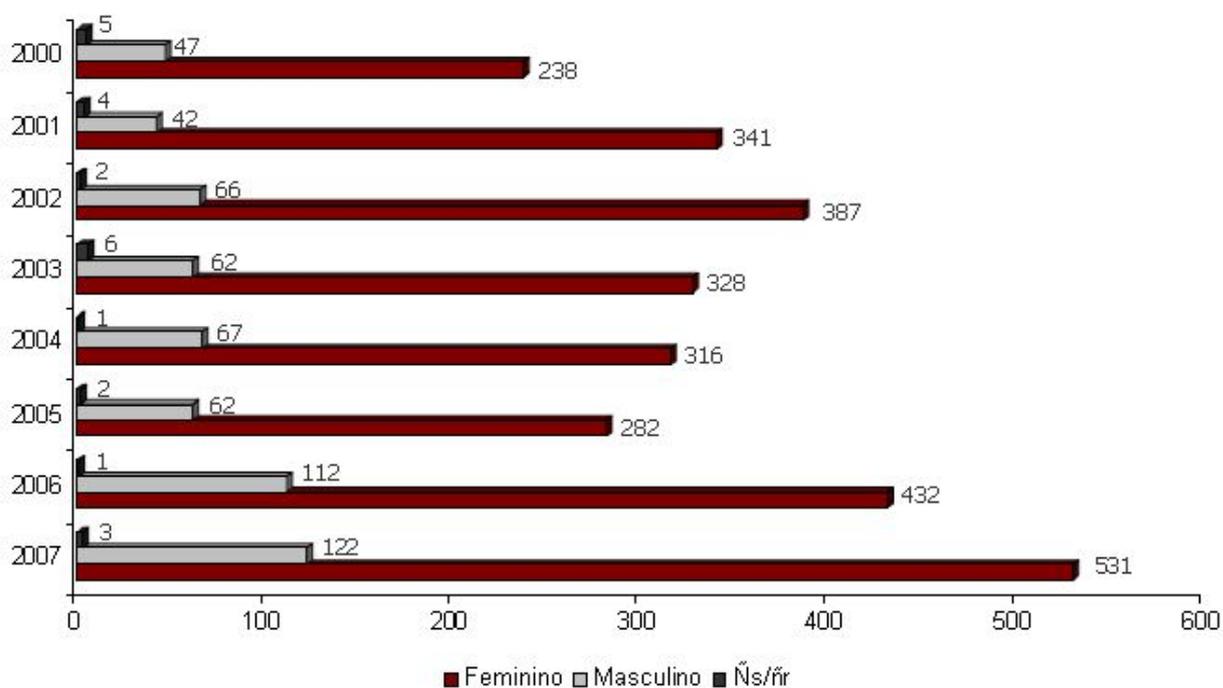
Os grupos populacionais mais envelhecidos da Cidade são compostos maioritariamente por mulheres, como foi dito, acrescentando que, em grande parte, se trata de mulheres sós e muitas delas viúvas que estiveram em casa, dependentes dos rendimentos do cônjuge, durante muito tempo.

Por essa razão tendem a ficar mais isoladas e vulneráveis, muitas vezes em total desconhecimento sobre os benefícios sociais a que têm direito. Importa, neste sentido, encontrar formas de chegar até elas, seja através de

dinâmicas de mediação social de proximidade, seja através do reforço de mecanismos de divulgação pública sobre direitos e recursos disponíveis.

A segurança consistiu noutras das preocupações mais verbalizadas pelas pessoas idosas. Apesar da reconhecida distância entre os indicadores objectivos e a percepção subjectiva das pessoas, a verdade é que, de acordo com dados da APAV, entre 2006 e 2007, verificou-se um aumento de 20,4% do total de pessoas idosas vítimas de crime. De um número de 545 vítimas registadas em 2006 passou-se para um número de 656 vítimas em 2007.

Gráfico 81: Pessoas idosas vítimas de violência, por sexo, 2000-2007



Fonte: APAV, 2008 (Pessoas idosas vítimas de crime 2000-2007)

Em 2007 63,6% das pessoas idosas vítimas de violência tinham entre 65 e 75 anos e 29,4% encontravam-se na faixa etária dos 76 aos 85 anos de idade, sendo as mulheres as mais afectadas, como podemos ver no gráfico 81.

A maioria dos crimes perpetrados contra pessoas idosas no mesmo ano inseriu-se no âmbito da violência doméstica, consistindo principalmente em maus-tratos psíquicos e físicos, ameaças / coacção e difamação / injúrias, o que sugere a necessidade de um trabalho de natureza sociopedagógica

orientado para a sensibilização e formação cívica, a começar pelas redes de socialização primária.

No concelho do Porto em 2008 foram registados 583 crimes contra pessoas idosas, sendo a maioria relativa a violência doméstica (gráfico 82).

Gráfico 82: N^o de casos de violência contra pessoas idosas no concelho do Porto em 2008



Fonte: UCP/FEP (a partir de dados cedidos pelo Comando Metropolitano do Porto da Polícia de Segurança Pública)

Reforça-se neste contexto a relevância do policiamento de proximidade, reconhecendo que a possibilidade de contacto com um «Agente de Proximidade», de alguém próximo e disponível, constitui um elemento fundamental para o sentimento de segurança das pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e isolamento social.

Como foi dito anteriormente, importa, no entanto, notar que o sentimento de insegurança que afecta a vida das pessoas idosas na Cidade não se restringe aos problemas relacionados com as ameaças de violência.

Entre os factores inibidores de autonomia agravados em situação de isolamento surgem os que se referem às condições de acessibilidade e mobilidade. Pela sua especificidade geográfica e arquitectónica e características do edificado, a cidade do Porto oferece grandes obstáculos à mobilidade das pessoas idosas.

Quadro XI: Pessoas Idosas

ACTORES	Necessidades/ /Obstáculos	Oportunidades/ /Linhas de força	Sugestões
Pessoas*	Insegurança. Isolamento. Habitação. Cuidados básicos. Mobilidades. Acessibilidades.	Polícia de proximidade. Redes de vizinhança. Associações e projectos locais.	Policiamento de proximidade. Formação ao longo da Vida. Convívios intergeracionais. Apoio domiciliário.
Entidades	Apoios financeiros. Informação sobre direitos/serviços.	Serviços de proximidade. Capital de solidariedade das próprias comunidades. Iniciativas de Formação Ao Longo da Vida.	Estudos sobre situação das pessoas idosas na Cidade. Intervenções de carácter sociocomunitário. Divulgação de boas Práticas.
Profissionais	Isolamento dos próprios técnicos. Falta de Equipamentos. Formação especializada. Apoio.	Sensibilidade e motivação dos técnicos. Voluntariado social.	Recolha de Histórias de vida. Projectos de Intergeracionalidade. Formação específica.
Outros	Individualismo	Voluntariado social.	Formação de voluntários.

*Pessoas mais directamente afectadas pelas situações descritas, neste caso pessoas idosas.

Como podemos constatar, as condições de habitabilidade, de mobilidade e de acessibilidade, aparecem entre os aspectos mais referidos pelos actores, a começar pelas próprias pessoas idosas.

O isolamento e a solidão, equacionados numa lógica de causa e efeito, surgem igualmente entre os problemas mais apontados. De notar que neste caso estamos perante problemas que afectam reconhecidamente toda a população idosa da Cidade e não apenas as pessoas que se encontram em manifesta situação de risco de pobreza ou exclusão social.

Neste sentido, as dinâmicas de intervenção de carácter sociocomunitário, com forte apelo para a acção voluntária, não deverão ficar confinadas às respostas de «pronto-socorro social». Na verdade, a eficácia e a sustentabilidade destas respostas depende muito da sua articulação com outras dimensões e actores.

O elevado número de pessoas idosas existente na Cidade representa um bem para a vida comum e uma oportunidade preciosa em termos de convívio intergeracional, constituindo nessa medida um dos maiores desafios de humanidade e de cidadania presentemente colocados à cidade do Porto.

2.3. Pessoas com deficiência e/ou incapacidade

As pessoas com deficiência e/ou incapacidade enfrentam dificuldades acrescidas em todos os planos existenciais, facto que se reflecte no acesso à educação, ao emprego e a todos os outros meios de socialização e de autonomização de vida.

De acordo com dados do INE, em 2001 residiam em Portugal 6,1% de pessoas com deficiência, constituindo um subgrupo populacional especialmente vulnerável.

Em termos nacionais, este grupo humano apresenta níveis de escolaridade significativamente baixos em comparação com o total da população e taxas de analfabetismo e de insucesso escolar igualmente acentuadas, situação que assume contornos particulares no plano concelhio. De acordo com dados obtidos junto da Provedoria Municipal dos Cidadãos com Deficiência e Provedoria Metropolitana dos Cidadãos com Deficiência, a taxa de analfabetismo entre as pessoas com deficiência do concelho do Porto é muito superior à média nacional, o mesmo se verificando quando se comparam as taxas de emprego.

Na sua maioria, as pessoas com deficiência são economicamente dependentes. A principal fonte de rendimentos das pessoas com deficiência com mais de 15 anos em Portugal é a pensão/reforma (55,2%). Neste aspecto, constata-se que o esforço feito por muitas instituições ao nível da qualificação dos seus utentes não é correspondido no plano da inserção socioprofissional. Os processos de aquisição e reconhecimento de competências das pessoas com deficiência carecem ainda da devida valorização pública. Nestes casos, as entidades que tendem a empregar estas pessoas são as autarquias.

A pluralidade de deficiências em causa, cada qual implicando problemas muito específicos e de grande intensidade humana, constitui um dos grandes desafios em termos de protecção e promoção social, existindo a este nível um reconhecido défice histórico.

Um grande número de pessoas com deficiência vive a cargo das suas famílias, ficando estas excessivamente penalizadas, desde logo no que se

refere ao plano financeiro, mas não só. Nesta medida, as condições gerais de vida, de autonomia e de bem-estar destas famílias constituem um indicador de vulnerabilidade que importa assinalar. A conciliação entre vida familiar, pessoal e profissional, por exemplo, torna-se particularmente difícil nestes casos. Os pais e/ou outros cuidadores familiares vêm-se com frequência obrigados a desistir das respectivas carreiras profissionais, o que, além do mais, contribuiu para agravar as suas dificuldades de natureza financeira.

Justifica-se neste sentido a necessidade de medidas de apoio específicas para este tipo de famílias de forma a garantir condições de bem-estar e de organização da vida familiar compatíveis com os direitos de desenvolvimento humano e de cidadania de todos. As famílias reclamam apoio, desde logo, no que se refere a mais e melhor informação, formação e aconselhamento.

«Sou mãe de uma criança de 13 anos de idade. Tenho a experiência desde o início, desde o diagnóstico. Este diagnóstico da deficiência nem sempre acontece no período de gestação. Nenhum filho traz livro de instruções, muito menos os meninos especiais. Precisei de ajuda e tive que procurar respostas. (...) Demorei seis anos a pedir abono complementar porque não sabia que existia. (...) Pus a minha filha numa escola normal mas ela esteve num gueto. Agora tenho que pagar um ordenado para a ter numa escola de ensino especial. É uma batalha enorme e penso que se houvesse um mediador que pudesse ajudar as famílias estaríamos melhor».

(Mãe de uma criança com deficiência, Sessão temática de auscultação DSP – Deficiência, Maio 2009)

«Não nos podemos esquecer que quando um jovem começa a trabalhar, a família perde o direito ao subsídio de apoio à terceira pessoa, mesmo que ainda precise de uma pessoa que o leve ao trabalho. E se falta a família, o que acontece? Não há saídas e isso provoca uma angústia muito grande nos familiares. A minha mulher ia ser sujeita a uma intervenção e ficou logo aflita sem saber como ia ser com o nosso filho. Não há respostas para isto».

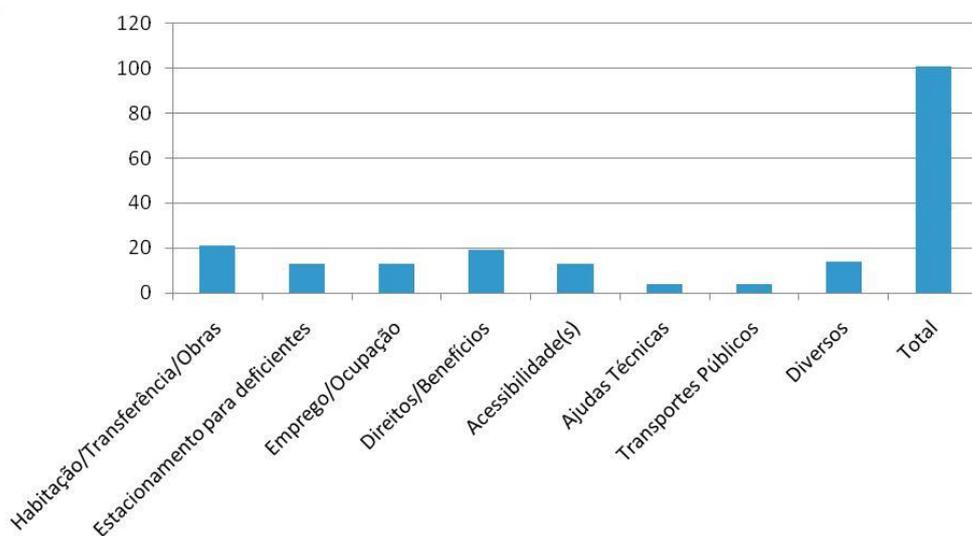
(Pai de uma criança com deficiência / membro de uma associação de apoio a pessoas com deficiência, Sessão temática de auscultação DSP – Deficiência, Maio 2009)

No seguimento das preocupações referidas, salienta-se ainda a necessidade de reforço dos sistemas de suporte à vida das pessoas com deficiência em idade adulta, dado que estas pessoas se encontram mais vulneráveis face à possibilidade de perda da retaguarda familiar.

Analisando o relatório relativo a 2008 do Serviço de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência (SIM-PD), serviço criado em 2007 e destinado a atender pessoas de todos os municípios que integram a área metropolitana do Porto, (gráfico 83) pode concluir-se que, ao contrário do ano anterior, se verificou um decréscimo nos atendimentos relativos à habitação (habitação, obras de adaptação e transferência).

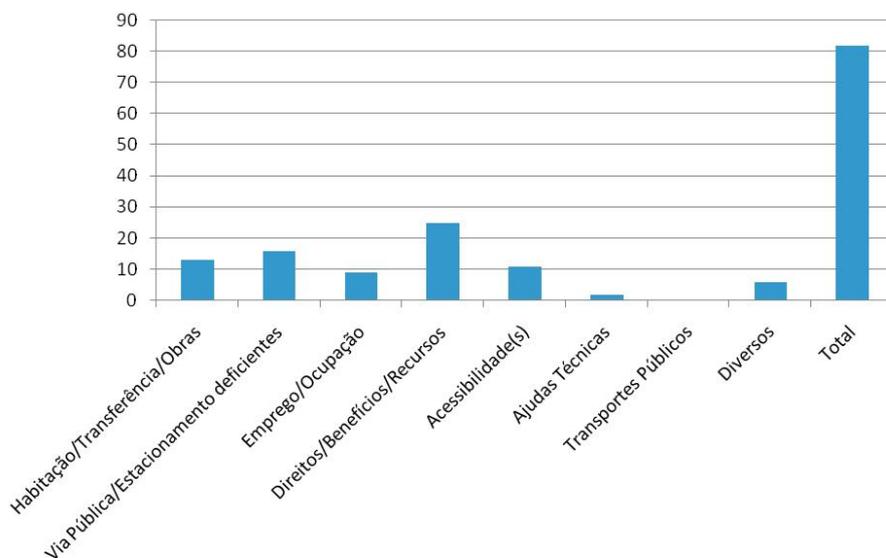
Em primeiro lugar passaram a estar os pedidos de informação sobre direitos/benefícios e recursos. Este item é seguido pelos pedidos de intervenção ao nível da via pública e/ou estacionamento, referindo-se às condições de mobilidade e acesso a equipamentos e serviços.

Gráfico 83: Atendimentos do ano de 2007 – SIM-PD



Fonte: UCP/FEP (a partir de dados cedidos pelo SIM-PD)

Gráfico 84: Atendimentos do ano de 2008 – SIM-PD



Fonte: UCP/FEP (a partir de dados cedidos pelo SIM-PD)

No Relatório Anual sobre Prática de Actos Discriminatórios em Razão da Deficiência e do Risco Agravado de Saúde de 2008, que inclui informação recolhida durante 2007 sobre queixas baseada nas reclamações apresentadas ao Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P., constata-se que a área dos seguros toma a liderança nas queixas por discriminação (50%), seguida pelas acessibilidades (27%), saúde (7%) e educação (5%).

As questões relativas à mobilidade e à acessibilidade física de instalações e infra-estruturas aparecem como centrais para este grupo humano, sobretudo numa Cidade cheia de barreiras arquitectónicas como é o Porto. Reconhece-se, no entanto, que este é um problema cuja solução requer tempo, sublinhando-se a este respeito os esforços de âmbito municipal que vêm sendo realizados. Os dados relativos à cidade do Porto constantes do Relatório de Avaliação Anual do Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências e ou Incapacidades (PAIPDI) relativo ao ano de 2008 confirmam esses esforços.

De notar, por exemplo: os STCP, que em 2007 produziram informação específica sobre as Linhas da rede de transportes em Braille em letra

ampliada, promoveram também vários projectos em parceria com a Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO) e com empresas como a EFACEC e a VODAFONE, que resultaram em serviços como o SMS BUS para invisuais³³ e a informação sonora nas paragens. Para além destas iniciativas, os STCP incluíram ainda no seu programa normal de formação do pessoal tripulante elementos de sensibilização relativamente à especificidade de atendimento a pessoas cegas, amblíopes e/ou com mobilidade reduzida. De acordo com o mesmo documento, 92% da frota de autocarros tem piso rebaixado e 57% tem rampa de acesso a pessoas com mobilidade reduzida.

Por sua vez, a Metro do Porto, enquanto rede de transportes recente, contempla de raiz as medidas necessárias à acessibilidade e ao uso autónomo pelos seus clientes com necessidades especiais.

Sintetizando as conclusões de um estudo da responsabilidade da Provedoria Municipal dos Cidadãos com Deficiência sobre as condições de acessibilidade nas freguesias da cidade do Porto, iniciado no ano de 2006 e ainda em curso, abrangendo até à data as freguesias da Sé, Miragaia, Massarelos, Santo Ildefonso, S. Nicolau e Vitória, assinala-se o seguinte:

- Reconhecimento das dificuldades associadas à geografia do terreno, ao traçado labiríntico de determinadas artérias e características próprias do edificado. Registam-se melhorias ao nível de zonas já intervencionadas mas persistem problemas graves de mobilidade.
- Como aspectos a melhorar, aponta-se a necessidade de repensar a repavimentação, as travessias, a organização do estacionamento, a inexistência em muitos casos de rampas ou rebaixamentos de passeios e a existência de rampas demasiado inclinadas e perigosas.

Importa salientar que muitos dos obstáculos que dificultam a mobilidade das pessoas com deficiência, como dos actos discriminatórios que ofendem a

³³ Em colaboração com a empresa VODAFONE os STCP desenvolveram um software capaz de traduzir para voz cada SMS recebido com a informação sobre o tempo de chegada dos autocarros.

dignidade destas pessoas, se prendem com comportamentos de cultura cívica, sugerindo-se neste caso a promoção de dinâmicas de sensibilização e de formação junto dos cidadãos e dos serviços públicos.

Em termos de equipamentos sociais, a resposta existente revela-se ainda insuficiente para responder às necessidades deste grupo, conforme comprovam as inúmeras listas de espera existentes. De notar, porém, que as especificidades que caracterizam o Porto enquanto cidade-metrópole se reflectem também neste âmbito, sendo muitos dos equipamentos sociais da Cidade utilizados por pessoas com deficiência e ou incapacidade vindas de outros concelhos.

O segmento de discurso que a seguir se transcreve ilustra o tipo de testemunho mais comum por parte das instituições, associações e profissionais que actuam nesta área de intervenção, confirmando alguns dos aspectos anteriormente referidos.

«A Direcção da associação está com enormes dificuldades financeiras porque os apoios são manifestamente insuficientes. As listas de espera diminuem em termos de deficientes moderados e aumentam em termos de deficientes profundos. Os deficientes profundos têm imensas dificuldades em entrar numa instituição. Temos muitas pessoas em listas de espera e a dificuldade em integrar estas pessoas na escola é muito grande, por falta de recursos humanos especializados. Os pais têm que deixar os empregos para lhes dar o almoço...»

(Responsável por uma instituição de apoio a pessoas com deficiência, Sessão temática de
auscultação DSP – Deficiência, Maio 2009)

Quadro XII – Pessoas com deficiência e ou incapacidade

ACTORES	Necessidades/ Obstáculos	Oportunidades/ Linhas de força	Sugestões
Pessoas*	<p>Falta de Centros de Acolhimento para os mais velhos.</p> <p>Informação, formação e aconselhamento para as famílias.</p> <p>Apoio à vida das famílias.</p> <p>Sistemas públicos de informação e sensibilização.</p> <p>Acessibilidades.</p>	<p>Papel das Associações Cívicas, em particular das Associações das Pessoas com Deficiência.</p>	<p>Acções de sensibilização e formação cívica dirigidas aos cidadãos em geral e aos serviços públicos.</p> <p>Reforço de medidas de apoio específico à qualificação e integração socioprofissional.</p> <p>Tutor/Mediador de família.</p> <p>Centros de Acolhimento para os deficientes adultos.</p>
Entidades	<p>Escassez de recursos financeiros e outros.</p> <p>Listas de espera para admissão às instituições.</p> <p>Desadequação de apoios/respostas face aos diferentes tipos e graus de deficiência.</p> <p>Acessibilidades.</p>	<p>Qualidade de serviço prestado pelas Instituições e associações existentes.</p> <p>Esforços da autarquia na adequação e aplicação da lei das acessibilidades.</p> <p>Provedoria Municipal dos Cidadãos com Deficiência.</p>	<p>Sinalização precoce.</p> <p>Planificação de médio e longo prazo.</p> <p>Sensibilização junto das escolas.</p> <p>Sensibilização junto de entidades empregadoras.</p> <p>Reforço de equipamentos.</p> <p>Cooperação entre actores.</p>
Profissionais	<p>Escassez de iniciativas de autonomização assistida.</p> <p>Problemas de inclusão na Escola.</p> <p>Poucas escolas de educação especial.</p>		<p>Criação de «bolsas de usados» - cadeiras de rodas e outros.</p> <p>Apartamentos de autonomização.</p> <p>Lares residenciais.</p> <p>Cuidados continuados.</p>

*Pessoas mais directamente afectadas pelas situações descritas, neste caso pessoas com deficiência e famílias de pessoas com deficiência.

A carência de apoios financeiros, sobretudo atendendo à especificidade inerente a cada tipo de deficiência, associada a uma insuficiência de equipamentos, com especial referência neste caso para os equipamentos destinados ao acolhimento de pessoas com deficiência em idade adulta e a residências de autonomização assistida, surgem evidenciados entre os constrangimentos à qualidade de vida e de desenvolvimento das pessoas com deficiência.

Em relação às respostas existentes, alerta-se para a importância de uma planificação concertada entre actores, de médio e longo prazo e de acordo com a possibilidade de sinalização precoce.

Conforme surge evidenciado pelo no de problemas indicados pelos actores, a realidade social da Cidade tende a reflectir o défice histórico que marca a sociedade portuguesa ao nível de apoios e respostas adequadas a cada tipo de deficiência e a cada situação pessoal e familiar. Recorde-se que entre as metas do PNAI 2008-2010 destaca--se a necessidade de reformulação do actual regime de protecção na deficiência com vista à aplicação do princípio de diferenciação positiva e à modernização desse regime.

Contudo, o desafio em causa passa por não esquecer que as pessoas com deficiência são seres especiais, antes de mais, porque, como todas as outras pessoas, são portadoras de unicidade humana. A responsabilidade de garantir as condições necessárias à realização da sua humanidade inscreve-se, pois, no regime comum de direitos e deveres de cidadania.

2.4. Pessoas sem-abrigo

«Considera-se pessoa sem-abrigo aquela que, independentemente da sua nacionalidade, idade, sexo, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontre sem tecto, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou paradeiro em local precário, ou sem casa, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito».

(Instituto de Segurança Social, IP)

A caracterização da realidade social das pessoas que vivem na rua ou em situação de vulnerabilidade habitacional apresentada neste diagnóstico tomou como referência o conceito de «pessoa sem-abrigo» aprovado pelo Grupo Interinstitucional³⁴ e elaborado com base nas categorias operacionais da tipologia proposta pela FEANTSA,³⁵ em conformidade com as recomendações da Comunidade Europeia.

De acordo com as conclusões do estudo de âmbito nacional sobre a temática dos Sem-abrigo realizado pelo Instituto de Segurança Social entre 2004 e 2005, no nosso país este é um fenómeno marcadamente urbano, com representatividade expressiva nas cidades de Lisboa e do Porto. Embora a cidade do Porto apareça indicada como a segunda cidade do país com maior taxa de pessoas sem-abrigo, importa registar que os valores de percentagem em causa se referem a 48% do total nacional de pessoas sem-abrigo para Lisboa e 16% para o Porto.

Por incoerência dos dados obtidos junto das várias entidades e serviços com intervenção nesta área, não foi possível quantificar a extensão do fenómeno na Cidade, mas todas as informações apontam para um aumento significativo relativamente ao número de 500 pessoas indicado no Pré-diagnóstico e tendo por base um levantamento efectuado pela Fundação Porto Social em 2000/2001.

³⁴ Grupo Interinstitucional responsável pela Estratégia Nacional

³⁵ FEANTSA – Federação Europeia de Organizações que trabalham com pessoas sem-abrigo.

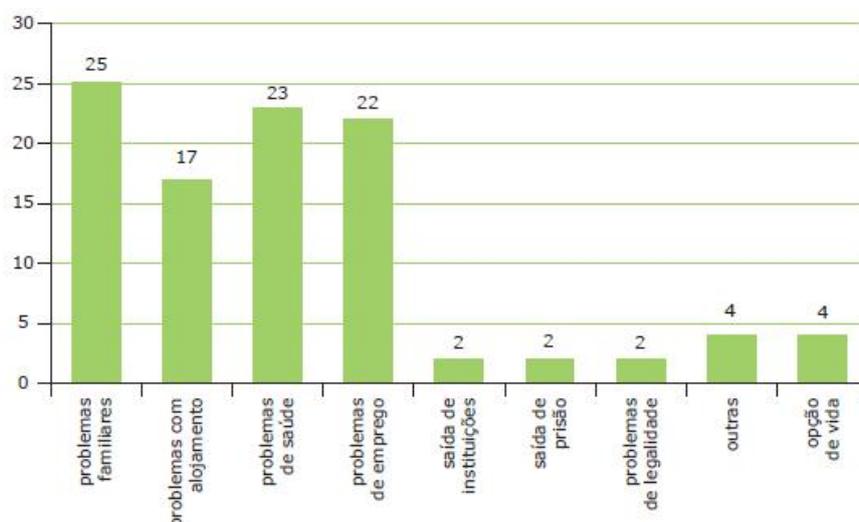
Constatou-se que as instituições e os serviços conhecem bem as pessoas que acolhem e apoiam, possuindo em geral um bom registo de informação.

Todavia, estamos perante um fenómeno humano com contornos muito singulares, o que justifica a tendencial sobreposição de informação e a consequente necessidade de uma base de dados comum, como condição de existência de respostas sociais mais concertadas e eficazes.

Muitas das pessoas sem-abrigo que procuram ajuda na Cidade vêm dos concelhos contíguos, evidenciando um fluxo relevante neste caso e que importa igualmente estudar.

De acordo com o estudo nacional já citado, a maioria das pessoas sem-abrigo são homens em idade activa (30 aos 49 anos), solteiros e divorciados, de nacionalidade portuguesa e baixos níveis de escolaridade.

Gráfico 85: Problemas que conduziram à situação sem-abrigo (%)



Fonte: ISS, I.P., 2005 (Estudo dos Sem-abrigo)

Entre as razões explicativas para a emergência deste fenómeno, a par de causas de natureza pessoal e do foro psicológico, deparamo-nos com as que se prendem com trajectórias de vida marcadas por ciclos sucessivos de ruptura familiar, profissional e social.

No que se refere especificamente ao Porto, o perfil das pessoas sem-abrigo corresponde, no essencial, à caracterização nacional, conforme surge apontado no relatório de Pré-diagnóstico e também segundo a informação recolhida no âmbito do projecto municipal «Porto Feliz», já referido noutro ponto deste relatório.

Em termos gerais, a caracterização apresentada mantém actualidade, todavia, importa ter em consideração as alterações evidenciadas sobretudo nos últimos meses e que assinalam o aparecimento de mais mulheres, crianças e pessoas com maior nível de instrução. O testemunho vindo das diversas equipas de rua dá conta ainda do aumento do número global de pessoas que procuram ajuda, sobretudo alimentos, revelando o tendencial agravamento das situações de pobreza.

As recomendações consagradas na Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas Sem-Abrigo (2009 -2015), no sentido do reforço das estratégias de prevenção, ganham especial pertinência perante estes indicadores de alerta, considerando, sobretudo, as condições de vulnerabilidade social próprias de uma conjuntura de recessão económica e manifestas de forma muito objectiva na perda de direito à habitação.

Neste contexto, o cenário de privação múltipla associado a este grupo humano surge naturalmente agravado, justificando o reforço dos mecanismos de protecção e apoio social, sublinhando-se a este respeito a importância dos cuidados de proximidade, dos programas de saúde comunitária e das iniciativas específicas de promoção de acesso à habitação.³⁶

Como foi dito noutro ponto, a saúde constitui uma dimensão prioritária no âmbito das respostas sociais dirigidas a este grupo humano, com especial

³⁶ Housing First /Casas Primeiro – projectos de habitação apoiada, visando garantir o acesso e manutenção de habitação permanente e individualizada no quadro de um compromisso social partilhado e de base sociocomunitária. Neste caso, o acesso à habitação constitui ponto de partida e não de chegada na estratégia de reinserção social. (cf. Boletim «Comunidade» - Maio, 2009, [Associação para a O Estudo e Integração Psicossocial]; José H. Ornelas (2008) «Psicologia Comunitária», Fim de Século.

incidência para os problemas relacionados com o alcoolismo e a toxicodependência e doenças mentais.

Por outro lado, tratando-se de um grupo maioritariamente composto por pessoas com baixas qualificações educacionais e profissionais, o acesso ao mercado de trabalho, condição fundamental de suporte aos projectos de vida, torna-se muito difícil, acrescentando a essas razões a tendencial perda de hábitos de disciplina resultante de trajectórias de vida privadas de horizontes de sentido e, em muitos casos, marcadas por grandes períodos de permanência na rua.

As pessoas sem-abrigo protagonizam situações extremas de exclusão e ruptura social, constituindo nessa medida um dos principais alvos das acções de solidariedade voluntária. Este é um facto consonante com a tradição do país ao nível das práticas de apoio a este grupo e que importa relevar e apoiar, valorizando neste caso o património social da Cidade ao nível do associativismo e do capital de voluntariado, o que, desde logo, requer articulação com as respostas de carácter técnico e profissional.

Considerando o número e o tipo de instituições, de associações cívicas e de projectos existente, pode dizer-se que a Cidade possui uma boa rede de serviços e de respostas para fazer face às necessidades específicas deste grupo humano, sugerindo-se a este respeito um reforço de investimento no âmbito das iniciativas de habitação assistida. A forma como os actores sociais que actuam junto das pessoas sem-abrigo se envolveram neste diagnóstico foi particularmente expressiva, não só ao nível da disponibilidade para efeitos de auscultação mas também, e de forma muito representativa, ao nível da participação conjunta em fóruns de discussão.

A cidade do Porto possui uma boa rede de respostas sociais – equipamentos, serviços, projectos, iniciativas de voluntariado. Confirmando esta constatação, e ao contrário da tendência referida no estudo nacional (ISS, 2005), neste caso, os actores, inclusive as pessoas sem-abrigo, apreciam a qualidade de intervenção, valorizando a diversidade e qualidade das respostas existentes.

É sobretudo ao nível da articulação e da complementaridade dessas respostas que se colocam os principais obstáculos ou forças de constrangimento. Foi constatada a tendência para a sobreposição e concorrência de iniciativas, particularmente visível no trabalho das equipas de rua e das rondas diurnas e nocturnas. De notar que este tipo de desconexão tende a favorecer lógicas enviesada de relação «serviço - cliente».

Sugere-se nesse sentido o reforço de qualificação institucional e técnica ao nível de estratégias potenciadoras do «funcionamentos em rede» e da aposta nas dimensões éticas, relacionais e humanas de todos os sujeitos de intervenção.

O diagnóstico permitiu concluir que existe na Cidade uma boa cobertura ao nível da satisfação das necessidades básicas das pessoas sem-abrigo – alimentação, saúde e alojamento de emergência. Neste sentido, a activação de redes de comunicação e colaboração entre actores permitirá potenciar este tipo de resposta de carácter mais assistencialista e, ao mesmo tempo, inscrevê-la no quadro de uma estratégia integrada e mais preventiva de acção.

Atendendo aos indicadores de risco emergentes da situação conjuntural de crise socioeconómica, os maiores desafios colocam-se no plano da prevenção e do acompanhamento personalizado.

A existência de um observatório social com recolha de informação permanente junto das redes de proximidade social e das equipas de rua poderá funcionar como ajuda preciosa a este nível, contribuindo para o conhecimento sobre as trajectórias de vida destas pessoas e sobre as suas rotinas diárias na situação de Sem-abrigo.

Considerando os dados obtidos junto das várias fontes de informação, sobressaem ainda aspectos como a necessidade de melhoria das competências inter-actores, da qualificação técnica e ética da intervenção, da formação e supervisão das equipas e da aposta em dinâmicas de mediação social de carácter pedagógico orientadas para a capacitação/responsabilização pessoal e cívica das pessoas sem-abrigo, conforme surge confirmado ao nível da percepção dos actores.

As pessoas que, por qualquer razão, viveram a experiência de sem-abrigo podem desempenhar um papel único e muito positivo ao nível das estratégias de proximidade social, funcionando como mediadores privilegiados e como referências pedagógicas. Importa, pois, valorizar e promover a participação das próprias pessoas em situação de sem-abrigo, numa lógica de dignificação humana e de co-responsabilização.

«Fui sem-abrigo durante quatro anos. Sinto-me extremamente feliz por ver tanta gente aqui, interessada em debater estes problemas. Gostaria de enaltecer algumas situações em que fui tratado como gente e com carinho (...). O que conta é o tempo. Dentro de cada uma dessas equipas, havia sempre tempo para nos ouvirem e isso é extremamente importante para os sem-abrigo. Quando caí na rua se tivesse tido um técnico, um psicólogo ou outro, que falasse comigo e me aconselhasse, se calhar não estava lá 4 dias, nem 4 horas ... assim fiquei 4 anos. Fazem falta equipas de rua de profissionais, de técnicos e a parte do apoio psicológico é muito importante».

Ex Sem-abrigo, responsável por uma associação de apoio às pessoas sem-abrigo, Sessão temática de auscultação DSP - Pessoas sem-abrigo, Maio 2009)

Quadro XIII – Pessoas Sem-abrigo

ACTORES	Necessidades / obstáculos	Linhas de força / Oportunidades	Sugestões
Pessoas *	<p>Dificuldade no acesso à habitação e a determinados apoios sociais.</p> <p>Apoio técnico a projectos de autonomização de vida.</p> <p>Necessidade de espaços e tempos de escuta.</p>	<p>Resposta existente ao nível da satisfação das necessidades básicas – alimentação, alojamento, higiene e apoio financeiro pontual.</p>	<p>Equipas de rua com pessoas disponíveis e preparadas para o acompanhamento personalizado.</p>
Entidades	<p>Articulação entre serviços.</p> <p>Coordenação técnica das equipas de rua.</p> <p>Dispersão de recursos.</p> <p>Fragilidade financeira.</p>	<p>Diversidade e qualidade dos recursos humanos.</p> <p>Diversidade e qualidade das respostas disponíveis</p>	<p>Base de dados comum.</p> <p>Partilha de informação ao nível de cronogramas e itinerários das rondas.</p> <p>Partilha e articulação de recursos.</p>
Profissionais	<p>Partilha de informação e de recursos.</p> <p>Competências de «trabalho «em rede»».</p> <p>Sobreposição de iniciativas e rondas.</p> <p>Especial vulnerabilidade dos imigrantes em situação ilegal</p> <p>Co-responsabilização das pessoas sem-abrigo.</p> <p>Formação e apoio personalizado dos próprios técnicos e outros sujeitos de intervenção.</p>	<p>Diversidade e qualidade das respostas disponíveis.</p> <p>Existência de muitos técnicos «com sentimento».</p> <p>Testemunhos de profissionalismo mas também de disponibilidade cívica.</p>	<p>Formação de carácter técnico e ético-pedagógico.</p> <p>Reforço de respostas de apoio personalizado e continuado.</p> <p>Partilha de informação sobre cronogramas de saída e roteiros.</p> <p>Guia de recursos locais.</p> <p>Criação de uma sub-rede social específica.</p>
Outros	<p>Deficiente reconhecimento e valorização das respostas informais.</p>	<p>Existência de múltiplos projectos de voluntariado social.</p>	<p>Acções de formação e sensibilização no âmbito do voluntariado social.</p> <p>Divulgação de boas práticas.</p>

*Pessoas mais directamente afectadas pelas situações descritas, neste caso pessoas que estão ou já estiveram na situação de sem-abrigo.

Como podemos conferir pela leitura do quadro resumo, a necessidade de melhoria ao nível das competências inter-actores surge com particular evidência. Neste contexto, importa salientar os esforços que já se fazem sentir no terreno, referindo a este respeito o processo actualmente em curso de criação de uma sub-rede específica dentro denominada «Sem Abrigo - Grupo de Parceiros para a cidade do Porto».³⁷ Este tipo de sub-redes potencia a concretização de modelos de intervenção e acompanhamento integrados, conforme surge preconizado no âmbito da Estratégia Nacional, nomeadamente através da criação de um «Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-abrigo» e de um «Interlocutor Local para a Estratégia Sem-abrigo».

Outro dos aspectos sublinhados pelos actores refere-se à sensibilidade humana e à disponibilidade cívica enquanto valores de intervenção, justificando nessa medida a necessidade de reforço no plano da formação ética e pedagógica dos vários agentes, técnicos e voluntários. Numa perspectiva de reconhecimento da centralidade das pessoas e do seu direito a condições de dignidade e autoria de vida, reforça-se a recomendação em torno da necessidade de realização de estudos de carácter multidisciplinar atentos à singularidade de percursos existenciais e à forma muito concreta como as alterações de vida que afectam a população em geral atingem este grupo, destacando aqui a questão relativa ao fenómeno global de envelhecimento, por exemplo.

Entre os principais indicadores de alerta relativos às condições de especial vulnerabilidade deste grupo humano, importa ainda assinalar os que se referem às pessoas imigrantes em situação legal irregular. Estas pessoas tendem a ser invisíveis para as entidades que protagonizam projectos de intervenção, sendo das mais desprotegidas ao nível das redes de suporte próprias de uma retaguarda familiar ou vicinal. Por outro lado, constata-se que há poucas instituições em condições de acolher famílias inteiras de imigrantes.

³⁷ Constituída em 2009, tendo por base o compromisso de uma vasta rede de entidades que trabalham junto das pessoas sem-abrigo da cidade do Porto e visando mobilizar todas as instituições e organizações que directamente ou indirectamente façam intervenção junto das pessoas Sem-abrigo na cidade do Porto.

2. 5. Imigrantes e Minorias Étnicas

Reconhecendo o universo de direitos e deveres de cidadania implícitos nos conceitos de imigração e emigração, os termos «imigrante» e «estrangeiro» surgem neste documento usados indistintamente, de acordo com os critérios terminológicos adoptados pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

No que se refere ao conceito de «minorias étnicas», optou-se por seguir as recomendações do Alto-Comissariado para a Integração e Minorias Étnicas (ACIME), considerando que o termo «minorias» não designa neste contexto um grupo pequeno em termos de dimensão numérica, mas um grupo social vulnerável face aos riscos de discriminação e de privação socioeconómica.

De acordo com dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – Direcção Regional do Norte, a população estrangeira residente no país, em 2008, era de 450 000 pessoas, o que significa 4,5% do total de habitantes.

No distrito do Porto, o número de estrangeiros residentes no final de 2008 era de 26 452 habitantes, correspondendo a uma taxa de residentes estrangeiros substancialmente inferior à média nacional. É importante referir que estamos perante migrações de carácter fundamentalmente laboral, pelo que o comportamento demográfico a este nível está muito dependente das possibilidades de emprego oferecidas na Cidade e na Região.

Embora não tenha sido possível obter dados estatísticos exactos, a informação recolhida junto dos actores mais próximos deste grupo populacional sugere a tendência para uma perda significativa de pessoas estrangeiras na Cidade nos primeiros meses de 2009, em consequência das dificuldades ao nível do mercado de trabalho.

Considerando que a inserção social das pessoas oriundas de outros países e de outras tradições culturais constitui uma mais valia civilizacional e uma oportunidade de enriquecimento social, assinala-se esta perda entre os sinais de alerta de uma cidadania solidária.

O concelho do Porto contava, em 2008, 8 293 estrangeiros residentes, sendo a maioria do sexo masculino (4 522). Na tabela 17 podemos ver quais as nacionalidades mais representativas no concelho.

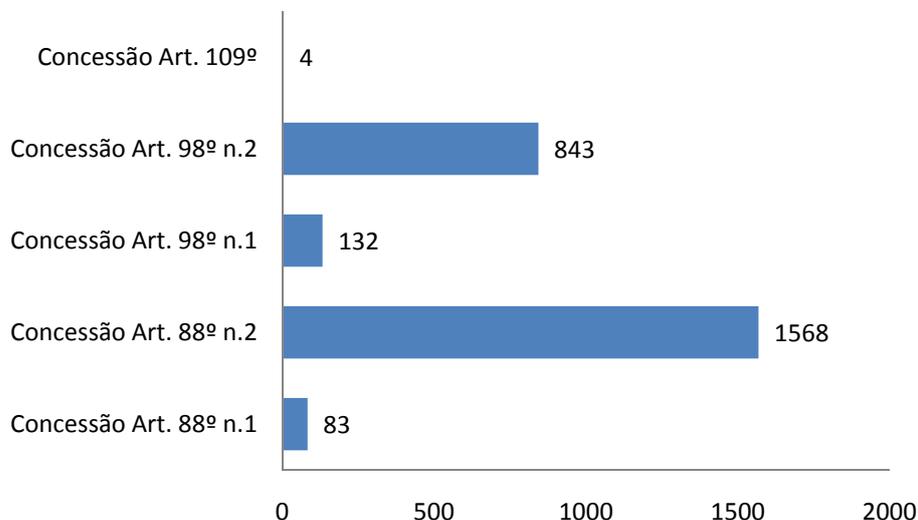
Tabela 17: Nacionalidades mais representativas dos estrangeiros residentes no concelho do Porto em 2008

Nacionalidade	Número de residentes
Brasil	2264
Ucrânia	766
China	762
Cabo Verde	747
Espanha	337
Angola	313
Marrocos	286
Bangladesh	178
Índia	174
Alemanha	165
Bulgária	162
Rússia	159
Roménia	148
Itália	146
Reino Unido	143
São Tomé e Príncipe	132
Guiné-Bissau	129
Moldávia	106

Fonte: UCP/FEP (a partir de dados cedidos pela Direcção Regional do Norte do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)

Ainda segundo dados cedidos pelo SEF, ao longo do ano de 2008, foram concedidas no distrito do Porto 2630 autorizações de residência, distribuídas como se pode ver no gráfico 86.

Gráfico 86: Autorizações de residência concedidas a estrangeiros no distrito do Porto ao longo do ano de 2008 ³⁸



Fonte: UCP/FEP (a partir de dados cedidos pela Direcção Regional do Norte do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)

Num período histórico marcado pela tendência de crescimento das taxas de desemprego, entre os indicadores de risco específicos deste grupo sobressaem os que se prendem com a precariedade de condições de vida de muitas pessoas e famílias. Os imigrantes enfrentam dificuldades acrescidas no acesso a direitos básicos, para além de se encontrarem mais vulneráveis face aos sectores informais e desprotegidos da economia.

Por outro lado, estamos perante pessoas afastadas dos territórios de origem, apresentando-se nessa medida mais carentes do apoio propiciado por redes de proximidade familiar e vicinal, facto que assume particular relevância num tempo de incerteza e de crise.

Para além de estruturas comunitárias próprias, os imigrantes e minorias étnicas contam com o apoio de serviços e organizações específicas que visam garantir a integração social destes grupos caracterizados por uma grande diferenciação sociocultural.

³⁸ Art. 88 – Autorização de residência para exercício de actividade profissional subordinada

Art. 98 - Autorização de residência por reagrupamento familiar

Art. 109 - Autorização de residência a vítimas de tráfico

No ano de 2008 existiam no concelho do Porto 11 Associações de Imigrantes reconhecidas pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural – ACIDI, duas novas associações com pedidos de reconhecimento e um Centro Nacional de Apoio ao Imigrante (CNAI), que presta serviços de apoio, informação, encaminhamento e aconselhamento aos seus clientes.

Estas organizações desempenham ainda um papel de relevo na promoção de acções de sensibilização e informação, quer junto das comunidades imigrantes, quer junto de outras comunidades. Sublinha-se aqui a importância das iniciativas de mediação sociocultural, recomendando-se a sua generalização.

O CNAI do Porto conta com o apoio de instituições como o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, a Autoridade para as Condições do Trabalho, a Segurança Social, a Conservatória dos Registos Centrais e o Ministério da Educação, bem como com gabinetes especializados criados pelo ACIDI e com a colaboração de mediadores socioculturais disponibilizados pelas Associações de Imigrantes.

Os Gabinetes de Apoio mencionados têm como objectivo a prestação de apoio em áreas específicas: Gabinete de Apoio ao Reagrupamento Familiar (GARF), Gabinete de Apoio Jurídico ao Imigrante (GAJI), Gabinete de Apoio Social (GAS) e Gabinete de Apoio ao Emprego.

De acordo com dados cedidos pelo CNAI do Porto, as pessoas que procuram este serviço representam uma grande diversidade em termos de nacionalidade, embora se registe o predomínio da nacionalidade brasileira (46%), seguida da nacionalidade ucraniana (10%).

Conforme foi sendo referenciado ao longo deste relatório, no caso das pessoas imigrantes, a atenção prioritária dirige-se para as situações de irregularidade em termos de legalização oficial. As pessoas que se encontram nesta situação tendem a ser invisíveis para as instituições e para os serviços de apoio, o que dificulta a intervenção.

As estruturas e serviços sociais de proximidade ocupam um lugar privilegiado na detecção destas situações, bem como no seu encaminhamento em termos de socialização e integração.

O processo de auscultação e participação permitiu apurar a sensibilidade dos cidadãos portuenses em relação à presença de pessoas imigrantes, bem como a opinião dos próprios cidadãos imigrantes, através dos representantes das respectivas comunidades e individualmente.

A cidade do Porto é considerada como uma cidade acolhedora e hospitaleira em relação à sua população estrangeira. Todavia, surgiram verbalizados alguns receios por parte das pessoas imigrantes face à possibilidade de aumento de comportamentos de discriminação num contexto social marcado por dificuldades gerais ao nível do mercado de trabalho e que afectam todos os cidadãos, estrangeiros e nacionais. Porém, não foi registada qualquer evidência neste sentido e em nenhum caso as pessoas estrangeiras foram apontadas como «possíveis rivais».

Assim, a par do alargamento e aprofundamento da acção das estruturas e serviços de apoio específico, sugere-se a necessidade de reforço de dinâmicas de pedagogia intercultural, extensivas a todos os cidadãos.

Existe um conjunto de boas práticas neste âmbito, nomeadamente junto das escolas e outras instituições educativas, que carecem de divulgação. Recomenda-se ainda o apoio a medidas de estudo que ajudem a desenvolver o conhecimento intercultural e a aprofundar os próprios sentidos de identidade e cultura no quadro de uma cidadania universal, solidária e cosmopolita.

Quadro XIV – Imigrantes e Minorias Étnicas

ACTORES	Necessidades/ obstáculos	Linhas de força / Oportunidades	Sugestões
Pessoas *	Dificuldade na aquisição de Habitação própria. Desemprego.	Cidade hospitaleira e acolhedora. Associações cívicas.. Comunidades organizadas	Divulgação das especificidades culturais – história, cultura, valores.
Entidades	Famílias sem retaguarda ao nível das redes de proximidade.	Boas estruturas de apoio específico – como o CNAI.	Acompanhamento de proximidade, sobretudo das pessoas em situação de irregularidade.
Profissionais	Situações de irregularidade. Receio de discriminação num momento de crise de emprego.	Iniciativas de sensibilização e de formação cívica.	Reforço de Mediadores Socioculturais, incluindo pessoas imigrantes. Projectos de educação intercultural.

*Pessoas mais directamente afectadas pelas situações descritas, neste caso pessoas que integram grupos de imigrantes e minorias étnicas.

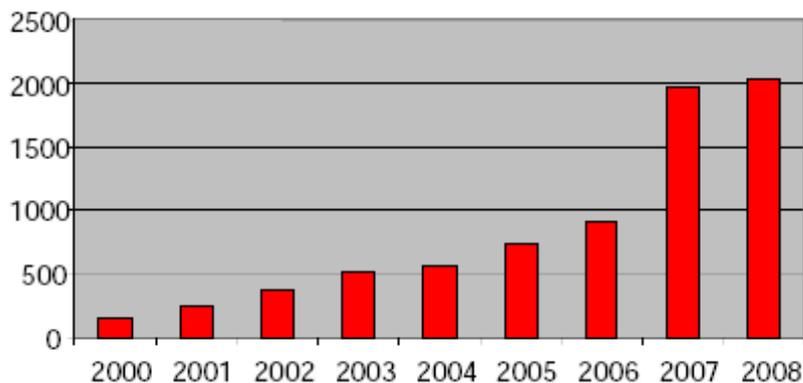
2. 6. *Novos pobres*

A introdução de um ponto específico dedicado aos «novos pobres» resulta da necessidade de alertar para as situações de pobreza emergentes do contexto situacional de crise e que, atingindo pessoas e famílias situadas fora dos tradicionais quadros de risco, apelam para respostas sociais específicas.

Estas novas formas de pobreza têm vindo a afectar, essencialmente, famílias da classe média que, por perda de salário, deixam de conseguir fazer face às despesas do seu agregado familiar.

Apesar de não ser possível contabilizar com rigor este fenómeno, os dados fornecidos por entidades como o Gabinete de Apoio ao Sobreendividado (GAS) da DECO, sobre o número de processos registados nos últimos anos, são elucidativos sobre o agravamento progressivo das situações de sobreendividamento, conforme se pode constatar no gráfico seguinte (gráfico 87).

Gráfico 87: Evolução do número de processos de sobreendividamento que deram entrada na DECO entre 2000 e 2008 a nível nacional



Fonte: DECO – Gabinete de Apoio ao Sobreendividado, 2009

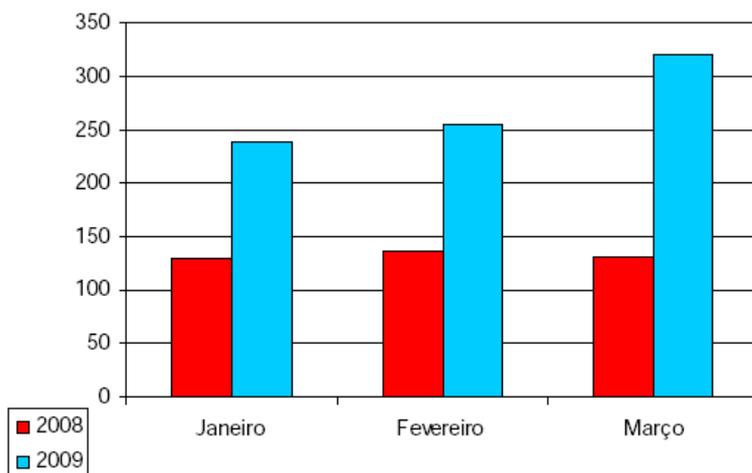
Estes processos dizem respeito a pessoas singulares que apresentem uma manifesta incapacidade de fazer face ao conjunto das dívidas contraídas junto das instituições de crédito ou de outro credor para satisfazer as suas necessidades e as do seu agregado familiar.

As dívidas em causa não podem ser nem de natureza profissional/comercial, nem dívidas fiscais. As delegações da DECO que apresentam um maior volume processual são as de Lisboa, com 44,1% dos processos entrados e Porto, com 21,2%. Durante o ano de 2008 deram entrada na Delegação Regional do Porto 431 processos de sobreendividamento e foram recebidos 625 pedidos escritos de informação.

Na globalidade das delegações regionais da DECO houve, no ano de 2008, um aumento significativo de solicitações das famílias com problemas de endividamento. O número de pedidos de ajuda que englobam, para além do volume processual, atendimentos pessoais (consultas), informações escritas e informações telefónicas e pessoais passou de 4641, em 2007 para 8758 em 2008.

Comparando o primeiro trimestre de 2008 com o mesmo período de 2009 verificamos que se mantém a tendência para um aumento drástico do número de processos de sobreendividamento entrados (gráfico 88).

Gráfico 88: Processos de sobreendividamento entrados na DECO no primeiro trimestre de 2008 e de 2009 a nível nacional



Fonte: DECO – Gabinete de Apoio ao Sobreendividado, 2009

Relativamente às causas que estão na origem das dificuldades económicas e tendo por base os processos de famílias sobreendividadas que deram entrada em 2008, a maioria (53%) refere o desemprego. A segunda

causa mais apontada liga-se aos problemas de saúde (18%), seguidos de alterações no agregado familiar (15%).

De notar que 60% das famílias sobreendividadas apresentam mais de três e menos de 10 créditos e 35% têm um ou dois créditos contraídos.

Em termos de rendimentos, a maioria das famílias auferem entre 1000 a 1500 € por mês (30%) e de 500 a 1000 € por mês (29%). No entanto, 18% destas famílias apresentam rendimentos mensais na ordem dos 1501 a 2000 euros.

Em Março de 2009 deram entrada na DECO 321 novos processos de sobreendividamento, 75 dos quais na Delegação Regional do Norte. Esta delegação registou ainda no mesmo mês 41 informações presenciais (contra 28 em Março de 2008) e 87 informações escritas (45 em Março de 2008).

Outro dos indicadores sobre esta situação refere-se ao movimento de «resgates das poupanças», muitas delas de valor reduzido.

«Há novos carenciados, pessoas que trabalhavam e caíram no desemprego e que resgataram as suas poupanças, estamos a falar de valores como 150 Euros. Isto é diário!»

(Sessão temática de auscultação DSP - Pobreza, Maio 2009)

A expressão «fome envergonhada» surge com recorrência junto de diversos actores sociais, incluindo Juntas de Freguesia, Paróquias e Associações Cívicas.

«Muitas destas pessoas não querem beneficiar de subsídios e por vezes acabam por fazer voluntariado por um prato de comida. Outras não são suficientemente pobres para beneficiar de apoios mas encontram-se em situação de privação».

«Estas pessoas evitam pedir ajuda. Só aprecem quando já estão no limite. O decréscimo da procura de serviços de saúde é por dificuldade económica».

(Sessão temática de auscultação DSP - Pobreza, Maio 2009)

Estas dificuldades reflectem-se no atraso ou suspensão de pagamentos de jardim-de-infância, serviços de saúde e cuidados e apoio domiciliário, por exemplo. Por estas razões, importa procurar conhecer melhor a realidade destas famílias e destas pessoas, sugerindo-se um acompanhamento continuado destas situações em termos de «observatório social».

III

Retrato prospectivo da Cidade



1. Porto, uma cidade solidária

Nesta terceira e última parte, o relatório centra-se na análise prospectiva sobre a realidade social sustentada na problematização de todos os elementos de diagnóstico anteriormente referidos e procurando traduzir, em síntese, os eixos de acção solidária de uma cidade como o Porto, plena de potencialidades e de recursos.

Valorizado como etapa de um processo de desenvolvimento territorial, um diagnóstico que se pretende «social» não pode ser encarado como um «veredicto» de tipo clínico, comunicado por um conjunto de especialistas aos seus «pacientes» (Bernoux, 2005). Trata-se sim de um processo de produção partilhada de conhecimento que, desde a primeira hora, implica os próprios sujeitos no quadro da uma responsabilidade comum. Neste sentido, pretendeu-se que o diagnóstico correspondesse a um processo de recolha de dados, mas também, e fundamentalmente, a uma dinâmica que permitisse identificar e mobilizar as forças da Cidade no sentido da afirmação de um «Porto Solidário».

Neste entendimento, mais do que indicar um conjunto de recomendações de teor curativo, ou de simplesmente apresentar eixos de leitura «sobre o território», trata-se agora de sublinhar indicadores sobre a realidade social «produzida pelo território», tentando evidenciar um dos recursos mais preciosos da Cidade – a participação motivada e empenhada das suas instituições e dos seus cidadãos.

Assim, partindo de uma visão inconformada e inquieta sobre os problemas e sobre as situações de vulnerabilidade social previamente sinalizados (cf. Pré-diagnóstico, CMP/GEP, 2008), o valor solidariedade foi, desde logo, assumido como princípio motor de uma vasta dinâmica de actores.

Para efeito de identificação de actores foram tidos em conta, em primeiro lugar, os elementos disponibilizados no âmbito da rede social concelhia, designadamente a cartografia de entidades e de projectos constante do Pré-diagnóstico e a lista de instituições parceiras do CLASP.

Contudo, este universo foi sendo progressivamente alargado, em conformidade com a noção ampla de «actores sociais» adoptada – poderes públicos, instituições, associações cívicas, pessoas de todas as idades.

Destaca-se neste contexto o contacto desenvolvido junto dos dirigentes das 15 autarquias do concelho, visando a identificação de um interlocutor privilegiado que, em articulação com os membros da equipa de pedagogia social da UCP, permitisse chegar mais próximo das instituições, projectos e cidadãos de cada freguesia.

Com a mesma preocupação, foi criada uma rede de «Mediadores DSP» composta por 34 elementos oriundos das instituições parceiras do Conselho Local de Acção Social do Porto (CLASP), de acordo com a adesão voluntária ao programa de formação promovido pela UCP/FEP (cf. Anexo *).

Tentando conhecer a perspectiva dos cidadãos que, à partida, se encontram mais afastados dos processos de discussão pública foi levado a cabo um trabalho de recolha de testemunhos e de narrativas pessoais (64) junto de pessoas de todas as idades e de todas as freguesias da Cidade.

Considera-se que o grau e o tipo de participação gerados no âmbito da dinâmica de auscultação e participação (quadro XV), protagonizado por residentes e não residentes, constituem, por si só, um indicador precioso sobre o capital de solidariedade da Cidade. Todavia, importa ter em conta que estamos perante um processo em aberto e que, em boa medida, se encontra ainda no início. Por esta razão, recomenda-se a continuidade e o aprofundamento deste processo no quadro da dinamização da rede social, em todas as suas dimensões.

A par da actualização do número e do tipo de entidades da Cidade relevantes em termos de acção social, pretendeu-se conhecer o «rostro» de cada instituição, de cada Associação e de cada projecto, averiguando sobre todos os aspectos de natureza organizacional e funcional que fazem a diferença do seu contributo específico, desde o estado dos equipamentos e recursos disponíveis, passando pelo ideário de acção e pelo património de experiência, até às iniciativas que animam as rotinas quotidianas, às

dificuldades e anseios, bem como à disponibilidade de interacção com outros actores e regimes de trabalho em parceria (cf. Relatório de Processo).

Por um lado, tentou-se ir ao encontro do maior número possível de actores. Por outro, houve a preocupação de assegurar condições de comunicação dos próprios actores entre si, promovendo modalidades de diagnóstico suficientemente diferenciadas. A este nível, importa registar a qualidade de participação conseguida durante os vários Fóruns DSP e nas múltiplas sessões temáticas, recordando que o tema de cada Fórum foi sempre decidido pelos próprios actores, neste caso as autarquias.

Significativamente também, o primeiro Fórum DSP foi dedicado ao tema «Associativismo e Solidariedade» (3 de Dezembro de 2008, Junta de Freguesia da Foz do Douro), tendo mobilizado em termos de presença efectiva a quase totalidade das associações e movimentos cívicos sedeados na freguesia, o que se regista como mais um sinal revelador da importância do tecido associativo da Cidade.

A forma como as instituições «abriram portas» e se disponibilizaram para a partilha de informação e para o debate, constitui outro dos indicadores de solidariedade a salientar. De notar, por exemplo, que todos os Fóruns DSP decorreram em instalações das respectivas autarquias, sendo aqui de referir a qualidade dos equipamentos disponíveis.

A actuação dos «Mediadores DSP», conjugada com a dos agentes de diagnóstico e outros voluntários, revelou-se valiosíssima a este nível, tendo permitido mobilizar «redes invisíveis» e gerar dinâmicas de colaboração «em cadeia» bem expressivas da cultura de proximidade e de cooperação solidária que caracteriza a cidade do Porto.

É importante sublinhar que, de um modo geral, as pessoas não se limitaram a apresentar queixas e/ou reivindicações mas também, e sobretudo, a fazer sugestões e a deixar testemunho de experiência, dando assim um sinal de maturidade cívica que neste contexto convém sublinhar.

A atitude dos responsáveis institucionais e o envolvimento, empenhado e voluntário, de um grande número de técnicos e de profissionais no diagnóstico constitui outro dos indicadores positivos.

Na verdade, a expressão «Porto Solidário», traduzida graficamente em logótipo próprio, acabou por funcionar como uma «marca» pública de referência, conforme se pode comprovar pelo número de iniciativas e de propostas de trabalho onde projecto «Porto Solidário» surge na qualidade de «parceiro» (cf. Relatório de Processo).

No que se refere a constrangimentos e contrariedades que marcaram o processo de diagnóstico, sublinham-se dois obstáculos fundamentais, um primeiro de ordem temporal e um segundo relativo à dificuldade de obtenção de dados susceptíveis de tradução objectiva rigorosa.

Pretender chegar a tantos, em tão pouco tempo, representava, logo à partida uma missão demasiado ambiciosa e, de certo modo, impossível, tendo em conta o limite de 10 escassos meses.

Na consciência desta dificuldade, e numa lógica de estímulo à iniciativa de participação dos próprios actores, houve a preocupação de garantir condições de comunicação permanente entre as equipas de diagnóstico e os actores e entre estes e as equipas de diagnóstico –, designadamente através da criação do sítio <http://www.porto.ucp.pt/portocidadesolidaria> e da criação do espaço de «Atendimento DSP», sediado nas instalações do CRP/UCP, Foz do Douro, aberto a toda a população e assegurado diariamente por técnicos e mediadores DSP.

Neste aspecto importa mencionar o número de entidades e de pessoas que, por sua própria iniciativa, se dirigiram às equipas de diagnóstico, contribuindo voluntária e empenhadamente para a dinâmica «Porto Solidário».

Quadro XV - Dinâmica «Porto Solidário» (Setembro 2008/Junho 2009)*

Dinâmica projecto <i>Porto Solidário</i>	TOTAL
Iniciativas	140
Entidades	330
Contactos individuais/ fichas de mediação	3294
Narrativas/testemunhos pessoais	64
Número de pessoas	5209

* Não foi contabilizado para este efeito o número de pessoas que, tendo participado nas iniciativas públicas, como o Fórum DSP por exemplo, optaram por não deixar registo de presença.

De uma forma geral, constatou-se que as instituições possuem um bom capital de informação, tanto em termos de quantidade como de diversidade. Contudo, esta informação nem sempre se encontra em formato acessível, carecendo de sistematização e de suporte técnico adequado, facto que, em muitos casos, explica a inconsistência e a incoerência dos dados. Por outro lado, muitos dos dados que foram prometidos, acabaram por não ser atempadamente disponibilizados pelas instituições, públicas e privadas. O que sugere a necessidade de medidas de acessoria técnica para efeitos de gestão das bases de dados de cada entidade de forma a potenciar a sua articulação e a dinâmica de trabalho em rede.

De uma forma geral, as instituições registam um número significativo de protocolos e parcerias, evidenciando assim predisposição para a dinâmica de rede social. Por outro lado, porém, verifica-se que nem sempre a celebração formal dessas parcerias corresponde a um efectivo «trabalho em rede» ao nível da concepção e da implementação de projectos. Com frequência, os protocolos celebrados entre instituições e/ou projectos visam apenas colaborações instrumentais e episódicas.

Conforme se sublinha no ponto seguinte, ponderando estrategicamente os eixos de acção a partir da identificação de constrangimentos e de linhas de

força, o conhecimento social sobre a Cidade encontra-se muito fragmentado, o que dificulta o trabalho em rede, tanto do ponto de vista interinstitucional como interprofissional.

Existem muitos estudos sobre a realidade social, promovidos pelas entidades académicas e pelos actores de intervenção directa, mas também aqui nos deparamos com uma grande dispersão, o que justifica a necessidade de criação de mecanismos que assegurem as desejáveis condições de sistematização, de divulgação e de partilha.

Pode dizer-se que, de um modo extraordinariamente expressivo, a quase totalidade dos inquiridos – pessoas de todas as faixas etárias – reconhece o Porto como «a sua cidade», valorizando-a como uma «cidade solidária». Nos casos em que afirmam conhecer os equipamentos e os serviços sociais, a maioria das pessoas que registaram opinião declara um parecer positivo sobre os mesmos, salientando, no entanto, a necessidade de melhoria no plano do atendimento personalizado.

Porém, acontece que muitos dos cidadãos revelam grande desconhecimento sobre os seus direitos e deveres e, em concreto, sobre as respostas sociais à sua disposição. Esta mesma constatação foi evidenciada nas várias sessões temáticas, junto dos actores mais directamente envolvidos nas situações em análise. Sugere-se assim a aposta em estratégias de mediação social e de divulgação, conducentes a uma maior aproximação entre os cidadãos e as instituições e/ou serviços numa perspectiva de mais e melhor conhecimento/reconhecimento.

2. Principais sinais de alerta e linhas de força

Reforçando todos os indicadores de vulnerabilidade e de linhas de força assinalados em cada domínio temático e, de forma particular, a propósito dos grupos humanos reconhecidos como mais vulneráveis, apresenta-se neste ponto uma síntese crítica que se pretende operativa, resultante de uma abordagem sistémica e problematizadora sobre todos os elementos de análise considerados.

Para este efeito, e em coerência com os princípios de ordem conceptual e metodológica que subjazem a este diagnóstico, foi desenhado um esquema de análise inspirado nas propostas metodológicas de Jean-François Bernoux (2005), optando por agregar os aspectos mais significativos e transversais da seguinte forma:

- a. Dinâmica territorial – inserção geográfica, caracterização sociodemográfica, socioeconómica e sociocultural.
- b. Dinâmica social – modos de «viver em sociedade» e/ou em «comunidade»; aspectos respeitantes à qualidade relacional da Cidade.
- c. Actores sócio-institucionais – actores que, directa ou indirectamente, estão comprometidos com o «fazer sociedade», instituições de solidariedade social, serviços públicos, associações cívicas, técnicos, mediadores, voluntários e outros.
- d. Respostas sociais – iniciativas no âmbito das políticas de protecção e inclusão social, serviços públicos, projectos e dinâmicas dos diversos actores.

Quadro XVI - Principais sinais de alerta e linhas de força

	SINAIS DE ALERTA	LINHAS DE FORÇA
Dinâmica territorial	<p>Diminuição da população residente.</p> <p>Envelhecimento populacional.</p> <p>Perda de população estrangeira.</p> <p>Perda na função residencial.</p> <p>Degradação do edificado.</p> <p>Dificuldade na aquisição e manutenção da Habitação.</p> <p>Fenómenos de separatismo e segregação.</p> <p>Sistemas de Mobilidade e de Acessibilidade.</p> <p>Aumento de situações de desemprego.</p> <p>Aumento de pessoas a viver de rendimentos de teor assistencial.</p>	<p>Aumento da esperança média de vida.</p> <p>Número de pessoas que fazem vida na Cidade, (residentes e não residentes).</p> <p>Número de crianças e jovens estudantes (nacionais e estrangeiros).</p> <p>Vitalidade urbana ligada aos movimentos pendulares.</p> <p>Cidade metrópole – pólo de referência económica, educacional, cultural e cívica.</p>
Dinâmica social	<p>Situações de solidão e/ou isolamento social.</p> <p>Número de pessoas idosas e/ou dependentes.</p> <p>Novos pobres.</p> <p>Grupos de risco.</p> <p>Violência.</p> <p>Individualismo.</p>	<p>Cidade rica em ambientes de proximidade e vizinhança.</p> <p>Afecto pela Cidade e pelos lugares habitados.</p> <p>Oportunidades de convívio e aprendizagem intergeracional.</p>

Actores Sócio-institucionais	<p>Problemas de financiamento Precariedade laboral dos próprios técnicos.</p> <p>Fragmentação e dispersão de dados.</p> <p>Dificuldade de «trabalho em rede».</p>	<p>Número e tipo de instituições sociais existente – privadas e públicas.</p> <p>Número de parcerias existente.</p> <p>Riqueza do tecido associativo.</p>
Respostas sociais	<p>Aumento de número de pessoas que carecem de ajuda.</p> <p>Sustentabilidade financeira dos projectos. Desarticulação entre iniciativas.</p>	<p>Quantidade e diversidade de projectos em curso.</p> <p>Qualidade dos técnicos.</p> <p>Motivação e disponibilidade cívica.</p> <p>Redes de voluntários e de dinâmicas informais existente.</p>

A leitura deste quadro síntese, confirmando e reforçando os indicadores de diagnóstico apresentados ao longo do relatório, autoriza-nos a concluir que a Cidade dispõe das condições, materiais e imateriais, necessárias à afirmação de um Porto, cada vez mais, solidário, justificando nesse sentido as recomendações elencadas no ponto seguinte.

3. Recomendações gerais e síntese prospectiva

O quadro prospectivo sobre a Cidade resultante deste diagnóstico social procura traduzir um conjunto de eixos de acção alicerçados, antes de mais, no campo de possibilidades decorrente da ponderação crítica de todos os aspectos descritos, negativos e positivos, tentando, ao mesmo tempo, sugerir cenários novos.

No que se refere às dinâmicas territoriais e sociais, tal como foi possível constatar, a visão centrada apenas nos aspectos que descrevem uma Cidade cada vez mais envelhecida, empobrecida, dependente, deserta e socialmente dividida não faz, de modo nenhum, justiça à presente situação da cidade do Porto.

Considerando o dinamismo da sua vida económica, educacional, cultural e cívica, bem patente pelo fluxo quotidiano dos seus habitantes, pode dizer-se que a Cidade constitui território de referência em termos metropolitanos, regionais e nacionais, justificando-se neste sentido a continuidade de esforços em termos da melhoria da sua qualidade residencial, de acessibilidade e mobilidade. Sem esquecer neste caso, a necessidade de revitalização dos espaços públicos, enquanto espaços de eleição para a vida social e cívica.

Em síntese, as recomendações principais vão no sentido de reforço de:

- Medidas de incentivo à aquisição e conservação da habitação, sobretudo junto de pessoas e famílias jovens.
- Acção articulada com as Juntas de Freguesia e as Associações de Moradores no âmbito das estratégias de realojamento e das acções de proximidade junto das zonas residenciais mais vulneráveis.
- Realização de estudos que permitam evidenciar os indicadores associados aos movimentos pendulares e às rotinas de vida protagonizadas por pessoas que, numa base quotidiana, animam na Cidade, sejam ou não residentes³⁹.

³⁹ Comprovando que os indicadores de vitalidade urbana de uma cidade-metrópole como a cidade do Porto não são redutíveis à descrição de elementos referentes à população residente, salienta-se aqui o número de pessoas que, independentemente, de residirem ou não residirem

- Realização de estudos que permitam evidenciar os indicadores associados às condições de acessibilidade e mobilidade extensivas a todos os cidadãos, com destaque para as pessoas idosas e pessoas com deficiência e/ou incapacidade.

O fenómeno de envelhecimento, valorizado como indicador de aumento de esperança média de vida, representa um dos aspectos mais desafiantes em termos de vitalidade urbana, como foi sublinhado. «A velhice não tem de ser vivida dramaticamente como um fardo a suportar pela sociedade ou como uma inferioridade cívica a esconder pelo indivíduo ou pela comunidade. Salvaguardando-se os casos de notória incapacidade, importa definir condições que permitam a afirmação da utilidade – e do sentido – pessoal e social da velhice, as quais passam, desde logo, pela reconstrução da sua representação individual e colectiva (Carvalho; Baptista, 2004).

As respostas urgentes para as situações de isolamento e de vulnerabilidade das pessoas idosas devem ser equacionadas tendo, justamente, em conta o potencial humano deste grupo populacional. Neste sentido, importa mobilizar a força cívica evidenciada em toda a dinâmica de diagnóstico em torno da promoção de oportunidades de convívio e de aprendizagem intergeracional.

Um desafio que, sendo orientado por valores de intergeracionalidade, não deve ser desligado das necessidades, interesses e motivações das novas gerações, atendendo, por exemplo, à forte presença de jovens estudantes na Cidade, nacionais e estrangeiros.

Entre os principais indicadores de alerta, assinala-se a persistência do fenómeno da pobreza e que, num contexto situacional de crise, implica riscos sociais agravados em virtude do aumento de situações de desemprego e, conseqüentemente, de acréscimo de número de pessoas que se vêm forçadas a recorrer a rendimentos de teor assistencial.

na Cidade, fizeram questão de participar neste diagnóstico, protagonizando em muitos casos lideranças institucionais e profissionais.

Neste quadro de urgência, é importante lembrar, uma vez mais, a forma como estas situações se reflectem na realidade específica dos grupos mais vulneráveis e que, por essa razão, tendem a sofrer privações múltiplas – crianças e jovens, pessoas idosas, pessoas com deficiência e/ou incapacidade, pessoas sem-abrigo, imigrantes e minorias étnicas e «novos pobres».

Reforçam-se assim as recomendações anteriormente feitas em termos de resposta social, designadamente:

- Divulgação e incentivo ao Microcrédito, a projectos de empreendedorismo e de inovação social, com destaque para iniciativas promotoras de empregabilidade junto dos grupos mais vulneráveis.
- Promoção de iniciativas de educação e formação numa perspectiva de qualificação mas também de aprendizagem ao longo da vida, com aposta em práticas de «mediação sociopedagógica» articuladas com uma rede eficaz de Centros de Aconselhamento Socioprofissional.
- Valorização do tecido associativo existente e incentivo à emergência de novas associações.
- Apoio à formação de redes e promoção de dinâmicas de voluntariado social.
- Promoção de medidas específicas de apoio às famílias.
- Aposta reforçada em projectos de intervenção sociocomunitária e serviços de proximidade, concebidos numa lógica de ligação entre respostas formais e informais.

A estas recomendações, junta-se a pertinência de estudos suportados por um «Observatório Social» capaz de acompanhar continuamente a evolução dos indicadores de risco assinalados, com especial atenção para a singularidade das trajectórias de vida, sobretudo das pessoas mais vulneráveis.

A importância da família, enquanto unidade social de base, emerge da análise de todos eixos temáticos, justificando a necessidade de medidas sociais específicas. A relevância dos laços familiares é evidente mesmo junto

de pessoas marcadas por situações extremas de ruptura familiar, como as pessoas sem-abrigo, por exemplo.

Por outro lado, como vimos, um grande número de pessoas com deficiência e/ou incapacidade vive a cargo das suas famílias, ficando estas excessivamente penalizadas em todos os sentidos. A estes sinais podemos acrescentar as situações de desemprego e de sobreendividamento das famílias, neste caso com risco agravado para o processo de desenvolvimento das crianças e dos jovens.

Os registos de violência participada confrontam-nos com problemas no âmbito da violência doméstica que importa igualmente ter em consideração. Sendo aqui de lembrar que entre as vítimas deste tipo de violência se encontram muitas pessoas idosas.

As questões relativas à coesão territorial, e que se prendem com fenómenos de separatismo e de segregação ligados à diferenciação de espaços residenciais, assumem particular importância no que se refere à garantia de condições de desenvolvimento humano e qualidade de vida propiciadas pela Cidade. «A homogeneidade social do espaço, acentuada e reforçada pela segregação, reduz a capacidade para tolerar a diferença entre os habitantes da Cidade e multiplica as ocasiões que podem dar origem a reacções mixofóbicas, o que aumenta os perigos da vida urbana, tornando-a mais carregada de ansiedade, em vez de mais agradável e fácil de viver» (Bauman, 2006). Importa neste sentido capitalizar as características específicas de uma Cidade que se pode «percorrer a pé», rica em dinâmicas de proximidade e em laços de vizinhança, reforçando práticas positivas no âmbito da acção «inter-bairros» e «inter-comunidades», como as que foram assinaladas neste relatório.

Reafirmam-se igualmente as recomendações relativas às possibilidades de mudança positiva que podem ser propiciadas por práticas de mediação social e/ou mediação sociocultural de cariz pedagógico. Estas práticas de mediação e de «proximidade social» permitem ainda capitalizar o afecto que os cidadãos manifestam pela Cidade e o seu especial apego aos lugares habitados.

«Quem nasce no lugar, ama este lugar. Também não conheço muitos lugares no mundo. Mas o Porto é para mim o Mundo».

(Segmento de narrativa pessoal, Setembro 2009)

Entende-se que é, precisamente, desse lugar de afecto e de enraizamento que é necessário partir numa perspectiva de alargamento dos horizontes existenciais e sociais de cada cidadão numa cidade cosmopolita e intercultural, ética e pedagogicamente voltada «para o mundo».

No que se refere aos actores sócio-institucionais, as principais linhas de força prendem-se, como vimos, com a quantidade e a qualidade de entidades e de pessoas que protagonizam a intervenção social, na pluralidade das suas formas e dimensões. Assim, a par de reforço nos planos financeiro e técnico, evidencia-se a necessidade de melhoria ao nível das competências inter-actores. Recorrendo a palavras de um dos participantes neste diagnóstico, «*a disponibilidade existe e isso já é um bom indicador*». Considera-se, pois, que, em termos de recomendações, é deste indicador que é preciso partir, alinhando-o com a capitalização do património de experiência existente.

Neste sentido, propõe-se a criação de:

- **Centros de recursos partilhados** – incluindo neste âmbito a possibilidade de arquivo e acesso ao tipo de materiais (memórias descritivas, diagnósticos, projectos, estudos sectoriais, etc.) que os actores disponibilizaram durante o processo de diagnóstico.
- **Base de dados partilhada** – continuamente actualizada e acessível em dinâmica de «organização em rede».
- **Guias de recursos** – actualizados e disponíveis para partilha em dinâmica de «trabalho social em rede».
- **Assessoria/consultoria técnica** – reforço de mecanismos e de iniciativas de apoio às práticas de organização e gestão, com destaque para os comportamentos no plano da relação interinstitucional.
- **Formação contínua de profissionais e de colaboradores voluntários** – abrangendo competências técnicas específicas e competências

transversais, designadamente ao nível da formação humana e ética, bem como no domínio de metodologias de trabalho em rede e de mediação social.

- **Criação de redes de Mediadores interinstitucionais** – sugere-se aqui, por exemplo, a consolidação e ampliação da Rede Mediadores DSP.
- **Estratégias de Informação/comunicação** – visando maior e melhor aproximação dos cidadãos às instituições e serviços e maior e melhor conhecimento/reconhecimento entre actores.
- **Medidas de estudo e de avaliação** – enquadradas por um Observatório Social e/ou promovidas sectorialmente.
- **Medidas de comunicação e divulgação** – visando potenciar a colaboração entre actores e a disseminação de boas práticas.

Num contexto de crise e de tendencial agravamento dos vários indicadores de risco, importa atender às situações de urgência social de natureza conjuntural, mas sem perder de referência as exigências de carácter estrutural, desenhando, nos diferentes domínios, respostas integradas de médio e longo prazo. Sublinha-se a este respeito a importância da articulação intersectorial, ligando as políticas sociais com outras políticas «de e para a Cidade».

Valorizada como o grande valor estratégico da sociedade do século XXI, a educação passa a estar no coração das dinâmicas de desenvolvimento social, desafiando as cidades a organizarem-se de forma a poderem proporcionar oportunidades de educação e formação ao longo da vida, «na e com a vida», a todos os cidadãos.

Os múltiplos exemplos de boas práticas já em curso, ilustrados por testemunhos como os que a seguir se destacam, são reveladores desse potencial de qualidade de vida e de esperança associado à aprendizagem, sobretudo à aprendizagem em ambiente social, onde «aprender com os outros» significa «aprender a viver para os outros».

«A idade mais avançada chegou agora!... Que fazer? A filha está criada, tudo o que queríamos foi realizado...a velhice aproxima-se, traz-nos recordações do tempo em que tudo era cor-de-rosa ou azul e então decidi, para não pensar muito nos tempos que se avizinham, fazer algo...O que era preciso era conviver e decidi entrar no Trajectórias, onde convivo, rio, dou ideias, recebo carinho, informações e sobretudo aprendo tudo aquilo que não pude aprender quando era mais nova».

(Foz do Douro, projecto «Trajectórias»⁴⁰)

«Após 43 anos de trabalho como mecânico de máquinas industriais, felizmente apareceu esta oportunidade de, na minha reforma, ocupar os tempos livres. Instruí-me na área da informática e já consigo ter alguns conhecimentos de Internet, como escrever cartas, enviar e-mails e falar com a minha família radicada no estrangeiro. E travei conhecimentos com outros alunos e instrutores».

(Foz do Douro, projecto «Trajectórias»)

O lugar da educação e da formação no desenho das várias respostas sociais surge bem patenteado neste diagnóstico. Trata-se neste caso de reforçar e alargar o compromisso social da cidade do Porto enquanto membro da Associação Internacional das Cidades Educadoras.

O fenómeno do «individualismo» apareceu enfatizado com recorrência, por pessoas de todas as idades e de todos os sectores de actividade,

⁴⁰ O Projecto Trajectórias é promovido pela Junta de Freguesia da Foz do Douro, sendo dirigido a pessoas com idade igual ou superior a 55 anos, residentes na freguesia. O projecto elege como objectivos: melhorar a qualidade de vida das pessoas idosas e das suas famílias, promover a mudança de atitudes face ao envelhecimento e isolamento, proporcionar oportunidades de educação e formação, apoiando-se numa vasta rede de parceiros, entre os quais se conta o projecto «Porto Solidário».

denunciando assim a preocupação comum com as referências axiológicas que actualmente marcam a vida social e cívica. Emerge neste contexto a pertinência de uma «pedagogia do laço social» afirmada em todos os planos de intervenção num quadro mais vasto de promoção de condições de humanidade e cidadania.

«Os jovens dos outros países têm mais dinheiro mas menos vontade, nós temos menos dinheiro, mas mais interesse e vontade». Esta afirmação proferida por um jovem durante um debate DSP e a propósito da diferença que separa os jovens dos diferentes países europeus no plano das oportunidades de vida, é bem ilustrativa do capital de confiança que anima os habitantes da cidade do Porto.

Sem se pretender desvalorizar as necessidades relativas ao reforço de financiamentos e equipamentos, em termos globais, considera-se que a Cidade possui um bom capital no plano de recursos materiais e humanos que, acima de tudo, carecem de gestão integrada e partilhada, valorizando assim as forças pessoais e institucionais que, alimentando a criatividade cívica, fazem convergir vontades em torno de valores de esperança, de co-responsabilização e de solidariedade.

No contexto de incerteza e de «crise económica» em que se vive actualmente, em que tende a aumentar a desconfiança, a resignação e o pessimismo face ao futuro, importa valorizar, em termos sociais, dinâmicas «imateriais», que foquem os investimentos a realizar em torno do eixo de solidariedade, actuando nos planos da comunicação e do encontro, na cooperação, na participação e na inovação social.

Bibliografia

(As referências aqui apresentadas correspondem à bibliografia consultada, indicada por ordem alfabética)

- Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. (2008). *Relatório de Actividades 2007*.
- Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. (2009). *Relatório de Actividades 2008. Departamento de Saúde Pública*.
- Agra, C. et al. (1999). *Crime e delinquência auto-revelada*. Porto: Observatório Permanente de Segurança.
- Área Metropolitana do Porto (2008). *Programa Territorial de Desenvolvimento da AMP 2007-2013. Relatório Final – Volume 1 – Metodologia*.
- Área Metropolitana do Porto (2008). *Programa Territorial de Desenvolvimento da AMP 2007-2013. Relatório Final – Volume 2 – Diagnóstico Prospectivo*.
- Área Metropolitana do Porto (2008). *Programa Territorial de Desenvolvimento da AMP 2007-2013. Relatório Final – Volume 3 – Programa de Acção*.
- Área Metropolitana do Porto (2008). *Programa Territorial de Desenvolvimento da AMP 2007-2013. Relatório Final – Volume 4 – Projectos Indicativos, Priorização e Censurização*.
- Área Metropolitana do Porto (2008). *Programa Territorial de Desenvolvimento da AMP 2007-2013. Relatório Final – Volume 5 – Educação*.
- Associação Internacional das Cidades Educadoras (2004). *Carta das Cidades Educadoras*.
- Autoridade Nacional de Protecção Civil / Direcção Nacional de Planeamento de Emergência (2008). *Cadernos Técnicos PROCIV #4. Estabelecimentos de Apoio a Pessoas Idosas – Manual para a Elaboração de Planos de Segurança*.

- Azevedo, J. (2007). Aprendizagem ao longo da vida e regulação sociocomunitária da educação. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*, 1, 7-40.
- Balsa, C. et al. (2007). *II Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoactivas na População Portuguesa – 2007*. Lisboa: CEOS.
- Banco de Portugal (2009). *Boletim Económico – Verão 2009*. Lisboa: Departamento de Estudos Económicos.
- Banco de Portugal (2009). *Relatório de Estabilidade Financeira 2008*. Lisboa: Departamento de Estudos Económicos.
- Barrett, C., Michael, C., Munenobu, I. (2008). Poverty Traps and Social Protection. *Social Protection Discussion Paper*, 0804, 1-44.
- Bauman, Z. (2006). *Confiança e medo na cidade*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Bernoux, J. (2005). *Mettre en oeuvre le développement social territorial*. Paris : Dunod
- Bruto da Costa (Coord.) *Um Olhar sobre a Pobreza*. 2008. Lisboa: Gradiva.
- Câmara Municipal do Porto (2005). *Carta Educativa do Porto*.
- Câmara Municipal do Porto (2005). *Plano Director Municipal (Regulamento)*.
- Câmara Municipal do Porto (2006). *Destaque Informativo: Evolução do Mercado Imobiliário no Grande Porto*.
- Câmara Municipal do Porto, Gabinete de Estratégia e Planeamento (2008). *Rede Social do Porto – Relatório de Pré-diagnóstico*.
- Carneiro, R. (2001). *Fundamentos da Educação e da Aprendizagem*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão
- Carrilho, M.J., Patrício, L. (2008). A Situação Demográfica Recente em Portugal. *Revista de Estudos Demográficos*, 42, 111-155.
- Carvalho, A., Baptista, I. (2004). *Educação Social, Fundamentos e Estratégias*. Porto Editora: Porto
- Castel, Robert (1995). *Les métamorphoses de la question sociale*. Éditions Fayard.
- Castel, Robert (2003). *L'insécurité Sociale. Qu'est-ce qu'être protégé?* Paris: Seuil.

- Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Boston Consulting Group (s/d). *Estudo de Avaliação dos Seniores em Portugal – Relatório Final 2008.*
- Centro de Investigação e Estudos de Sociologia - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (2008). *Estudo de Diagnóstico e Avaliação das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens – Sumário Executivo.*
- Centro de Investigação e Estudos de Sociologia - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (2008). *Estudo de Diagnóstico e Avaliação das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens – Volume Complementar I.*
- CET-ISCTE, IRIC & A. Mateus e Associados (2008). *Contributos para o Plano Estratégico de Habitação -2008/2013.Diagnóstico de Dinâmicas e Carências Habitacionais.*
- CET-ISCTE, IRIC & A. Mateus e Associados (2008). *Contributos para o Plano Estratégico de Habitação -2008/2013. Estratégia e Modelo de Intervenção.*
- CET-ISCTE, IRIC & A. Mateus e Associados (2008). *Contributos para o Plano Estratégico de Habitação. Diagnóstico e Proposta para uma Estratégia de Habitação 2008/2013. Sumário Executivo para Debate Público.*
- CGTP (2008). *6ª Conferência da Inter-Reformados da CGTP. Evolução e Caracterização das Pensões.*
- Comissão das Comunidades Europeias (2009). *Relatório Conjunto sobre Protecção Social e Inclusão Social 2009.* Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias.
- Comissão de Coordenação da Região Norte (2009). *Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) da Região do Norte.*
- Comissão Europeia, Direcção Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades (2007). *Igualdade e Não-Discriminação – Relatório Anual 2006.* Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

- Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco (2009). *Relatório anual de avaliação da actividade das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em 2008.*
- Comissão Nacional para a Reestruturação dos Serviços de Saúde Mental (2007). *Relatório – Proposta de Plano de Acção Para a Reestruturação dos Serviços de Saúde Mental.*
- Commission of the European Communities (2000). *A Memorandum on Lifelong Learning.* Brussels.
- Commission of the European Communities (2009). *Equality between women and men.* Brussels.
- Conselho da União Europeia (2003). *Conclusões do Conselho sobre os Níveis de Referência dos Resultados Médios na Educação e na Formação.* Bruxelas.
- Coordenação Nacional para a Saúde Mental (2008). *Plano Nacional de Saúde Mental 2007-2016 – Resumo Executivo.*
- Costa, A., Lopes, J. (2008). *Os Estudantes e os seus Trajectos no Ensino Superior.* CIES ISCTE.
- Council of Europe (2008). *Report of High-Level Task Force on Social Cohesion. Towards an Active, Fair and Socially Cohesive Europe.* Strasbourg: Council of Europe.
- Cruchinho, M., Silva, M., Carvalho, S. (2007). *Plano Operacional de Respostas Integradas: Diagnóstico Nacional.*
- Department for Innovation, Universities and Skills (2009). *The Learning Revolution.* UK: Crown Copyright.
- Direcção-Geral da Saúde (2004). *Programa Nacional para a Saúde das Pessoas Idosas.*
- Entidade Reguladora da Saúde (2009). *Estudo ao Acesso aos Cuidados de Saúde Primários do SNS.* Porto: Entidade Reguladora da Saúde.
- European Communities (2008). *Thematic study on policy measures concerning child poverty.* Belgium: European Commission.
- European Science Foundation (2009). *Changing childhood in a changing Europe.* Cyprus: European Science Foundation Social Sciences Unit.

- Estratégia Nacional Para a Protecção Social e Inclusão Social (2008-2010).
- Faria, A., et al. (2009). *Retrato da População Juvenil do Concelho do Porto*. Gabinete de Estudos e Planeamento – Departamento Municipal de Estudos.
- Feijão, F. (2008). *Inquérito Nacional em Meio Escolar 2006: Consumo de Drogas e outras Substâncias Psicoactivas: Uma abordagem integrada: Resultados Preliminares*.
- Felício, M., Machado, V. (2008). *Perfil de Saúde da Região Norte*. Administração Regional de Saúde do Norte.
- Fonseca, A. 2004. *Desenvolvimento Humano e Envelhecimento*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação / Ministério da Educação (2008). *Educação em Números – Portugal, 2008*. Lisboa: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação / Ministério da Educação.
- Gabinete de Estratégia e Planeamento (s/d). *III Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género (2007-2010)*. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.
- Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, (2009). *Relatório Anual de Segurança Interna. Ano 2008*.
- GEP (2008). *Área Metropolitana do Porto. Fluxos Migratórios e Deslocações Casa / Trabalho 1991-2001*.
- Grupo de Apoio à Coordenação do PORI. (2007). *Documento de Apoio ao PORI – Plano Operacional de Respostas Integradas*. Lisboa: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.
- Grupo Interdepartamental de Acompanhamento do PAIPDI (2009). *Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências e ou Incapacidades - Relatório de Avaliação Anual 2008*.
- Grupo Interinstitucional (2009). *Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas Sem-Abrigo. Prevenção, Intervenção e Acompanhamento, 2009-2015*.
- Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P. (2008). *Relatório Anual 2007 – A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências*.

- Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P. (2009). *Plano Nacional Para a Redução dos Problemas Ligados ao Álcool.*
- Instituto de Segurança Social, I.P. (2005). *Estudo dos Sem-Abrigo.*
- Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2008). *A Região Norte de Portugal: Dinâmicas de Mudança Social e Recentes Processos de Desenvolvimento.*
- Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (2008). *Situação do Mercado de Emprego – Relatório Anual, 2007.* Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2000). Inquérito à ocupação do tempo. *Destaque do INE.*
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2003). Destaque – *Movimentos Pendulares e Organização do Território Metropolitano: Área Metropolitana de Lisboa e Área Metropolitana do Porto, 1991-2001.*
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2003). *Mobilidade Casa-Trabalho da População Empregada Residente na Área Metropolitana do Porto.*
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2007). *Anuário Estatístico da Região Lisboa 2006.*
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2007). *Anuário Estatístico de Portugal 2006.*
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2007). *Anuário Estatístico da Região Norte 2006.*
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2007). *As pessoas.*
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2007). *Estimativas Provisórias de População Residente 2006.*
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2007). *Indicadores Sociais 2006.*
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2008). *Anuário Estatístico da Região Norte 2007.*
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2008). *Anuário Estatístico de Portugal 2007.*
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2008). Destaque – *Rendimento e Condições de Vida 2007.*

- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2008). *Estatísticas da Construção e Habitação 2007*.
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2008). *Estatísticas Demográficas 2007*.
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2008). *Estimativas Provisórias de População Residente 2007*.
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2008). *Indicadores Sociais 2007*.
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2008). Panorama das Populações Estrangeiras nos Estados-Membros da União Europeia (composição por nacionalidades). *Revista de Estudos Demográficos*, nº 43, 19-78.
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2009). *Estatísticas do Emprego, 1º Trimestre 2009*.
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2009). *Projeções de População Residente em Portugal, 2008-2060*.
- Instituto Nacional de Estatística, I.P., INSA, I.P. (2009). *Inquérito Nacional de Saúde 2005/06*.
- Instituto Nacional de Habitação e Reabilitação Urbana (2007). *Plano Estratégico Nacional para uma Política de Habitação - 2007/2013. Documento I - Diagnóstico*.
- Instituto Nacional para a Reabilitação I.P. (2008). *Relatório Anual sobre Prática de Actos Discriminatórios em Razão da Deficiência e do Risco Agravado de Saúde*.
- Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (2004). *Áreas Metropolitanas: Vivências, Mobilidade e Qualidade de Vida*.
- ME e MTSS (2005). *Iniciativa Novas Oportunidades*.
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (2007). *A Procura de Emprego dos Diplomados com Habilitação Superior*. Lisboa: Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais.
- Ministério da Educação (2008). *Estatísticas da Educação, 06/07*. Lisboa: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação.
- Ministério da Educação / Direcção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular (2008). *Educação para o Empreendedorismo - Dados Relatório Preliminar*.

- Ministério da Saúde – Direcção-Geral da Saúde (2004). *Plano Nacional de Saúde 2004-2010. Volume I – Prioridades.*
- Ministério da Saúde (2008). *Plano Regional de Saúde do Norte 2008-2010.*
- Ministério da Saúde. Direcção-Geral da Saúde (2004). *Plano Nacional de Saúde 2004-2010. Volume II – Orientações Estratégicas.*
- Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (2007). *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território – Programa de Acção.*
- Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (2007). *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território – Relatório.*
- Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (2006). *Norte 2015 – Competitividade e Desenvolvimento. Uma Visão Estratégica.*
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (2005). *Plano Nacional de Emprego.*
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (2007). *Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos, 2006.* Lisboa: Gabinete de Estratégia e Planeamento.
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (2007). *Estatísticas da Segurança Social - Dezembro 2007.* Lisboa: Instituto de Informática do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, (2006). *Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2006-2008.*
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, (2008). *Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social, Portugal 2008/2010.*
- Nações Unidas (2001). *Declaração do Milénio.* Lisboa: United Nations Information Centre.
- Nações Unidas (2002). *Relatório da Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a Criança – Um Mundo para as Crianças.*
- Observatório do Emprego e Formação Profissional (2008). *Aspectos Estruturais do Mercado de Trabalho.*

- Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (2008). *Relatório Anual 2008 – A Evolução do fenómeno da Droga na Europa*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Porto Vivo – SRU (2005). *Revitalização Urbana e Social da Baixa do Porto*.
- Porto Vivo, SRU e Câmara Municipal do Porto (2008). *Centro Histórico do Porto Património Mundial – Plano de Gestão – Volume I*.
- Porto Vivo, SRU e Câmara Municipal do Porto (2008). *Centro Histórico do Porto Património Mundial – Plano de Gestão – Volume II*.
- Porto Vivo, SRU e Câmara Municipal do Porto (2008). *Centro Histórico do Porto Património Mundial – Plano de Gestão – Volume III (Anexos)*.
- Presidência do Conselho de Ministros de Ministros – Gabinete do Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico (2007). *Estratégia de Lisboa – Portugal de Novo. Programa Nacional para o Crescimento e o Emprego (PNACE 2005/2008). Relatório do 2º ano de Execução*.
- Presidência do Conselho de Ministros– Gabinete do Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico (2006). *Estratégia de Lisboa – Portugal de Novo. Programa Nacional para o Crescimento e o Emprego (PNACE 2005/2008). Relatório do 1º ano de Execução*.
- Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal (2008). *Indicadores sobre a Pobreza – Portugal e a União Europeia*.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2007, de 22 de Junho.
- Ribeiro, E. et al. (2008). *Contributo para uma estratégia de luta contra a pobreza*. Lisboa: Comissão Nacional de Justiça e Paz.
- Rosário, E., Santos, T. (2008). *Quanto custa ser imigrante?* Lisboa: Paulinas Editora.
- Rosanvallon, P. (1995). *La Nouvelle Question Sociale*. Paris : Editions du Seuil.
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2007). *Imigração, Fronteiras e Asilo - Relatório de Actividades 2007*.

- The Social Protection Committee (2008). *Child Poverty and Well-Being in the EU – Current status and way forward. Belgium: Office for Official Publications of the European Communities.*
- UNICEF (1989) *A Convenção sobre os Direitos da Criança.*
- Unidade de Estatística da APAV (2008). *Idosos Vítimas de Crime 2000-2007.*
- Unidade de Estatística da APAV (2009), *Estatísticas APAV 2008 – Distribuição por Distrito / Região Autónoma.*
- Unidade de Estatística da APAV (2009). *Relatório Estatístico - APAV 2008.*
- United Nations Committee on Social, Economic and Cultural Rights (2001). *Poverty and the International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights: Geneva.*
- Vieira, I. (2008). *Factores que Promovem o Sucesso Educativo nas Escolas Profissionais.* Dissertação de Mestrado não publicada. Faculdade de Educação e Psicologia, Universidade Católica do Porto.
- Vieira, I., Azevedo, J. (2008). Factores que promovem o sucesso educativo nas escolas profissionais. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*, 7, 51-69.

Fontes electrónicas

www.ine.pt

<http://www.gep.mtss.gov.pt/>

http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/publications/recently_published

<http://www.hays.com/jobs/HaysIberiaSalaryGuide/>

www.iefp.pt

www.idt.pt

www.portaldasaude.pt

www.dgs.pt

www.min-saude.pt

www.apav.pt

www.cidm.pt

www.cite.gov.pt

Índice de Quadros

Quadro I: Dinâmicas Sociodemográficas	68
Quadro II: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem segundo o nível de habilitações, 2006	72
Quadro III: Dinâmicas Socioeconómicas	93
Quadro IV: Habitação	107
Quadro V: Saúde	134
Quadro VI: Educação e Formação	151
Quadro VII: Segurança	164
Quadro VIII: Igualdade de oportunidades para o género	178
Quadro IX: Percentagem de incidência por tipologia em 2008 (LNES)	186
Quadro X: Crianças e Jovens	193
Quadro XI: Pessoas Idosas	208
Quadro XII: Pessoas com deficiência e ou incapacidade	216
Quadro XIII: Pessoas Sem-abrigo	224
Quadro XIV: Imigrantes e Minorias Étnicas	231
Quadro XV: Dinâmica «Porto Solidário» (Setembro 2008/Junho 2009)	243
Quadro XVI: Principais sinais de alerta e linhas de força	246

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Evolução da população residente no concelho do Porto, 2000 a 2008	52
Gráfico 2: Evolução da população residente por grupos etários, 1991 a 2007	53
Gráfico 3: Taxa de crescimento natural por local de residência, 2008	54
Gráfico 4: Evolução da taxa de crescimento natural no concelho do Porto, 2000 a 2007	54
Gráfico 5: Taxa de crescimento natural em Portugal e na UE27, 2007 e 2008	55
Gráfico 6: Taxa de crescimento migratório por local de residência, 2008	56
Gráfico 7: Taxa de crescimento efectivo por local de residência, 2008	56
Gráfico 8: Evolução do índice de longevidade em Portugal e no concelho do Porto, 2000 a 2008	58
Gráfico 9: Índice sintético de fecundidade por local de residência, 2008	59
Gráfico 10: Evolução do índice de envelhecimento em Portugal e no concelho do Porto, 2000 a 2008	59
Gráfico 11: Projecção da evolução da população idosa e da população jovem em Portugal, 1960 a 2050	60
Gráfico 12: Projecções da população com 80 e mais anos para a UE27, 2005 a 2050	61
Gráfico 13: Evolução da variação populacional e da taxa de crescimento efectivo em Portugal, 1991 a 2007	62
Gráfico 14: Índice de renovação da população em idade activa por local de residência, 2008	63
Gráfico 15: Evolução do índice de dependência total no concelho do Porto, 2004 a 2008	63

Gráfico 16: Evolução do índice de dependência de idosos em Portugal e no concelho do Porto, 2000 a 2008	64
Gráfico 17: Taxa bruta de natalidade e de mortalidade por local de residência, 2008	65
Gráfico 18: Taxa de desemprego, Portugal, UE(15) e UE(25), 1998-2007	73
Gráfico 19: Taxa de desemprego em Portugal	73
Gráfico 20: Evolução mensal do desemprego registado, 2005 a 2009	74
Gráfico 21: Evolução dos desempregados inscritos por duração do desemprego, 2005 a 2009	75
Gráfico 22: Evolução do nº de inscritos nos Centros de Emprego do concelho do Porto, 2000 a 2009	76
Gráfico 23: Habilitações dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego do Porto no final do 1º trimestre de 2009	78
Gráfico 24: Distribuição dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego do Porto no final do 1º trimestre de 2009 por faixa etária	79
Gráfico 25: Desempregados inscritos nos Centros de Emprego do Porto no final do 1º trimestre de 2009 por profissão	80
Gráfico 26: Taxa de risco de pobreza segundo o sexo e grupo etário, Portugal, EU-SILC 2007	81
Gráfico 27: Taxa de risco de pobreza segundo a composição do agregado familiar, Portugal, EU-SILC 2007	82
Gráfico 28: Gastos em pensões (% do PIB) em 2006	84
Gráfico 29: Total de despesas com protecção social (% do PIB) em 2006	85
Gráfico 30: Total de despesas com cuidados com pessoas idosas (% do PIB) em 2006	85
Gráfico 31: Prestações sociais por função na UE25 e UE27 em 2006	86
Gráfico 32: Evolução do número de requerimentos de pensão social entrados no distrito do Porto, 2006 a 2008	86
Gráfico 33: Comparação do número de requerimentos de pensão social entrados no primeiro trimestre de 2006 a 2009	87
Gráfico 34: Evolução do número de requerimentos de RSI entrados no concelho do Porto, Junho de 2008 a Fevereiro de 2009	88

Gráfico 35: Evolução do nº de agregados familiares a beneficiar de RSI no concelho do Porto, Dezembro 2006 a Dezembro 2008 (valores acumulados)	89
Gráfico 36: Evolução do nº de agregados familiares a beneficiar de RSI no concelho do Porto no 1º trimestre de 2009 (valores acumulados)	89
Gráfico 37: Distribuição dos beneficiários do RSI no concelho do Porto por faixa etária em Março de 2009	91
Gráfico 38: Evolução do rendimento disponível, consumo, poupança e investimento, 1996 a 2005	95
Gráfico 39: Distribuição percentual dos fogos de habitação social existentes no município do Porto por freguesia em 2006.	102
Gráfico 40: Esperança de vida à nascença por região.	111
Gráfico 41: Taxa quinquenal de mortalidade neonatal	112
Gráfico 42: Taxa quinquenal de mortalidade infantil	112
Gráfico 43: Taxa de fecundidade na adolescência	113
Gráfico 44: Médicos por 1000 habitantes	117
Gráfico 45: Enfermeiros por 1000 habitantes	117
Gráfico 46: Utentes activos por freguesia em 2008	122
Gráfico 47: Utentes activos por grupo etário em 2008	123
Gráfico 48: Utentes activos por estado civil em 2008	123
Gráfico 49: Utentes activos por escolaridade em 2008	124
Gráfico 50: Utentes activos por situação profissional em 2008	124
Gráfico 51: Evolução da taxa bruta de incidência (/100000 habitantes) de SIDA em Portugal e na ARS Norte, 1990-2006	126
Gráfico 52: Evolução da taxa bruta de mortalidade (/100000 habitantes) por SIDA em Portugal (1990-2005), na ARS Norte (1990-2001) e na NUT II Norte (2000-2005)	126
Gráfico 53: Notificações de Tuberculose Pulmonar no concelho do Porto por freguesia, no ano de 2007	127
Gráfico 54: Inscrições registadas nos Centros Novas Oportunidades do concelho do Porto desde 2007 por nível de qualificação e por grupo etário	147

Gráfico 55: Formandos em Cursos EFA no concelho do Porto desde 2007, por nível de qualificação e grupo etário	148
Gráfico 56: Evolução da criminalidade violenta e grave em Portugal entre 1998 e 2008	155
Gráfico 57: Total de crimes registados no concelho do Porto em 2008 por freguesia	157
Gráfico 58: Evolução processual da APAV (1990-2008)	158
Gráfico 59: Distribuição geográfica dos processos de apoio da APAV em 2008	159
Gráfico 60: N° de casos de violência doméstica registados no concelho do porto em 2008 por freguesia	161
Gráfico 61: Beneficiários de RSI no concelho do Porto no final do primeiro trimestre de 2009 por sexo e faixa etária	167
Gráfico 62: Evolução da taxa de desemprego por sexo em Portugal	168
Gráfico 63: Evolução da taxa de emprego por sexo em Portugal	169
Gráfico 64: Evolução do nº de homens e mulheres empregados a tempo parcial em Portugal	169
Gráfico 65: Ganho médio mensal por sexo em Portugal, 2002 a 2006	172
Gráfico 66: N° de novas inscrições de desempregados nos Centros de Emprego do Porto por sexo, Janeiro a Abril de 2009	173
Gráfico 67: N° de desempregados colocados pelos Centros de Emprego do Porto por sexo, Janeiro a Abril de 2009	173
Gráfico 68: N° total de desempregados inscritos nos Centros de Emprego do Porto por sexo, Janeiro a Abril de 2009	174
Gráfico 69: Queixas CITE 2006 por distrito	176
Gráfico 70: Telefonemas de pessoa singular para a Linha Verde por distrito	176
Gráfico 71: Taxa de risco de pobreza na UE Total e Crianças, EU 25 2006	182
Gráfico 72: Taxas de pobreza infantil antes e depois das transferências sociais, EU-SILC 2006	185
Gráfico 73: Índice de Envelhecimento por local de residência, 2008	197

Gráfico 74: Evolução do índice de envelhecimento no concelho do Porto, 2000 a 2008	198
Gráfico 75: Evolução da população com 75 e mais anos no concelho do Porto, 2000 a 2008	198
Gráfico 76: Evolução do índice de dependência de idosos no concelho do Porto, 2000 a 2008	199
Gráfico 77: Pensionistas por escalões de pensão em 2007 (%)	202
Gráfico 78: Evolução do número de requerimentos de pensão social de velhice no distrito do Porto, 2006 a 2008	203
Gráfico 79: Percentagem de requerimentos de CSI entrados no concelho do Porto em 2008 por freguesia	204
Gráfico 80: Número de requerimentos de CSI entrados e deferidos no concelho do Porto, Dezembro de 2008 a Março 2009	205
Gráfico 81: Pessoas idosas vítimas de violência, por sexo, 2000 a 2007	206
Gráfico 82: Nº de casos de violência contra pessoas idosas no concelho do Porto em 2008	207
Gráfico 83: Atendimentos do ano de 2007 – SIM-PD	212
Gráfico 84: Atendimentos do ano de 2008 – SIM-PD	213
Gráfico 85: Problemas que conduziram à situação Sem-Abrigo (%)	219
Gráfico 86: Autorizações de residência concedidas a estrangeiros no distrito do Porto ao longo do ano de 2008	228
Gráfico 87: Evolução do número de processos de sobreendividamento que deram entrada na DECO entre 2000 e 2008 a nível nacional	232
Gráfico 88: Processos de sobreendividamento entrados na DECO no primeiro trimestre de 2008 e de 2009 a nível nacional	233

Índice de Tabelas e Figuras

Tabela 1: Estrutura das famílias por dimensão média em Portugal, 2001 a 2007	66
Tabela 2: Estrutura das famílias por número de filhos em Portugal, 2001 a 2007	66
Tabela 3: Estrutura das famílias monoparentais por região (NUTS II), 2001 a 2007	66
Tabela 4: Distribuição por freguesia do nº de agregados familiares a beneficiar de RSI no concelho do Porto no fim do primeiro trimestre de 2009	90
Tabela 5: Grande reabilitação exterior executada ou em curso	100
Tabela 6: Residentes dos bairros sociais da cidade do Porto por bairro e escalão etário	103
Tabela 7: Evolução dos casos diagnosticados de SIDA em Portugal, 2001 a 2007	125
Tabela 8: Alunos matriculados no ano lectivo de 2006/2007 na Região do Grande Porto por nível e modalidade de ensino	138
Tabela 9: Transições/conclusões no ano lectivo de 2006/2007 na Região do Grande Porto por nível e modalidade de ensino	139
Tabela 10: Acção Social Escolar 2009/2010	141
Tabela 11: Taxa de escolarização, segundo o nível de educação / ensino por idade em Portugal (%)	143
Tabela 12: Distritos com maior número de ocorrências em 2008	156
Tabela 13 – Caracterização da vitimação no distrito do Porto, 2008	160
Tabela 14: Ocorrências participadas às forças de segurança no âmbito do Programa Escola Segura, por tipo de crime (2007/08)	162
Tabela 15: Taxa de actividade feminina e emprego a tempo parcial na UE em 2006	171
Tabela 16: Indicadores de Bem-estar infantil, UE29	184
Tabela 17: Nacionalidades mais representativas dos estrangeiros residentes no concelho do Porto em 2008	227

Figura 1: Interação casa / trabalho intermunicipal em 1991 e 2001	51
Figura 2: Crescimento do nº de fogos nos concelhos da Grande Área Metropolitana do Porto, 1994-200	97

Anexos

Anexo A – Rede de Mediadores DSP

MEDIADOR	PROFISSÃO / INSTITUIÇÃO
Ana Adelaide Oliveira da Silva Cardoso	Educadora Social / CAIS – Porto
Ana Isabel Araújo Freitas da Silva	Voluntária / Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina – Junta Diocesana do Porto (Lar Nossa Senhora do Bom Conselho)
Ana Isabel Soares Ferreira	Técnica Superior de Serviço Social / Acreditar
Ana Rosa Cascão Novais	Técnica de Serviço Social e Directora Técnica / Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina – Junta Diocesana do Porto (Lar Nossa Senhora do Bom Conselho)
Andrea Sofia Martins Gonçalves	Psicóloga Educacional / PEQ – Projectos Educativos de Qualidade
Carla Alexandra Almeida Madureira Carvalho	Técnica Superior de Serviço Social / Junta de Freguesia de Campanha
Carla Cristina Faria Silva	Técnica Superior de Serviço Social / Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina – Junta Diocesana do Porto (Lar de Infância e Juventude)
Carla Isabel Mano Balbino	Técnica Superior de Serviço Social / Serviços de Assistência Organização de Maria (SAOM)
Daniela Cristina Guimarães da Silva Aarão	Educadora Social / Caritas Diocesana do Porto
Irene Maria dos Prazeres Soares Moreira	Licenciatura incompleta – Línguas e Literaturas / Centro Social Paroquial N.ª Sr.ª da Vitória
Isabel Maria Conceição Lopes Ribeiro	Professora – Adjunta / Escola Superior de Enfermagem do Porto
Joana Aires da Silva de Morais e Castro Martins dos Santos	Jurista – Coordenadora de equipas / ACIDI
Leonarda da Conceição Lopes	Pedagogia – Administração Escolar / PEQ – Projectos Educativos de Qualidade
Liliana Margarida Carneiro Teixeira	Educadora Social / CAIS – Porto
Manuel Alberto Domingues Oliveira	Técnico Superior de Serviço Social – director técnico / Lar Luminoso

Maria Adelaide Mendes Lopes	Técnica Superior de Serviço Social / Junta de Freguesia da Foz do Douro
Maria Alice da Costa Fernandes	Técnica Superior de Serviço Social – directora de serviços / Centro Social da Foz do Douro
Maria Antónia Amaral Pimenta de Matos Sá	Técnica Superior de Serviço Social / Santa Casa da Misericórdia do Porto
Maria Cidália Santos Barroso Barreira Freitas	Técnica Superior de Serviço Social / Junta de Freguesia de Campanhã
Maria José Pinto Barbosa	Técnica Superior de Serviço Social / Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina – Junta Diocesana do Porto
Maria Teresa Lanhas Resende Dias	Tesoureira da Dir. ACV e presidente C. Fiscal UDIPSS-Porto / Aposentada trabalha como voluntária
Mário Augusto Sampaio Nunes Ferreira	Psicólogo – coordenador técnico / Centro Social Paroquial N.ª Sr.ª da Vitória
Marta Daniela Pereira de Oliveira	Técnica Superior de Serviço Social / Serviços de Assistência Organização de Maria (SAOM)
Patrícia Carolina Vieira da Silva	Técnica Superior de Serviço Social / Fundação FILoS
Paula Cristina Martins Oliveira	Psicóloga / Fundação FILoS
Raquel Adriana Pinto Ferreira	Auxiliar de Acção Social / Fundação da Juventude
Rui Pedro Sambento Amado	Antropólogo - Coordenador do projecto “Raiz” / Colégio Nossa Senhora do Rosário
Sara Ferreira da Silva Cibrão Guimarães	Psicóloga / Instituto de Psicologia e Neuropsicologia do Porto
Sofia Chacim de Araújo Miranda e Vilhena	Técnica Superior de Serviço Social / Contrato Local Desenvolvimento Social – Aldoar
Susana Isabel da Costa Oliveira Martins	Psicóloga / Contrato Local Desenvolvimento Social – Aldoar
Tânia Fernanda Silva Teixeira	Acção Social – 12º ano / Associação Promoção Social da População do Bairro do Aleixo
Telma Maria dos Santos Fernandes	Oficial de Polícia / Polícia de Segurança Pública
Tiago Manuel Cerdeira dos Santos	Educador Social / Instituto Profissional do Terço
Vera Lúcia Moura da Silva	Administrativa no sector de solidariedade social / ATLAS – Cooperativa Cultural

Anexo B – Cartografia Social

Habitação

Associação de Moradores Chaves Oliveira
Associação de Moradores da Lomba
Associação de Moradores da Zona do Campo Alegre
Associação de Moradores das Antas
Associação de Moradores de Contumil
Associação de Moradores de Massarelos
Associação de Moradores de Tirares
Associação de Moradores do B. Rainha D. Leonor
Associação de Moradores do Bairro de Vilar
Associação de Moradores do Bairro Social da Pasteleira
Associação Moradores do Bairro da Maceda
Associação Moradores Zona Pego Negro
Centro de Realojamento Temporário do Outeirinho
CETA - Cooperativa de Habitação Económica, CRL
Cooperativa de Habitação de Massarelos
DomusSocial, E.M.
GIM - Gabinete do Inquilino Municipal
IHRU - Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana
Porto Vivo – Sociedade de Reabilitação Urbana
CMP - Projecto «Bairro a Bairro»

Saúde

Agrupamento de Centros de Saúde Porto Ocidental

- Centro de Saúde de Aldoar
 - Unidade de Saúde Familiar Espaço Saúde
 - Extensão de Saúde Centro de Atendimento a Jovens (CAJ)
 - Unidade de Saúde Familiar Ramalde
 - Extensão de Saúde do Carvalhido
 - Unidade de Saúde Familiar Serpa Pinto

- Centro de Saúde Bonfim / Batalha – Unidade Batalha
 - Extensão de Saúde D. João IV
 - Extensão de Saúde EDP
 - Extensão de Saúde Guindais
- Centro de Saúde Carvalhosa / Foz do Douro – Unidade Carvalhosa
 - Extensão Aníbal Cunha
- Centro de Saúde Carvalhosa / Foz do Douro – Unidade Foz do Douro
 - Extensão de Saúde Lordelo do Ouro
- Centro de Saúde São João – Porto

Agrupamento de Centros de Saúde Porto Oriental

- Centro de Saúde Bonfim – Unidade Bonfim
 - Unidade de Saúde Familiar Porto Centro
 - Extensão de Saúde Santos Pousada
- Centro de Saúde Campanha
 - Extensão de Saúde Azevedo
 - Extensão de Saúde Ilheu
- Centro de Saúde Paranhos
 - Unidade de Saúde Familiar faria Guimarães
 - Extensão de Saúde Covelo

Rede de Hospitais Públicos do Porto

- Centro Hospitalar do Porto, EPE
 - Hospital especializado de crianças de Maria Pia
 - Maternidade Júlio Dinis
 - Hospital Geral de Santo António
- Hospital de São João
- Hospital Magalhães Lemos
- Instituto Português de Oncologia Francisco Gentil
- Hospital Joaquim Urbano

Rede de Hospitais Privados do Porto (14)

- Hospital da Ordem Terceira de São Francisco do Porto
- Hospital da Prelada
- Hospital Militar Regional nº 1
- Hospital da Ordem do Carmo
- Hospital da Ordem Terceira da Santíssima Trindade
- Hospital Privado da Boavista – HPP
- Hospital Privado dos Clérigos – HPP
- Hospital Santa Maria
- Hospital da Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa
- Hospital da Venerável Irmandade de Nossa Senhora do Terço de

Caridade

- Casa de Saúde da Boavista
- Hospital Conde Ferreira
- Hospital de São Lázaro
- Hospital do Terço
- Casa de Saúde de Santa Catarina

Rede de Serviços de Apoio à Toxicoddependência e Alcoolismo

• Delegação Regional do Norte do Instituto da Droga e da Toxicoddependência

- CRI Porto Central – Centro de Respostas Integradas
 - Equipa técnica de Cedofeita
- CRI Porto Ocidental – Centro de Respostas Integradas
 - Equipa técnica Porto Ocidental
- CRI – Centro Respostas Integradas do Porto Oriental
 - Equipa técnica Porto Oriental
- UA – Unidade de Alcoologia
- UD – Unidade de Desabituação do Norte

- Centro de Primária – Centro de Recuperação do Alcoolismo
Toxicodependência - CRATO

- **Projectos/Actividades**

- **Zona Histórica e Baixa Portuense**

- Prevenção - Serviço de Assistência das Organizações de Maria (SAOM).
 - Redução de Riscos e Minimização de Danos - Associação Planeamento da Família.

- **Zona Oriental (Bairros Sociais das Freguesias de Paranhos e Campanhã)**

- Prevenção - Associação ARRIMO.
 - Redução de Riscos e Minimização de Danos - Associação ARRIMO
 - Reinserção - Associação ARRIMO.

- **Zona Ocidental (Bairros Sociais da Freguesia de Lordelo do Ouro)**

- Prevenção - Associação para o Desenvolvimento Integrado de Lordelo do Ouro
 - Redução de Riscos e Minimização de Danos - Norte Vida.
 - Reinserção - Serviço de Assistência das Organizações de Maria (SAOM).

- **Zona Industrial (Bairros Sociais das Freguesias de Ramalde e Aldoar, Espaços de diversão nocturna)**

- Prevenção - ASAS de Ramalde.

Centros de Atendimento Específico (CAE)

Anselmo Braancamp

Centro Diagnostico Pneumológico

Urgência – SASU

Associações/Instituições

ABRAÇO – Associação de Apoio a Pessoas com VIH/SIDA

ACREDITAR – Associação de Pais e Amigos das Crianças com Cancro

Administração Regional de Saúde do Norte – Sub-Região de Saúde do Porto

ANEIS – Associação Nacional para o Estudo e Intervenção na Sobredotação

APN – Associação Portuguesa de Doentes Neuromusculares

Associação de Dadores de Sangue da Foz do Douro

Associação dos Familiares e Amigos dos Anorécticos e Bulímicos

Associação Portuguesa de Osteoporose (Particular)

Autoridade da Saúde do Concelho do Porto

Centro Hospitalar do Porto

EPI – APFAPE (Associação Portuguesa de Familiares, Amigos e Pessoas com Epilepsia)

Fundação Portuguesa “A Comunidade Contra a Sida”

IDT – Instituto da Droga e da Toxicodependência (Centros de Resposta Integrada)

Instituto de Psicologia e Neuropsicologia do Porto

Instituto Ricardo Jorge

Liga Portuguesa Contra o Cancro - Núcleo Regional do Norte

Médicos do Mundo

Norte Vida - Associação para a Promoção da Saúde

Associação de Apoio aos Doentes Depressivos e Bipolares – Delegação Região Norte

Associação contra a Tuberculose do Porto

Educação e Formação

Rede Escolar Pública

Centro Infantil "Abrigo dos Pequeninos"
Escola Básica do 1.º Ciclo das Condominhas
Escola Básica do 1.º de São João de Deus
Escola Básica do 1.º Ciclo das Florinhas (Porto)
Escola Básica do 1.º Ciclo Augusto Lessa
Escola Básica do 1.º Ciclo de Costa Cabral
Escola Básica do 1.º Ciclo Carlos Alberto (Porto)
Escola Básica do 1.º Ciclo de Gólgota
Escola Básica do 1.º Ciclo com J.I António Aroso
Escola Básica do 1.º Ciclo de Montebello
Escola Básica do 1.º Ciclo com J.I da Agra
Escola Básica do 1.º Ciclo do Bom Sucesso
Escola Básica do 1.º Ciclo com J.I da Alegria
Escola Básica do 1.º Ciclo do Centro Educativo de Stº António
Escola Básica do 1.º Ciclo com J.I da Azenha
Escola Básica do 1.º Ciclo do Pinheiro
Escola Básica do 1.º Ciclo com J.I da Bandeirinha
Escola Básica do 1.º Ciclo dos Miosótis
Escola Básica do 1.º Ciclo com J.I da Caramila
Escola Básica do 1.º Ciclo Fernão de Magalhães
Escola Básica do 1.º Ciclo com J.I da Constituição
Escola Básica do 1.º Ciclo Fonte da Moura
Escola Básica do 1.º Ciclo com J.I da Corujeira
Escola Básica do 1.º Ciclo João de Deus (Porto)
Escola Básica do 1.º Ciclo com J.I da Fontainha
Escola Básica do 1.º Ciclo José Gomes Ferreira
Escola Básica do 1.º Ciclo com J.I da Lomba
Escola Básica do 1.º Ciclo n.º 2 do Porto
Escola Básica do 1.º Ciclo com J.I da Pasteleira
Escola Básica do 1.º Ciclo São João da Foz
Escola Básica do 1.º Ciclo com J.I da Sé
Escola Básica do 1.º Ciclo São Miguel de Nevogilde

Escola Básica do 1.º Ciclo com J.I da Torrinha
Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Areosa
Escola Básica do 1.º Ciclo com J.I da Vilarinha
Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Augusto Gil
Escola Básica do 1.º Ciclo com J.I das Campinas
Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Cerco
Escola Básica do 1.º Ciclo com J.I das Cruzes
Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de Miragaia
Escola Básica do 1.º Ciclo com J.I das Flores
Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de Ramalho Ortigão
Escola Básica do 1.º Ciclo com J.I de Lordelo
Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Dr. Augusto César Pires de Lima
Escola Básica do 1.º Ciclo com J.I de Noeda
Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Dr. Leonardo Coimbra Filho
Escola Básica do 1.º Ciclo com J.I de São Nicolau
Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Francisco Torrinha
Escola Básica do 1.º Ciclo com J.I de S. Roque da Lameira
Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Gomes Teixeira
Escola Básica do 1.º Ciclo com J.I de São Tomé
Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Irene Lisboa
Escola Básica do 1.º Ciclo com J.I do Aleixo
Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Manoel de Oliveira
Escola Básica do 1.º Ciclo com J.I do Bom Pastor
Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Maria Lamas
Escola Básica do 1.º Ciclo com J.I do Campo 24 de Agosto
Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Nicolau Nasoni -Contumil
Escola Básica do 1.º Ciclo com J.I do Cerco do Porto
Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Paranhos
Escola Básica do 1.º Ciclo com J.I do Covelo
Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Pêro Vaz de Caminha
Escola Básica do 1.º Ciclo com J.I do Falcão
Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Viso

Escola Básica do 1.º Ciclo com J.I do Lagarteiro
Escola Profissional Infante D. Henrique
Escola Básica do 1.º Ciclo com J.I do Monte Aventino
Escola Secundária Artística Soares dos Reis
Escola Básica do 1.º Ciclo com J.I do Padre Américo
Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Alexandre Herculano
Escola Básica do 1.º Ciclo com J.I do Viso
Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico António Nobre
Escola Básica do 1.º Ciclo com J.I dos Castelos
Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Aurélia de Sousa
Escola Básica do 1.º Ciclo com J.I dos Correios
Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Carolina Michaelis
Escola Básica do 1.º Ciclo com J.I N^a Sr.^a de Campanhã
Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Cerco
Escola Básica do 1.º Ciclo com J.I Paulo da Gama
Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Clara de Resende
Escola Básica do 1.º Ciclo com J.I Ribeiro de Sousa
Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico D. Filipa de Vilhena
Escola Básica do 1.º Ciclo da Ponte
Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Fontes Pereira de

Melo

Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Garcia de Orta
Jardim de Infância da Rua do Falcão n.º 2 - Campanhã
Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Infante D. Henrique
Jardim-de-infância da Rua do Padre Luís Cabral
Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Rodrigues de Freitas
Jardim-de-infância da Rua Dr. António de Sousa
Jardim-de-infância da Avenida de Vasco da Gama
Jardim-de-infância da Travessa da Regeneração
Jardim-de-infância da Rua Barbosa du Bocage
Jardim-de-infância do Bairro São João de Deus
Jardim-de-infância da Rua das Águas Férreas

Jardim-de-infância do Largo do Actor Dias
Jardim-de-infância da Rua de Angola
Jardim-de-infância Ferreira de Castro
Jardim-de-infância da Rua de Contumil
Jardim-de-infância Rua de João das Regras
Jardim-de-infância da Rua de Corte Real
Jardim Infância da Junta de Freguesia de Vitória
Jardim-de-infância da Rua do Estoril
Jardim Infantil Ninho 2

Rede Escolar Privada

Abrigo Infantil "Nossa Sra. das Candeias"
Academia Contemporânea do Espectáculo
Ass. Pais e Amigos do Infantário e JI Dr.Leonardo Coimbra Filho
Associação de Moradores Zona Pego Negro
Associação Moradores das Antas
Associação Moradores Ex-Escola Académica Porto
Associação Nuno Alvares de Campanhã
Ballet Teatro Contemporâneo do Porto – Escola Profissional
Casa Madalena de Canossa
Casa Nº Senhora da Conceição -A.T.N.P.
CEBES – Centro de Estudos Básicos e Secundários
Centro Cultura e Desp. dos Trab. do CRSSP do Porto
Centro de Bem-Estar Infantil e Juvenil do Sagrado Coração Jesus
Centro de Educação e Protecção Infantil D. João IV
Centro de Estudos e Trabalho da Pedra
Centro Infantil da Zona de Justino Teixeira
Centro Social do Bairro do Carriçal
Centro Social do Bairro do Cerco
Centro Social e Paroquial do Santíssimo Sacramento
Centro Social Paroquial do Carvalhido
CLIP - Colégio Luso-Internacional do Porto

Colégio "Júlio Dinis"
Colégio "Luso Francês"
Colégio "Nossa Senhora do Rosário"
Colégio "O Aprendiz"
Colégio Alemão do Porto
Colégio D. Duarte
Colégio de Liverpool
Colégio de Nossa Senhora da Esperança
Colégio de Nossa Senhora de Lurdes
Colégio dos Órfãos do Porto
Colégio Espinheiro Rio
Colégio Horizonte
Colégio Maior Camilo Castelo Branco
Colégio Vieira de Castro
Creche Infantil "Flor de Abril"
Educação Infantil Pinheiro Manso
EMP - Escola de Moda do Porto
Escola da Irmandade de N^a Sra. do Terço e Caridade
Escola Profissional de Comércio, Escritórios e Serviços do Porto Raúl Dória
Escola Artística e Profissional Árvore
Escola Criança e Vida
Escola da Associação Jesus, Maria e José
Escola da Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa
Escola de "Santa Maria"
Escola de Mariz
Escola Francesa do Porto
Escola INED - Nevogilde
Escola Profissional Bento de Jesus Caraça (Deleg.)
Escola Profissional de Comércio do Porto
Escola Profissional de Comércio Externo
Escola Profissional de Economia Social
Escola Profissional de Tecnologia e Electrónica - ESTEL

Escola Profissional de Tecnologia Psicossocial do Porto
Escola Profissional do Centro Juvenil de Campanhã
Escola Profissional Nossa Senhora do Perpétuo Socorro
Escola Profissional Profitecla (Sede)
Externato "D. Dinis"
Externato "Ellen Key"
Externato "Jardim Flori"
Externato "Nossa Senhora do Perpétuo Socorro"
Externato "O Meu Lar"
Externato "O Ramalhete"
Externato "Os Primeiros Passos"
Externato "Ribadouro"
Externato "Sol Nascente"
Externato Académico
Externato Augusto Simões Ferreira da Silva
Externato das Escravas do Sagrado Coração de Jesus
Externato de "Santa Clara"
Externato de Nossa Senhora da Paz
Externato Infantil "A Flor"
Externato Infantil "O Cantinho Escolar"
Externato Infantil "O Petiz"
Externato Paraíso Infantil
Externato Silva Teixeira
Grande Colégio "Universal"
Infantário "Pai Américo"
Infantário Solinorte - Solidariedade Social (Paranhos)
Instituto das Artes e da Imagem
Instituto de Surdos Mudos "Araújo Porto"
Instituto Multimédia – IM
IPTA - Instituto Profissional de Tecnologias Avançadas
Jardim de Infância Acácio Gomes - Solinorte
Jardim Escola João de Deus

Jardim Infantil "A Escolinha"-Escola Pr. F. Torrinha
Jardim Infantil "A Minha Janela"
Jardim Infantil "Luzinha"
Jardim Infantil "Santa Teresinha"
Jardim Infantil da Associação "Criança e Vida"
Jardim Infantil da Associação Benef. "Florinhas do Lar"
Jardim Infantil da Associação Moradores de Massarelos
Jardim Infantil do Bairro das Campinas
Jardim Infantil do Bairro do Aleixo
Jardim Infantil do Centro Juvenil de Campanhã
Jardim Infantil do Centro Paroquial de Cedofeita
Jardim Infantil do Centro Paroquial N^a Sr.^a da Boavista
Jardim Infantil do Centro Social da Fonte da Moura
Jardim Infantil do Centro Social da Foz do Douro
Jardim Infantil do Centro Social da Pasteleira
Jardim Infantil do Centro Social da Sé
Jardim Infantil do Centro Social de Santana
Jardim Infantil do Centro Social do Barredo
Jardim Infantil do Centro Social do Regado
Jardim Infantil do Centro Social Paroquial de Miragaia
Jardim Infantil do Centro Social Paroquial de S. Miguel
Jardim Infantil do Centro Social Paroquial St^a Conceição
Jardim Infantil do Centro Social S. João de Deus
Jardim Infantil do Centro Social S. Roque – ODPS
Jardim Infantil do Instituto Arcediago Van-Zeller
Jardim Infantil do Patronato N^a Sra. da Vitória
Jardim Infantil do Patronato N^a Sra. Nazaré
Jardim Infantil do Viso
Jardim Infantil e Salas Estudo do Bairro Pio XII
Jardim Infantil N^a Sr^a da Ajuda
Jardim Infantil N^a Sra. da Conceição
Jardim Infantil N^a Sra. do Livramento

Jardim Infantil O Chorão
Jardim Infantil O Fraldinhas
Jardim Infantil O Mundo Mágico
Jardim Infantil O Patinhas
Jardim Infantil O Pom Pom
Jardim Infantil O Popas
Jardim Infantil O Príncipezinho Encantado
Jardim Infantil-Escola Secundária Carolina Michaelis
Jardim-de-infância Anselmo Braancamp
Jardim-de-infância Chapéu de Palha
Jardim-de-infância Invicta
Jardim-de-infância O Chupetão
Jardim-de-infância O Sininho
Jardim-de-infância Santa Rita
Jardim Infantil da Associação Creches S. Vicente Paulo - O Sol
Jardim Infantil do Centro de Bem Estar Social Nossa Senhora do Socorro
Jardim Infantil Obra Diocesana P. Social-Centro Social B. Lagarteiro
Oporto British School - Instituto Cultural Britânico do Porto
Opus Mirabilis - Projectos do Ensino, Lda
Patronato Menino Jesus Torre Marca
Solinorte - Solidariedade Social (Areosa)
Tangerina – Educação e Ensino,Lda

Ensino Superior público – Universitário (15 Estabelecimentos de Ensino)

Universidade do Porto

- Escola de Gestão do Porto
- Faculdade de Arquitectura
- Faculdade de Belas-Artes
- Faculdade de Ciências
- Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação
- Faculdade de Desporto
- Faculdade de Direito

- Faculdade de Economia
- Faculdade de Engenharia
- Faculdade de Farmácia
- Faculdade de Letras
- Faculdade de Medicina
- Faculdade de Medicina Dentária
- Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
- Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salaz

Ensino Superior público – Politécnico (5 Estabelecimentos)

Escola Superior de Enfermagem do Porto

Instituto Politécnico do Porto

- Escola Superior de Educação do Porto
- Escola Superior de Música e das Artes do Espectáculo do Porto
- Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto
- Instituto Superior de Engenharia do Porto

Ensino Superior Privado – Universitário (14 Estabelecimentos de Ensino)

Escola Superior Artística do Porto

Instituto Superior de Educação e Trabalho

Universidade Católica Portuguesa

- Escola das Artes
- Escola Superior de Biotecnologia
- Faculdade de Direito
- Faculdade de Economia e Gestão
- Faculdade de Educação e Psicologia
- Faculdade de Teologia
- Instituto de Bioética
- Instituto de Ciências da Saúde

Universidade Fernando Pessoa

Universidade Lusíada

Universidade Lusófona do Porto

Universidade Portucalense Infante D. Henrique

Ensino Superior Privado – Politécnico (8 Estabelecimentos de Ensino)

Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti

Escola Superior de Educação de Santa Maria

Escola Superior de Enfermagem de Santa Maria

Instituto Superior de Administração e Gestão

Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo

Instituto Superior de Tecnologias Avançadas de Lisboa (Porto)

Universidade Católica Portuguesa – Escola Superior Politécnica de Saúde

Universidade Fernando Pessoa – Escola Superior de Saúde

Centros Novas Oportunidades do Porto

CNO da Escola Secundária Fontes Pereira de Melo

CNO do Centro de Formação Profissional do Porto

CNO do Espaço t - Associação para o Apoio à Integração Social e Comunitária

CNO do Agrupamento de Escolas de Miragaia

CNO do Centro de Formação Profissional do Sector Terciário - Porto

CNO do CINEL - Centro de Formação Profissional da Indústria Electrónica

CNO da CENATEX II - Formação e Serviços, Lda.

CNO da Fundação da Juventude

CNO do CINFU - Centro de Formação Profissional da Indústria de Fundição

CNO do CEFPI - Centro de Educação e Formação Profissional Integrada

CNO do DOUROCABE - Formação Profissional, Lda.

CNO do CESAE - Centro de Serviços e Apoio às Empresas

Segurança

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vitima

- Gabinete de Apoio à Vitima (GAV)

Comando da Policia Municipal

Comando Metropolitano da Policia de Segurança Pública do Porto

Guarda Nacional Republicana

Brigada de Transito da Guarda Nacional Republicana

Policia Judiciária

Programas/Projectos

Programa Escola Segura

Programa Integrado Policiamento de Proximidade (PIPP)

- Equipas de Proximidade e Apoio à Vitima (EPAV)

- Equipas do Programa Escola Segura (EPES)

Igualdade de Oportunidades para o Género

ADDIM – Associação Democrática de Defesa dos Interesses e Igualdade das Mulheres

Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta

CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego

Crianças e Jovens

A Escolinha - Infantário e Jardim de Infância

Abrigo Infantil Nossa Senhora das Candeias

ACREDITAR – Associação de Pais e Amigos das Crianças com Cancro

ADILO – Agência de Desenvolvimento Integrado de Lordelo do Ouro

Alcofinha

AMDS, Creche, Infantário e Atl, Limitada

Apartamento de Autonomização do Instituto Profissional do Terço

Asas de Ramalde

Associação Banco da Esperança

Associação Benjamim

Associação CAOS Juvenil (Coragem Acima de Outras Situações)

Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina –

Junta Diocesana do Porto

Associação Criança e Vida

Associação de Moradores da Ex-Escola Académica do Porto

Associação de Moradores de Massarelos

Associação de Pais e Amigos do Infantário e Jardim-de-infância Dr.

Leonardo

Associação de Pais para a Educação de Crianças Deficientes Auditivas

Associação de Prevenção e Apoio a Crianças em Risco

Associação de Solidariedade e Acção Social de Ramalde

Associação Nun'alvares da Campanhã

Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família

ATL – O Sorriso da Criança

ATL Associação de Moradores da Zona do Pego Negro

ATL Centro Social do Barredo

ATL Cooperativa de Habitação e Construção da Zona da Boavista

ATL da Associação de Promoção Social da População do Bairro do Aleixo

ATL da Junta de Freguesia de Aldoar

ATL da Junta de Freguesia de Massarelos

ATL Espaço da Criança

ATL Junta de Freguesia da Sé

ATL Têxtil

Bé-Á-Bá 2

Bem Me Queres – Associação de Apoio à Adopção de Crianças

Berço da Caridade

Casa da Juventude do Viso

Casa do Estudante Pobre

Casa do Pego Negro

Casa do Vale

Casa Madalena de Canossa

Casa Mãe Margarida (Lar Nossa Senhora das Dores e São José do Postigo do Sol)

Casa Nossa Senhora da Conceição

Centro António Cândido

Centro Claretiano de Apoio à Infância, Juventude e Família

Centro Comunitário do Amial

Centro de Acolhimento Casa de Cedofeita

Centro de Actividades de Tempos Livres/ Ludotecas do Porto

Centro de Animação para a Infância

Centro de Atendimento a Jovens (consultas e apoio de Educação Sexual)

Centro de Atendimento a Jovens de Aldoar

Centro de Bem-estar Infantil e Juvenil do Coração de Jesus

Centro de Campo Lindo e S. José

Centro de Caridade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro

Centro de Convívio Social da Paroquia do Carvalhido

Centro Doutor Rui Abrunhosa

Centro Infantil “O Tocas”

Centro Infantil A Minha Janela

Centro Infantil Abrigo dos Pequeninós

Centro Infantil Nova Aurora

Centro Juvenil da Campanhã

Centro S. P. da N^a Sr.^a da Boavista – Dependência de Francos

Centro Social da Foz do Douro

Centro Social da Paroquia da Areosa

Centro Social da Paroquia de Miragaia

Centro Social da Paroquia de Nossa Senhora da Ajuda

Centro Social da Pasteleira

Centro Social da Sé Catedral do Porto

Centro Social de Cedofeita

Centro Social Desportivo e Cultural do Bairro das Campinas

Centro Social do Bairro do Cerco do Porto
Centro Social do Bairro Dr. Nuno Pinheiro Torres
Centro Social do Bairro Rainha Dona Leonor
Centro Social do Barredo
Centro Social do Carriçal
Centro Social do Regado
Centro Social e Paroquial de Apoio à Infância e Terceira Idade da
Senhora do Calvário
Centro Social Fonte de Moura
Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Boavista
Centro Social Paroquial do Santíssimo Sacramento
Centro Social Paroquial São Miguel de Nevogilde
Centro Social São Roque da Lameira
Cerporto – Associação para o Desenvolvimento Comunitário do Cerco –
Clube Porta Aberta
Chapéu de Palha – Jardim-de-infância
Chupetão Educação Infantil
Ciranda Cirandinha
Colégio Barão de Nova Sintra
Colégio dos Órfãos do Porto
Colégio Espinheira Rio
Colégio Júlio Dinis
Colégio Nossa Senhora Da Esperança
Colégio O Aprendiz
Colégio Santa Rita
CPCJ Porto Central
CPCJ Porto Ocidental
CPCJ Porto Oriental
Creche "O Patati"
Creche da Junta de Freguesia de Massarelos
Creche e Jardim-de-infância do Centro Social Paroquial de Nossa
Senhora da Vitória

Creche E Jardim-de-infância Invicta Lda
Creche Jardim-de-infância A Flor de Abril
Creche Santa Ana e Santa Maria
CREU – Centro de Reflexão e Encontro Universitário Inácio de Loyola
Educação Infantil Pinheiro Manso
EMAT – Equipa Multidisciplinar de Apoio aos Tribunais
Escola Infantil A Flor
Espaço Lúdico Pedagógico
Espaço Sucesso
Federação das Associações Juvenis do Distrito do Porto
Florinhas do Lar – Abrigo Sagrado Coração de Jesus
Fórum Socio-Ocupacional Nova Aurora
Fraternidade de Nossa Senhora da Nazaré
Fraternidade de Nossa Senhora de Belém
Fraternidade Nossa Senhora da Apresentação
Fraternidade Nossa Senhora do Sorriso
Fundação da Juventude
Infantário da Clínica Santa Helena Lda
Infantário do CCD Trabalhadores do Serviço Sub-Regional de Seg. Social
do Porto
Infantário Jardim-de-infância O Chorão
Infantário N.º 1 da Junta de Freguesia de Santo Ildefonso
Infantário Pai Américo
Instituto Araújo Porto
Instituto do Arcediogo Van Zeller
Instituto Juvenil Vicente Maria
Instituto Municipal Condessa de Lumbrales
Instituto Português da Juventude
Instituto Profissional do Terço
Instituto São Manuel
Internato de São João
Jardim Infantil Acácio Gomes

Jardim Pré-Escolar N° 2

Jardim-de-infância Associação das Creches de São Vicente de Paulo

Jardim-de-infância Centro Bem-Estar Social de Nossa Senhora do Socorro

Jardim-de-infância Centro Infantil da Zona de Justino Teixeira

Jardim-de-infância da Associação de Beneficência Florinhas do Lar

Jardim-de-infância da Associação de Moradores das Antas

Jardim-de-infância da Junta de Freguesia do Bonfim

Jardim-de-infância e ATL da Junta de Freguesia de Miragaia

Jardim-de-infância e Salas de Estudo do Bairro Pio XII

Jardim-de-infância Lda Lar de Bebés Primavera

Jardim-de-infância O Miminho

Jardim-de-infância O Perusinho

Jardim-de-infância O Sonho

Jardim-de-infância Os Rabinos

Jardim-de-infância Patronato do Menino Jesus da Torre da Marca

Jardim-de-infância, Lda Lar de Crianças e Jovens Oficina de São José

Lar de Crianças e Jovens Protecção da Infância - Bispo Dom António

Barroso

Lar de Nª Sª do Acolhimento da Obra Nossa Senhora das Candeias

Lar de Nossa Senhora do Livramento

Lar de S. Miguel

Lar Luísa Canavarro

Lar Nossa Senhora das Candeias

Lar Nossa Senhora do Livramento

Lar Rosa Santos

Lares Nossa Senhora da Conceição/ Nossa Senhora do Acolhimento

N. Sra. de Lurdes – Jardim-de-infância, Lda

O Barãozinho

O Dragãozinho

O Fio de Ariana - Educação e Terapia de Crianças e Adolescentes, CRL

O Fraldinhas

O Meu Lar

O Patinhas - Jardim Infantil, Lda.

O Pequerrucho Creche Jardim-de-infância

O Pom-Pom Jardins-de-infância

O Toquinha 2

Obra Diocesana-Centro Social do Bairro do Lagarteiro

Obra Diocesana de Promoção Social - Centro Social São João de Deus

Patronato Nossa Senhora da Nazaré

Patronato Santa Maria de Ramalde

Pequenos Talentos Creche e Jardim-de-infância Lda.

Qualificar Para Incluir - Associação de Solidariedade Social

Serviços de Assistência Organizações de Maria - SAOM

Sininho - Creche e Jardim de Infância

Sociedade O Popas Creche e Jardim-de-infância, Lda.

Tribunal de Família e Menores do Porto

Um Cantinho ao Sol

Zona Jovem (Fundação par o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto)

Pessoas Idosas

Apoio Domiciliário da Junta de Freguesia de Paranhos

Associação Benéfica Previdente – Associação Mutualista

Associação Coração Amarelo

Associação Nun'Alvares da Campanhã

Associação Social e Cultural de São Nicolau

Avós e Netos - Apoio à Família, Lda.

Beneficência Evangélica do Porto

Casa das Glicínias - Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto

Casa de Repouso e Clínica de Recuperação Sara Costa

Casa de Repouso Maria Augusta Gonçalves

Casa do Lordelo

Centro Comunitário de Ramalde

**Centro da Terceira Idade da Associação de Promoção Social da
População do Bairro do Aleixo**

Centro de Acolhimento Temporário a Idosos

Centro de Caridade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro

Centro de Convívio Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Vitória

Centro de Convívio da Associação de Reformados e Pensionistas e Idosos

Centro de Convívio de Paranhos

Centro de Convívio de Reformados do Porto

Centro de Convívio do Círculo Católico de Operários do Porto

Centro de Convívio Junta de Freguesia de Cedofeita

Centro de Convívio Junta de Freguesia de Massarelos

Centro de Convívio para Idosos do Bonfim

Centro de Convívio Social da Paróquia do Carvalhido

Centro de Dia da Junta de Freguesia de St^o Ildefonso

Centro de Dia de São Martinho de Aldoar

Centro de Dia do Bairro do Cerco do Porto

Centro de Dia do Bairro S. Roque da Lameira

Centro de Dia do Centro Social de Cedofeita

Centro Dia Terceira Idade - Centro Social Cerco do Porto

Centro Social da Foz do Douro

Centro Social da Junta de Campanhã

Centro Social da Paroquia da Areosa

Centro Social da Paróquia de Miragaia

Centro Social da Pasteleira

Centro Social da Sé Catedral

Centro Social das Antas

Centro Social do Bairro do Lagarteiro

Centro Social do Bairro Dr. Nuno Pinheiro Torres

Centro Social do Bairro Rainha Dona Leonor

Centro Social do Regado

**Centro Social e Paroquial de Apoio à Infância e Terceira Idade da
Senhora do Calvário**

Centro Social Fonte de Moura
Centro Social Paroquial da Senhora da Conceição
Centro Social Paroquial de Nossa Senhora da Boavista
Centro Social Paroquial do Santíssimo Sacramento
Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Vitória
Centro Social Paroquial Nossa Senhora do Amial
Centro Social Paroquial Nossa Senhora do Calvário
Centro Social S. Tomé
Centro Social São João de Deus
Clínica Geriátrica Santa Rita
Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação do Porto
Família do Futuro Lar de Idosos
Hospital de São Lázaro (Santa Casa da Misericórdia do Porto)
ISASAD Unipessoal Lda.
Lar – Alojamento de Idosos St^a Rita
Lar Alegria de Viver
Lar António Granjo, Lda
Lar Arca D' Água
Lar Bela Vista
Lar Chuva de Prata
Lar da Terceira Idade Carlos da Maia
Lar de Idosos de S. Brás
Lar de Idosos do Centro Social da Sé Catedral do Porto
Lar de Idosos Obra de Santa Zita
Lar de Idosos Raio de Sol
Lar de Terceira Idade D. Maria
Lar de Terceira Idade Pôr-do-Sol
Lar do Monte dos Burgos
Lar Ferreira Cardoso
Lar Geriátrico O Recanto
Lar Luminoso Lda.
Lar Maria Antonieta

Lar Maria de Lurdes
Lar Maria Electa Almeida Coelho
Lar Nossa Senhora da Misericórdia
Lar Nossa Senhora do Rosário Cruz
Lar O Bordalo
Lar O Poente
Lar Perfeito Amor
Lar Rainha Dona Beatriz
Lar Residencial das Fontainhas
Lar Residencial Gonçalo Cristóvão
Lar Santa Clara do Bonfim
Lar São José de Aldoar, Lda.
Lar São Martinho de Cedofeita
Lar Terceira Idade Cinco de Outubro
Lar Terceira Idade São José do Bonfim, Lda.
Lar Terceira Idade Sol Nascente, Lda.
Lar Vida e Saúde
MF Unipessoal
NORTECARE – Apoio Domiciliário á Família
Obra Social de Nossa Senhora da Boa Viagem
Residência Comunitária Soporthis – Solidariedade Social Porto Histórico
Sala de Convívio da Terceira Idade da Junta de Freguesia da Vitória
Santa Casa da Misericórdia do Porto
SAOM - Serviços de Assistência Organizações de Maria
Serviço de Apoio Domiciliário do Centro Social Paroquial de Nossa
Senhora da Vitória
Unidade de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia do
Porto
Viver Renascer – Serviço Apoio Domiciliário

Pessoas Deficientes

AAJUDE - Associação de Apoio à Juventude Deficiente

ACAPO – Associação de Cegos e Amblíopes

ADFA – Associação dos Deficientes das Forças Armadas

APD - Associação Portuguesa de Deficientes, Delegação Distrital do Porto

APECDA – Associação de Pais para a Educação de Crianças Deficientes Auditivas do Porto

APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental do Porto

- Serviços Centrais
- Unidade Educacional
- Unidade de Ajuda pelo Trabalho (hoje CAO)
- Lar Transitório (Pousada dos Rouxinóis)
- Unidade de Integração em Jardins de Infância Regulares
- Unidade de Estimulação Precoce
- Unidade Residencial

Associação de Surdos do Porto

Associação de Pais para a Educação de Crianças Deficientes Auditivas

Associação do Porto de Paralisia Cerebral

Associação Portuguesa de Síndrome de Down, Instituto de Genética

Médica

Associação Portuguesa Paralisia Cerebral

Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho

Centro Condessa de Lobão

Centro de Convívio da Associação de Surdos do Porto

Centro de Costa Cabral

Centro Doutor Rui Abrunhosa

Centro de Latino Coelho

Fórum Sócio-Ocupacional Nova Aurora

Provedoria Municipal dos Cidadãos com Deficiência

Provedoria Metropolitana dos Cidadãos com Deficiência

Santa Casa da Misericórdia do Porto – Centro Prof. Albuquerque e Castro
SIM-PD (Serviço de Informação e Mediação de Pessoas com Deficiência)
Unidades de Vida Protegida da Associação dos Familiares, Utentes E
Amigos do Hospital Magalhães Lemos (AFUA)

Respostas por parte da Segurança Social

Crianças e jovens com deficiência

- Intervenção precoce (resposta de intervenção integrada – Segurança Social / Educação / Saúde)

- Lar de Apoio
- Transporte de pessoas com deficiência
- Centro de Férias e lazer

Pessoas adultas com deficiência

- Centro de Atendimento / Acompanhamento e Animação para Pessoas com Deficiência

- Serviço de Apoio Domiciliário
- Centro de Actividades Ocupacionais
- Acolhimento Familiar para Pessoas Adultas com Deficiência
- Lar Residencial
- Transporte de pessoas com deficiência
- Centro de Férias e Lazer

Pessoas Sem-Abrigo

AASA - Associação Apoio ao Sem-Abrigo

Abraço – Associação de Apoio a Pessoas com VIH/SIDA

Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural I.P – CNAI

Porto

AMI – Porta Amiga do Porto

ARRIMO – Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Social e Comunitário, CRL

Associação CAIS – Centro Porto

**Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina
(ACISJF)**

Associação dos Albergues Nocturnos do Porto
Associação Nacional de Ajuda aos Pobres
Associação para o Planeamento da Família – Espaço Pessoa
Autoridade de Saúde do Porto
Banco Alimentar Contra a Fome
Cáritas Diocesana do Porto
Centro Social Paroquial de S.Nicolau
Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Vitória (Casa da Amizade)
Colégio Nossa Senhora do Rosário (Projecto Sem-Abrigo)
Coração da Cidade
CREU – Centro de Reflexão e Encontro Universitário Inácio de Loyola
Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação do Porto
Direcção Geral de Reinserção Social
Emaús Caminho e Vida
Escola Superior de Educação Paula Frassinetti (Projecto Sem-Abrigo)
Espaço T - Associação para Apoio á Integração Social e Comunitária
FASrondas – Familias, Aldeias e Sem-Abrigo
IDT – Instituto da Droga e Toxicodependência
Legião da Boa Vontade
Liga Permanente Internacional de Combate à Fome
Liga Portuguesa de Profilaxia Social
Médicos do Mundo
Norte Vida - Associação para a Promoção da Saúde
Rede Europeia Anti-Pobreza (REAPN)
Samaritanos – Missão de Caridade
Santa Casa da Misericórdia do Porto (Casa da Rua)
SAOM – Serviços de Assistência Organizações de Maria

Imigrantes e Minorias Étnicas

AACILUS – Associação de Apoio Social a Imigração para as Comunidades Sul Americanas e Africanas

AICCP - Associação industrial e Comercial dos Chineses em Portugal

Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P. – CNAI Porto

- GARF – Gabinete de Apoio ao Reagrupamento Familiar
- GAJI – Gabinete de Apoio Jurídico ao Imigrante
- GAS – Gabinete de Apoio Social
- Gabinete de Apoio ao Emprego

ASI – Associação de Solidariedade Internacional

Associação Comunidade Bangladesh do Porto

Associação de Amizade Luso-Turca

Associação de Amizade Portugal Cabo Verde

Associação de Amizade Portugal Guiné Bissau

Associação de Estudantes Cabo-verdianos do Porto

Associação de Estudantes da Guiné Bissau

Associação dos Cabo-verdianos do Norte de Portugal

Associação dos Guineenses do Porto

Associação Hindu do Porto

Associação Intercultural Luso Santomense

Associação Luso-Africana “Pontos nos Is”

Associação Luso-Africana dos Metodistas do Porto

Associação Mais Brasil

Associação Portugal Moçambique

Associação Reviravolta

BURBUR – Associação Cultural

CICDR - Comissão para Igualdade e Contra Discriminação Racial

ESSALAM – Associação dos Imigrantes Magrebinos e Amizade Luso-Árabe

Fundação Portugal África

Índico – Associação Cívica de Moçambique

Kalina

Kehillah-Or-Aha-Yim – Associação Judaica da Vida

Liga dos Chineses

Movimento SOS Racismo

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Tane Timor – Associação Amparar Timor

Família e Comunidade

A Benéfica e Previdente – Associação Mutualista

ADILO – Agência de Desenvolvimento Integrado de Lordelo do Ouro

APECDA Porto, Associação de Educação e Desenvolvimento Social

ARRIMO – Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Social e

Comunitário, CRL

ASI – Associação de Solidariedade Internacional

Associação Cruzada do Bem Fazer da Foz do Douro

Associação das Obras Sociais de S. Vicente de Paulo

Associação de Promoção Social da População do Bairro do Aleixo

Associação de Solidariedade e Acção Social de Ramalde (ASAS de

Ramalde)

Associação Metropolitana de Serviços

Associação Nacional de Ajuda aos Pobres

Associação Nun'Álvares de Campanhã

Associação Social e Cultural de S. Nicolau

Banco Alimentar Contra a Fome

Cáritas Diocesana do Porto

Casa das Glicínias – Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto

Centro Comunitário de Lordelo do Ouro

Centro Comunitário do Amial

Centro de Apoio Familiar e Acompanhamento Parental

Centro de Bem Estar Bom Pastor

Centro de Bem Estar Social Nossa Senhora do Socorro

Centro Paroquial de N. Sra. do Calvário

Centro Social da Foz do Douro
Centro Social da Legião da Boa Vontade
Centro Social da Paróquia da Areosa
Centro Social da Paróquia de N^a Sr.^a. da Ajuda
Centro Social da Praça da Corujeira
Centro Social da Sé Catedral
Centro Social das Antas
Centro Social de S. Martinho de Aldoar
Centro Social do Barredo
Centro Social Paroquial de S. Nicolau
Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Vitória
Centro Social Paroquial Santíssimo Sacramento
Centro Social Paroquial Senhora da Conceição
CERPORTO - Associação para o Desenvolvimento Comunitário do Cerco

do Porto

CETA SOCIAL – Cooperativa de Solidariedade, CRL
Comunidade de Inserção – Área de Dia de Aldoar
Comunidade de Inserção Nossa Senhora do Bom Conselho
Contrato Local de Desenvolvimento Social de Aldoar
Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação do Porto
Cruzada de Bem Fazer de Campanhã
DECO – Gabinete de Apoio ao Sobreendividado (Delegação do Porto)
Direcção Geral de Reinserção Social
Emaús Caminho e Vida
Espaço T - Associação para Apoio á Integração Social e Comunitária
Fundação Filos
Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto
Instituto da Segurança Social, IP / Centro Distrital de Segurança Social

do Porto

Instituto de Reinserção Social
Liga Nacional Contra a Fome
Liga Permanente Internacional de Combate à Fome

Liga Portuguesa de Profilaxia Social
Médicos do Mundo
Núcleo Local de Inserção RSI Porto Central
Núcleo Local de Inserção RSI Porto Ocidental
Núcleo Local de Inserção RSI Porto Oriental
Obra Diocesana de Promoção Social
Obra Social de Nossa Senhora da Boa Viagem
Obra Social Nossa Senhora da Viagem
Oficina de S. José
Olho Vivo - Associação para a defesa do património, ambiente e direitos humanos - Núcleo do Porto
OVAR - Obra Vicentina de Auxílio aos Reclusos
Património dos Pobres – Calvário do Carvalhido
PORTUSASAS - Associação de Solidariedade e Apoio Social
Qualificar para Incluir – Associação de Solidariedade Social
Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal (REAPN)
Samaritanos – Missão de Caridade
Santa Casa da Misericórdia do Porto
Senhor do Bonfim – Associação de solidariedade social
Terra Vivente – Associação de Ecologia Social
UDIPSS - União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social